
BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO
II 145, 4, 12
E. VISCONTI. RIO 1903.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

NELSON WERNECK SODRÉ

A IDEOLOGIA DO COLONIALISMO

★

TEXTOS BRASILEIROS DE SOCIOLOGIA
— 4 —

Rio de Janeiro, Estado da Guanabara — 1961

A Olga,
com um beijo
do
Nelson

A IDEOLOGIA
DO
COLONIALISMO

Rio. 3.V.961

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

RUA DAS PALMEIRAS, 55 — BOTAFOGO — RIO DE JANEIRO
ESTADO DA GUANABARA
TEL. 26-5829

Nelson W. Sodré
II - 145, 4, 12
324. 66F - 02 - 61

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

NELSON WERNECK SODRÉ

A IDEOLOGIA DO COLONIALISMO

Seus reflexos no pensamento brasileiro

★

TEXTOS BRASILEIROS DE SOCIOLOGIA

— 4 —

RIO DE JANEIRO, ESTADO DA GUANABARA — 1961

II - 145, 4, 12

BIBLIOTECA NACIONAL Rio de Janeiro

324.668 CL
1961

P L A N O

Introdução

Azeredo Coutinho — Um Economista Colonial

José de Alencar — A Ficção numa Sociedade Escravocrata

Sílvio Romero — Um Guerrilheiro Desarmado

Euclides da Cunha — A Intuição e a Superstição

Oliveira Viana — O Racismo Colonialista

INTRODUÇÃO

O HOMEM *está assistindo, nos dias em que vivemos, ao acelerado processo de deterioração das áreas coloniais, surgindo para o mundo, desde a última guerra, novas nações e, por conseqüência, uma nova composição de fôrças no campo internacional. Êsse processo, no entanto, é muito antigo: teve início com a Revolução Industrial e transformou o cenário americano, fazendo surgir as nações que constituem o nosso continente. Qualquer estudioso sabe, por outro lado, que o processo de deterioração das áreas coloniais a que estamos assistindo difere, fundamentalmente, daquele de que resultou a composição atual da América. Hoje há um conteúdo revolucionário inequívoco nos movimentos pela emancipação. Na fase histórica em que o Brasil conquistou a Independência, não havia, pelo menos necessàriamente, tal conteúdo. Era possível alcançar a autonomia mantendo estrutura anterior de produção e moldando as instituições segundo impunha aquela estrutura. É que o colonialismo encontrava na independência de determinadas áreas, que se constituíam em países mas não em nações, no rigoroso sentido do têrmo, um prolongamento natural. Transformava-se, apenas: de político, caracterizado pela subordinação a uma outra área, que era metropolitana, em econômico. Deixava de existir metrópole, na significação tradicional, e deixava a nação, ou as nações, que passavam a funcionar como metrópoles, de sujeitar-se ao ônus do domínio: as áreas coloniais, agora configuradas como autônomas, tinham liberdade formal no campo administrativo, podiam gerir o território.*

O presente trabalho não se ocupa da fase de decomposição final do colonialismo, de que participamos, no Brasil, com a mobilização que nos permitirá operar a transição da autonomia política para a autonomia econômica, realizando-nos nacionalmente. A êsse respeito, o autor forneceu o que lhe pareceram as linhas estruturais do processo em seu livro Introdução à Revolução Brasileira. *Trata-se, aqui, de mostrar os reflexos, no pensamento brasileiro, de uma ideologia elaborada pela expansão colonialista européia, a partir do século XVI. Pelo estudo sucessivo de escritores marcantes, verifica-se a presença daquela ideologia, cujos mitos e preconceitos pretendem infundir a convicção, inclusive revestindo-se de aparências científicas, de que há países naturalmente destinados a dirigir e países naturalmente destinados a subordinar-se aos primeiros. De forma esquemática, êstes configuram uma estrutura de produção industrial ampla, e aquêles permanecem, e devem mesmo permanecer, como fornecedores de matérias-primas ou de produtos alimentícios que os primeiros, por condições ecológicas ou econômicas, não podem produzir ou não estão interessados em produzir. Dessa divisão natural — que corresponde à divisão do trabalho no campo, especializando-se as zonas geográficas na produção de determinados bens de consumo — resulta o colonialismo. Do colonialismo, a sua ideologia.*

A ideologia do colonialismo começa a aparecer quando a expansão européia se define nas descobertas ultramarinas. Adquire suas dimensões mais amplas, entretanto, quando, com a Revolução Industrial, determinadas áreas do mundo, a americana principalmente, emancipam-se de suas metrópoles, constituindo-se novos países. Mantida a estrutura colonial de produção, tais países deixam de gravitar em tôrno de suas metrópoles antigas, para gravitar em tôrno de outras, não tituladas assim, que regulam o seu desenvolvimento econômico. Através da ideologia do colonialismo, a camada

culta dos povos oriundos da fase colonial estrita, é ganha, — preparada que está pela sua condição de classe, — para aceitar a subordinação econômica, atribuindo-a a fatôres não materiais: superioridade de raça, superioridade de clima, superioridade de situação geográfica, que predestinam as novas metrópoles. É em suma, a preparação ao imperialismo, a cuja agonia estamos assistindo, nesta fase de decomposição das áreas coloniais, sob novas condições.

A transplantação cultural, isto é, a imitação, a cópia, a adoção servil de modelos externos, no campo político como no campo artístico, deriva de tudo isso: é a forma como penetra a ideologia do colonianismo. Os povos subordinados não a escolhem por um ato de vontade. São naturalmente conduzidos a recebê-la porque, ao mesmo tempo que justifica a supremacia de nações colonizadoras, justifica, internamente, a supremacia da classe ou das classes que se beneficiam da subordinação, associando-se às fôrças econômicas externas que a impõem. Um povo começa a ter o direito de repudiar a ideologia do colonialismo quando, em conseqüência de transformações estruturais no campo da produção interna, a sua sociedade não define como predominante, ou absoluta em seu domínio, a classe interessada na subordinação econômica, quando as fôrças econômicas internas passam a exigir um lugar ao sol, passam a disputar uma posição. A opção pela ideologia do colonialismo só então é um ato de vontade — e quando isto acontece, tal ideologia, entra em crise e começa a desmoralizar-se.

Procuramos, pela escolha das figuras e das obras estudadas, mostrar o processo de desenvolvimento da ideologia do colonialismo, no caso brasileiro, e não foi por coincidência que enfileiramos um economista da fase final do processo de autonomia política, Azeredo Coutinho, um romancista do início da segunda metade do século XIX, José de Alencar, um crítico do fim do

mesmo século, com uma obra publicada no ano da Abolição, Sílvio Romero, um ensaísta do início do século XX, quando a mudança de regime indicava alteração na estrutura econômica e social, Euclides da Cunha, e um intérprete da terceira década do século atual, quando começam a definir-se os rumos novos a que obedecerá o Brasil, Oliveira Viana. Para Azeredo Coutinho, é justo que o Brasil permaneça vinculado e subordinado a Portugal, embora veja com clareza o sistema extorsivo da taxação e o ônus em que importava a posição intermediária que a metrópole mantinha nos negócios. Para José de Alencar, é justo figurar no índio o que existe de peculiar em nós, porque seria injusto valorizar o negro; Alencar esforça-se, ao contrário de Azeredo Coutinho, para definir a diferenciação entre o Brasil e Portugal, que o economista fluminense queria unidos. Para Sílvio Romero, são injustas determinadas relações econômicas e sociais, mas são justas as restrições colonialistas, particularmente as de clima e de raça. Escreve nos fins do século XIX, e as dúvidas, a respeito da ideologia do colonialismo, começam a surgir. Daí as suas intuições. Em Euclides da Cunha, que sente e compreende o drama do sertanejo, verificando a injustiça do tratamento brutal que recebem as suas mazelas, embora não entenda plenamente a causa delas, está presente a essência da ideologia do colonialismo, particularmente quanto ao problema de raça. E Oliveira Viana, por último, típifica, não apenas o que aquela ideologia tem de mais vulgar, mas, e principalmente, o cipoal de falsidade de que precisa lançar mão para manter-se, já em sua fase de agonia.

É preciso, por tudo isso, ser tolerante para com Azeredo Coutinho, compreender a circunstância em que trabalhou Sílvio Romero, e aquela em que Euclides da Cunha alternou intuições com incompreensões, como é razoável situar a obra indianista de José de Alencar dentro das características de uma época escravocrata.

Para com Oliveira Viana, entretanto, não é preciso tolerância alguma — o seu tempo lhe permitia situar e compreender melhor os problemas —, êle realizou uma opção deliberada.

Aquêles que, internamente, permitiram a vigência da ideologia do colonialismo, veiculando as suas teses e contribuindo para manter os seus preconceitos e absurdidades, começaram por aceitar a postulação externa, supondo-a universal. Aceitavam-na, inclusive, porque isso distinguia, isto é, assinalava uma qualificação intelectual. Daí a tendência, que logo se generalizou, a copiar os modelos externos, em literatura, em política, em economia. A transplantação correspondia a introduzir, em organismo colonial, aquilo que convinha aos organismos metropolitanos e, por isso mesmo, configurava uma deformação cultural em que o autêntico, o local, o nacional eram inteiramente deslocados. E isso aconteceu precisamente porque a classe dominante na área colonial era mandatária da classe dominante no exterior, nas áreas econômicamente metropolitanas. Não foi por acaso que a nobreza de títulos passou a ser substituída, entre nós, por outra espécie de nobreza, a do diploma e do anel de grau. Formar-se, ostentar um diploma, era distinguir-se. Escrever, dar-se às letras, era outra forma de qualificar-se o indivíduo. Disso resultou o timbre aristocrático que o talento ainda conserva, no Brasil, e que é um ranço do colonialismo.

A análise da ideologia do colonialismo, que teve tão poderosa capacidade de infiltrar-se que se apresenta nos autores mais destacados do nosso passado, termina com Oliveira Viana, que a levou a marcantes extremos. Foi propositadamente deixada de parte a fase atual, quando o imperialismo se apresenta com formulações já diversas, perfeita e nìtidamente encadeadas com as anteriores entretanto. Hoje, já é difícil difundir teorias de superioridade de raça, de clima,

de posição geográfica. A resistência que elas encontram cresceu de tal maneira que já perderam a efetividade, deixaram de ser úteis aos fins a que se destinavam. Tornou-se imperioso substituí-las por outras, particularmente no campo econômico. Daí assistirmos, agora, à rápida transição delas para novos dísticos. Mas parece perfeitamente claro que os pregadores da inferioridade brasileira quanto à possibilidade de explorarmos as nossas riquezas com os nossos próprios recursos e em nosso próprio benefício, os que acreditam e proclamam que só podemos nos desenvolver com a "ajuda" estrangeira, os que confiam apenas nos capitais externos para fomentar o nosso progresso, são herdeiros diretos daqueles que pregavam a superioridade racial, a superioridade climática, a superioridade geográfica, da parte dos países dominantes. E a nossa conseqüente inferioridade. Os pessimistas de hoje, que vêem o Brasil "à beira do abismo", os que não acreditam em povo, os que só confiam em elites, em predestinados, em bemaventurados, os que nos supõem condenados à perdição econômica, os que se desalentam com os "desatinos" do nacionalismo, são herdeiros naturais dos que proclamavam a preguiça do brasileiro, a incapacidade do brasileiro, a cobiça do brasileiro. Traços de classe, que pretendiam e pretendem generalizar a todo um povo.

Êste livro é um retrato de mazelas, portanto, destinado a mostrar que, muito ao contrário do que supunham alguns dos nossos antigos homens de pensamento, o Brasil podia progredir e tornar-se uma grande nação. Podia vir a ser aquilo de que nos aproximamos, agora, apesar dos esforços internos dos porta-vozes atuais da agonizante ideologia do colonialismo.

AZEREDO COUTINHO

(UM ECONOMISTA COLONIAL)

UM BISPO PROPRIETÁRIO

José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, filho de Sebastião da Cunha Coutinho e de Isabel Sebastiana Rosa de Morais, era neto materno de Domingos Alves Peçanha, capitão-mor e governador da comarca de Campos dos Goitacases. Pertencia a uma família de grandes proprietários de terras, dedicados à lavoura canavieira. Fêz seus primeiros estudos, os primários e secundários, no Rio de Janeiro, até que a saúde o obrigou, aos vinte anos, a retirar-se para a capitania de Minas Gerais. A morte do pai, e logo em seguida a da mãe, provocou o seu regresso e, segundo seu biógrafo, José Joaquim Pedro Lopes, a partida para Portugal, em 1775. Ao embarcar, renunciou ao morgadio de Mirapicu em favor de seu irmão Sebastião da Cunha de Azeredo Coutinho.

Era reitor da Universidade de Coimbra, nesse tempo, seu tio Francisco de Lemos de Faria Coutinho. Azeredo Coutinho matriculou-se na Universidade, fêz o curso de Teologia com brilhantismo e, a fim de justificar a nomeação para deputado do Santo Ofício, retornou em busca do diploma de licenciado. Em 1791, pretendendo o Senado da Câmara de Lisboa limitar o preço da venda do açúcar, publicou memória combatendo a medida. Tal estréia nos estudos valeu-lhe a inclusão na Academia Real das Ciências, naquele mesmo ano. Ali realizou outros estudos, que lhe granjearam renome. Em 1794, foi nomeado bispo de Pernambuco, quando então fundou os colégios para meninos e meninas, que lhe deram fama como educador, e para os quais elaborou estatutos. Além de outras funções, foi governador interino naquela capitania, tendo desenvolvido grande atividade. Parece que

dessa atividade e de seu trabalho sôbre o padroado lhe provieram as antipatias da Mesa de Consciência e Ordens, da qual teve oportunidade de desforrar-se quando vagando-se o bispado de Bragança, na metrópole, Azeredo Coutinho foi nêle investido, deixando o de Pernambuco.

O titular de Bragança, porém, reassumiu a função e aquela Mesa declarou vacante o de Pernambuco, deixando sem lugar o publicista. No decorrer da questão, entretanto, vagou-se o bispado de Elvas, e para êle foi nomeado o antigo titular de Pernambuco. Aí o encontrou a invasão francesa, e aí o deixou a côrte lisboeta, que, pressionada pelas fôrças do general Junot, veio abrigar-se no Brasil. Com os encargos episcopais, exercia ainda, e pela última vez em Portugal, as funções de Inquisidor-Mor. Após o regresso de D. João, sofreu novamente a má vontade da Mesa de Consciência e Ordens, que o acusava de aproximação com os invasores. Defendeu-se ardorosamente, como era de seu feitio. Eleito deputado pela capitania do Rio de Janeiro à Constituinte Portuguêsa, não chegou a participar de seus trabalhos, vindo a falecer a 12 de setembro de 1821.

As obras de Azeredo Coutinho comportam divisão em três grupos: as de assuntos econômicos, que são as principais; as que tratam da questão do padroado, interessantes para o estudo do problema da propriedade da terra no Brasil, particularmente no que se refere às suas origens; e as que se referem às defesas intentadas contra restrições, acusações e ataques, que sofreu em diversas fases de sua vida, na maior parte de puro interêsse biográfico, úteis, entretanto, para o conhecimento do seu meio e do seu tempo[1]. Convém apreciar as pri-

---

[1] Azeredo Coutinho publicou os seguintes trabalhos:
— *Memória sôbre o preço do açúcar* — Lisboa — 1791.
— *Ensaio econômico sôbre o comércio de Portugal e suas colônias* — Lisboa — 1794.
— *Estatutos do Seminário Episcopal de N. S. da Graça de Olinda* — Lisboa — 1798.

meiras, para melhor compreensão do papel desempenhado por Azeredo Coutinho e o que representava, realmente, a sua posição, face aos problemas de que tratou.

Como ficou dito, José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho nasceu numa família de ricos proprietários, ligados à lavoura açucareira, e acabou por seguir a carreira eclesiástica, depois de fazer cursos em Coimbra. Tais elementos vêm situar a sua origem de classe. Veio

---

— *Estatutos do Recolhimento de N. S. da Glória de Pernambuco* — Lisboa — 1798.
— *Discurso sôbre o atual estado das minas do Brasil* — Lisboa — 1804.
— *Alegação jurídica sôbre o padroado das igrejas e benefícios do cabo Bojador para o sul*, etc. — Lisboa — 1804.
— *Defesa de D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, bispo de Elvas, em outro tempo bispo de Pernambuco* etc. — Lisboa — 1808.
— *Comentário para a inteligência das bulas que o doutor Dionísio Miguel Leitão Coutinho juntou à sua "Refutação contra a Alegação Jurídica"* etc. — Lisboa — 1808.
— *Informação dada ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda D. Rodrigo de Sousa Coutinho* — Lisboa — 1808.
— *Respostas dadas por ... às propostas feitas por alguns párocos daquela diocese de Pernambuco* — Lisboa — 1808.
— *Análise sôbre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa da África* — Lisboa — 1808.
— *Concordância das leis de Portugal e das bulas pontifícias e das quais umas permitem a escravidão dos pretos da África e outras proíbem a escravidão dos índios do Brasil* — Lisboa 1808.
— *Memória lida na Academia Real das Ciências em que se refutam as asserções de Mr. Thomas, no seu elogio ao almirante Du Guay-Trouin*, etc. — Londres — 1819.
— *Exortações pastorais do bispo de Elvas aos seus diocesanos, aos quais recomenda a defesa da religião, da Pátria e do trono* — Londres — 1811.
— *Cópia da carta que a Sua Magestade o Senhor Rei D. João VI (sendo Príncipe Regente de Portugal) escreveu o bispo de Elvas em 1816* — Londres — 1817.
— *Cópia da análise da bula do Smo. Padre Júlio III, de 30 de dezembro de 1550, que constitui o padrão dos reis de Portugal, a respeito da união, consolidação e incorporação dos mestrados das ordens militares de Cristo, de S. Tiago e de Aviz com os reinos de Portugal* — Londres — 1818.
— *Cópia da carta que um amigo lhe escreveu de Lisboa*, etc. — Londres — 1817.
— *Coleção de alguns manuscritos curiosos do exmo. bispo de Elvas*, etc. — Londres — 1819.

êle ao mundo quando se acelerava o processo histórico que se conhece como Revolução Industrial. No quadro dêsse processo encadearam-se alguns acontecimentos em que foi parte ou a que assistiu: as oscilações políticas lusas entre a Inglaterra e a França, a invasão da península e do Reino, a fuga da côrte para o Brasil, a abertura dos portos da colônia ao comércio de tôdas as nações, a volta da côrte a Portugal, a revolução constitucionalista do Pôrto, o advento da Constituinte Portuguêsa — tudo aquilo que, em suma, acabaria por motivar a Independência do Brasil.

Faleceu um ano antes que esta se consumasse. Viu de perto todos êsses problemas de acôrdo com suas origens de classe, com sua formação intelectual e com os moldes que lhe impunha a posição de elemento destacado do alto clero. A idéia da separação entre o Brasil e Portugal não aparece em seus escritos. Por isso mesmo os acontecimentos da Revolução Francesa merecem dêle as mais sérias restrições. Manifesta-se sempre um súdito leal da Coroa portuguêsa. Na Constituinte, de cujos trabalhos não chegou a participar, tudo indica que desenvolveria a linha a que vinha obedecendo, e não faria parte, provàvelmente, daquele grupo de representantes que se refugiou na Inglaterra. Azeredo Coutinho, pertenceu, pois, à corrente da direita, na divisão de tendências que então se pronunciava quanto ao destino do Brasil. Na esquerda poderiam estar situados aquêles elementos do clero, das letras, da milícia que participaram da Inconfidência Mineira e, mesmo, dentro do seu senso da medida e da oportunidade, até certo ponto, o próprio Patriarca, José Bonifácio de Andrada e Silva.

O quadro A estrutura econômica do Brasil, na segunda metade do século XVIII — quando Azeredo Coutinho começa a exercer as suas atividades, e que são aquelas que vão definir o quadro colonial nos dois primeiros decênios do século seguinte, quando se

processa a fase final da Independência — pode ser esboçada em poucos traços. Persistia o papel desempenhado pela produção açucareira, nas zonas antigas e tradicionais do Nordeste e na área campista; declinara inteiramente a produção aurífera, quer no interior mais distante, quer na capitania de Minas Gerais; ascendia, no entanto com um papel secundário no conjunto, a pecuária sulina, na fase das charqueadas; e existiam outras formas de atividade, como as da economia amazônica e mesmo a do algodão maranhense, ou ainda a exploração de madeiras. O açúcar vinha sendo, pouco a pouco, vencido nas praças internacionais, pela concorrência, e só em fases transitórias, como aquela que Azevedo Coutinho aponta em sua memória sôbre o preço do gênero, oferecia melhores perspectivas. Era a forma tradicional de exploração econômica e guardava, mais ou menos intactos, os traços coloniais em que se gerara e desenvolvera. O ouro, depois de proporcionar vertiginosa fase de fastígio, declinara ràpidameste e denunciava êsse declínio no desespêro da espoliação fiscal, que motivaria a Inconfidência Mineira, e o depauperamento de imensa área geográfica, cuja sede administrativa, Vila Rica, era agora irônicamente conhecida como "Vila Pobre". A exploração coletora levada a efeito na área amazônica, proporcionando o retôrno extemporâneo das especiarias, sofria de incuráveis males, que a condenavam a segundo plano. A transformação da pecuária sulina do regime das invernadas, quando o couro era o único bem econômico, para o das charqueadas, quando a carne surgia como objeto de comércio, vinha alterando profundamente a fisionomia daquela região; o couro sofria, nos mercados externos, a concorrência platina, e a carne se destinava predominantemente ao mercado interno, cujo poder de compra ascendia lentamente.

Tais formas de produção refletiam-se na estrutura da sociedade, que já apresentaria modificações interessantes, na época. A classe dominante continuava a ser

a dos proprietários de terras, e o seu domínio era ainda absoluto. Mas começava a se esboçar uma diferença de interêsses entre os seus diversos grupos: os interêsses dos charqueadores não eram os mesmos que os dos senhores de engenho, os interêsses dos latifundiários mineiros não coincidiam com os dos fazendeiros de gado. Isso estava ainda longe de motivar divisões naquela classe. Mas havia, nos fins do século XVIII, profunda diferença entre a atividade tradicional da agricultura canavieira e a atividade mineradora. Aquela se apresentava como forma que permitia associar os interêsses da metrópole aos da classe dominante na colônia, que era, assim, a mandatária, a procuradora, a representante do poder metropolitano. Esta, ao contrário, pela brutal espoliação do fisco, pela clausura rigorosa, levada a extremos limites no Distrito Diamantino, divorciava a classe dominante colonial da Coroa lusa.

Existia um esbôço de classe média, sem representação econômica ponderável e quase sem nenhuma fôrça política. Essa classe não estava representada apenas pelo grupo ligado à atividade mercantil, a interna e a externa, cuja presença, antes mesmo dessa fase, é fácil perceber nos motins de Beckman, no Maranhão, e na luta entre Olinda e Recife, conhecida como Guerra dos Mascates. Estava também representada por aquêles elementos ligados ao crescimento do aparelho administrativo, que recebeu um singular impulso com a mineração, aumentando enormemente as milícias, a magistratura, os órgãos fiscais. Estava representada ainda no clero, que, desde a expulsão dos jesuítas, recrutava os seus elementos na colônia e predominantemente nessa classe. Padres, letrados, magistrados, milicianos, trabalhadores livres que exerciam atividades urbanas, podem ser, portanto, agrupados na referida classe. Êles definem a sua presença na Inconfidência Mineira, e não só pelas reformas que defendem, como também pela formulação política dessas reformas: levam-na até à idéia republicana.

Na Inconfidência Baiana, ao fim do século XVIII, é fácil perceber os sinais dessa formulação, e ainda mesmo a participação de artífices.

Não existia, evidentemente, uma classe operária, mas simples trabalhadores e, como o regime de trabalho era o servil, a massa dêsses trabalhadores, exercendo atividade no campo, não tinha direitos e nem capacidade econômica. Lentamente, porém, começava a se ampliar o espaço destinado ao trabalho livre, ao trabalho remunerado, embora essa ampliação se restringisse quase exclusivamente às áreas urbanas

Nessa estrutura social, é fácil ver que nenhuma reforma poderia efetivar-se quando nela não estivesse interessada a classe dos proprietários rurais. A massa trabalhadora não tinha condições para apresentar, quanto mais para impor, as suas reivindicações. E a classe média, pelos seus grupos mais importantes, buscava acomodar-se à classe dominante, inclusive copiando-lhe os hábitos, as tendências e ainda a ética.

Durante tôda a fase colonial, a classe proprietária representara rigorosamente o seu papel de mandatária da metrópole: os seus interêsses se confundiam. Ela estava essencialmente empenhada em colocar a produção nos mercados externos, auferindo disso o máximo de lucros. A mineração veio alterar bastante êsse quadro tradicional, porque não gerou um grupo dominante que caracterizasse e firmasse a posição dos proprietários territoriais, concedendo-lhes ponderável parcela na exploração da riqueza. A atividade agrícola gerou um tipo — o do senhor de engenho; a atividade mineradora não deu origem, ou pelo menos não generalizou, nenhum tipo: não houve nela o correspondente do senhor de engenho. A espoliação fiscal, a parte do leão que a Coroa levava, não permitia, além de outros fatôres, que se gerasse aquêle tipo. Não foi por acaso que na região mineradora a idéia de independência se antecipou. Mas, como os fatos econômicos têm repercussões largas e profundas,

a mineração afetou a própria atividade açucareira, que passou a segundo plano, inclusive quanto às atenções que ela recebia da metrópole. E afetou-a principalmente no que se refere ao preço do escravo. Ora, sem escravo não havia açúcar. Com o escravo caro, a parte de lucro do senhor de engenho diminuía e a sua atividade encontrava obstáculos. Começou a surgir daí um descontentamento que outros fatôres viriam agravar.

Criara-se, na segunda metade do século XVIII, na colônia, um mercado interno de importância apreciável. As necessidades de consumo não apenas cresciam, mas se diversificavam. A ausência de manufaturas impunha a importação de quase todos os utensílios e bens de consumo. O comércio, entretanto, permanecia sob o regime de monopólio impôsto pela metrópole — só se podia fazer por intermédio dela. Traduzia-se na clausura, no impedimento de utilizar navios de bandeira estrangeira na proibição de entendimentos com os compradores e fornecedores de outros países. Pouco a pouco, o domínio da metrópole sôbre a colônia vai-se restringindo a essa função intermediária, e o ouro caracteriza nìtidamente o processo. O ouro acabaria por se constituir no mais importante fator de aceleração do processo de desenvolvimento capitalista que se conhece como Revolução Industrial; proporciona a acumulação que permite o capitalismo passar da etapa mercantil, em que apenas se esboça, à etapa industrial, em que se realiza. Afetando ainda a economia das áreas coloniais, tal acumulação alterava o quadro europeu, no sentido de que a área daquele continente, nas faixas em que a industrialização se processava, deixava de produzir alimentos e ficava na dependência dos fornecimentos por parte das áreas coloniais. Firmavam-se, assim, e cada vez mais sòlidamente, os laços de dependência econômica entre um capitalismo em plena expansão e uma produção colonial, complementar, subsidiária, que subordinava as suas características às necessidades daquele.

O desenvolvimento da produção, que a Revolução Industrial vai ensejar, pressiona cada vez mais fortemente no sentido de rasgar as áreas coloniais, submetidas ao regime de monopólio comercial, abrindo-as à livre troca, fazendo com que elas passem a integrar as áreas consumidoras, sem intermediários. A capacidade de compra das populações dessas áreas estava entravada pela parcela que as metrópoles recebiam na exploração colonial e pela existência do trabalho servil. O processo da Revolução Industrial começa por vencer, pois, em etapas sucessivas, êsses dois obstáculos: primeiro, pela derrocada do regime de monopólio comercial, depois, pela suspensão do tráfico negreiro, completada com a Abolição. A partir daí, as áreas coloniais ficarão integradas no desenvolvimento capitalista em processo.

Para chegar a tais fins, entretanto, as nações interessadas deviam encontrar apoio nas áreas coloniais, naquelas fôrças econômicas que, espontâneamente, acompanhariam o processo. Ora, pela estrutura social vigente, a classe que tinha condições para dirigir a reforma pela integração, rompendo o regime do monopólio comercial, era a dos proprietários territoriais. Nenhuma outra o podia fazer. Na medida em que a classe dominante, no Brasil, verifica que os seus interêsses seriam melhor atendidos pela ligação com as nações que se adiantavam no surto capitalista do que pela metrópole, o processo da Independência ganha celeridade. Ocorre porém que essa classe estava vivamente interessada em eliminar o intermediário nas trocas, mas não estava interessada em transformar o trabalhador escravo em trabalhador assalariado. A própria estrutura econômica impedia isso; o regime servil tinha condições de rentabilidade, na época, que relegavam a idéia da abolição ao terreno do sonho. A Independência só ocorre quando a classe dominante se interessa por ela. É uma emprêsa daquela classe, e por isso é que não corresponde, no Brasil, a nenhuma alteração de estrutura: à classe dominante importa man-

ter tão íntegra quanto possível a estrutura econômica colonial. O momento propício é o da invasão napoleônica na península, com a derrocada do trono espanhol e a vinda da côrte lusa para o Brasil. Antes mesmo de chegar ao Rio de Janeiro, a abertura dos portos se oficializa. Daí à separação não vai mais do que um passo.

Está claro que a consciência do processo não é fenômeno de um momento, e nem abrange, do mesmo modo e com a mesma fôrça, a todos os elementos que nêle desempenham um papel. Outros elementos há particularmente aquêles oriundos da classe média — que vislumbram uma solução avançada, e pode resultar na mudança de regime; e há alguns mesmo que sonham com a transformação no campo do trabalho. Faltam, porém, na época, condições para que soluções dêsse teor ganhem fôrças suficientes para efetivar aquilo que era apenas uma formulação política, colocadas as coisas em tais têrmos. Os inconfidentes de Vila Rica estão, por isso mesmo, antecipadamente condenados ao patíbulo e ao degrêdo. Da mesma forma, não é tôda a classe dominante que ganha com a transformação que elimina o monopólio comercial e rompe os laços de dependência para com a metrópole, nem a ganha ao mesmo tempo e nem da mesma maneira ou pelos mesmos caminhos.

Há sempre uma corrente que pretende conciliar o inconciliável: os interêsses da classe dominante colonial com os interêsses da Coroa portuguêsa. É a corrente da direita, a que pertence Azeredo Coutinho e também Hipólito da Costa. E há uma corrente que sente, pelo menos nas proximidades do desenlace, quando o processo atinge a sua fase de acabamento, que não é possível transigir. É a corrente esquerdista, a que pertence, por exemplo, José Bonifácio, que redige, inclusive, a reforma do regime de trabalho, vislumbrando a possibilidade de levar ao extremo limite a ampliação do mercado interno, tocando até no regime de propriedade.

A posição José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho tem, a sujeitá-lo, dois laços de subordinação: é um vassado fiel — esta é a subordinação civil; é um príncipe da Igreja — e esta é a subordinação religiosa. Condicionam e emolduram êsses laços de subordinação todos os vínculos derivados de sua condição de classe: é o morgado de Mirapicu, grande senhor de terras e de escravos, que abandonou tudo para servir a Deus. Sua formação intelectual, entretanto, permite-lhe verificar que há, vivo e forte, um fermento de separação, alguma coisa nova no quadro colonial, com a qual a metrópole pode sofrer perdas. Está vinculado à metrópole, mas não esquece a sua terra, dentro dos moldes que lhe permitem seus sentimentos de saudade, afeição e apêgo, que também o condicionam. Dirá mesmo, ao defender os preços do açúcar — do seu açúcar dos Campos de Goitacases —, que "o discorrer sôbre objetos da minha Pátria, ou que com ela têm relação, é um doce passatempo da saudade; desta saudade inseparável da Pátria, que por si mesmo se apresenta à imaginação"[2]. Vai, ser depois, na colônia, um excelente administrador, um homem de visão, desejando prestar serviços e melhorar a sorte de sua gente, esclarecendo-a inclusive pela educação. Terá sempre orgulho do seminário dos meninos, do colégio das meninas, dos estatutos que elaborou para êles.

Sente, em particular, que os interêsses de sua classe, na colônia, estão sendo prejudicados pela metrópole. O seu zêlo se traduz na forma pela qual procura esclarecer a Coroa de que segue o caminho errado. Defende, então,

---

[2] "Êste país é fertilíssimo, e o mais próprio para a agricultura; é todo comunicável por muitos rios e grandes lagoas; muito povoado de engenhos de açúcar e muito abundante de gados e cavalgaduras, de que se faz um grande comércio para o Rio de Janeiro, por mar e por terra, por uma estrada de 60 léguas, quase tôda por planícies. Êste grande rio Paraíba deságua por uma barra de pouco fundo, em uma costa espraiada, na altura de 21 graus e um quarto ao sul". (*In Discurso sôbre o estado atual das minas do Brasil* — pág. 61)

reformas liberais, no terreno econômico, e particularmente no terreno tarifário: a metrópole deve abrir mão de uma parte de seus lucros, para que a colônia cresça e progrida. Assim, uma e outra ficarão melhor, enriquecerão, e continuarão unidas por isso mesmo. Repudia as "francesias" e o que traz qualquer aparência de alteração profunda. Mas prega a acomodação, com interêsses atendidos e harmônicos [3].

---

[3] "Ainda que nas colônias se cultive com abundância êste ou aquêle gênero que se cultiva na metrópole, como, por exemplo, o trigo, e que aquela abundância faça abaixar de preço o gênero da metrópole, esta, contudo, nunca se poderá dizer prejudicada, nem ainda algum lavrador dela, considerado como em particular.

"Porque, em primeiro lugar, abaixado um gênero pela sua abundância, principalmente, sendo de primeira necessidade, também os gêneros da indústria hão de necessàriamente abaixar, pela mesma razão da abundância, e tudo virá a ficar em equilíbrio na metrópole: o fabricante comerá, sim, a melhor preço, mas êle também dará, em troca, ao agricultor, a sua mão-de-obra a melhor mercado; da mesma sorte o trabalhador, o moço de servir, o comerciante, etc.

"Em segundo lugar, será muito útil ao todo da nação, porque será um supérfluo muito abundante e em dôbro para vender a tôda Europa e ainda a todo o mundo, por um preço tão baixo que, até, se fôr possível, faça arruinar os gêneros da agricultura das nações rivais, que nos pretendem disputar a preferência. Que mal seria para a metrópole que as colônias, por exemplo, cultivassem tanto trigo que fizessem decair o comércio dos mouros e de alguns outros, que nos vendem êste gênero e sacam o nosso dinheiro? A arte do negociante consiste em se fazer senhor dêste ou daquele ramo de comércio; para o que é necessário dá-lo a tão bom mercado que nenhum outro possa entrar com êle em concorrência.

A metrópole e as colônias, principalmente a respeito da agricultura e de tudo o que é produção da terra, se deve considerar como um só prédio de um agricultor, cujo fim é conservar a sua casa em abundância e ter um grande supérfluo para vender aos estranhos. Ao possuidor de muitas quintas, não importa que esta ou aquela lhe renda mais; só, sim, que tôdas lhe rendam muito.

"É certo que, se à agricultura e à produção dos gêneros das colônias se der tôda a atenção de que elas são capazes, a metrópole não os poderá consumir todos, nem dar-lhes em gêneros e manufaturas um igual valor das suas receitas, e que por isso seja necessário saldar a sua conta a dinheiro. Mas que prejuízo se seguirá disto à metrópole? Quanto mais abundar em gêneros das colônias, tanto ela terá mais que vender aos estrangeiros. Os gêneros das colônias são preciosos, são de pri-

Defende, em seu primeiro trabalho, o preço do açúcar, mostrando que a mineração está liquidada [4]. Não faz então a mínima referência aos inconfidentes ou à Inconfidência, mas explica que a derrama é difícil e que, realmente, já não há condições para manter a taxação antiga. As idéias teóricas que defende são hauridas principalmente em Adam Smith, na tradução francesa de J. A. Roucher. Mostra a necessidade de fazer retornar à agricultura, e principalmente à da cana, aquêles recursos que gravitavam até então em tôrno do ouro. Sabemos bem que foi o café o herdeiro de tais recursos, inclusive a disponibilidade de mão-de-obra servil próxima, e que êles não retornaram às zonas açucareiras. Mas o café dava apenas os primeiros passos, na época de Azeredo Coutinho, e nada anunciava então o seu formidável futuro. Indica a inanidade dos seqüestros, política torpe e estéril defendida na fase da decadência aurífera pelos elementos do fisco metropolitano, e que desorganizavam

---

meira necessidade; os estrangeiros necessitam, não se podem dispensar dêles.

"A metrópole, ainda que em tal caso seja devedora às colônias, necessàriamente há de ser em dôbro credora aos estrangeiros; ela precisamente há de fazer, para com uns e outros, duplicados lucros; ganhará nas vendas, ganhará nos fretes e nos transportes para tôdas as partes, pela extensão de sua Marinha e do seu comércio. Que importa, pois, que a mãe deva a suas filhas, quando ela é em dôbro credora aos estranhos? E, pelo contrário, a metrópole não pode ser credora às colônias sem ser devedora aos estrangeiros, pois que a ela não sobejam víveres nem manufaturas e, nem supérfluo, não há comércio". (*In Ensaio econômico sôbre o comércio de Portugal* — pág 145 a 148).

[4] "As nossas minas do Brasil se vão de dia em dia acabando, como mostra a experiência; muitas delas já não dão nem para as despesas: antigamente, e alguns anos depois da descoberta daquelas minas, e quando o povoamento era menor, e por conseqüência eram menos os braços que tiravam o ouro, contudo tirava-se tanto que só a Capitania das Minas Gerais pagava, dos direitos dos quintos, 100 arrôbas de ouro todos os anos, e ficavam de sobejo dez e onze. Hoje, porém, que os braços são mais, visto que o povoamento é maior, extrai-se tão pouco que, há alguns anos, faltam vinte e trinta arrôbas, anualmente, para completar as 100 dos quintos." (*In Discurso sôbre o estado atual das minas do Brasil* — pág. 14).

a economia, já depauperada, da capitania de Minas Gerais. Pretende que sejam estabelecidas escolas de mineralogia nas principais capitanias. Aconselha, com rigor de detalhes, sôbre todos os recursos a explorar na colônia. Aponta as condições ecológicas do Brasil como favoráveis, em relação às áreas concorrentes, defende a posição dos agricultores, em face dos comerciantes credores e afirma a necessidade de reduzir tôdas as taxas, e não apenas aquelas que pesam sôbre o açúcar, mantendo o preço dêste.

No *Ensaio Econômico*, a diretriz é a mesma: destina-se a mostrar os caminhos da salvação de Portugal. A primeira parte é inteiramente dedicada ao problema da navegação comercial, fundando Azeredo Coutinho o seu raciocínio no exemplo da Inglaterra: mostra-nos êle os efeitos do Ato de Navegação e a política de proteção à marinha mercante que os inglêses levaram a efeito. Tal política deve ser copiada em Portugal, porque para isso há condições, umas na metrópole, outras nas áreas coloniais a ela subordinadas. No Brasil, há madeira, pescadores e pescarias, há índios que podem fornecer a marinhagem. Aproveita a oportunidade para pregar a extinção dos direitos que pagavam as madeiras brasileiras em Portugal. Na segunda parte, desenvolve uma teoria econômica interessante — a metrópole seria tanto mais rica quanto mais devesse às colônias, e estas estariam tanto mais ligadas e dependentes da metrópole quanto mais fôssem dela credoras. Fica muito clara, aí, a idéia de restabelecer e mesmo fortalecer a associação de interêsses entre a classe dominante na colônia e a metrópole, resguardada aquela de sua parte e defendida contra a espoliação. A própria idéia de que a mineração — que caracterizava a espoliação, levando-a a limites inéditos — estava agonizante e não tinha mais futuro, e a indicação de que cumpria retornar ao labor agrícola, mostram a preocupação de Azeredo Coutinho em rearticular os

interêsses de um conflito que aparecia cada vez com mais clareza.

A posição do bispo de Elvas em relação ao problema do padroado mostra ainda a preocupação de vassalo fiel da Coroa lusa, cujos interêsses busca defender, embora coloque as coisas de forma a não prejudicar as suas funções clericais. E, quando se bate pela manutenção do trabalho servil, ante as poderosas ameaças que se levantam contra o tráfico, mostra nìtidamente a posição que o caracteriza como defensor de tudo aquilo que interessa à sua classe, que não poderia abdicar do trabalho servil e que resistirá até o último instante contra tôdas as modificações naquele regime de trabalho.

Em todos os ensaios e estudos que elaborou, Azeredo Coutinho dá seguras indicações de seus extensos conhecimentos, de sua infatigável curiosidade. Menciona os autores que freqüenta, em numerosas notas de pé de página, não só os portuguêses, do tipo de Rocha Pita e Simão de Vasconcelos, como os viajantes estrangeiros e os missionários que haviam deixado qualquer informação sôbre a colônia. Sua doutrina econômica é dominada pela enorme presença de Adam Smith, cujo liberalismo comercial esposa, conciliando-o com o regime de monopólio, encarando Portugal e Brasil como partes de um todo. E caracteriza nìtidamente a sua posição quando opina pelas restrições que definiam a subordinação colonial: a submissão do comércio ao regime de monopólio metropolitano e aos fornecimentos de bens de consumo através da metrópole, levada a efeito com o ato de Dona Maria I, que mandou destruir os teares existentes na colônia [5]. E aceita tudo isso, contanto que haja, da parte da

---

[5] "A metrópole, por isso que é mãe, deve prestar às colônias, suas filhas, todos os bons ofícios e socorros necessários, para a defesa e segurança de suas vidas e dos seus bens, mantendo-as em uma sossegada posse e fruição dessas mesmas vidas e dêsses bens.

"Êstes benefícios pedem iguais recompensas e ainda alguns justos sacrifícios; e por isso é necessário que as colônias tam-

metrópole, o liberalismo tarifário, a redução nas taxas, capaz de permitir à classe dominante a participação ampla na exploração do Brasil.

A contribuição Examinado a essa luz, fica reduzido o lado positivo do pensamento de Azeredo Coutinho; mas o oposto ocorrerá se examinarmos sua obra dentro das condições do seu meio e do seu tempo. Se êle se coloca na ala direita, no processo da Independência, é porque admite a conciliação de interêsses. Mas não deixa de ver com muita clareza aquilo que julga um êrro administrativo: a espoliação fiscal, que retira qualquer possibilidade de associação de interêsses entre a classe dos proprietários territoriais da colônia e a Coroa lusa. Não se trata de êrro, evidentemente, mas de uma seqüência inexorável: o mecanismo para deter tal seqüência era muito mais difícil e mais complexo do que o seu desenvolvimento natural. Não se vislumbra nos escritos de Azeredo Coutinho nenhuma formulação pela Independência, nem tampouco em nenhum dos grandes personagens da época, ligados à classe senhorial, porque a Independência é o acabamento, a etapa final de um processo de que só adquirem consciência quando desencadeada. Ela não aparece em Hipólito, nem em Cairu, nem em José Bonifácio: ninguém pôde ou soube prevê-la. Mas o publicista está plenamente integrado no processo e demonstra uma nítida consciência dos vários aspectos dêle, como Hipólito, como Cairu, como José Bonifácio, e todos aquêles que, tendo vivido a

---

bém de sua parte sofram: 1.º — que só possam comerciar diretamente com a metrópole, excluída tôda e qualquer outra nação, ainda que lhes faça um comércio mais vantajoso; 2.º — que não possam as colônias ter fábricas, principalmente de algodão, linho, lã e seda, e que sejam obrigadas a vestir-se das manufaturas e da indústria da metrópole. Desta sorte, os justos interêsses e as relativas dependências mùtuamente serão ligadas". (*In Ensaio econômico sôbre o comércio de Portugal* — pág. 149).

Haverá defesa mais clara do colonialismo?

fase final, esposaram a idéia da separação quando ela encontrou condições para efetivar-se. Enquadra as suas formulações dentro do liberalismo econômico vigente na época: liberalismo fiscal da parte de Portugal para com o Brasil, mantido o regime do monopólio, uma vez que encara a metrópole e a colônia como um todo, um conjunto, e conjunto que deve ter os seus interêsses tão entrelaçados que nada proporcione a desvinculação. Aceita mesmo a subordinação aos suprimentos de bens de consumo, o que caracteriza precisamente a sua posição na direita — antes da etapa final da Independência, era a formulação possível, para um homem de suas origens. Não foi além disso, evidentemente. Mas, dentro de tais restrições, realizou um obra útil.

Mas de que modo poderia ser útil uma formulação dêsse teor? Do modo a que, esclarecendo a injustiça do tratamento fiscal, — que a metrópole não tinha condições para alterar, conforme Azeredo Coutinho desejava — ajudasse o advento da etapa de acabamento, quando a idéia de separação teria de surgir, naturalmente. Dando consciência aos homens da classe dominante na colônia — a sua classe — de que era possível reivindicar um tratamento melhor, que lhes permitisse uma participação razoável nos lucros da exploração colonial, o publicista preparava, inconscientemente, a etapa em que, verificada a impossibilidade disso, a saída natural tivesse de ser encontrada no rompimento dos laços de subordinação, na supressão do regime de monopólio. O liberalismo econômico de Azeredo Coutinho, por outro lado, estava perfeitamente integrado no quadro de desenvolvimento da Revolução Industrial e nas suas exigências mais prementes, como a do devassamento e abertura das áreas enclausuradas.

Desde que fôsse possível à classe dominante na colônia assegurar-se uma participação importante na exploração, aumentaria o poder aquisitivo, e o processo de

abertura seria acelerado. Azeredo Coutinho, tem então consciência nítida do processo, na medida em que êle interessa a sua classe num dado momento. O seu grande esfôrço consiste em conciliar a defesa dêsses interêsses com a fidelidade que deve à Coroa. Para isso, transige com o monopólio, com a subordinação manufatureira, e procura vedar as trincas já existentes entre aquelas fôrças. A classe dominante na colônia não está muito interessada em suspender as restrições às manufaturas, mas apenas em quebrar o regime do monopólio, quando isso vem ferir o que lhe toca, profundamente, decisivamente, irremediàvelmente. Transfere a sua associação, desde êsse momento, da metrópole para as nações que lideram a Revolução Industrial, particularmente a Inglaterra. Azeredo Coutinho já não assiste a êsse acabamento, pois morre antes que êle defina as suas linhas e se concretize em fatos.

Em suas obras, por outro lado, ajuda a compreender a posição portuguêsa de subordinação àquelas nações e à Inglaterra em particular. Mostra o papel do ouro no desenvolvimento capitalista, embora não mencione, naturalmente, os nomes e os traços do processo de acumulação. Indica a inocuidade da produção aurífera para o progresso da metrópole e estuda com muita clareza as bases do surto britânico, holandês e francês no comércio internacional. Dêsse ponto-de-vista, tem tôdas as condições para portar-se como súdito fiel da Coroa lusa. Quer para Portugal uma função idêntica à daquelas nações, e aponta os caminhos a seguir. Deseja para a metrópole a função de potência comercial, defendendo-se das ameaças que surgem de todos os lados. Claro está que Portugal não se achava em condições de empreender as reformas que Azeredo Coutinho pregava, nem as que lhe assegurassem um papel idêntico ao das nações que lideravam a Revolução Industrial, nem as que lhe permitissem recuperar a ascendência sôbre as colônias, e particularmente sôbre o Brasil.

Sob todos êsses aspectos, o conhecimento das obras de Azeredo Coutinho nos é valioso — além, naturalmente, de sua utilidade como informação do Brasil, na fase em que se processa a autonomia, quando se define precisamente a cisão entre os interêsses da classe dominante na colônia e os da Coroa portuguêsa, cisão esta que resultará em nossa total independência e que nos vai lançar no cenário internacional como um país novo, à imagem e semelhança dessa mesma classe. As origens da mencionada cisão estão claramente apontadas nos trabalhos principais de Azeredo Coutinho. Depois de sua morte, ela não fêz mais do que acentuar os seus traços, e acabaria — como acabou — por provocar a autonomia, como saída natural de uma situação insustentável.

A compreensão de que a Independência não podia ser mais do que aquilo que realmente foi, não poderia ir além daquilo a que atingiu, pode ser ajudada pelas informações, quase sempre objetivas, que o bispo de Elvas nos fornece. Empresada pela classe dominante, cujo ideal consistia em resguardar ao máximo a estrutura colonial da produção, rompendo apenas com o regime de monopólio, a autonomia não tinha nenhuma condição para definir-se como reforma estrutural ou revolução. Ainda naquele ponto em que havia contradição de interêsses entre as fôrças externas que impulsionavam o rompimento com Portugal — a questão do trabalho servil — a classe dos proprietários territoriais resiste tanto quanto possível, e aquelas fôrças são obrigadas a ceder, pois não estão interessadas também em que a incorporação das áreas coloniais ao seu carro se faça pelo perigoso caminho da revolução ou da reforma estrutural — de nada lhes adianta desorganizar os mercados coloniais.

Elas pressionam apenas no sentido de dominar comercialmente tais áreas. Só depois de alcançar sucesso nessa etapa é que se lançam à seguinte, lutando pela substituição das relações de trabalho, mas de forma a que essa substituição também não importe em grandes

324.668 - CC 1961
Biblioteca Nacional Rio de Janeiro
3 29 321

alterações de estrutura: os acôrdos de reconhecimento da Independência já mencionam o problema do tráfico. A supressão do tráfico virá na metade do século e, daí por diante, a escravidão estará condenada, sucedendo-se as soluções parciais, de liberdade dos sexagenários, liberdade do ventre e, finalmente, a abolição sem indenização.

Azeredo Coutinho faleceu muito antes que se esboçasse a segunda fase do processo de integração das áreas coloniais no conjunto do desenvolvimento do capitalismo, quando êste superava a etapa mercantilista para estruturar-se definitivamente, com o surto industrial. Não assistiu mesmo ao acabamento da primeira fase, quando ocorreu a Independência. Mas participou de sua preparação e foi um claro intérprete das necessidades de sua classe nessa preparação. A sua vida e a sua obra têm merecido, até aqui, referências esparsas, que focalizam particularmente o educador e o administrador. A sua importância foi maior, entretanto, como economista, e a leitura de suas obras nos ajuda a compreender o que era o Brasil na fase que antecedeu a Independência, no processo que chegou à fase final em seu tempo e prossegue, ainda agora, acelerado e vivo e em que estão presentes ainda remanescentes do pensamento de que êle foi um tão claro intérprete.

JOSÉ DE ALENCAR

(A FICÇÃO NUMA SOCIEDADE ESCRAVOCRATA)

A POSIÇÃO DE ALENCAR

ALENCAR iniciou há um século a sua atividade como escritor, com os folhetins do *Correio Mercantil,* reunidos depois no volume *Ao Correr da Pena*; comemoramos há pouco também o centenário de *O Guarani.* No decorrer dêsses decênios, ocorreu com a personalidade do romancista cearense e com as suas obras um caso curioso: à proporção que os seus romances penetraram a massa de leitores — já leitores de gerações diferentes —, foram sendo esquecidos pelos homens de letras, de tal sorte que, tendo exercido um papel de importância indiscutível, no seu tempo e fora dêle, Alencar permanece um assunto a explorar, em têrmos de história e de crítica literária. Sua posição não foi ainda definida, com a precisão que exigem os novos métodos. Permanece imprecisa, ao sabor do julgamento dos seus contemporâneos. A necessidade de revisão de tais julgamentos, entretanto, está na razão direta da importância do seu papel, de sua larga difusão entre os leitores. Conforme escreveu com acêrto Agrippino Grieco, "o romancista morto em 1877 mantém, ainda hoje, pela perfeita familiaridade com os seus livros ou pela simples menção de seus protagonistas, — mantém, como nenhum outro, o prestígio das nossas letras na admiração do povo." Acrescentando: "Continua a ser uma espécie de contemporâneo nosso e, ante a variedade com que tratou da gente brasileira de norte a sul, uma espécie de contemporâneo de todos nós."

Pertenceu Alencar, sem dúvida alguma, ao reduzido número daqueles cuja obra não se apaga com o passar dos tempos. Há nela um sentido popular que a vincula ao gôsto médio da nossa gente. Gente que, na verdade prefere ainda se aproximar "de autores que se dirigem

mais ao sentimento do que à inteligência, exigindo e oferecendo mais sensações do que idéias", conforme acentuou um crítico contemporâneo. E para esclarecer: "Nenhum romancista está mais vivo no seio do povo do que José de Alencar ou, antes, do que os personagens e os romances de José de Alencar", explicando a razão dessa afinidade secreta entre a obra e a massa de leitores pela posição de Alencar na galeria dos autores "mais naturalistas do que psicológicos, compreendendo mais a natureza das paisagens exteriores do que a alma humana... mais capazes de sentimentos do que de idéias".

Tal afinidade apareceu desde o início, entretanto, não foi uma tarefa insensível do tempo. Alencar encontrou, no instante mesmo em que começou a escrever romances, essa ressonância que todo escritor busca. Ao escrever *O Guarani,* que assinala o seu momento de comunicação com o público, não era um estreante. Mesmo sem considerar os seus folhetins, já havia escrito *Cinco Minutos* e *A Viuvinha.* Foi porém o romance indianista que o lançou nos braços do público. Taunay observa, em suas *Reminiscências,* o espetáculo dessa ressonância singular, numa época em que o escritor raramente encontrava um prolongado eco:"... o Rio de Janeiro em pêso, por assim dizer, lia *O Guarani* e seguia comovido e enleado os amôres tão puros e discretos de Ceci e Peri e com estremecida simpatia acompanhava, no meio dos perigos e ardis dos bugres selvagens, a sorte vária e periclitante dos principais personagens do cativante romance, vazado nos moldes do indianismo de Chateaubriand e Fenimore Cooper, mas cujo estilo é tão caloroso, opulento, sempre terso, sem desfalecimentos e como perfumado pelas flôres exóticas das nossas virgens e luxuriantes florestas." E acrescenta mais adiante: "... e ainda vivamente me recordo do entusiasmo que despertou, verdadeira novidade emocional, desconhecida nesta cidade tão entregue às exclusivas preocupações do comércio e da bôlsa, entusiasmo particularmente acentuado nos cír-

culos femininos da sociedade fina e no seio da mocidade, então muito mais sujeita ao simples influxo da literatura, com exclusão das exaltações de caráter político". O eco das aventuras de Peri não se restringia, entretanto, à Côrte. É o mesmo Taunay quem nos conta que "quando a São Paulo chegava o correio, com muitos dias de intervalo então, reuniam-se muitos e muitos estudantes numa *república* em que houvesse qualquer feliz assinante do *Diário do Rio*, para ouvirem, absortos e sacudidos, de vez em quando, por elétrico frêmito, a leitura feita em voz alta por algum dêles, que tivesse órgão mais forte. E o jornal era depois disputado com impaciência e pelas ruas se via agrupamentos em tôrno dos fumegantes lampiões da iluminação pública de outrora — ainda ouvintes a cercarem ávidos qualquer improvisado leitor".

Tornava-se Alencar, assim, desde o início de sua carreira literária, uma figura ao mesmo tempo destacada nas letras brasileiras e um escritor de projeção entre os que constituíam o reduzido público da época. Parece que a sua posição, quanto à primeira parte, seu lugar na galeria literária, sofreu um progressivo declínio. Quanto a sua projeção como artista, entretanto, não há dúvidas: a sua popularidade cresceu à medida que se desenvolveu, entre nós, a massa de leitores. As restrições que com o passar do tempo se fizeram à qualidade de seus trabalhos em nada influíram no seu prestígio junto ao povo. Para êste, Alencar é um autor vivo — mais vivo do que muitos dos mais divulgados dos autores contemporâneos. A importância de sua obra deve ser aquilatada também através dêsse contraste. Qual o segrêdo dessa afinidade com o público, como permaneceu ela constante, através de um século, em que características se fundamentou? É que, sem dúvida, se o indianismo, como fórmula, pereceu definitivamente, o romantismo não desapareceu: mais do que escola literária, permanece como traço do gôsto popular. Já muitos anos passados, Taunay poderia acrescentar àquelas impressões sôbre o lança-

mais ao sentimento do que à inteligência, exigindo e oferecendo mais sensações do que idéias", conforme acentuou um crítico contemporâneo. E para esclarecer: "Nenhum romancista está mais vivo no seio do povo do que José de Alencar ou, antes, do que os personagens e os romances de José de Alencar", explicando a razão dessa afinidade secreta entre a obra e a massa de leitores pela posição de Alencar na galeria dos autores "mais naturalistas do que psicológicos, compreendendo mais a natureza das paisagens exteriores do que a alma humana... mais capazes de sentimentos do que de idéias".

Tal afinidade apareceu desde o início, entretanto, não foi uma tarefa insensível do tempo. Alencar encontrou, no instante mesmo em que começou a escrever romances, essa ressonância que todo escritor busca. Ao escrever *O Guarani*, que assinala o seu momento de comunicação com o público, não era um estreante. Mesmo sem considerar os seus folhetins, já havia escrito *Cinco Minutos* e *A Viuvinha*. Foi porém o romance indianista que o lançou nos braços do público. Taunay observa, em suas *Reminiscências*, o espetáculo dessa ressonância singular, numa época em que o escritor raramente encontrava um prolongado eco:"... o Rio de Janeiro em pêso, por assim dizer, lia *O Guarani* e seguia comovido e enleado os amôres tão puros e discretos de Ceci e Peri e com estremecida simpatia acompanhava, no meio dos perigos e ardis dos bugres selvagens, a sorte vária e periclitante dos principais personagens do cativante romance, vazado nos moldes do indianismo de Chateaubriand e Fenimore Cooper, mas cujo estilo é tão caloroso, opulento, sempre terso, sem desfalecimentos e como perfumado pelas flôres exóticas das nossas virgens e luxuriantes florestas." E acrescenta mais adiante: "... e ainda vivamente me recordo do entusiasmo que despertou, verdadeira novidade emocional, desconhecida nesta cidade tão entregue às exclusivas preocupações do comércio e da bôlsa, entusiasmo particularmente acentuado nos cír-

culos femininos da sociedade fina e no seio da mocidade, então muito mais sujeita ao simples influxo da literatura, com exclusão das exaltações de caráter político". O eco das aventuras de Peri não se restringia, entretanto, à Côrte. É o mesmo Taunay quem nos conta que "quando a São Paulo chegava o correio, com muitos dias de intervalo então, reuniam-se muitos e muitos estudantes numa *república* em que houvesse qualquer feliz assinante do *Diário do Rio,* para ouvirem, absortos e sacudidos, de vez em quando, por elétrico frêmito, a leitura feita em voz alta por algum dêles, que tivesse órgão mais forte. E o jornal era depois disputado com impaciência e pelas ruas se via agrupamentos em tôrno dos fumegantes lampiões da iluminação pública de outrora — ainda ouvintes a cercarem ávidos qualquer improvisado leitor".

Tornava-se Alencar, assim, desde o início de sua carreira literária, uma figura ao mesmo tempo destacada nas letras brasileiras e um escritor de projeção entre os que constituíam o reduzido público da época. Parece que a sua posição, quanto à primeira parte, seu lugar na galeria literária, sofreu um progressivo declínio. Quanto a sua projeção como artista, entretanto, não há dúvidas: a sua popularidade cresceu à medida que se desenvolveu, entre nós, a massa de leitores. As restrições que com o passar do tempo se fizeram à qualidade de seus trabalhos em nada influíram no seu prestígio junto ao povo. Para êste, Alencar é um autor vivo — mais vivo do que muitos dos mais divulgados dos autores contemporâneos. A importância de sua obra deve ser aquilatada também através dêsse contraste. Qual o segrêdo dessa afinidade com o público, como permaneceu ela constante, através de um século, em que características se fundamentou? É que, sem dúvida, se o indianismo, como fórmula, pereceu definitivamente, o romantismo não desapareceu: mais do que escola literária, permanece como traço do gôsto popular. Já muitos anos passados, Taunay poderia acrescentar àquelas impressões sôbre o lança-

mento de *O Guarani,* um juízo mais sereno: "Suscitam ainda hoje o máximo interêsse quase tôdas as suas páginas, acalmada a fogosidade com que nós moços outrora, as acolhemos..."

O sucesso inicial de Alencar e a primazia literária que assumiu, primazia indisputável, a que Machado de Assis se refere em páginas nítidas, tem sido explicado de muitas maneiras. Há, entretanto, traços inconfundìvelmente marcantes apontados por todos os críticos e historiadores que se ocuparam do problema. Êles constituem, no consenso geral, como que as características do romance alencariano, as explicações de seu triunfo, os motivos de sua difusão. Em primeiro lugar está, certamente, o romantismo. A propósito, um crítico dos nossos dias acentuou que "será preciso pensar que existe entre o povo brasileiro e o romantismo uma certa harmonia que se tornou mais forte com a circunstância de terem coincidido, numa mesma época, a idéia da emancipação política e a eclosão dêsse movimento espiritual. Em tôda parte o romantismo de enriqueceu de questões e problemas sociais, ao lado dos pròpriamente literários; entre nós, o romantismo se enriqueceu com a questão política de uma nação que afirmava a sua autonomia". Vemos, assim, junto à explicação de escola, aparecer a coincidência, muitas vêzes citada, entre o romantismo e a nossa autonomia política. Podemos considerar, pois, a afirmação do sentimento de independência como um motivo a mais para explicar o sucesso de Alencar. Aquêle mesmo crítico acrescenta: "Êle procurava a autonomia literária no sentimento da própria terra, nas suas lendas, nas suas paisagens, nas suas figuras primitivas". Escrevendo uma introdução para uma das reedições de *Iracema,* um poeta contemporâneo poderia afirmar, a respeito do assunto: "Era uma maneira romântica e literária de sublinhar a nossa emancipação", completando: O indianismo foi a mais marcada corrente dêsse movimento nacionalizador da literatura brasileira" e acrescentando, adiante, como

conclusão: "E, na sua entusiástica feição de revolta nativista — agressivamente patriótico — o Romantismo Brasileiro, com as mesmas mãos com que fêz uma pátria, quis criar também uma língua".

Vemos, agora, aparecer um terceiro motivo: o da criação de uma linguagem literária tìpicamente brasileira, em contraposição à portuguêsa, para afirmar nìtidamente uma diferenciação política que era recente. A linguagem brasileira constituiu uma preocupação dominante para o romancista cearense. No prefácio aos *Sonhos D'Ouro,* no epílogo à segunda edição de *Iracema* e à quarta edição de *Diva,* em trabalhos especiais, ainda inéditos, como nos *Rascunhos de Gramática Portuguêsa, A Língua Portuguêsa no Brasil* e também nas *Questões de Filologia,* que apareceram em parte na revista *América Latina,* Alencar abordou o tema que lhe era particularmente grato. Chegou a afirmar, com ênfase, que "a nossa filologia brasileira que já não é,nem será nunca mais, a mesma de Portugal", poderia adquirir características peculiares. Ao correr da pena, acudir-lhe-iam expressões como: "Em português, ou antes, em brasileiro..." E repetiria sempre que a "tendência de nossa literatura, como de nossa raça é, sem contestação, o americanismo". Conforme lembrou Alceu Amoroso Lima, foi êsse precisamente "o seu testamento literário". Os modernistas, herdando a tarefa alencariana, empreenderiam nova arrancada no sentido da diferenciação do idioma, e Mário de Andrade, que foi o único talvez a realizar alguma coisa de positivo nesse sentido, chegou a referir-se a José de Alencar como a um irmão de cruzada.

A crítica do nosso tempo não deixou de frisar êsse aspecto da obra de Alencar. Um dos nossos atuais comentadores anotaria: "Assim, o romantismo de José de Alencar foi pelo menos lógico, ao tentar ao mesmo tempo uma nova linguagem e um novo ideal de criação literária". Uma nota bibliográfica a respeito do romancista deixaria em evidência o sentido de diferenciação idiomá-

tica: "*O Guarani,* ao contrário, vinha falado na linguagem de casa e do tempo, sem ênfase, fora dos moldes clássicos..."

Outra característica de Alencar, posta sempre em relêvo pelos que estudaram sua obra, quer antigos quer modernos, foi a calorosa exaltação da natureza, dessa natureza cuja grandeza descritiva sempre o apaixonou. Um dos comentadores escreveria a propósito: "Acrescia à linguagem o que era indefinível, mas sensível na obra, o perfume que a impregnava, da floresta virgem, a sonoridade das aves agrestes, a atmosfera radiante do trópico; e tudo lhe fazia a alma brasileira, e criava a afinidade da gente nova com o indígena reabilitado na idealização do seu heroísmo. Sentiu-se que havia nascido a literatura nacional". Ronald de Carvalho, em sua *Pequena História da Literatura Brasileira,* tão cheia de deficiências e de despautérios, ofereceria um juízo que é o juízo comum, vulgar e médio sôbre a obra de Alencar: "Seus romances de fundo americanista, incontestàvelmente os melhores que produziu, são, para servirmo-nos de um conceito de Chateaubriand sôbre *Atala,* "poemas descritivos e dramáticos", onde a urdidura da intriga é quase sempre um pretexto para pintar a natureza. O sentimento discreto do artista e do homem concorreu para realçar o encanto dos seus livros, de um colorido sóbrio e penetrante. Alencar era antes de tudo poeta, a vida lhe sabia mal, tanto assim que mui raramente conseguiu apanhar-lhe os flagrantes prosáicos e corriqueiros, como, por exemplo, Manuel de Macedo. Sem um laivo de exotismo não se lhe movia plenamente a imaginação; suas figuras não têm calor quando expostas aos olhos de todos, na rua barulhenta ou no salão festivo. Perdidas, porém, nas selvas, entre o rumor das cachoeiras e dos córregos, à sombra das árvores silenciosas, ganham um aspecto de legenda, crescem de repente, tornam-se míticas, iguais às fôrças elementares de onde surgem como por milagre".

Outros, não circunscrevendo a característica descritiva de Alencar à exaltação da natureza apenas, mas ampliando os conceitos, preferem ver um dos traços de sua grandeza na oferta de um estilo. Ronald de Carvalho ê positivo, nesse sentido: "Aprendemos com êle a ter estilo, isto é, a considerar o romance como uma obra de arte, e não simplesmente como um divertimento, um mero jôgo de situações, mais menos possíveis, ou um punhado de anedotas picantes. Se não bastassem as suas qualidades de lirista delicado e sutil, Alencar teria ao menos influído pelo brilho da forma, antes dêle descurada, ou melhor, desconhecida em nossa literatura". Para estender-se e frisar ainda: "Onde e quando houve em nossa literatura pré-romântica, uma voz assim, uma tal energia, um tal poder descritivo, sem ênfase, sem recursos de retórica, suave e temeroso como a própria natureza onímoda e fecunda?" E o próprio Sílvio Romero, que não foi pródigo em elogios ao romancista cearense, escreveria: "Junte-se a isto a sua extraordinária facilidade de escrever num vocabulário rico, e, ao mesmo tempo, transparente, simples, e num estilo sonoro e vibrante; sua poderosa imaginação, sempre pronta a alçar vôo, seu talento descritivo, lesto nas cenas humanas, brilhantíssimo na paisagem e nas cenas da natureza, e ter-se-á idéia da valia dêste escritor". Machado de Assis, em crítica ao romance *As Minas de Prata,* não era menos caloroso: "... antes de tudo notarei o apuro do estilo, com que está escrito êste livro; a pena do autor do *Guarani* distinguia-se pela graça e pela sobriedade; essas duas qualidades dobraram na sua nova obra". E Agrippino Grieco, completando um estudo sôbre Alencar, escreveria: "Já Alencar tem a poesia, o entusiasmo dos adolescentes e das raparigas enamoradas e, com ou sem música de Carlos Gomes, vale em si mesmo, na mais deliciosa música, na mais rica pintura de sílabas com que um homem de prosa e um homem de tinteiro envergonhou os nossos alinhadores de estrofes e os nossos manejadores de pincel..."

A êsse côro singular sucedeu, entretanto, com o passar do tempo, uma diversificação interessante: enquanto os escritores passavam a descobrir as deficiências do escritor, o povo continuava a ler-lhe as obras e a justificar, portanto, o juízo entusiástico de tantos críticos do passado e do presente. Taunay, nas *Reminiscências*, já havia verificado, revendo juízos próprios, algumas daquelas deficiências: "Nem se lhe leve a mal" — escreveria — "o convencionalismo das suas sorridentes paisagens e grandiosas perspectivas, quase tôdas mais criações da ardente e prodigiosa fantasia, do que da observação exata da natureza ou do conhecimento pleno do cenário em que deviam mover-se e agir os seus simpáticos heróis e adoráveis tipos de mulher; e êsse contraste entre a realidade e a imaginação se torna então flagrante em *O Gaúcho*, em que um filho do Rio Grande do Sul não pode absolutamente reconhecer a feição particular da sua província natal". Mas, nas *Memórias*, que resguardou, por disposição expressa, do conhecimento dos seus contemporâneos, Taunay iria mais longe: "Possuía Alencar, não há contestar, enorme talento e grande fôrça de trabalho; tinha pena dúctil e elegante; mas não conhecia absolutamente a natureza brasileira que tanto pretendia reproduzir nem dela estava imbuído. Não lhe sentia a possança e verdade. Descrevia-a do fundo do seu gabinete, lembrando-se muito mais do que lera do que daquilo que vira com os próprios olhos. Parecendo muito nacional, obedecia mais do que ninguém à influência dos romances franceses. Nos seus índios, deixou Alencar a trilha aberta por Fenimore Cooper para de perto seguir Chateaubriand e reeditar as pieguices de que se constituiu porta-voz êste escritor, tornando-as toleráveis a poder da pompa e do brilhantismo da frase. Tudo porém artificial e cansativo".

Um crítico moderno, Olívio Montenegro, frisaria as qualidades e apontaria as deficiências, ficando mais prêso a estas do que àquelas. De um lado, justificaria: "Não

sei de autores românticos do Brasil que tenham sobrevivido com mais glória a José de Alencar, e livros de José de Alencar que tenham sobrevivido aos seus romances mais poéticos, *Guarani, Iracema, Ubirajara.* É que nestes romances de José de Alencar, o clima quente e úmido de sentimentalismo em que se desenvolve a ação dos seus personagens é constantemente arejado por um grande sôpro lírico, e que de certo modo o purifica, o torna respirável. Pode ser um clima artificial mas não é enervante como o da maioria dos seus outros romances". Mas logo condena justamente aquêles recursos de paisagista que tanto haviam encantado a outros críticos: "A paisagem... é sempre de um colorido imenso, um colorido sem nuance, sem meio tom, sem a pausa de um esfuminho onde o leitor repouse a vista. Tudo é enorme e *flamboyant* na paisagem". E se adianta, para condenar também os personagens: "Êle procurou criar o homem não à sua própria semelhança mas à semelhança da sua paisagem, disforme como a natureza que êle inventa. Daí tipos como Iracema, Peri, Ubirajara darem mais a idéia de figuras de retórica do que de figuras de gente: são personagens puramente decorativas, que vão exaltar de um colorido mais veemente o quadro da Natureza".

Também, Agrippino Grieco, reconheceria o avêsso do romancista, justificando-lhe embora os méritos: "Poderão objetar-me agora que nos seus dramas florestais há muita cenografia, maquinaria, carpintaria de bastidor, e que, a rigor, Peri é falsíssimo com seu cavalheirismo e sua nobreza pundonorsa, tão falso quanto dom Antônio de Mariz e Ceci, tão falso quanto, em outros autores, Paulo e Virgínia, Atala e os Incas. Concordamos que seja, em boa parte, uma linda mentira, de precioso romantismo. Mas o indiscutível é que existe aí não sei que inexplicável originalidade local e tudo isso tem o cheiro e o gôsto do nosso Brasil. Se o índio não foi assim, devia ser assim".

Como estamos longe, hoje, daquele entusiástico juízo de Ronald de Carvalho, oferecido com a leviandade, a prodigalidade vazia do historiador: "Nunca se tinha visto, nem no próprio Gonçalves Dias, tanta frescura de emoção, tanta elegância de estilo, tanta graça nas idéias e nas narrativas. O indianismo de Alencar é superior ao de Gonçalves Dias, não só por ser mais sincero mas também por ser mais amplo e majestoso. Seus índios não se exprimem como doutôres de Coimbra, falam qual a natureza os ensinou, amam, vivem e morrem como as plantas e os animais inferiores da terra". Pois Ronald achava até que os índios de Alencar "falam qual a natureza os ensinou", e isto é levar muito longe, sem dúvida, a gratuidade do julgamento, ou a obtusidade da incompreensão...

A situação Mas, destruída a sua qualidade de reviver os quadros naturais, obscurecida a sua capacidade de paisagista, desmerecida a fôrça de seu estilo, julgadas falsas, as suas personagens, aquilatada a inanidade do seu esfôrço na diferenciação do idioma, que restaria de Alencar? Qual a sua posição; a de um autor decaído para a literatura vulgar e popular, cuja importância literária seria meramente histórica, ou a de um escritor de mérito, que encontrou divulgação mercê de qualidades especiais, sem diminuição do teor literário de suas obras? Parece que nos juízos extremados, no entusiasmo de alguns de seus contemporâneos, ou na frieza dos que vieram depois, há alguma dose de incompreensão. É injusto afirmar que os seus índios falam qual a natureza lhes ensinou, que o seu estilo é despido de retórica, que a sua paisagem é natural e real. Mas parece que é igualmente injusto condenar tôda a sua obra, fazendo uma vaga exceção, cheia de restrições, para os livros de fundo indianista, relegando-o à posição de folhetinista inexpressivo.

A verdade, infelizmente, é que Alencar deixou de ser uma leitura literária para se tornar uma leitura popular e, por isso mesmo, os críticos têm sido apressados em seu julgamento, e têm errado pela incompreensão funda em que se colocam, quando se voltam para um romancista que escreveu há um século, em condições inteiramente diversas das de hoje, quando a nossa literatura apenas se iniciava. Para compreender melhor o romancista de *O Guarani* é necessário, antes de tudo, situá-lo precisamente no quadro de seu tempo e de seu ambiente.

De um modo geral, as características de Alencar podem ser especificadas pelos seus vínculos com um nativismo que se fundamentou em três traços: o indianismo romântico, como processo; a exaltação da natureza tropical, como meio; e a busca da diferenciação idiomática, como expressão. A tais características, geralmente aceitas, é necessário acrescentar, entretanto, duas outras, de ordem acessória, já vistas por alguns de seus críticos, e que têm importância para a análise de sua obra: a primeira consiste em que Alencar dá realce, pela primeira vez no Brasil, a um estilo literário; a segunda, mais evidente ainda, é que Alencar é, na verdade, o fundador do romance brasileiro. Não se trata de uma questão de precedência cronológica, evidentemente, mas de uma questão de valor qualitativo, de continuidade, de unidade. Alencar não só foi um romancista de produção constante, que valorizou o gênero, como — o que é muitíssimo mais importante — levou-o ao grande público, difundiu-o, vulgarizou-o, tornou-o freqüentado. Nesse sentido, Agrippino Grieco situou perfeitamente o problema: "... mas o romance brasileiro, de um modo mais amplo, começa com José de Alencar, o mesmo que foi, durante longos anos de abundante e ininterrupta produção, o melhor mantenedor dêsse gênero literário e, mesmo morto, continua a ser, pela irradiação do seu nome, pela leitura

direta dos seus livros ou simplesmente pela recordação dos nomes dos seus heróis, o nosso autor mais vivo e o supremo valorizador das nossas letras no espírito popular". E resume, nesta conclusão feliz: "Fôrça é reconhecer que o nosso melhor romance só começou com o indianista, autêntico ou falso, do *Guarani*". A propósito do estilo literário, Sílvio Romero frisou suficientemente o papel de Alencar, quando escreveu: "Basta dizer, por último, que foi o primeiro que deu à prosa, no Brasil, o lavor artístico do estilo aprimorado e brilhante, que tem sido até agora o mais aprimorado de nossos paisagistas e o que mais vigor tem revelado na habilidade de descrever e narrar".

A tendência em relegar o romancista cearense ao plano secundário de autor popular, destituído de reais qualidades literárias, funda-se, de maneira geral, em incompreensões e em repetições que não resistem a uma análise que comece por desprezar as afirmações correntes, para colocá-las no crivo da interpretação, revendo julgamentos. As acusações contra Alencar podem ser resumidas pouco mais ou menos da forma seguinte: seu indianismo era falso e postiço, copiado de modelos estrangeiros, particularmente do francês, que já o recebera de segunda mão; seu esfôrço em prol de uma diferenciação idiomática, fundado num nativismo desorientado, não deu resultado algum e findou por se neutralizar na própria obra do romancista de *O Guarani*; seu senso da paisagem era falso — Alencar não conhecia a natureza brasileira e descreveu-a sem os recursos da observação, apenas fundado numa ênfase lírica que impressionou os leitores do tempo; suas personagens são meras idealizações, não têm vida, como que se apresentam desumanizados e falam uma linguagem postiça; seus romances não têm estrutura, tudo nêles é trabalho de carpintaria, com os enfeites de uma prosa artificial e pomposa; postos de parte os trabalhos de fundo indianista, que ainda podem

admitir exame, os romances de cenário citadino ou rural não merecem atenção; finalmente: Alencar vive na memória popular menos pelas suas qualidades literárias do que pela afinidade que existe, ainda hoje, entre o público brasileiro e o romantismo.

Mas se, por outro lado, considerarmos José de Alencar dentro do quadro das condições de seu tempo e de seu meio ambiente, verificaremos, em primeiro lugar, que o romantismo era a escola única. Note-se que não escrevemos que era dominante, mas única. Nenhum escritor que surgisse naquele tempo poderia aparecer como realista, por exemplo, tão sòmente porque o realismo não existia. Alencar começou a escrever em 1852, quando o romantismo acabava de ser lançado no Brasil, e constituía na Europa o processo comum. Alencar foi, pois, um romântico, e não poderia ter sido outra coisa. Nesse sentido, como em muitos mais, confundiu-se com a sua época, foi um intérprete dela. Filiando-se ao romantismo, entretanto, Alencar lhe empresta uma significação que não possuía no Brasil. Torna-se, por assim dizer, a expressão literária do romantismo brasileiro. Vai mais longe, porque leva o processo romântico ao grande público, coisa que não ocorrera com as principais figuras do movimento romântico brasileiro, poetas conhecidos de um público restrito. Alencar, por outro lado, cria uma prosa romântica, que não existia antes dêle, isto é, dá caráter literário a um processo que vivera quase que tão sòmente em poesia feita para letrados. Essa prosa romântica, que nos parece hoje realmente solene e postiça, constituía, no seu tempo, o alimento literário comum. Alencar possuía uma intensa imaginação lírica — é um traço de união entre os poetas e os prosadores do romantismo, sem deixar de ser o criador da prosa romântica. E a fôrça lírica "só se satisfaz na ênfase", conforme observou, e muito bem, um dos críticos modernos da obra de José de Alencar.

Não nos deteremos na análise da coincidência, que tanto parece ter impressionado os modernos, entre o movimento romântico e a autonomia brasileira. A questão parece especiosa. O movimento romântico surge, entre nós, após a Independência, mas não se deve à Independência, como esta não tem origem no romantismo. A coincidência, no caso, parece mais da autonomia do que do romantismo, que era um processo literário do mundo ocidental, em plena vigência. Mas existe no movimento romântico brasileiro, sem dúvida, um sentimento nativista acentuado. Suas formas de exteriorização foram variadas. Nesse sentido, Araripe Júnior, que foi um dos críticos simpáticos a Alencar, em sua *Carta sôbre a Literatura Brasílica,* publicada em 1869, acentuava que a nossa literatura devia ser *cabloca,* infensa às influências estranhas e valendo-se dos elementos de diferenciação disponíveis. Ainda sob êste ospecto, Alencar foi não só um reflexo do sentimento literário dominante, como foi também o seu grande intérprete, a sua expressão mais destacada.

Alencar pretendeu sempre fazer literatura brasileira e, para isso, quis alterar o processo literário de composição na forma e no fundo, pela escolha de motivos brasileiros. Pretendeu mesmo seguir um plano, e pôs em primeiro lugar a exploração da fase primitiva da vida brasileira, "que se pode chamar aborígene, são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalaram a infância do povo", conforme êle próprio observou. Crítica de nosso tempo, Lúcia Miguel Pereira compreendeu nìtidamente a tarefa que o escritor se propunha quando escreveu: "E, todavia, dentro do romantismo, que era a expressão única de sua época, adotou a atitude mais próxima, não direi da realidade, mas do meio em que vivia. É possível que a êle se deva o não haverem o nossos românticos enveredado pelo subjetivismo puro. O seu indianismo, embora falso, correspondia a um estado de

espírito nacional; e, nos limites consentidos pelo seu idealismo, buscou fazer "o romance da vida mestiça brasileira, do nosso meio provincial ou sertanejo, com a sua paisagem, os seus moradores, os seus costumes, as suas atividades peculiares".

O fundamento nativista da busca de diferenciação idiomática não chegou a ser levado por Alencar a limites amplos, sem dúvida alguma. Embora constituísse uma preocupação constante de sua atividade de escritor, e tenha acabado por vir a ser como que o seu testamento literário, conforme já foi observado, a verdade é que, apesar de tudo, êle próprio ficou muito próximo dos modelos portuguêses de seu tempo. A tarefa estava acima de suas fôrças. A diferenciação só se transfere para uma literatura e adquire nela a sua consistência, quando esta literatura ganhou maturidade; numa literatura em esbôço, como a nossa, no tempo em que êle escreveu, a diferenciação da linguagem literária não poderia mesmo vingar. Os modernistas, um século depois, não conseguiram senão dar um impulso, desta vez real e profundo, para a solução do problema. O êrro, mais uma vez, consiste na deformação constante em que nos colocamos, vendo uma literatura brasileira onde ela não existe, vendo-a desde Gregório de Matos, desde Bento Teixeira, desde Anchieta, como querem alguns, quando, a rigor, tudo isso não passa de proto-história literária, quando muito. Nesse sentido, não seria muito mais justo e de acôrdo com a realidade aceitar o início da literatura brasileira com o romance de José de Alencar?

Deixando para o fim o problema do indianismo, resta-nos analisar a ênfase descritiva de Alencar e o caráter postiço de suas personagens. Parece-nos, ainda aí, que se trata mais de um êrro de interpretação. Se o índio não fôsse apresentado com aquelas qualidades, que eram meramente literárias, e falando e sentindo daquela maneira, evidentemente falsa em confronto com a realidade

do seu modo de sentir e de expressar, não serviria, simplesmente, para fornecer o fundo do romance nativista, em que Alencar pretendia fixar a existência de uma literatura brasileira. Como escreveu Agrippino Grieco, se "o índio não era assim, devia ser assim". Isto é, se êle não era assim na realidade, devia ser assim em têrmos literários. Pois isso é de uma evidência espetacular, desde que não se tratava de traduzir, em têrmos de realismo, a posição do índio, mas de transpor, em têrmos de romantismo, os motivos indígenas para a literatura. A deformação era inevitável. O êrro tem consistido em confrontar o índio de Alencar com o índio real, e afirmar que aquêle é falso. Está claro que é falso, mas a análise é que não está bem posta. O julgamento literário não está nesse confronto, mas na verificação isolada do seu indianismo, na apreciação dêsse indianismo não como relatório naturalista ou antropológico, mas como processo literário, processo idealista sem dúvida, mas estreitamente ligado ao temário e ao conteúdo do romantismo. E não só do romantismo brasileiro, mas do romantismo em geral.

O indianismo, aliás, foi uma tendência universal do romantismo. Esclareceremos, todavia, como o indianismo de Alencar não ancorou apenas na cópia do método, tomando-o a Chateaubriand ou a Cooper. A propósito do indianismo, entretanto, é interessante anotar as palavras com que Sérgio Buarque de Holanda o aprecia: "Pode-se dizer que foi a maneira natural de traduzir em têrmos nossos a temática da Idade Média, característica do romantismo europeu. Ao medievalismo dos franceses e portuguêses opúnhamos o nosso pré-cabralismo, aliás não menos preconcebido e falso do que aquêle. Seguíamos ainda nesse ponto, com liberdade, os modelos do Velho Mundo". Verifica-se como o indianismo era uma saída espontânea, a única existente, por assim dizer, para o romantismo brasileiro.

As razões do indianismo

Erram, entretanto, os que pretendem ver nêle mera cópia dos modelos europeus ou mesmo norte-americanos. A valorização do elemento indígena, entre nós, era muito antiga, era muito mais antiga do que o romantismo. E, a bem dizer, nem era nossa, também, porque se levantara como movimento generalizado da cultura ocidental. Se remontarmos ao tempo, verificaremos as suas origens na idealização do índio estabelecida pela literatura jesuítica, e, mais do que na sua literatura, na sua política, não apenas em terras coloniais portuguêsas. Uma gente que não se impressionaria com a escravidão do negro, levantaria ondas de protesto em tôrno da submissão do índio, e de vez que fizera dêle o suporte natural de sua obra de catequese, elaboraria os temas de sua grandeza. Mas, se não quisermos descer aos primeiros tempos da colonização, poderemos ficar nos enciclopedistas, que traduziram, de uma maneira tão expressiva, embora também falsa do ponto de vista do confronto com a realidade, o encantamento do europeu com o índio, a tendência para torná-lo qualquer coisa feita à sua imagem e semelhança, com as suas qualidades e traços — qualidades e traços que estão presentes nos índios de Alencar —, qualidades e traços que não eram senão os que a cultura do tempo havia forjado para o homem branco europeu, e que êle generalizava, ao julgar com benevolência o índio. Em tôrno do interêsse dos pensadores do tempo a respeito do índio brasileiro, para não falar do índio em geral, é interessante consultar a monografia de Afonso Arinos de Melo Franco, *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*.

O indianismo não era pois, apenas uma saída natural e espontânea para o nosso romantismo. Mais do que isso, era alguma coisa de profundamente nosso, em contraposição a tudo o que em nós era estrangeiro, era distante, viera de outras fontes. O indianismo era nati-

vista, efetivamente, não só por coincidir com a fase da autonomia e dela provir como conseqüência direta, mas porque, logo após o processo da Independência, desenvolveu-se entre nós um nacionalismo vago e virulento, traduzido em jacobinismo desenfreado, de que as nossas rebeliões provinciais mostraram traços evidentes. Provar que o Brasil podia subsistir sem o português, e que podia viver de seus elementos próprios, entre os que estavam presentes na tarefa da colonização mas não eram lusos, constituía um tema excelente e próprio da época. Dos três grupos humanos que haviam colaborado na obra da colonização, entretanto, excluído o português, contra o qual se voltava aquêle extremado nativismo, só o índio servia como fundamento para uma temática rica e agressiva. Não podia servir o outro elemento, o negro, em virtude mesmo das condições da estrutura econômica brasileira, herança da fase colonial, ainda com extraordinária fôrça, que o colocara na mais baixa camada, a do trabalho puramente servil.

A valorização do negro, realmente, nunca chegou a merecer a atenção dos nossos escritores — e com muito mais forte razão não poderia impressionar um homem dos meados do século XIX, que morreu antes que o movimento abolicionista tomasse corpo. Pertencendo a uma classe que condicionava a posição do negro a uma inferioridade irremissível, os escritores do tempo não podiam fazer dêle o suporte natural de um movimento nativista no plano literário. A atividade literária, no Brasil do tempo de Alencar, estava estreitamente condicionada à classe dominante, de senhores de terras e de escravos. Nessa classe é que se recrutavam os escritores e nessa classe é que estavam os leitores. Valorizar o negro corresponderia a entrar em conflito com tais origens. Demais, as condições de cultura, os padrões estabelecidos, relegavam o trabalho, que era sinal de subserviência, ao negro escravo. Não seria possível valorizar o trabalho numa

sociedade escravocrata e latifundiária, em que a diferença estava, justamente, na situação superior dos que não trabalhavam, mas apenas usufruíam. O índio nada tinha a ver com o trabalho — era uma criatura livre, e assim o viam os contemporâneos de Alencar. E tinha, além de tudo, para a ânsia nativista, um traço de valorização histórica a mais: fôra êle o adversário do português colonizador: êle que, dono da terra, e livre nessa terra, opusera-se ao domínio luso, lutara contra êsse domínio e fôra vencido, sempre combatendo. Podia figurar excelentemente o sentimento da autonomia, mas sob uma condição: a de que, continuando o mesmo índio, estivesse revestido de determinadas qualidades, evidentemente emprestadas, que pertenciam à ética da classe dominante.

As fontes do indianismo estavam, ainda mais, na própria memória popular. Capistrano de Abreu, que juntou, nos seus primeiros anos de atividade como escritor, a tarefa de crítica literária com os seus pendores naturais para a investigação histórica, situou, em trabalho incluído depois nos *Ensaios e Estudos*, com uma precisão singular, as fontes folclóricas do indianismo. Definiu os três ciclos dos contos populares, filiando o indianismo ao terceiro ciclo. Capistrano, com a sua peculiar honestidade, confessava a fragilidade de suas pesquisas, fazendo notar que elas haviam sido efetivadas sòmente no Ceará — justamente a terra de Alencar. Tais origens folclóricas não escaparam ao romancista, que definiu uma primeira etapa de sua obra como girando em tôrno "das lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; ... as tradições que embalaram a infância do povo". Estamos longe, pois, do indianismo de cópia servil de Chateaubriand e de Cooper. Verificamos, ao contrário, as profundas raízes que êsse indianismo tinha lançado em terras brasileiras. Que a leitura de Chateaubriand e Cooper também tenha tido a sua influência, no caso pessoal de Alencar, é aceitável, e é ainda aceitável que a in-

fluência do primeiro tenha sido maior do que a do segundo, conforme já notara Taunay. Mas já é tempo de mostrar como Chateaubriand não é uma leitura popular, na França, enquanto Alencar o é, no Brasil; enquanto Cooper não é matéria literária essencial, ou qualitativamente superior, em sua pátria, Alencar é o criador, aqui, do romance brasileiro e o teor literário de sua obra merece ainda um grande aprêço, tanto maior quanto mais compreendido, em face das condições do seu meio e da sua época.

Os elementos caracterizadores do indianismo, pois, conforme observou com muita agudeza Mário Camarinha da Silva, em artigo de jornal, podem ser assim alinhados: o elemento folclórico, em tôrno do qual Capistrano levantou uma pista tão segura; a influência estrangeira, vinda através de Cooper e, de forma particular, de Chateaubriand; o elemento nativista, polarizando a tendência antilusa dominante na época e frisando a primazia da contribuição humana que resistira ao colonizador português, a qual se constituía na população primitiva do continente; o elemento condicionado pela escravidão, que forçava a exclusão do negro como matéria literária, ficando vedada, pelas condições culturais, em conseqüência da estrutura econômica do país recém-independente, a valorização do africano; o elemento idiomático, por último, constituindo a preocupação do romancista em afirmar a autonomia literária não só através do fundo como através da forma, escrevendo diferente dos portuguêses e mostrando que havia, no Brasil, uma linguagem diferente, ou pretendendo contribuir para que houvesse e se afirmasse cada vez mais acentuada a diferenciação.

A obra de José de Alencar, surgida numa época em que a nossa literatura mal se esboçava, trouxe em si traços marcadamente brasileiros. Êle soube confundir-se com a sua gente e com a sua época, particularmente

com a sua classe, e foi um intérprete fiel de tôdas elas: vê-lo através de condições diversas é deformar o critério de julgamento. Sua importância literária é muito grande, quer no sentido da função histórica que exerceu, trabalhando a língua com esmero, dando o molde de uma forma literária e fundando o romance como gênero popular, quer tomado isoladamente, como intérprete de seu tempo, estudioso do seu ambiente, narrador dos seus costumes.

O segrêdo da popularidade constante de José de Alencar está, sem dúvida, na afinidade que existiu sempre entre o público médio, nem só do Brasil como de todos os países em condições semelhantes, e o teor essencial das criações do romantismo. Mas há que distinguir uma particularidade que explica a preferência do público pelos romances de Alencar às obras de outros românticos brasileiros. Esta particularidade é certo, a secreta intuição que faz com que muitas vêzes o povo julgue com mais acêrto do que os homens de pensamento, e compreenda melhor e, principalmente, sinta mais fundo aquilo que tem para êle uma significação real e que de fato lhe pertence. No sentido de que povo, entre nós, nesta fase, é ainda classe média, em que os padrões elaborados pelo colonialismo conservam extrema resistência; no sentido de que nessa classe é que são recrutados, agora, os leitores, em sua maioria; no sentido de que a sociedade brasileira conserva ainda muito do que lhe proveio da herança colonial.

SÍLVIO ROMERO

(UM GUERRILHEIRO DESARMADO)

O MEIO E A LITERATURA

Quase todos os compêndios de história literária começam por apresentar o meio físico e o meio humano em que surgiu a literatura que estudam. Isso se tornou uma fórmula clássica, copiada, aliás, da história geral, da relação da vida dos povos, desde que começou a transição de uma simples crônica de acontecimentos para as narrativas mais simples, em seus fundamentos e em suas explicações e conclusões. O historiador busca, assim, mostrar o meio em que foi possível surgir a literatura e como tal meio influiu nela. Tôdas as tentativas apreciáveis que apareceram entre nós, no sentido de apresentar o desenvolvimento literário, acompanharam a fórmula clássica, de Sílvio Romero a Ronald de Carvalho. Em nossos dias mesmo, o projeto de uma grande *História da Literatura Brasileira* — grande pelo menos na extensão — conta como volume inicial aquêle que deve apreciar "O ambiente social e de cultura, o meio físico e os elementos étnicos". A título de exemplo, é significativo lembrar que Antônio Sérgio, ainda recentemente, iniciou a sua *História de Portugal* com um volume todo êle dedicado ao estudo do meio físico, batizando-o de *Iniciação Geográfica*, e que Caio Prado Júnior estuda, nas primeiras páginas de sua *Formação do Brasil Contemporâneo*, a descrição da terra brasileira.

Ora, para fazer um levantamento do meio físico e do meio humano é indispensável que o historiador da literatura tenha alguma coisa mais do que o simples conhecimento literário, uma compreensão muito mais ampla do que a mera erudição no terreno específico a que se dedica. Se isso é verdadeiro no que diz respeito à repre-

sentação do meio físico, acentua-se mais ainda quando se trata do meio humano. É por isso que tais obras têm indicado uma evolução interessante, em relação ao primeiro aspecto, deixando de parte teorias geográficas de um anticientificismo evidente, mas aceitando ainda, em relação ao segundo aspecto, doutrinas e teses que a ciência já deixou de lado e que se apresentam, por vêzes, como asseguradas pela experiência, ou aceitas pela generalidade, quando deixaram, na verdade, de merecer, de há muito, qualquer amparo do especialista.

No caso, o êrro está em que o historiador, não sendo um especialista ou não tendo, em cultura geral, a posse dos elementos essenciais, vale-se de autoridades outras e aceita as suas conclusões como verdadeiras, dando-lhes a forma conveniente para situar o desenvolvimento literário e até mostrar como tal desenvolvimento se enquadrou no panorama humano que lhe forneceu a moldura. E a repetição de velhos erros vai contribuindo para confundir o espírito de leitores pouco avisados, alastrando os males de uma meia-ciência, é de uma pseudo-ciência. Não seria necessário citar aqui o compêndio de Ronald de Carvalho, em que o diletantismo do autor criou e divulgou em muitos casos fórmulas inteiramente descabidas.

Em tempos bem mais recuados, quando apenas se esboçava entre nós a formulação de uma história geral e de uma história literária, o pensamento científico estava fortemente influenciado pela obra de Buckle, a *História da Civilização na Inglaterra.* Buckle dedicou aí um pequeno espaço ao Brasil, e os seus conceitos, vindos de autoridade tão em evidência, encontraram entre nós uma generalizada aceitação. Em uma súmula apressada e esquemática, Buckle afirmava que as civilizações antigas desenvolveram-se nos países onde as condições de vida eram fáceis, nas penínsulas, à margem dos grandes rios, regiões em que eram abundantes o calor e a umidade. O Brasil, entretanto, para o pensador inglês, cons-

tituía uma exceção, em virtude do efeito, em nosso meio, dos ventos alíseos, das chuvas torrenciais e dos miasmas. Em conseqüência, segundo as suas considerações, não chegara a se desenvolver, em nosso território, uma civilização primitiva, e deveríamos permanecer num inveterado barbarismo.

A influência do meio físico, segundo Buckle, processa-se por efeito de quatro fatôres: o clima, a alimentação, o solo e o aspecto geral da natureza. O pensador britânico aprecia os efeitos de cada um dêles sôbre o meio brasileiro, dedicando algumas páginas eloqüentes ao clima. Depois de exaltar a natureza, em que a forte umidade teria produzido um quadro de exuberância vegetal extraordinária, apresenta a sua primeira restrição: "Entre esta pompa e esplendor da natureza, porém, nenhum lugar foi deixado para o homem! ... É reduzido à insignificância pela majestade que o cerca. As fôrças que se lhe opõem são tão formidáveis que êle nunca conseguiu fazer-lhes frente, nunca foi capaz de resistir à sua acumulada pressão. O Brasil todo, a despeito de suas inúmeras vantagens aparentes, tem permanecido inteiramente inculto, vagando seus habitantes selvagens e impróprios para resistir aos obstáculos que a generosidade da natureza pôs em seu caminho. Os aborígenes, como todo povo na infância da sociedade, foram adversos a emprêsas e, sendo desconhecedores das artes com que se removem os obstáculos físicos, nunca intentaram opor-se às dificuldades que obstaram ao seu progresso social".

Mostra, em seguida, a inanidade do esfôrço dos próprios elementos europeus para fazer alguma coisa nessa terra tão prodigiosa, mas ao mesmo tempo tão nefasta: "Estas dificuldades, entretanto, são tão sérias que durante cêrca de quatro séculos os recursos da ciência européia têm sido em vão empregados no intuito de afugentá-las Ao longo da costa do Brasil tem sido introduzida, vinda da Europa, uma certa cópia de cultura que

os naturais por seus próprios esforços nunca teriam alcançado. Tal cultura, porém, em si mesma muito imperfeita, nunca penetrou nos recessos do país, e no interior até agora existe um estado de coisas semelhante ao que dantes existia. O povo ignorante e, além disso, brutal, não praticando nenhuma restrição, e não reconhecendo lei alguma, continua a viver em seu antigo e inveterado barbarismo. Neste país, as causas físicas são tão ativas e produzem o seu império em uma escala de tal magnitude, que tem sido até hoje impossível escapar aos efeitos de sua ação combinada. Os progressos da agricultura são paralisados por florestas intransponíveis, e as colheitas são estragadas por inumeráveis insetos. As montanhas são por demais altas para serem escaladas; os rios por demais largos para serem vadeados ou cobertos com pontes; cada coisa foi aí produzida para reprimir o pensamento humano e conter a sua crescente ambição. Destarte, as energias da natureza têm encadeado o espírito do homem. Nenhures é tão penoso o contraste entre a grandeza do mundo externo e a pequenez do interno. O pensamento, intimado por essa luta desigual, não só tem sido incapaz de avançar como, sem o auxílio estrangeiro, teria indubitàvelmente recuado".

Em seguida, passa Buckle ao exame da situação do homem em face do meio, particularmente em conseqüência da pressão climática: "Os hábitos do povo são tão bárbaros como dantes e, quanto a seu número, é muito mais digno de notar-se que o Brasil, a região onde mais do que nas outras os recursos físicos são mais poderosos, onde os animais e vegetais são mais abundantes, onde o solo é regado pelos rios mais nobres e a costa ornada pelos melhores portos, êste imenso território que é maior doze vêzes o tamanho da França, contém uma população que não excede a seis milhões de almas. Estas considerações suficientemente explicam porque é que em todo o Brasil não existem monumentos da mais imperfeita civilização, nenhum sinal de que o povo tenha, em período

algum, saído por si mesmo do estado em que se achava quando o seu país foi descoberto. No Brasil, o calor do clima foi acompanhado por uma irrigação dupla, proveniente, de um lado, do imenso sistema fluvial próprio da costa oriental, e, de outro, da abundante umidade depositada pelos ventos gerais. Desta combinação resulta que a fertilidade sem igual, tão grande quanto podia interessar ao homem, derrocou os cálculos dêste, paralisando seu progresso por uma exuberância que, se fôsse menos excessiva, o teria ajudado".

Não satisfeito com um quadro de côres tão sombrias, Buckle alongou o seu estudo e mostrou o que, a seu ver, eram as origens climáticas dos males humanos: "A constituição dos indígenas testemunha a influência enervadora do clima: todos os observadores assinalam nêles o contraste da fraqueza radical, do relaxamento dos tecidos, da indolência e da apatia, com a exaltação do sistema nervoso, o fogo das paixões, os borbotões desordenados de atividade física e moral. O enfraquecimento geral destas raças é também favorecido pela natureza do regime alimentício, pouco reparador no fundo, apesar dos condimentos incendiários com que se reforçam para despertar a inércia de seus órgãos digestivos, enfraquecidos pelos excessos venéreos, que cometem pelo estímulo especial do clima, pelas desordens de tôda espécie a que os levam sua luxúria natural, a ociosidade e o despudor dos costumes".

Não é surpreendente que tais idéias, apresentadas por autoridade intelectual e de origem, tivessem repercussão entre nós, que muitos brasileiros, incapazes não por culpa sua ou do clima para a análise severa e minuciosa de tantos despropósitos, entrassem a repetí-los, certos de sua infalibilidade. Tais idéias têm circulação ainda hoje, e não se pode afirmar, a rigor, que essa circulação se processe apenas nas camadas incultas. Pelo contrário, muito ensaio de interpretação tem dado guarida a um sistema de inverdades dêsse porte, preferindo

5 — 29 321

os seus autores, no nosso próprio tempo, o verbalismo vazio a qualquer outra tentativa de exame que acabaria por deixar a nu a pretensa ciência de Buckle, que já para o seu tempo não era válida, e que agora carece de todo e qualquer vislumbre de mérito.

Os escritores daquela fase, os que receberam, pouco depois de lançadas, tais idéias, mesmo os que as combateram em parte, discutindo o que tinha de superficial — que os rios não eram tão grandes, que as montanhas não eram tão altas, que o calor não era tão intenso —, não ficaram imunes aos seus efeitos. Sílvio Romero, por exemplo, discute, nas primeiras páginas da sua extensa *História da Literatura Brasileira,* as teorias de Buckle e sua aplicação ao caso brasileiro. Nega, em grande parte, a sua exatidão, o que já foi alguma coisa. Mas aceita muitas de suas conclusões. E chega a escrever frases como esta: "É o que explica a precocidade de nossos talentos, sua extenuação pronta, a facilidade que temos em aprender e a superficialidade de nossas faculdades inventivas". Para acrescentar logo adiante: "O trabalho intelectual é, no Brasil, um martírio: por isso pouco produzimos; cedo nos cansamos; envelhecemos e morremos depressa". Conclusão desalentada para males cujo remédio, no modo de ver do polemista e historiador, estaria mais "em um regime dietético acertado e caprichoso do que mesmo em um bom regime político".

Em função do que escrevera Buckle, embora negando veracidade às suas observações e principalmente à conclusão desalentada do inveterado barbarismo a que nos condenava, Sílvio Romero traçaria um quadro de tons negros e severos: "A nação não ama de frente a natureza, nem se une a ela pela ciência, ou pela arte. Os moços quase nunca têm uma inspiração sua, nacional, brasileira; não neutralizam a fraqueza original de nosso espírito pelo regime saudável da ciência, pelo estudo sério e pela higiene do corpo. Não conhecem os segredos do pensamento original e autonômico, nem procuram casar

as suas idéias aos arroubos de nossa natureza. Os literatos preferem desconhecer o país e o povo, seqüestrar-se d'alma nacional e viver enclaustrados nas cidade, entregues ao sonho polucional de umas cismas raquíticas; abandonados, segundo a frase gráfica de um escritor europeu, a uma espécie de extravasamento, de onanismo intelectual. O rapaz aos vinte anos, entre nós, quase sempre está viciado, e aos trinta é velho de corpo e de espírito".

Não é espantoso, pois, que um século após a publicação do livro de Buckle, um estudioso brasileiro, e dos mais conceituados, e realmente daqueles que possuíam lastro intelectual apreciável, tenha escrito um *Retrato do Brasil* em que cada capítulo tinha por título um vício, que o ensaista considerava inerente à natureza do homem brasileiro, apresentando-os como os grandes momentos da sua história. Se o próprio Sílvio Romero, que se destacava pelos seus estudos e pela intrepidez de seu pensamento, pela intuição de veracidade que nunca o abandonou, apesar de seus erros, e ainda que tolhido muitas vêzes pela paixão de guerrilheiro das letras, veiculava e aceitava conclusões anticientíficas mais do que antibrasileiras, que esperar de ensaistas que não se distinguiam pela mesma autonomia de espírito?

Sílvio chegava ao ponto de acusar a geração dos poetas românticos, aquêles que morreram cedo, como se cada um tivesse culpa de sua enfermidade ou fôssem todos apenas vítimas de uma condição coletiva que marcaria o homem, entre nós, de forma indelével, condenando qualquer esfôrço: "É a razão de tôda essa galeria pátria, merencória e sombria, de tísicos e histéricos, mortos antes dos trinta anos, onde estão Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Bernardino Ribeiro, Castro Alves, Junqueira Freire, Macedo Júnior, Dutra e Melo, Franco de Sá, e muitos e muitos outros extenuados ao sol da pátria, é certo; mas também desorientados pelas quimeras de uma educação misantrópica e prejudicial". E aduzia,

como severa condenação: "Todos êstes môços são um mau exemplo para nós os de hoje; havemos mister de tipos mais varonis, de lutadores mais valentes".

Se isso é uma parte de apresentação da literatura brasileira, a que foi feita por um de seus grandes mestres, a que permanece para muitos como um monumento de erudição, que dizer daquelas feitas por Ronald de Carvalho e quejandos, circunscrita ao gôsto e às preferências de apressadas leituras? O êrro vive, realmente, da repetição, e na repetição adquire dimensões de verdade. Da repetição de idéias, interpretações, conclusões tão disparatadas, viveram as aparentes verdades que nos condenaram, porque provínhamos de uma raça inferior, porque tínhamos um clima condenado, porque éramos por natureza atrasados e preguiçosos, porque estávamos sujeitos a doenças tropicais, porque jamais conseguiríamos ser alguma coisa de ponderável, porque não estávamos em condições de governar e menos ainda de explorar a nossa própria terra — e também de elaborar uma literatura original. A tudo isso, os nossos homens de pensamento concederam foros de verdades, repetindo-as, como se verdades fôssem. Que interêsse tinham nisso os demais, os que as haviam forjado? Apenas aquêle de nos distrair e entorpecer o espírito para que jamais viéssemos a tentar descobrir as verdadeiras razões de tantas mazelas.

Um crítico militante

Um dos sintomas mais evidentes da imaturidade intelectual ainda tão comum entre nós consiste no inveterado horror à análise e à crítica. Em tal ambiente, não raro esterilizado pela inércia e pela rotina, tôdas as afirmações, mesmo as mais audaciosas e infundadas, ganham foros de verdades. Enquanto isto, os textos dos nossos grandes escritores continuam, em regra, puros, intocados. As reedições das grandes obras, com que pretendemos assinalar alguma coisa de melhor, pouco ou nada de novo

apresentam em relação com as primeiras edições. Raras as obras que têm merecido comentários sérios, revisões críticas, anotações fundamentadas, esclarecimentos lúcidos. Lemos, hoje, Euclides da Cunha nos mesmos textos em que o leram os nossos pais. Lemos Sílvio Romero nos mesmos textos em que êle apareceu aos que o conheceram há meio século.

Introduções, notas, atualização de textos, são proezas esporádicas, inteiramente fora do habitual. Algumas, existindo, revelam apenas impreparação. Há introduções críticas a obras nossas que revelam o mais absoluto desconhecimento das condições em que elas apareceram. São raros os exemplos que podemos indicar de edições em que, seja pelo anotador, seja pelo prefaciador, encontramos um guia para a leitura, anotações críticas, uma atualização de problemas. Ninguém pode ser dono senão da ciência de seu tempo, quando chega a êsse máximo. Ora, a ciência está em constante desenvolvimento, conforme já propalava o conselheiro Acácio... Trabalhos de natureza científica necessitam constante atualização e nisso não vai nada que desabone autores que escreveram num passado em que a ciência não havia percorrido ainda determinados caminhos. O debate de idéias defendidas por autores que viveram em outro tempo só pode ser estabelecido na base da relatividade da ciência no instante em que viveram e produziram. Qualquer estudante de curso secundário de hoje, mesmo nas condições lamentáveis a que está relegado o ensino entre nós, faria figura brilhante ao lado de Aristóteles. Mas Aristóteles é Aristóteles, apesar de tudo, e o estudante do exemplo não passa de um principiante.

Tomemos o caso de Sílvio Romero — um entre muitos — para mostrar ao vivo a necessidade a que nos referimos. É indispensável, antes de mais nada, frisar que Sílvio Romero viveu num tempo em que os nossos homens de letras não fugiam ao debate de problemas que, não sendo específicos de sua tarefa, interessavam a to-

dos. Se reconstituirmos, ainda que sumàriamente, aquela época, verificaremos como os escritores participavam, e alguns fundamente, da discussão política, colocada esta na sua melhor significação. Sílvio Romero interessou-se por todos os grandes problemas de seu tempo. Participou do debate que se desencadeou em tôrno de cada um. Teve uma posição. Defendeu-a com os arremessos de seu espírito vivo e inquieto. Escrevendo uma *História da Literatura Brasileira,* que até hoje permanece como obra de interêsse indiscutível, teve oportunidade, em suas páginas, desde as primeiras, desde as de introdução, de dar a sua palavra a propósito dos assuntos que mais interessavam ao Brasil naquele momento. Por tratar de literatura, não se viu desobrigado de apreciar os referidos assuntos, fugindo ao debate dêles. Muito ao contrário, deu-lhes um lugar, chamou a atenção do público para êles, e discutiu-os, conforme verificaremos.

Discutiu-os, entretanto, como não podia deixar de ser, com a ciência de seu tempo, com os elementos de informação que estavam ao seu alcance. E também — e ainda aqui de forma coerente — com os prejuízos, os preconceitos, os erros mesmo que então tinham vigência. Ao abordar os pontos de vista do formidável lutador sergipano, o nosso primeiro ato deve ser sempre, o de homenagem a quem soube, de forma inequívoca, cumprir o dever mais elementar do homem de pensamento, que é o de participação efetiva nos acontecimentos relevantes.

Sílvio Romero teve a primeira edição de sua *História da Literatura Brasileira* lançada em 1888, o ano da Abolição. No prólogo a essa edição pode-se sentir bem a ressonância do acontecimento que acabava de dar ao país um dos seus instantes mais fecundos. Sílvio, nas linhas introdutórias, deixa o seu depoimento a respeito. São palavras que merecem atenção, tanto nos vimos desviando da verdade e da objetividade, no trato de um problema tão importante como o do trabalho servil. Já naquele momento era comum repetir que a hora era de gravida-

de: "O momento político e social é grave, é gravíssimo. Os problemas que nos assediam, a despeito de havermos arredado o trambolho da questão servil, são ainda muito sérios, são da índole daqueles que decidem do futuro de um povo". Estas palavras não escondem a participação do autor nos debates. Nem êle fica apenas na simples menção dos problemas: vai mais adiante e traz cada um à tona, para definir o seu ponto de vista. Esclarece, então: "Quando aludo a problemas desta natureza, dêsses que assinalam épocas na vida das nações, não me refiro a certas teses de caráter terciário, simples regulamentações internas, como casamento civil, registro civil, cemitério secularizado e quejandas, necessárias por certo às populações acatólicas do país, mas só por si incapazes de constituir um programa de reformador sério".

Quais os problemas que poderiam, pois, constituir "um programa de reformador sério"? Sílvio Romero não demora em enumerá-los, com a clareza comum ao seu pensamento e a forma direta e pessoal de dizer as coisas que foram características estimáveis de sua personalidade invulgar: "Nossos problemas capitais na atualidade se me afiguram ser alguns reais, outros levantados pela impaciência e desorientação dos agitadores da opinião. Uns e outros na hora atual são: pela face política — federalismo, república e organização municipal; pela face econômica — velho e temeroso problema da emancipação dos escravos está substituído por três outros — o aproveitamento da fôrça produtora do proletariado, a organização do trabalho em geral, a boa distribuição da propriedade territorial; pelo lado social — colonização estrangeira, grande naturalização, reforma do ensino teórico e técnico". Antes de discutir os pontos de vista de Sílvio Romero, é interessante lembrar que êle frisava a participação de todos os homens esclarecidos no desenvolvimento das soluções que propunha: "Todo homem que empunha uma pena no Brasil deve ter uma vista

assentada sôbre tais assuntos, se êle não quer faltar aos seus deveres, se não quer embair o povo".

Está claro que Sílvio Romero assumia uma posição a que não se lhe poderia negar o aplauso. Não fugia ao debate dos problemas que interessavam a sua gente: trazia êsse debate para o texto de suas obras, ainda as menos especializadas nesse sentido. Por tratar de literatura, não se entendia escusado de abordar temas estranhos ao que era específico de sua tarefa circunstancial. Muito ao contrário, pregava a participação, falava em deveres a que se não podia faltar, e mencionava a falha de embair o povo. Tinha, pois, uma posição definida. Pregava que todos a tivessem. Acentuava a obrigação do escritor nesse sentido. Estava sob a influência da vibração trazida pelo ato da regente, que concedera liberdade ao trabalho, e já indicava outros problemas e outras soluções.

Estaria êle propondo bem as reformas de que necessitava o país? Se não, propunha pelo menos de acôrdo com o seu ambiente. Tocava, é certo, em pontos sensíveis, que até hoje aguardam a coragem dos homens públicos: a distribuição da propriedade da terra, a organização do trabalho, o aproveitamento da fôrça do proletariado que, nessa época, começava a aparecer nos núcleos urbanos, como elemento já ponderável, alterando a fisionomia da sociedade brasileira. Dava importância, também, a aspectos secundários, meras questões formais, já equacionadas e até em vias de solução algumas, aquelas que englobava dentro do plano político, a república, a federação, a organização municipal. Julgava problemas sociais a imigração, a naturalização em conjunto, a reforma do ensino, no que seria repetido, como até hoje se verifica, por todos os que, temendo tocar no essencial, ficam bordejando em tôrno do acessório. Imigração, grande número de naturalizações, reformas de ensino, não teriam fôrça, sem dúvida alguma, qualquer que fôsse a solução,

para alterar a fisionomia brasileira naquilo em que ela se apresentava mais retrógrada, naquilo em que ela fixava a sua natureza, a sua estrutura, naquilo que era profundo.

Sílvio Romero aprecia, em seguida, o desenvolvimento do problema abolicionista, mostrando as suas fraquezas, os seus erros, o jôgo de vaidades que se estabelecia no instante em que chegava à vitória, espetáculo a que estamos acostumados no Brasil, quando mais vale parecer do que ser, mais vale ostentar do que trabalhar. Situando aquêle desenvolvimento, o historiador mostra, no momento em que apareciam tantos donos da idéia abolicionista, que "a raça negra foi liberta porque merecia sê-lo, e quem a libertou foi principalmente o povo brasileiro". Não se esquecia de mencionar a particularidade que residia no "fato do escravo começar já então a ser um trambolho, uma desvantagem diante do trabalho livre", revelando compreensão num instante em que os transbordamentos de entusiasmo concorriam para esconder os traços objetivos do quadro em que o abolicionismo trabalhara e vencera. Quadro em que, aliás, Sílvio Romero se colocara numa posição tida por muitos como escravocrata porque contrariava pontos de vista que vinham ganhando adeptos constantemente. Posição falsa, evidentemente, mas jamais escravocrata que nos dispensamos de apreciar aqui.

Quanto à reforma republicana, Sílvio Romero batia-se pelo seu advento, vendo nela mais do que seria de esperar, e aconselhando, com evidente imprecisão: "Lutemos pela república que funde a liberdade e o desenvolvimento cultural da nação". Confundir o problema da liberdade, certamente o da liberdade individual, e o do desenvolvimento da cultura com uma simples reforma de figurino político era demonstrar ausência de claro e objetivo entendimento. Em Sílvio Romero tais contrastes aparecem com freqüência. Vemos, ao lado de intuições importantes e de uma compreensão por vêzes nítida dos

acontecimentos e do quadro, lances de flagrantes incompreensões, proposições vazias de sentido.

Assim acontece, por exemplo, quando considera o problema da federação "assunto muito sério e, pelo que toca ao futuro do povo brasileiro, bem mais considerável do que a própria emancipação da escravatura", confundindo um problema profundo, como aquêle que afetava o trabalho e que, portanto, estava intimamente associado à sorte do nosso povo, em exato sentido, com um problema superficial, que atraía as atenções, face à centralização monárquica, na sua poderosa reação contra tôdas as fôrças que se haviam gerado e começavam a atuar sôbre a estrutura colonial da produção brasileira, fôrças que, desorientadas e ainda fracas, ficaram podadas no sentido que poderiam imprimir ao quadro nacional, desaguando em reformas inócuas, que deixavam intacto tudo o que o regime colonial havia levantado nos seus três séculos de vigência.

Ante as reformas federativa e republicana, que aceitava, Sílvio Romero temia pelo ideal de unidade, como muitos outros, confundindo os planos em que se desenvolviam os problemas. Confusão que não foi apenas sua, mas que se generalizou, que teve adeptos e que contribuiu bastante para enfraquecer a campanha em que se haviam empenhado os seus partidários. Não eram poucos os que pressentiam, na federação e na república, um fermento dissociador, ante o qual a grandeza geográfica e a diversidade de desenvolvimento ganhariam aspectos novos e poderosos, concorrendo para destruir um patrimônio em que os brasileiros viam tantos e tão evidentes sinais de importância.

Fatôres da literatura Nos "Fatôres da Literatura Brasileira", abrindo a sua obra monumental sôbre o nosso desenvolvimento literário, Sílvio Romero faz uma ampla exposição a respeito do meio físico e do meio social, em que podemos encontrar

uma súmula de suas idéias fundamentais. Deixando de lado o primeiro dos capítulos daquela parte (o que se refere às divisões do desenvolvimento literário no tempo), verdadeira introdução à obra que apresenta em seguida, devemos atentar para os capítulos seguintes, em que se encontram as referidas idéias, expostas com precisão quase sempre, mas sempre com a veemência que caracterizou o crítico sergipano.

Logo no segundo capítulo encontramos matéria para amplos debates, pois êle se refere às teorias sôbre a história do Brasil, assunto velho, como se vê, e que vem sendo apresentado como novo, agora, por espíritos pretensamente originais. Não nos esqueçamos que Sílvio Romero escreveu sob a poderosa influência dos estudos que, a propósito de ciências naturais, sacudiram os círculos interessados, na últimas décadas do século XIX. Por isso não nos devemos surpreender, que êle mencione, logo às primeiras linhas: "A darwinnização da crítica é uma realidade tão grande quanto é a da biologia". Para ampliar o seu pensamento, em seguida: "A poderosa lei da concorrência vital por meio da seleção natural, a saber, da adaptação e da hereditariedade, é aplicável às literaturas, e à crítica incumbe comprová-la pela análise dos fatos".

Sílvio Romero passa, então, a apreciar as diversas teorias da história do Brasil, que eram, em seu tempo, as de Martius, de Buckle, de Oliveira Martins, dos comtintas e dos discípulos de Spencer. A dissertação de Martius, formulada em 1843, sob o título *Como se deve escrever a história do Brasil,* despertou, desde o seu aparecimento, muito interêsse entre aquêles que se ocupavam dos estudos brasileiros. Colocá-la como uma teoria da nossa história parece-nos hoje bastante forte. Teve, entretanto, os seus méritos, levada em consideração a questão de tempo, com a sua decorrência natural, a do desenvolvimento das ciências da sociedade. Ainda hoje, não é raro encontramos referências àquele estudo, lido

como atual e tido como podendo fornecer bases para pesquisa e levantamento da história brasileira. Idéia de leigos, certamente, mas com divulgação que lhe confere uma fôrça que não devemos, bem ponderadas as coisas, admitir como demasiado grande. Ao tempo de Sílvio Romero, a dissertação de Martius parecia a última palavra. Era, realmente, um passo à frente, embora um passo menor do que parecia aos que, apegados à simples e estéril cronologia, não podiam dar novo sentido a tais estudos.

Martius, como quase todos os homens de ciência de seu tempo aliás, fazia puro etnocentrismo. Sua doutrina, para dar à dissertação a pomposa palavra com que a honrou Sílvio Romero, consistia em tomar por base a contribuição dos elementos das três raças que aqui "concorreram para o desenvolvimento do homem". Não é necessário estabelecer que, agora como sempre que nos referimos à palavra, *raça* significa o que se entendia pelo vocábulo nos fins do século XIX. O pensamento do sábio alemão fica suficientemente claro com a citação de um trecho do seu trabalho: "Cada uma das particularidades físicas e morais que distinguem as diversas raças oferecem a êste respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum quanto maior fôr a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. Disso necessàriamente se segue que o português, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influiu naquele desenvolvimento, o português que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente, se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande êrro para todos os princípios da historiografia pragmática se se desprezassem as fôrças dos indígenas e dos negros importados, fôrças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. Tanto os indígenas como os negros reagiram sôbre a raça predominante".

Sílvio Romero aceita, em conjunto, o que chamou doutrina de Martius, mas acusa o naturalista bávaro de duas falhas fundamentais: a de não ter sequer feito menção "do que devemos, em nossa vida geral, aos três fatôres principais de nossa população", e a de ter deixado esquecido o mestiço. Falta, assim, segundo o ponto-de-vista de Sílvio Romero, "nexo causal" à doutrina de Martius. Não se demora o autor da *História da Literatura Brasileira* na análise da conhecida dissertação. "Resume-se a transcrever dela um trecho, a reafirmar-lhe os méritos e a estabelecer as suas ressalvas. Não era preciso mais, evidentemente. Seria inútil demorar-se no estudo de um trabalho circunstancial, de homem a quem os estudos da especialidade eram estranhos, embora dotado de saber invulgar em outra especialidade e de conhecimentos gerais muito amplos.

Entra Sílvio Romero, em seguida, na análise da teoria exposta pelo historiador inglês H. T. Buckle. Estamos, agora, diante de uma concepção climática, concepção que não seria a primeira e estaria longe de ser a última. Os estudiosos do nosso tempo conhecem bem o sucesso alcançado pelos trabalhos do geógrafo americano E. Huntington, que, chegou às mais curiosas conclusões a propósito do desenvolvimento humano, em estatísticas e observações que o levaram a considerar o clima um dos fatôres principais na vida das coletividades, condicionando, senão determinando, o seu progresso ou o seu atraso. Pois em Buckle vamos encontrar um antecessor ilustre do mencionado geógrafo, apenas com mais ilustração, brilho maior e talvez menos dogmatismo. Com os mesmos erros, no fim de contas, e com os mesmos reflexos para o caso brasileiro, que é o que nos interessa.

Buckle dividia as leis que dirigem a história em físicas e mentais, subdividindo as últimas em intelectuais e morais. Entre as leis físicas, que regulariam o desenvolvimento histórico, colocava o clima, a alimentação, o solo e o aspecto geral da natureza. Negava a distinção

originária das raças, explicando-lhes as diferenças posteriores segundo as leis que formulou. Sílvio Romero levantava-se contra êsse critério, entendendo que as raças haviam surgido diferentes, concorrendo o clima apenas para manter essas diferenças. Buckle dividia a civilização em dois grandes compartimentos: o da Europa e o de fora da Europa. Ainda aí Sílvio negava as conclusões do autor inglês.

"Esta distinção é caprichosa" — escrevia êle. E continuava: "A civilização só é antiga e moderna, oriental e ocidental, da Europa ou extra-européia nos livros medíocres de filosofia da história, que assinalam leis contraditórias para cada uma delas. No vasto e completo conceito, ela é uma só, que, evolucionalmente se vem desenvolvendo até nós". Nesse ponto, parece incontestável que a boa doutrina estava com o crítico brasileiro. Tais linhas, aliás, serviriam ainda hoje, para alertar os incautos que aceitam a existência de duas civilizações, uma oriental e outra ocidental, repartidas por misterioso merediano, que ninguém pode dizer por onde passa.

Aferrado à doutrina que criara arbitràriamente, Buckle achava que as condições físicas de determinadas regiões haviam proporcionado o aparecimento das grandes civilizações. Calor e umidade, fertilidade da terra e um vasto sistema fluvial, eis o que admitia como constituindo condições ideais para o aparecimento e o desenvolvimento da civilizações importantes. Entrava, então, nos exemplos históricos, e apontava os da Índia, do Egito, do México e do Peru. No caso do Brasil, como o meio físico estava indicando, segundo aquela sua doutrina, onde deveríamos estar presenciando uma das civilizações destacadas, atalhava o problema com a desculpa de que isso não acontecera em virtude da existência dos ventos alíseos. Não é preciso ir adiante para verificar como o pensador inglês não passou, no fim de contas, de um Huntington do século XIX. Sílvio não lhe acompanha os passos e, alinhando as suas idéias, acrescenta

muitos reparos. Mas não deixa de seguir alguns de seus pontos de vista e, de um modo geral, acha-o interessante: "Reforçado o seu sistema pelas novas concepções do darwinismo, a exemplo de Bagehot, é êle um bom sistema da história científica" — declara, a certa altura. Era muito, para o autor da *História da Civilização na Inglaterra*.

Ao apreciar as teorias de Buckle, Sílvio Romero procura alguns apoios para contraditá-las. Implica principalmente com a questão do clima. Vai encontrar refôrço, então, em Michel Levy, higienista francês hoje totalmente esquecido. Levy, como era hábito no tempo, levanta verdadeiro libelo contra os climas quentes, e exagerando as suas mazelas. Pois Sílvio encontra veracidade em muitos dos conceitos daquele pretenso higienista, e afirma mesmo, a respeito de um de seus quadros, a propósito da influência esterilizante dos climas cálidos, que "é a descrição mais ou menos exata do Brasil. Temos uma população mórbida, de vida curta, achacada e pesarosa em sua mor parte". Mas se pergunta, adiante: "E que relação tem isto com a literatura brasileira?" para responder, sem demora: "Tôda. É o que explica a precocidade de nossos talentos, sua extenuação pronta, a facilidade que temos em aprender e a superficialidade de nossas faculdades intuitivas". Por aí se verifica como Sílvio Romero, apesar de tudo, aceitava e veiculava teorias que estavam muito distantes de qualquer fundamento científico — êle que procurava estar em dia com as ciências e que desejava imbuir de sólidos alicerces científicos tôdas as suas observações e conclusões. Vemos que aceita o clima como causa da precocidade de alguns dos nossos talentos, como origem de nossa superficialidade. Vemos como aceita que a nossa gente constitua, em suma, "uma população mórbida".

Vai mais longe, entretanto. Sem fundamento científico para ir ao âmago da questão, afirmava sôbre as conseqüências dissociadoras: "A nação precisa mais de

um regime dietético acertado e caprichoso do que mesmo de um bom regime político". Era, realmente, levar a extremos singulares a dietética... e segundo tal orientação, caberia aos SAPS resolver todos os nossos problemas... Seria melhor, sem dúvida, do que deixá-los ao arbítrio do subdelegado, como vamos fazendo. Mas a conclusão não honrava o raciocínio do pensador sergipano, homem que procurava acertar e insistia em fundamentar cientìficamente as suas opiniões. Êste é um dos contrastes mais gritantes e freqüentes na obra de Sílvio Romero. Daí a necessidade de edições críticas de seus livros, edições que reponham o seu pensamento nos devidos têrmos e que discriminem o que é de Sílvio Romero do que é da ciência do seu tempo e do seu meio.

Afirmações mais ou menos inconseqüentes são fàcilmente encontráveis em sua obra, por tantos outros títulos excelente. A páginas tantas, afirma: "Os habitantes das matas e das praias são de ordinário anêmicos e enfraquecidos". E muito poèticamente: "Tudo nos convida para as concepções naturalistas, calmas, serenas, sem nebulosidades". Em outro trecho, diz: "A ação do clima tem contribuído para a nossa integração nacional; na literatura, ela tem ajudado a efusão sentimental de nosso lirismo, mais doce, suave e ardente do que o lirismo herdado dos portuguêses". E conclama, ao fim de um capítulo, como se levantasse bandeira de salvação nacional: "Conjuremos sempre por novas levas de imigrantes europeus a extenuação de nosso povo; conjuremo-la por meio de todos os grandes recursos da ciência. É esta a lição dos fatos", conclui êle dogmàticamente.

Não era a lição dos fatos. Era a lição das aparências, ungidas da ideologia do colonialismo, que nos diminuía e humilhava. Sob tais aparências, Sílvio Romero viu muita coisa. Ficou cego para outras, em parte por deficiência de informação, em parte por deficiência dos conhecimentos de sua época. É o que poderia ser distin-

guido, com benefício para todos, por um anotador seguro. A figura do grande crítico, a que todos devemos tanto, sairia maior dêsse trabalho de verdade indispensável.

Uma fisiologia em pânico No capítulo IV da sua *História da Literatura Brasileira,* sob o título "O meio. Fisiologia do brasileiro", Sílvio Romero traça um quadro singular do ambiente físico de nossa terra. Note-se, em primeiro lugar, como, estudando o desenvolvimento literário, coloca na introdução o panorama do meio físico. Não é, nisso, certamente, original. Não é mesmo um inovador. O estudo do meio físico, para enquadrar o estudo dos povos e de qualquer de suas manifestações, encontrou, na segunda metade do século XIX, numerosos adeptos, e com justa razão. A influência do meio, em todos os sentidos, não poderia mais ser posta em segundo plano. Estudos europeus vinham colocando as coisas em seus devidos têrmos, do ponto de vista teórico, buscando situar os problemas do homem num quadro múltiplo, atendendo a variedade de causas que atuam no desenvolvimento da vida coletiva. Era a manifestação evidente de que os fatôres individuais, tomados isoladamente, denunciavam tôda a sua inconsistência no equacionamento de qualquer problema social. Era a confissão de que a pesquisa social abria os seus horizontes, ampliava os seus campos de trabalho, procurava não as suas técnicas e, muito por intuição, tateando mais do que fundando alicerces, procurava adquirir estrutura.

Houve erros, sem dúvida alguma. Mais do que isso: falhas, desvios, falsidades transparentes. Só o entendimento perfeito das características da época nos poderia explicar a origem, os motivos, as bases de tais erros, desvios, falhas, falsidades. Dava-se, em todo caso, um grande passo à frente. O desenvolvimento literário já não devia ser assinalado apenas pelos marcos individuais — a vida e a obra dos escritores que tinham conquistado a

notoriedade tinham conseguido que os seus trabalhos permanecessem na memória dos homens. Havia, pois, algo que transcendia o indivíduo, na manifestação literária, como em qualquer manifestação humana. Alguma coisa que não era a soma do esfôrço de cada um dos escritores. Alguma coisa que, destarte, pertencia à sociedade. Não será errado, assim, datar daí os primeiros elementos de estudos literários com fundamentos sociais.

Sílvio Romero, com a sua grande acuidade para receber os elementos fornecidos pelas ciências que buscavam definir o seu campo e adquirir as suas técnicas, era, nesse sentido, dentro do quadro brasiliero, um abridor de caminhos. Antes dêle, os pesquisadores, críticos, historiadores, não haviam sido capazes de rasgar qualquer perspectiva, no campo literário. Suas insuficiências não provinham apenas da ausência de senso crítico, da incapacidade para julgar, para distinguir valores. Provinham muito mais da esterilidade do método a que se amarravam, num jôgo onomástico e cronológico sem significação alguma, que se prestava a exagêros, a deformações e a falsidades, até mesmo para a catalogação pura e simples dos que haviam feito alguma coisa no terreno das letras.

No estudo do meio, àquela época, dois conceitos pareciam fundamentais: o de raça e o de clima. Veremos a que disparates levaria a mania antropológica, quando a antropologia estava pràticamente dando os primeiros passos como ciência e apenas coligindo elementos para os seus alicerces. A mania ligada ao clima padecia de deficiências idênticas. Prestava-se a todos os exagêros, a tôdas as deformações, às falsidades mais evidentes. Não podemos esquecer, nesse sentido, que quando as ciências sociais abriam caminho e adquiriam, pouco a pouco, estrutura específica, diferenciando-se de outros campos, elas surgiram e se desenvolveram no ambiente europeu, exatamente quando o velho continente atinge uma eta-

pa muito característica na sua expansão econômica. Se Deus fizera o homem à sua imagem e semelhança, os estudiosos europeus, que elaboravam a ciência e a difundiam, não esqueceriam certamente de fazer do homem daquele continente o padrão de julgamento, e o seu clima a referência para todos os climas...

Não devemos jamais deixar de parte um ponto muito interessante que nos mostra como o padrão de julgamento, com relação ao clima, coloca o clima europeu como ideal. Nêle se havia gerado e desenvolvido uma civilização — como entendiam a palavra os estudiosos do século XIX — que levara suas marcas mais longe. Constituiria, pois, o ideal climático. Ali surgira e se desenvolvera o homem branco. Cada tipo de clima seria aceito ou rejeitado conforme o homem branco se adaptasse ou não a êle, conforme tal ou qual clima fôsse ou não ameno ao colonizador europeu, que desvendava econômicamente novas terras, em segundo plano nos séculos anteriores, embora muitas delas conhecidas. A expansão mercantilista no mundo, universalizando os valores e os padrões estabelceidos na Europa ocidental, faria dêles a referência obrigatória. Segundo tais referências é que se classificariam os fenômenos e os acontecimentos ocorridos nas áreas dominadas.

Às áreas que haviam permanecido sob regime colonial, ainda aquelas que tinham conquistado a autonomia política, mantendo formas de exploração meramente subsidiárias, subalternas e complementares, não se poderia conceder condições iguais às que vigoravam, embora por fôrça da natureza, naquelas de onde partiram os elementos humanos e materiais que as haviam aberto e fecundado. Dessa fase é que se originam os preconceitos de raça, de clima, de religião, que se fundam em escalas de valor, não apreciando as raças, os climas, as religiões como diferentes, mas sob uma escala comparativa em qualidade: climas bons e climas ruins, raças inferiores e raças superiores, religiões adiantadas e religiões

atrasadas. Todo o complexo que muitos distinguem hoje sob a palavra cultura, em seu sentido sociológico, ficava subordinado a padrões de referência, conferindo-se a cada um de seus elementos um coeficiente, numa escala em que o ótimo era constituído pelo continente originário, ou mais adiantado sob o ponto de vista do desenvolvimento da riqueza: ali estava o homem mais inteligente, o ariano; ali estava o clima melhor, o temperado frio; ali estava a religião que todo mundo deveria aceitar, o cristianismo.

Não admira que os nossos estudiosos do século XIX, mesmo os que estavam abrindo caminhos, também introduzissem no Brasil os primeiros elementos das ciências que emergiam do conjunto em que os conhecimentos humanos permaneciam confundidos, aceitassem e divulgassem prejuízos, preconceitos, falhas, falsidades a que os mestres, que estavam na Europa, conferiam foros de verdade. Sílvio Romero padeceu de tal desconformidade. Por culpa sua, exclusivamente? É claro que não. Por culpa da ciência do seu tempo. Muitas vêzes, com uma intuição que honra a sua inteligência, discrepava de conceitos que nos inferiorizavam, discutia os seus têrmos, recusava suas conclusões. Quase sempre, entretanto, adotava aquêles pontos de vista, colocando-nos numa posição subalterna, num pessimismo que era próprio da época em relação aos povos que atravessavam um estágio econômico ainda retardado. Um rápido exame de suas palavras nos mostrará, com mais clareza, como entendia cada um dos pontos sensíveis da ciência de seu tempo.

No capítulo a que nos referimos, Sílvio Romero vale-se de dois autores. O primeiro seria o higienista Michel Levy, autor de um tratado de muita divulgação ao tempo. O segundo seria Taine, o que não nos pode surpreender, pois foi a Taine que pertenceu a tarefa precursora de emancipar o estudo literário dos puros critérios individuais. Formulou uma teoria que teve voga univer-

sal e serviu de padrão para estudos em muitos países. Em resumo, Taine condicionava a manifestação literária ao meio, e conferia, na apreciação dêste, um coeficiente muito importante ao fator clima; conferia igual importância, ainda, ao fator raça. Subordinava-se, assim, aos dois conceitos fundamentais a que se aferravam os julgamentos de sua época e buscava situar os seus estudos sob a influência que teriam êles exercido sôbre o meio, condicionando a manifestação literária, que era a sua preocupação central. Teve muitos adeptos. A sua teoria atravessou os mares e inspirou, na Europa e fora dela, numerosos estudiosos. Não é preciso lembrar que chegou até aos nossos dias, pois ainda encontramos, depois do extraordinário avanço das ciências do homem e das ciências da sociedade, quem se procure apoiar exclusivamente nos critérios seguidos pelo ensaista francês.

Para mostrar a influência que Taine exerceu, e não só no domínio literário, basta citar, como mero exemplo, que a obra de Le Bon, particularmente um manual muito conhecido que trata da psicologia das revoluções, foi quase exclusivamente calcada em suas conclusões. Naquele manual, cuja difusão foi responsável, aqui e fora daqui, por evidentes falsidades, Le Bon se socorre precisamente da obra falsíssima de Taine sôbre a Revolução Francesa. Hoje não damos importância a Le Bon, mas o seu prestígio foi muito grande e muito largo. O conde Kaiserling, que não era precisamente um tolo, chegou a afirmar que "Le Bon era o estudioso representativo do nosso tempo". O ensaista francês, que freqüentou os mais variados campos do conhecimento humano, da sociologia à equitação, fêz numerosos discípulos. Houve época em que era de bom tom dar a nota com uma citação de seus trabalhos. Não importa que, de sua obra extensa e variada, hoje só esteja de pé o manual de equitação. Há ainda quem repita os seus conceitos e quem acredite em suas afirmações. Tudo o que escreveu per-

tence, entretanto, àquela ciência elaborada principalmente na segunda metade do século XIX, e que era, indiscutìvelmente, uma ciência de classe, uma pseudo-ciência.

Não nos surpreende, assim, o aprêço que Sílvio Romero, há tantos lustros atrás, concedia a Taine, servindo-se ainda de um sub-Taine, o higienista Michel Lévy. Era a ciência de seu tempo. Não aceitaríamos, hoje, por exemplo, a repartição do clima brasileiro apresentada por Sílvio, no capítulo que estudamos. Mas isso é naturalmente um detalhe. O principal, o fundamental está nas conclusões, nos conceitos. O estudo do clima, aliás, não oferecia melhores perspectivas, aqui, ao tempo em que o mestre sergipano escrevia. Alimentava-se mais de conceitos, de impressões, do que de elementos colhidos na observação sistemática. Hoje mesmo, quando os postos meteorológicos estão espalhados pelo nosso território e as estatísticas correspondentes podem ser levantadas, algumas conclusões a propósito do assunto padecem de dúvida. Que não seria, pois, ao tempo de Sílvio Romero? É interessante frisar, ainda a respeito do tema, que não deve ser esquecido o detalhe, que explica muita coisa aparentemente inexplicável, de ser a classificação de Köppen, agora aceita geralmente entre nós, com ou sem as modificações introduzidas por ilustre geógrafo norte-americano, elaborada por um homem que viveu a maior parte de sua vida na Suíça. Está claro que em Köppen existe muito mais cabedal científico, teórico e experimental do que em Michel Lévy. O detalhe, entretanto, merece menção. Hoje, já não se classifica o clima segundo a possibilidade de adaptação do homem branco: o fato das classificações e suas modificações serem elaboradas por homens brancos que sempre viveram em climas frios, entretanto, não deve ficar esquecido.

Michel Lévy comparece, no compêndio de Sílvio Romero, com extensa transcrição. Depois de descrever, do ponto de vista fisiológico, o efeito do clima quente sôbre

o organismo humano, em côres espantosas, o higienista francês se detém em suas conseqüências no homem americano. E escreve, "A constituição dos indígenas testemunha a influência enervadora do clima: todos os observadores assinalam nêles o contraste da fraqueza radical, do relaxamento dos tecidos, da indolência e da apatia, com a exaltação do sistema nervoso, o fogo das paixões, os borbotões desordenados de atividade física e moral". O enfraquecimento geral destas raças é também favorecido pela natureza ao regime alimentício, pouco reparador no fundo, apesar dos condimentos incendiários com que se esforçam para despertar a inércia de seus órgãos digestivos enfraquecidos pelo excessos venéreos, que cometem pelo estímulo especial do clima, pelas desordens de tôda espécie a que os levam sua luxuria natural, a ociosidade e o despudor dos costumes". É o ponto de vista de um homem europeu, do século XIX, pois, com todos os prejuízos naturais de sua posição, com todos os erros de sua ciência.

Calcado em observações dêsse teor é que Sílvio Romero chega a concluir, desalentado: "O trabalho intelectual é no Brasil um martírio: por isso pouco produzimos: cedo nos cansamos, envelhecemos e morremos depressa". Calcado nas conclusões de Michel Lévy, Sílvio avança, depois de transcrever longo trecho do higienista francês, algumas observações que merecem exame. Assim se manifesta o historiador sergipano: "O brasileiro é um ser desequilibrado, ferido nas fontes da vida; mais apto para queixar-se do que para inventar, mais contemplativo do que pensador; mais lirista, mais amigo de sonhos e palavras retumbantes do que de idéias científicas e demonstradas. Não temos filosofia, nem ciência, nem a grande poesia impessoal dos grandes gênios europeus. Temos o palavreado da carolice, a mística ridícula do beatério enfêrmo e fanático, de um lado, e de outro, os devaneios fúteis da impiedade impertinente e fácil; na

poesia, o lirismo subjetivista, mórbido, inconsistente, vaporoso, nulo".

Não se detém aí, porém, e vai mais longe, numa condenação terrível: "A nação não ama de frente a natureza, nem se une a ela pela ciência ou pela arte. Os moços quase nunca têm uma inspiração sua, nacional brasileira; não neutralizam a fraqueza original de nosso espírito pelo regime saudável da ciência, pelo estudo sério e pela higiene do corpo". Não conhecem os segrêdos do pensamento original e autonômico, nem procuram casar suas idéias aos arroubos de nossa natureza. Os literatos preferem desconhecer o país e o povo, sequestrar-se d'alma nacional e viver enclastrados nas cidades. entregues ao sonho populacional de umas cismas raquíticas; abandonados, segundo a frase gráfica de um escritor europeu a uma espécie de estravasamento, de onanismo intelectual. O rapaz, aos vinte anos, entre nós quase sempre está viciado, e os trinta é velho de corpo e de espírito. Tudo por fôrça do clima, de sua ação enervante, de seu condicionamento implacável. Somos assim porque vivemos em uma zona de clima em sua maior parte quente, os europeu são inteligentes porque, ao contrário, vivem em uma zona de clima predominantemente frio.

Convém analisar com mais atenção a sentença de Sílvio Romero, entretanto. Veremos que êle teve algumas intuições e que tocou em alguns pontos sensíveis. O que está errado nêle é o que se refere às causas. Para êle, a causa é o clima; acha que padecemos de um mal incurável, "a fraqueza original de nosso espírito". Podemos neutralizá-lo, entretanto. Note-se que a palavra é sua: neutralizar. Êle não diz acabar, remediar, curar, mas apenas neutralizar, uma vez que o mal é "original", como o pecado, não nos podemos livrar jamais, totalmente, de seus efeitos. Como poderemos, no seu modo de ver, atingir êsse objetivo parcial, o único a que pode-

mos aspirar? Sílvio menciona os remédios: "pelo regime saúdável da ciência, pelo estudo sério e pela higiene do corpo". A fórmula não é das mais difíceis. Higiene do corpo, por sinal, foi coisa que o europeu aprendeu a levar, em nosso país, a limites extremos, de que não cuidava, e aprendeu do índio. Estava estabelecido o remédio, nessa parte, desde os primeiros dias da colonização, desde a longa fase do banho de rio, em que alguns pretendem, nessa singular mistura de curiosidades pitorescas e de conclusões apressadas de que se constituiu a pretensa sociologia, aqui, um dos aspectos mais singulares da nossa aculturação.

Os dois outros remédios eram difíceis de alcançar. Sílvio pensava, ao que parece, que a dedicação à ciência, ao estudo sério, do ponto de vista coletivo, do ponto de vista social, é um ato de vontade. Todos sabemos que não é. Estabelecidas as condições sociais, é que se torna um ato de vontade. Aí, como em muitos outros campos, há que distinguir o que é social do que é individual, a menos que aceitemos, como Sílvio aceitou, que, por fôrça de "fraqueza original", não estejamos em condições, individualmente, nem de desejar o estudo sério, o "regime saudável da ciência". Isso implica em admitir que há povos que aceitam naturalmente aquêle regime saudável, e há outros que o não aceitam por males de origem. Nesse caso, a condenação seria irremediável. Não é assim, felizmente.

Romero apontava males verdadeiros, sem dúvida alguma: não tínhamos filosofia, não tínhamos ciência, não tínhamos poesia original, o brasileiro não era inventivo, amava mais as palavras retumbantes do que as formulações da ciência, os homens de letras preferiam desconhecer o país e o seu povo, isolavam-se do que o historiador denomina "alma nacional", viviam enclaustrados nas cidades. Tudo certo, sem dúvida. Eram males do seu tempo. Alguns chegaram ao nosso tempo. Tu-

do teria como causa, entretanto, a ação climática? Hoje, sabemos que não. Vendo as aparências, Sílvio Romero arremetia com uma condenação total. Apontava deficiências notórias. Não lhes conhecia as origens, entretanto. Era fácil atribuir tudo a uma causa única, aquela que a ciência européia do seu tempo punha ao seu alcance, com tamanha solicitude. Apoiado em Michel Lévy, sustentava uma sentença inquietadora.

Era a visão de um pessimista. Quando afirmava que o rapaz brasileiro, aos vinte anos está quase sempre viciado e, aos trinta, está velho de corpo e de espírito, não dizia uma verdade. Pretendia calcar uma tecla que, muitos anos depois, constituiria o sinistro refrão com que Paulo Prado pretendeu interpretar o nosso país, batizando as etapas do nosso desenvolvimento histórico com o nome de alguns pecados mortais. Sílvio Romero levaria, entretanto, ainda mais longe o seu desânimo, quando escrevia: "É a razão de tôda essa galeria pátria, merencória e sombria de tísicos e histéricos, mortos, antes dos trinta anos, onde estão Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Bernardino Ribeiro, Castro Alves, Junqueira Freire, Macêdo Junior, Dutra Melo, Franco de Sá, e muitos e muitos outros, extenuados ao sol da pátria, é certo; mas também desorientados pelas quimeras de uma educação misantrópica e prejudicial".

A êsse propósito diz ainda Sílvio Romero: "A geração dos homens vigorosos vai-se acabando, como se vão acabando as nossas matas; temos hoje em paga o beribéri, a febre amarela e um descrédito cada vez mais crescente aos olhos do estrangeiro". Tudo isso por motivo do clima. Entre os "tísicos e histéricos", entre os "desorientados", estava Castro Alves, a mais alta das vozes poéticas do Brasil; aquêle que, nas proporções de seu tempo, viu com mais clareza os nossos problemas, os que tocavam a todos, os que afetavam o país; aquêle que levou para a sua poesia um mundo de coisas nossas,

inclusive os dramas de sua época. De vida intensa embora curta, independente da doença, teve Castro Alves ação pública efetiva, participou dos grandes momentos políticos, sentiu os anseios de seu povo e soube dar expressão a muitas de suas ânsias. Figurá-lo numa galeria de opiados de romantismo postiço, de meros tradutores de sentimentos estrangeiros, divorciados dos motivos de sua gente, é certamente um exagêro. A propósito dos poetas que morreram moços, aliás, parece repetir-se a catalogação incerta que os engloba pela coincidência de terem tido curta vida, esquecendo-se todos os outros traços que definiram a personalidade de cada um. O fato de terem morrido cedo não constitui motivo, por si só, para que sejam vistos como escola ou grupo, nem mesmo por efeito da ação climática.

Sílvio Romero acha que as palavras tenebrosas de Michel Lévy, a respeito das zonas de clima quente, constituem, "a descrição mais ou menos exata do Brasil". Noutro trecho repete a sua conformidade com o higienista francês: "O clima está quase nas condições da descrição de Michel Lévy, que ficou transcrita.
Pois bem, algumas linhas adiante, ao mencionar o aspecto geral da natureza brasileira — Sílvio achava que a ação do meio físico é determinada pelo clima, pelo aspecto geológico e topográfico e pela alimentação do povo — aquêle pessimismo se transmudava. O escritor que já afirmara, nessa mesma obra, em outro trecho, com veracidade inegável, que "um país pode possuir um clima melhor do que outro e ser menos civilizado", que contestara afirmações de seus autores prediletos escrevendo que "a região tropical é na América muito mais suave do que no Velho Mundo", viria a cantar louvores à natureza do seu país, elogiando-lhe o céu e as noites, e chegando ao limite de dizer que "a ação do clima tem contribuído para a nossa integração nacional", completando esta asserção com outra: "Nesse trabalho lento de

diferenciação (em relação a Portugal), o clima é um aliado nosso".

Aquêle mesmo calor que estiolava energias, no dizer de Michel Lévy, cujas afirmações Sílvio achava acertadas e apoiava, mencionando, em nosso desfavor, "um certo abatimento intelectual, uma superficialidade inquieta, uma irritabilidade, um nervosismo, um hepatismo que se revela nas letras", passava a constituir, adiante, um benefício. É assim que as suas palavras pintam o quadro físico brasileiro agora: "Êste belo e esplendente céu da zona tórrida, na frase do velho Ivo d'Evreux, deve ser contado como um agente de transformações. As atuais populações do país não vivem nêle como estrangeiras; afizeram-se ao solo; prendem-se-lhe já por um sem número de tradições, de hábitos, de interêsses; a vida brasileira já tem um molde particular, seu, mais ou menos caracterizado. Quem sabe até onde um dia chegará entre nós a ação do clima? Só os séculos futuros pode-lo-ão dizer".

Em seguida, mistura os conceitos de raça e de clima e traz o seu mestre Taine ao cenário: "Êste influxo (do clima) determina-se empìricamente pelos resultados contraditórios a que frações de uma mesma raça chegaram em regiões diversas. Que distância entre os arianos da Itália e da Grécia e os da Índia!" E passa a citar as palavras de Taine, a respeito dos efeitos do calor, na Índia, sôbre a raça. Tais palavras, simples palavras, sem nenhum valor científico, não nos interessam aqui. Depois de citá-las, Sílvio reafirma: "Eis aí a que ficou reduzida pelo clima da Índia a raça mais progressiva e inteligente da terra", misturando os conceitos de raça e de clima e aceitando a idéia da superioridade dos arianos. A nosso próprio respeito, nessa linha de argumentos, escreve: "Se o nosso céu não é tão déspota, não deixa de sê-lo também até certo ponto. Conjuremos sempre por novas levas de imigrantes europeus a extenuação de nos-

so povo; conjuremo-la por meio de todos os grandes recursos da ciência".

Aceitava, novamente, a ação maléfica do clima quente e referia-se outra vez à "extenuação do nosso povo", achando que o remédio estava, em parte, na imigração, mas de gente européia, isto é, de gente ariana, ou em que o sangue ariano estivesse presente e predominante. Isto, depois de ter mencionado, com evidente propriedade: "Entretanto, os fatos aí estão para impor-nos grande reserva: de um lado, a verdade inconcussa de que as velhas raças pré-históricas são quase desconhecidas e que as raças históricas, como as dos arianos, semitas e altaicos, desde a mais remota antiguidade, têm vivido no mais completo cruzamento e quase fundidas. O critério para sua separação é quase puramente lingüístico, e a lingüística é um critério bem fraco em etnografia, especialmente entre os povos modernos e recentes, resultantes da fusão de muitas raças". Conceitos que poderiam, quanto a mistura da lingüística e da etnografia, ser perfeitamente defensáveis hoje, mesmo depois que a carta da Europa foi refeita, após a primeira Guerra Mundial, sob um critério lingüístico — mas não, certamente, por motivos lingüísticos.

Estas as idéias em que Sílvio Romero, alternando entre brilhantes intuições e simples aceitação de prejuízos travestidos de ciência, descobre algumas verdades e dá ouvidos a muitas mentiras, tudo com a sinceridade, o calor, a paixão com que defendia os seus pontos de vista. Idéias que eram do seu tempo mais do que suas. Que só poderemos compreender alcançando as suas origens e a razão de sua vigência ao estudarmos o quadro social e político da época.

Uma aventura histórica No capítulo V de sua obra monumental, Sílvio Romero, continuando o estudo da influência do meio sôbre a literatura, no quadro do nosso país, aprecia "A nação brasileira como grupo

etnográfico e produto histórico". Vamos acompanhá-lo, ràpidamente, em seu percurso, continuando a proceder ao levantamento de suas idéias básicas, aquelas que corresponderam ao seu método de interpretar o problema do país, situando nessa interpretação a manifestação literária e mostrando o seu desenvolvimento.

Começa o mestre sergipano por mostrar que "a antiga maneira de fazer a crítica literária fundada nas regras *eternas* do *bom gôsto* modificou-se de uma vez e foi obrigada a aceitar a *relatividade* de seus conceitos". Os grifos são dêle. Parece que já não se pode pôr em dúvida, do ponto de vista teórico, uma afirmação como a que formulou Sílvio Romero. De há muito que a crítica tão simplesmente fundada no bom gôsto, o impressionismo convencional e linear, mostrou-se insatisfatória e estéril. Isto está longe de corresponder à afirmação de que fica dispensado o bom gôsto, de que fica dispensado o estudo da obra dos escritores, na tarefa de crítica e de história literária. O que ficou estabelecido é que o estudo da obra não representa, por si só, tomado isoladamente, método capaz de esclarecer o problema, tudo o que necessitamos para definir as suas linhas.

Sílvio Romero estava no bom caminho, pois. E não teria sido o grande historiador que foi se não tivesse dado um passo à frente, no sentido que tão bem escolheu. Completando o rumo a que se subordinou, esclareceria ainda: "Desde Buckle e Gervinus, começou-se a estudar a ação dos diferentes *meios* sôbre os diversos povos; desde Taine e Renan, admitiu-se, além disso, o influxo diferente das *raças* nas criações religiosas e artísticas". Aí estão mencionados os seus mestres. Aí estão apresentados os seus conceitos fundamentais: de um lado, a raça; de outro, o clima, como fatôres preponderantes sôbre o meio físico. Numa nota de pé de página, acrescenta um nome para refôrço daqueles — o de Gobineau.

Estamos, assim, em presença dos que influíram no pensamento do mestre sergipano. Dentro da escala de

valores que atribuirmos a tais nomes e às doutrinas e métodos que defenderam, estaremos de acôrdo ou não com as conclusões apresentadas por Sílvio Romero. Êle mesmo sabia que tais conclusões não eram verdades absolutas e teve a sinceridade de mencionar êsse aspecto: "Por outro lado, o estudo da mesologia começa apenas a esboçar-se e ainda não se sabe totalmente como os *meios* modificam os povos. Tudo isto é certo e é também o que êstes, por sua parte, reagem contra aquêles. O meio não funda uma raça; pode modificá-la e nada mais. Deve-se, neste assunto, contar com o *fator humano,* isto é, com uma fôrça viva prestes a reagir contra tôdas as pressões por intermédio da cultura". Completaria, logo adiante, as suas dúvidas: "Não contesto a ação dos meios e das raças, que é um achado definitivo doravante na ciência. Imponho-me sòmente algum cuidado no manejo de meu assunto: a literatura pátria".

Sílvio Romero explicava, depois, que não chegáramos ainda, apesar de tudo, a constituir "uma formação histórica", ou, no dizer de Laffite, "uma raça sociológica". Não éramos um "grupo étnico estreme", muito ao contrário, a "raça ariana, reunindo-se aqui a duas outras totalmente diversas", contribuíra para a "formação de uma *sub-raça* mestiça e crioula, distinta da européia". Tais conceitos são fundamentais para o entendimento das idéias de Sílvio Romero. Discordando, aqui e ali, de seus mestres, aceitava dêles as bases que indicamos, alinhando suas próprias palavras. Mencionava adiante que existira, entre nós, um fator especial, peculiar: "a principal família indígena que ocupava esta porção da América não se confundia com qualquer outra". Aceitava a unidade étnica dos primitivos povoadores. Fundado na observação de que os indígenas eram, aqui, muito diferentes dos que habitavam as terras ocupadas pelos espanhóis, enveredava por uma sorte de imperialismo geográfico que estêve muito em voga, no Brasil, e que ainda encontra repetidores: "À vista dêste fato, depreende-se

por si mesmo que tôda a margem esquerda do Paraguai e do Paraná é genuìnamente brasileira pela origem primitiva de seus habitantes, e seria hoje uma parte do Brasil, se o não tivesse obstado a fraqueza dos governos português e imperial".

Sílvio apresenta-nos o pensamento do alemão Hermann Rentschler, autor de uma *Contribuição para a Psicologia Comparada dos Povos* e que discorre nos têrmos seguintes: "Nos Estados Unidos, onde havia mais índios e negros do que no Brasil, a experiência tem demonstrado que no decorrer do tempo o *índio* e o *negro* desapareceram em contato com o branco. O Brasil não deve contar sèriamente com os índios e negros como elementos de uma civilização futura, ainda que estenda até êles os benefícios do ensino primário. As futuras gerações do Brasil, se fôr aproveitada a colonização alemã, constituirão um povo misto de brasileiros pròpriamente ditos, portuguêses e alemães. Os descendentes do novo povo misto serão superiores a seus antecessores, portuguêses e alemães, como elemento de colonização".

Notemos bem as palavras dêsse teórico da psicologia comparada dos povos. Em primeiro lugar, indica que nos Estados Unidos negros e índios desapareceram em contato com os brancos. Fato inverídico, que o próprio Sílvio Romero reconhece, em nota de pé de página. E que todos sabemos inverídico, hoje, pelo que conhecemos da realidade norte-americana. Em segundo lugar, com a sua noção de superioridade racial, condena definitivamente índios e negros. O Brasil "não deve contar sèriamente" com êles, para uma "civilização futura", em caso algum, mesmo no caso de lhes estender "os benefícios do ensino primário". Teoria singular, sem a menor dúvida. Espantoso é que afirme serem os descendentes do cruzamento de portuguêses e alemães como melhores do que o produto original. Êle, porém, tem lá as suas razões. Tais mestiços serão melhores porque "habituados desde o nas-

cimento ao clima e à vida do país", o que corresponde a negar uma adaptação aos não nascidos aqui.

Passemos ao capítulo VI, onde Sílvio Romero estuda "As raças que constituiram o povo brasileiro. O mestiço". Aponta desde logo, e com propriedade, os portuguêses como mestiços, coisa que alguns incautos pensaram descobrir agora. Mostra, em seguida, o rápido florescimento de Portugal e seu vertiginoso declínio. Menciona que a colônia teve de sustentar grandes lutas "para conservar-se fiel à metrópole". E que isso lhe retardou o desenvolvimento, o que é um ponto de vista que carece de explanação. Escreve, logo depois: "Os colonos portuguêses para aqui transportados vinham de posse de uma cultura adiantada. Por que motivo, pois, não dirigiram a colonização mais sàbiamente, aproveitando os índios, adaptando-os a si? Duas causas fornecem a explicação do fenômeno: a índole do caboclo, refratário à cultura, e a imperícia do govêrno da metrópole. Sabe-se que de Dom João III em diante a nação começou a perder os largos estímulos, o povo a definhar, o jesuitismo a expandir-se e a carolice desenfreada a erguer o colo".

Sílvio Romero admite que os portuguêses estavam de posse de "uma cultura adiantada". Fracassaram na tarefa de colonização, entretanto. Quais as causas? Êle as aponta: a refratariedade do caboclo à cultura e a imperícia do govêrno luso. Teriam sido realmente estas as causas do nosso atraso? Parece que seria destituído de qualquer caráter científico aceitar de plano qualquer uma das duas hipóteses. Nem os caboclos, como grupo humano e social, foram refratários à cultura, nem a mencionada imperícia, ainda que presente muitas vêzes, explica o atraso brasileiro. Muito ao contrário, os elementos lusos que tiveram função pública, durante a etapa colonial, foram, em regra, bastante capazes, dentro do quadro em que se moveram e dos fatôres a que se subordinaram. Foram capazes individualmente, mas isto não

7 — 29 321

proporcionou todos os elementos para a solução dos problemas coloniais.

Sílvio Romero reafirma a sua crença na unidade racial dos indígenas e aponta a antinomia da catequese religiosa associada à tarefa da colonização, antinomia que só foi estudada em nossos dias — o que mostra a sua intuição dos problemas, verificada muitas vêzes, ao longo de seu extenso estudo. Passa a apreciar, em seguida, as origens do homem, divagando entre o monogenismo e o poligenismo e optando pela segunda solução. Largas páginas de etnografia, servidas de freqüentes citações, mostram-nos como o historiador buscava firmar o seu pensamento na observação dos que haviam escrito sôbre a terra e o seu primitivo habitante desde os remotos tempos. Algumas palavras sôbre a miscigenação, no caso particular do Brasil e do ponto de vista genético, com conceitos ligados à ciência do tempo, e o autor resume as suas conclusões em dez pontos. Alguns não passam de truismos, outros revelam a estrutura de seu pensamento.

Verifiquemos, de forma sumária, como se sucederam as mencionadas conclusões e o que encerram. Sílvio Romero aceitava: que o povo brasileiro não correspondia a uma raça determinada e única; que representava uma fusão, sendo um povo de mestiços; que não interessava saber se isso era um bem ou um mal; que nessa miscigenação estava compreendido o cruzamento de brancos entre si e não apenas o cruzamento de gente de côr diversa; que tal característica permanecia verdadeira no presente e permaneceria verdadeira no futuro; que o elemento branco tendia a predominar, com a extinção do tráfico, desaparecimento progressivo do índio e entrada de imigrantes europeus; que as zonas do país se desequilibravam, com conseqüências econômicas e políticas, por fôrça da imigração orientar-se exclusivamente para a região sul; que se fazia necessário, por isso, equilibrar a

imigração, distribuindo-se os elementos dela oriundos também para a região norte, ainda para favorecer a assimilação; que, se não fôsse tomada aquela providência, num futuro não muito remoto o referido desequilíbrio levaria, pelo excedente de população germânica no sul, à inevitável independência daquela região do país; que, em qualquer caso, a população brasileira seria o resultado da fusão de diversas camadas étnicas.

Sílvio Romero via, portanto, estabelecer-se uma diferenciação progressiva entre o norte e o sul, diferenciação que já existia por fôrça da diversidade do clima, e que seria levada a extremos perigosos, do ponto-de-vista da raça, com a unilateralidade do rumo que a imigração vinha tomando desde seu início.

Sílvio Romero estava também entre os que, aceitando que somos um povo de mestiços — o que não parece ser muito difícil de aceitar —, consolam-se com a idéia de que, ao fim de certo tempo, acabemos por apresentar uma fachada decente, uma vez que a contribuição das côres menos nobres tende a diluir-se pelo branqueamento progressivo, com os sucessivos cruzamentos — pela tendência à arianização, conforme escreveram estudiosos posteriores. Era um mal a mistura, ou era um bem? Êle não discutia o problema. No fundo, aceitando o seu Gobineau, considerava um mal, embora isso não ficasse explícito em sua obra, mas com o consôlo de que, em prazo mais ou menos custo, tudo ficaria pelo melhor, com o branqueamento. Tal como nos romances em que, depois de mil e uma peripécias difíceis e tristes, todos os problemas ficam definitivamente resolvidos pelos personagens que encarnam a virtude.

Ainda aí, preconceitos do tempo, muito mais do que preconceitos do autor.

EUCLIDES DA CUNHA

(A INTUIÇÃO E A SUPERSTIÇÃO)

UMA REVISÃO NECESSÁRIA

Euclides da Cunha desapareceu há meio século. Nesse intervalo de tempo, tôdas as atenções ficaram absorvidas na tragédia de sua vida, culminando com o lance dramático em que findou. Fora o personagem central, os demais continuaram a viver, e até continuaram a tragédia, acrescentando-lhe outros episódios. No mais grave, tombaria o filho do escritor, vítima do assassino de seu pai. Em tôrno do escandaloso ou do escondido de um destino tão perturbado pela fatalidade cresceu a curiosidade geral, mal satisfeita com os documentos que a justiça criminal ofereceu e com os testemunhos que, largamente intervalados, chegaram ao conhecimento do público, a respeito dos lances iniciados com o desastre de uma existência tumultuosa. Em tudo isso a obra ficou obscurecida. Sucederam-se, e nisso se evidenciava a importância fundamental dela, as edições de seu livro de estréia, famoso desde o lançamento, e as de seus ensaios, repetidas no estrangeiro, até que, há vinte anos, um editor audacioso conseguiu a publicação do seu diário de Canudos e a reedição do volume em que reunira artigos sôbre a questão entre o Peru e a Bolívia. As edições sucessivas de *Os Sertões* entretanto, com as alterações apontadas pelo próprio autor (e introduzidas a partir da quinta), repetiram apenas o texto inaugural, sem uma nota crítica, sem uma introdução esclarecedora. Os ensaios foram, no Pôrto, também reproduzidos com pequenas variantes, que se imobilizaram depois em textos carregados de erros, verdadeiro atentado a um patrimônio que merecia melhor sorte. As reações de admiração — as mais cálidas

que já despertou um escritor nacional — ilharam-se na tendência reabilitadora que não tinha nenhuma razão de ser, vinculando-se, assim, mais ao homem do que à obra. Quanto a esta, ficava na repetição apologética de suas virtudes e de sua importância. O drama do indivíduo dominava o drama da obra, que atravessava os tempos. Meio século depois da morte do lidador, é tempo de examiná-la.

A circunstância biográfica Manuel da Cunha, avô de Euclides, era português e comerciante, estabelecido na província da Bahia nos começos do século XIX. A sua atividade principal era a do tráfico de escravos. Ali se casou com Teresa Maria de Jesus, de família sertaneja. O pai de Euclides, Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, teve um destino diverso. Abandonou a província da Bahia pela do Rio de Janeiro, tão logo lhe foi possível lutar sòzinho pela existência. Exerceu a profissão de guarda-livros, percorrendo as fazendas fluminenses. Era por volta da metade do século, quando o vale do Paraíba constituía o teatro de expansão das lavouras de café. Aí conheceu e casou-se com Eudóxia Moreira, filha de um pequeno proprietário de terras. Dêsse consórcio, em 20 de janeiro de 1866 nasceu Euclides da Cunha, na fazenda Saudade, município de Cantagalo. Três anos depois, ficaria órfão de mãe e passaria, antes de percorrer os colégios, aos cuidados das tias, ora num lugar, ora noutro. Estas circunstâncias, que estão detalhadas em suas biografias, permitiram que se levantassem teorias interessantes a respeito de sua personalidade. Tais teorias, que são ainda correntes, e repetem-se nos estudos dedicados a Euclides, ora concedem importância determinante à condição sertaneja da avó, ora ao problema da orfandade, ora à ausência de lar próprio [1]. Todos

[1] "Daí, talvez, o poder explicar-se muito do seu desajustamento às condições normais da vida, da sua vida doméstica, e a sua vida profissional que quase absorvia ou abafava aquela. E também a sua instabilidade, as suas variações, as suas incoe-

êsses fatôres devem ter tido, naturalmente, em parte ou no todo, influência no temperamento de Euclides, na sua timidez, na sua agressividade, na sua misantropia. Convém, entretanto, deixando o unilateralismo destas, examinar outras circunstâncias, possìvelmente mais poderosas, uma vez que, independente do temperamento, marcaram a sua posição diante do meio, a sua participação nos acontecimentos, até a sua maneira de testemunhar sôbre êles, como escritor.

O meio social Do exame dos antecedentes de família o que se destaca desde logo é a curva descendente que ela segue do avô ao neto. Manuel da Cunha, o avô, era traficante de escravos, homem de posses. Em sua época, o centro de gravidade da economia brasileira estava no nordeste açucareiro, cuja produção tinha como base o binômio terra-escravo. Traficar com escravos era atividade lícita, e enriquecia. O Brasil se preparava para a independência e a classe que empresaria a independência era a de senhores de terras e de escravos. Ela não tinha, entretanto, condições para realizar a sua emprêsa operando isolada. Consegue, para isso, o apoio da camada social que se dedicava ao comércio, inclusive ao comércio humano. Mas precisava ainda de outros apoios, e apoios externos, para atingir os seus fins — fins que só começa a distinguir com precisão quando a Côrte portuguêsa pretende fazer o Brasil retroceder à posição colonial, com tôdas as conseqüências econômicas que isso importava.

O apoio externo surge com a Revolução Industrial, de que a Inglaterra era vanguardeira. A extraordinária

---

rências, a sua tristeza o seu sentimento e desamparo, o seu "orgulho silencioso". (Sílvio Rabelo — *Euclides da Cunha* — Rio — 1948 — pág. 8). "O que êle tinha de caboclo — os cabelos duros e corridos, os malares salientes e, sobretudo, o temperamento um tanto agreste e esquivo — vinha dessa avó, que descendia de gente da terra — sertanejos dos antigos currais baianos". (Idem — pág. 19)

expansão das trocas que a indústria proporciona, quando o capitalismo dá acabamento à sua gestação, era incompatível com as áreas geográficas fechadas, mantidas em clausura, sob regime de monopólio comercial. Tais áreas deviam integrar-se no mercado mundial, rasgando-se as cortinas que as vedavam. O processo de autonomia dos povos americanos foi, por isso, um processo de conjunto. Quando Napoleão invadiu a península, as duas metrópoles entraram em crise: ruiu a de Madrid, deixando sem comando as suas áreas americanas subordinadas; transferiu-se a de Lisboa, vindo abrir os portos coloniais ao comércio. A expansão impulsionada pela Revolução Industrial continha uma segunda exigência, além do rompimento do regime de monopólio: a da extinção do tráfico e do trabalho escravo. Esta exigência, porém, não podia ser atendida pela classe dominante na área colonial, interessada no comércio livre, mas não no trabalho livre. A pressão externa encontra, nesse terreno, resistência interna, depois de autonomia. Os senhores de terras tinham condições para resistir, embora o tráfico entrasse em crise, uma vez que dispunha de grandes estoques e contavam com o crescimento vegetativo da massa escravizada. Poderiam não triunfar, mas retardariam a suspensão do trabalho servil. Retardaram-no, da Independência à República, pràticamente — e isso explica a possibilidade da união entre a burguesia européia e a classe dos senhores rurais da colônia. A camada que se dedicava ao comércio de escravos, entretanto, não dispunha da mesma capacidade para durar na resistência, e o investimento no tráfico torna-se progressivamente mais arriscado. Dêle se afastam, a partir daí, capitais importantes. Não é de surpreender, pois, que o filho de um traficante de africanos acabe guarda-livros em outra província e, pela atividade e pelo casamento, desça de sua condição de classe, ingressando na camada média da população.

Já quando o pai de Euclides da Cunha abandonou a província natal pela do Rio de Janeiro o Brasil era muito diferente daquele em que vivera o avô. A arrancada do café, do Município Neutro ao vale do Paraíba e seu percurso nesse vale, constituía um fenômeno novo e importante. O tráfico negreiro recebera um rude e decisivo golpe com o *bill* Aberdeen e com a lei Euzébio de Queiroz. Os cafèzais fluminenses prosseguiam sua marcha na base do trabalho servil, herdando os grandes estoques africanos que a mineração deixara em disponibilidade. A produção que se avolumava, destinando-se aos mercados externos, prorporcionara ao regime monárquico a fôrça capaz de assegurar a supremacia sôbre a extensão e a diversidade territorial brasileira, operando o movimento centralizador que sucedeu aos ímpetos de rebeldia regional. Transferira a esta zona o centro de gravidade econômico do país. Mais do que isso: fornecera os primeiros e crescentes saldos da balança comercial externa. Fornecendo-os, propiciara as transformações que o Brasil assistirá na segunda metade do século XIX, particularmente traduzidas na introdução de novas técnicas, entre as quais se destacava a do transporte ferroviário [2]. A pressão contra o tráfico, por outro lado, trouxera, como conseqüência, o deslocamento dos capitais que, antes nêle investidos, desviavam-se agora para outras atividades. Entre elas, as atividades industriais e de transportes.

---

[2] "Em todo caso, àqueles homens de formação extra-nacional, é que estaria reservada a missão de modelar o Brasil, durante quase um século segundo a filosofia política que então corria o mundo e não segundo as conveniências de uma sociedade de costumes patriarcais, ainda sob a dieta de uma economia privativa e em consciência de sua unidade". (Idem pág. 33). "Se a Câmara e o Senado trouxeram à capital os agentes da política estadual, as novas emprêsas, as companhias de seguros e as sociedades anônimas trouxeram uma multidão de pressurosos por compensar os prejuízos que se seguiram ao desmantelamento da velha economia escravocrata". (Idem — pág. 66). "Um escritor dêsse porte não poderia ter surgido aqui senão depois de 70, ou mesmo de 89; só poderia aparecer depois da

Na segunda metade do século, realmente, o Brasil vai apresentar, pela primeira vez em sua história, a indústria como um setor de produção apreciável. Setor que se valerá das sobras do campo, em mão-de-obra, e de elementos fornecidos pela imigração, que dá então os primeiros passos, setor que não tem ainda importância no conjunto, mas que desvenda uma transformação e que abre perspectivas ao trabalho livre, de um lado, e à vida urbana, de outro. É quando surgem alguns passos novos na divisão do trabalho numa sociedade a que o regime escravocrata dera a fisionomia uniforme e hermética, ancorada nas origens da colonização. Entre 1836 e 1840, a exportação de café ascendera a 4.500.000 sacas; entre 1850 e 1860, época em que Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha se deslocou para a província do Rio de Janeiro, aquela exportação ascendia a 12.500.000 sacas. O enriquecimento conseqüente traria grandes e profundas transformações na vida nacional. E nem mesmo a guerra do Paraguai, que veio logo depois, conseguiu deter a marcha ascencional da produção, conquanto perturbasse bastante com o recrutamento, as alforrias e as fugas de escravos o mercado de trabalho.

Em 1872, quando Euclides da Cunha tinha seis anos, a população do Brasil aproximava-se de 10.000.000 de habitantes. Os estudiosos consideram que, nesse número, a classe senhorial entrava, entre cabeças e aderentes, com cêrca de 300.000 pessoas. O resto era classe média embrionária, trabalhadores livres sem direitos e a massa de

---

cristalização de certos elementos da nossa vida social. As belezas do grande livro, e até os seus defeitos, nasceram de fatôres que condicionaram a vida mental das últimas gerações do Império. Foi o livro manifestação natural; surgiu, livremente a seu tempo, como a árvore que brota de uma semente humilde, quando o solo consente, sem hora fixa nem destino, no meio da mata, sem outros cuidados além dos que lhe dão os raios de sol, a água e o ar". (E. Roquette Pinto — *Ensaios Brasilianos* — São Paulo — 1940 — pág. 136)

escravos. O Brasil era, nessa fase, caracterizadamente, latifundiário e escravocrata, enquanto, em vastas zonas do interior, as relações feudais surgiam ou continuavam intactas através do tempo [3]. As transformações indicadas, entretanto, prosseguiam, agravando o quadro. E dessas transformações é que surgiriam as idéias cujo desenvolvimento Euclides acompanharia, da Abolição e da República, tudo aquilo que iria constituir o ambiente de seu tempo, já diferente daquele em que seu pai vivera os anos de mocidade. Conhecendo o meio social em que as reformas penetravam, ganhando campo Euclides conheceria também o meio rural em que a produção brasileira ancorava, e que resistiria a tais reformas.

Formação intelectual Euclides da Cunha freqüentou vários colégios, em cidades do interior fluminense e na Côrte. Num dêles, teve como professor a Benjamim Constant, com quem voltaria a encontrar-se na Escola Militar. É pouco o que se sabe dêsse período de sua vida, onde já surgia o nomadismo que jamais o abandonaria, marcando-lhe a existência. De qualquer forma, denunciou os seus pendores literários e as suas idéias democráticas nos pequenos jornais escolares. E chegou o momento em que teve de enfrentar

---

[3] Êsses lavradores sedentários, mesmo que fôssem postos em liberdade não retornariam às condições de vida do selvagem porque só sabiam ganhar o próprio pão lavrando a terra. Conseqüentemente, quem dominasse a terra tinha-os seguros na mão, no sentido de que podia obrigá-los a entregar, em troca do direito de lavrar um trato de terra, parte do produto que obtinham com seu próprio esfôrço. Esta foi a base real em que assentou o feudalismo, onde quer que se tenha estabelecido — na Europa como na Ásia. No Brasil, o feudalismo tomou a forma específica de latifúndio, tal como êste chegou à decada dos 30, quando tomou corpo o nosso atual processo de industrialização". (Ignácio Rangel — *Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Brasileiro* — Salvador — 1957 — pág. 44).

a escolha de uma carreira. Optou pela engenharia, ingressando na Escola Central. Pouco depois, por motivos ainda desconhecidos, transferiu-se para a Escola Militar. Fôsse em obediência a um propósito, fôsse motivada por um acidente, o fato é que a transferência lhe marcou a personalidade. Em 1885 estava na Escola Central, mas em 1886 assentava praça na Escola Militar. Do ponto de vista do estudo, não havia grandes diferenças entre as duas escolas — a base de ambas era a matemática. Do ponto-de-vista de classe, entretanto, havia diferenças importantes e é preciso considerar que, provàvelmente, o que o levou a preferir a engenharia militar, em lugar da engenharia civil, tenha sido a falta de recursos.

A Escola Central assemelhava-se em muito, do ponto-de-vista de classe, aos cursos jurídicos instalados no Brasil desde 1827, um lustro após a independência. Nas Faculdades de Direito, realmente, a classe dominante de senhores territoriais formava os seus quadros, aquêles quadros com que preencheria o aparelho do Estado cuja autonomia empresara. À Escola Militar acorriam de preferência os elementos de classe média, que não tinham recursos para enfrentar o prolongado e relativamente dispendioso período de formação jurídica ou técnica e as incertezas da escolha de uma profissão ou de um emprêgo. O curso da Escola Militar era gratuito e, concluído, assegurava subsistência ao aluno, que se fazia oficial do Exército. Essa posição subalterna derivava da condição desimportante do Exército, que não era o elemento de fôrça com que contava a classe senhorial. Para assegurar o seu domínio, realmente, dispunha ela da Guarda Nacional, elemento de fôrça específico, resultado nas próprias fileiras dos senhores de terras. O Exército não tinha, pois, importância como carreira, nem como fôrça

política: ficava no âmbito dos elementos de classe média, que se realizavam distinguindo-se como militares de terra[4].

Esta situação de subalternidade do Exército no conjunto das fôrças do país começou a ser alterada com a guerra do Paraguai. Antes dela, o Brasil fizera as suas intervenções militares no sul, no quadro platino, com os próprios elementos locais, com os gaúchos, campeadores de tradição, soldados por natureza, acostumados e afeiçoados às lides guerreiras desde a fase das "arriadas", que eram correiras de rapina ao gado nas planícies, até à fase da luta pelas pastagens, de que se originaram os conflitos em que nos vimos envolvidos. Não havia, então, necessidade de uma fôrça específica para a guerra. O estancieiro e sua peonada resolviam o problema a contento, reforçados, aqui e ali, seja por comandos enviados pelas autoridades centrais, seja por algumas frações de

[4] "Sendo um estabelecimento gratuito, acorriam à Escola Militar rapazes de tôdas as condições sociais, inclusive os das classes mais humildes que não possuíam recursos para custear os seus estudos. Mas, ao lado dêles, freqüentavam o curso militar os filhos de personalidades eminentes — titulares e políticos nas boas graças da Coroa. E eram exatamente êsses privilegiados que depressa galgavam os postos superiores do currículo". (Sílvio Rabelo — Op. cit. — pág. 52). "Não se tem dado, a meu ver, o relêvo devido a êsse fato capital da nossa história: a identificação do Exército com a classe média. Se é verdade que entre nós a classe média não surge com a estruturação econômica robusta, que lhe daria tanta influência no destino de outras sociedades, é também certo que essa influência surge compensada pela concentração de fôrça política, que lhe seria proporcionada pelo surgimento de um verdadeiro poder novo: o poder militar. Foi a partir da guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e coesão interna, que dêle fariam, daí por diante, o ponto de maior resistência do nosso organismo político. A monarquia agrária, impregnada de civilismo, não quis ou não soube captar a nova fôrça, para a qual também não contribuíram os filhos da aristocracia produtora de algodão, açúcar e café. Na classe média nascente é que o Exército vai escolher os seus oficiais, alguns vindos de soldados, outros preparados nesse centro de estudos da classe média, que seria, por oposição às faculdades jurídicas da aristocracia agrária, desde 1874, a Escola Militar". (San Tiago Dantas — *Dois Momentos de Rui Barbosa* — Rio — 1949 — pág. 18).

tropa regular, seja por tropas mercenárias. Ora, a luta contra o Paraguai mostrou que tais elementos não estavam em condições de continuar a tarefa nos pantanais que, perlongando o grande rio, o ditador Lopez transformara em redutos. O sistema fortificado e a longa duração da guerra exigiram uma transformação no instrumento que defenderia os interêsses do Império. E o Império manteve, ali, durante anos a fio, cêrca de cem mil homens em armas: basta êsse número para mostrar, nas condições da população brasileira, um esfôrço considerável. A guerra, entretanto, para a qual eram destinados os elementos mais desvalidos, na sua maior parte, proporcionara a fraternidade dos perigos e das armas, e oferecera, com as promoções sem curso e sem qualquer exigência, horizontes novos a elementos de camadas sociais desfavorecidas. Muitos voltaram titulados ou promovidos. De qualquer forma, o Exército voltou com um espírito de classe, como parte na sociedade. Daí por diante, teria um papel, teria importância. Foi nesse Exército que, três lustros após o fim da guerra com o Paraguai, Euclides ingressou.

Quando o Clube Militar enviou ao trono o documento em que recusava para o Exército a função de perseguidor de escravos fugidos, a situação tinha chegado a um estado em que todos os sintomas de conteúdo político estavam demasiado claros para serem esquecidos. Ora, o fim da guerra com o Paraguai assinala o momento em que as longas e profundas transformações na estrutura econômica encontraram repercussão na vida política do país. A campanha pela abolição do trabalho escravo ganha adeptos, só encontrando resistência na classe senhorial, particularmente nas zonas em que a rentabilidade servil traduzia uma situação de atraso insuperável. Estas zonas eram as da cultura colonial do açúcar e aquelas em que o café herdara os resíduos da mineração e

esgotara as terras. As lavouras ganhavam novas terras e, à medida que caminhavam, abriam horizontes ao trabalho livre. À medida que adquiria fôrça a campanha abolicionista, invadindo os próprios quartéis, propagava-se também a idéia republicana. O Erército estava preparado para agasalhar a ambas.

Pelo estudo da matemática — que contrastaria com o de humanidades e regras jurídicas, peculiar, na época, aos elementos da classe dominante, e destinado a armá-los para a defesa de seus interêsses — chegavam aos espíritos jovens as idéias de Augusto Comte, defendidas por mestres que, ao saber profundo, aliavam a ascendência de uma autoridade moral incontrastável. Se o Positivismo, no Brasil, não teve, como mística, grande repercussão, encontrando poderoso obstáculo na formação católica, embora pouco ortodoxa, de nossa gente, como filosofia a sua penetração foi profunda naquelas camadas cultas, numèricamente reduzidas, em tôrno das quais girava a atividade política. Proporcionava a doutrina de Comte a solução natural para as dificuldades peculiares à classe média, em que os oficiais do Exército constituíam grupo destacado. Permitia que esposassem reformas progressistas sem romper com os valores tradicionais a que os elementos daquela classe estavam vinculados e que ainda tinham, na sociedade brasileira, motivação considerável. As reformas que o momento apresentava eram a Abolição e a República. Ambas conquistaram logo fervorosos adeptos nas fileiras militares.

Euclides esposou-as ardentemente, como era de seu feitio. Isto não passaria do círculo dos companheiros de estudo se, em 1888, não tivesse sido envolvido no conhecido incidente de que resultou o seu desligamento da Escola Militar. O caso foi tratado por todos os seus biógrafos com riqueza de detalhes. É necessário frisar, nêle, a firmeza com que o aluno rebelado mantém a sua posição,

recusando a saída fácil de uma baixa ao hospital e a desculpa de um acesso de nervos. Euclides dá ao fato o conteúdo político que lhe emprestou no primeiro momento, e abandona o Exército. Depois de breve estada em São Paulo, regressa ao Rio, logo em janeiro de 1889. Em novembro, a República era um fato. Foi, com as glórias do instante triunfal, reconduzido à Escola Militar. Dali sairia, em 1890, com os galões de oficial, para a profissão e para o casamento. Na profissão, o seu único serviço, a rigor, foi a direção das obras de defesa do Rio, durante a revolta da esquadra, no setor da Saúde. O mais do tempo, passou-o estagiando na Central do Brasil, em licença ou na cátedra. Em 1896, finalmente, abandonou a farda.

A luta pela vida Deixando a carreira militar, Euclides voltou a São Paulo, donde sairia, no ano seguinte de 1897, como correspondente de um grande jornal, para os sertões baianos, acompanhando a expedição que iria resolver o problema de Canudos, apresentado ao país como um reduto de monarquistas, destinado a constituir a base de onde partiriam para o restabelecimento das velhas e derrocadas instituições. Cumprida a missão, entregou-se aos afazeres profissionais de engenheiro, reconstruindo a ponte de São José do Rio Pardo e fiscalizando outras obras, como funcionário do Estado de São Paulo. Isso lhe deu à vida aquêle nomadismo de que a estada em São José do Rio Pardo foi apenas uma pausa, e importante. As circunstâncias, entretanto, conspiravam contra êle. A redução orçamentária deixou-o desempregado. Quando isso aconteceu, era já autor de um livro que abalara o Brasil e lhe conquistara uma nomeada invejável. Pouco adiante, tendo conseguido um lugar na Comissão de Saneamento de Santos, novamente pensionista dos cofres públicos, um gesto de rebeldia levou-o à demissão intempestiva e outra vez ao desemprêgo. Voltou ao Rio, numa tentativa de conseguir trabalho. Procurou amigos. Ficou, quando assistiu

ao doloroso quadro de "encilhamento da miséria" a que se referiria em carta a um amigo [5]. Atravessou meses sem emprêgo, até que o Barão do Rio Branco lhe entregou a chefia da Comissão do Alto Purus, missão que lhe demandou dois anos de trabalho e afastamento da família. Entregue o relatório, teve os vencimentos reduzidos e ficou numa posição duvidosa no Itamarati. Em busca da estabilidade, que jamais alcançaria, tentou, em 1909, o concurso para a cadeira de Lógica, no Ginásio Nacional. Colocado em segundo lugar, alcançou a nomeação. Deu cêrca de dez aulas, até o triste domingo em que, na Piedade, foi assassinado. Não conheceu a paz.

Euclides da Cunha morreu aos quarenta e três anos. Tendo começado a vida, na realidade, em 1890, aos vinte e quatro anos, quando saiu da Escola Militar, viveu-a, a rigor, menos de vinte anos. Nesses dois decênios incompletos, foi oficial do Exército, engenheiro de ferrovia, engenheiro do Estado, viajante e professor, isto é, só desempenhou atividades pagas pelos cofres públicos. Salvo o período em que residiu em São José do Rio Pardo, não conheceu pausa. Referiu-se, particularmente na correspondência aos amigos, ao nomadismo de sua vida, e foi o pai quem, já ao fim, levantou um protesto contra isso [6]. Em tôda parte, foi sempre o mesmo, arredio, quieto, dotado de independência feroz. Da Escola Militar saiu por

---

[5] "Mas antepõe-se um obstáculo grave: a legião inumerável de engenheiros desempregados, que entope as escadas das secretarias. Não imaginas o que eu vi... Vê se concebes, de momento, com o melhor da sua fantasia, o quadro de uma espécie de "Encilhamento da Miséria". Há em cada caracol das escadas que levam aos gabinetes dos ministros uma espiral de Dante." (Carta de Euclides da Cunha a Coelho Neto, de 22 de abril de 1904 — *In* Francisco Venâncio Filho — *Euclides da Cunha a seus Amigos* — São Paulo — 1938 — pág. 121).

[6] "Euclides, durante os muitos anos em que viveu, de déu em déu, como engenheiro das obras do Estado e São Paulo, nunca chegou a possuir residência confortável: nem móveis adeqüados, nem serviço de mesa suficiente, nem roupa abundante na sua tenda árabe". (Sílvio Rabelo — Op. cit. — pág. 200). De referências a viagens, a nomadismo, está cheia a correspondência de Euclides.

ter lançado em rosto de um ministro a sua rebeldia. Do emprêgo, em Santos, por gesto semelhante, quando tudo lhe impunha a acomodação. Não transigiu jamais, em princípios. Mas foi extremamente tolerante com as pessoas e com os detalhes [7]. Amou apaixonadamente os seus ideais, pondo a República acima de tudo [8]: a nota domi-

---

[7] "Aceito com verdadeira ufania, na minha rude mão de engenheiro, a sua mão fidalga e imaculada. Somos dois homens igualmente conscientes dos princípios que adotam; e embora êstes nos separem, ligamo-nos num plano mais alto: o mesmo amor à nossa terra". (Carta a Afonso Celso, de 17 de setembro de 1903). "Um contraste: depois de responder a tua carta, irei responder outra — do príncipe D. Luiz de Bragança!... Recebi-a há dias. Tem oito páginas maciças, escritas num português impecável e surpreendente. Não preciso dizer-te que ela não me fere a integridade republicana. D. Luiz é sobretudo um escritor. Escreveu ao adversário político — êle mesmo o observa — obedecendo apenas às afinidades de temperamento. De qualquer modo é um compatriota que estuda as nossas coisas e que ama o Brasil. E como, ao mesmo tempo, parece-me ter lucidez bastante para compreender que a missão de sua dinastia está completamente acabada, irei responder-lhe desafogadamente". (Carta a Francisco Escobar, de 10 de abril de 1908 — Esta e a anterior in Francisco Venâncio Filho — Op. cit. — pág. 104 e 207).

[8] No *Diário* que escreveu durante a viagem a Canudos e permanência ali, as referências são numerosas: 'Maiores milagres, porém, tem realizado o Exéfcito nacional e a fé republicana". (pág. 5). "Ao mesmo tempo, porém, como um antídoto enérgico, um reagente infalível, alevanta-se, ao Norte, o nosso grande ideal — a República — profundamente consolador e forte, amparando vigorosamente os que cedem às mágoas, impelindo-os à linha reta nobilitadora do dever." (pág. 6). "As cornetas tocaram a marcha batida e um viva à República imenso e retumbante saiu de milhares de peitos". (pág. 117). "E ao observá-la, vigorosa e impávida, o moço republicano, que era um oficial valente, jovial e bom, tirou o chapéu, agitando-o entusiàsticamente e ergueu — febricitante — um viva fervoroso à República! Desenhou-se um quadro sôbre-humano". (pág. 130). "Termina dizendo que tenham confiança no valor, no patriotismo, na bravura e na dedicação do general em chefe, porque êle desafrontará a República ou morrerá por ela". (página 149). "Está completo o sítio de Canudos. Viva a República". (pág. 152). "A vitória é infalível. A República é imortal". (pág. 155). "A República sairá triunfante desta última prova". (pág. 167). (Euclides da Cunha — *Canudos — Diário de uma Expedição* — Rio — 1939).

nante de seu espírito foi a fascinação pelo Brasil [9]. Não padeceu da dúvida religiosa [10]; soube ser receptivo a tô-

---

[9] "O deserto é para mim o Brasil, o verdadeiro Brasil ainda indene, ainda não ocupado por uma gente que não o merece. Mas não sei quando terei a ventura de ver-me outra vez na sociedade feliz dos rios, das constelações e das montanhas". (Carta a Alberto Rangel, de data não referida. In Alberto Rangel — *Rumos e Perspectivas* — São Paulo — 1934 — pág. 79). "Mas penso, com tristeza, que êles te estejam apagando na alma a lembrança da nossa rude e formosíssima terra. Precisas reagir, contra a feitiçaria da Velha tôda ataviada de primores — e que, afinal, não vale a nossa Pátria tão cheia de robusta e esplêndida virgindade". (Carta a Alberto Rangel, de 10 de dezembro de 1907 — In Francisco Venâncio Filho — Op. cit. — pág. 199).

[10] "Há quantos anos tenho eu passado indiferente, nas cidades ricas, pelas opulentas catedrais da cruz?... E assisti à missa numa saleta modesta, tendo aos cantos espingardas, cinturões e cantis e um selim suspenso no teto — servindo uma mesa tosca de altar e estando nove décimos dos crentes fora, na rua, ajoelhados. E ajoelhei-me quando todos se ajoelharam e bati, como todos, no peito, murmurando com os crentes o *mea culpa* consagrado. Não me apedrejeis, companheiros de impiedade; poupai-me, livres pensadores, iconoclastas ferozes! Violento e inamolgável na luta franca das idéias, firmemente abroquelado na única filosofia que merece tal nome, eu não menti às minhas crenças e não traí a nossa fé, transigindo com a rude sinceridade do filho do sertão..." (Euclides da Cunha — *Canudos — Diário de uma Expedição* — Rio — 1939 — pág. 74). "Então... eu não creio em Deus?! Quem te disse isto? Puseste-me na mesma roda dos singulares infelizes, que usam do ateísmo como usam de gravatas — por *chic*, e para se darem ares de sábios... Não. Rezo, sem palavras, no meu grande panteísmo, na perpétua adoração das coisas; e na minha miserabilíssima e falha ciência sei, positivamente, *que há alguma coisa que eu não sei*... Aí está neste bastardinho (e é a primeira vez, depois da aula primária, que o escrevo) a minha profissão de fé. Há de adivinhá-lo o teu valente coração. Se existir o teu céu, meu brilhante amigo — para lá irei direitinho, num vôo, um largo vôo retilíneo desta alma aquilina e santa — com assombro de não sei quantos rezadores, cujas asinhas de bacurau servem para os voejos, na penumbra do Purgatório. E serás o meu companheiro de jornada, porque é na nossa superenervação, e é no nosso idealismo sem fadigas, e é na nossa perpétua ânsia do belo, que eu adivinho e sinto *o que não sei*. Singularíssimo ateu..." (Carta a Coelho Neto, de 22 de novembro de 1903 — In Francisco Venâncio Filho — Op. cit. — pág. 112).

das as idéias, buscando-as e discutindo-as como quem discute os valores de uma equação [11].

Todos êsses traços, assim reunidos, seriam suficientes para assinalar a presença e a estrutura de uma personalidade invulgar. Euclides da Cunha apresentou outros, entretanto, que mais o valorizam. Destacaremos apenas três, que consideramos altamente marcantes: em primeiro lugar, a sua vida modesta, quase pobre; depois, a sua aproximação com o povo e, por último, mas não em ordem de importância, a coragem com que, em todos os transes, em tôdas as situações, em todos os momentos,

[11] "Porque, na realidade, o que houve foi a transfiguração de uma sociedade em que penetrava pela primeira vez o impulso tonificador da filosofia contemporânea. E esta, certo, não a vamos buscar nesse tão malsinado e incompreendido Positivismo, que aí está sem a influência que se lhe empresta, imóvel, cristalizado na alma profundamente religiosa e incorruptível de Teixeira Mendes. As novas correntes, fôrças conjugadas de todos os princípios e de tôdas as escolas — do comtismo ortodoxo ao positivismo desafogado de Litré, das conclusões e Darwin às generalizações ousadas de Spencer — o que nos trouxeram, de fato, não foram os seus princípios abstrados, ou leis incompreensíveis à grande maioria, mas as grandes conquistas liberais do nosso século; e estas compondo-se com uma aspiração antiga e não encontrando entre nós arraigadas tradições monárquicas, removeram, naturalmente, sem ruído — no espaço de uma manhã — um trono que encontraram..." (Euclides da Cunha — *À Margem da História* — 4.ª edição — Pôrto — pág. 308). "Assim ela chegou até meados do último século — até Karl Marx — pois foi, realmente, com êste inflexível adversário de Proudhon que o socialismo científico começou a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva". "De feito, desbancada a lei de Malthus, ante a qual nem se explicaria a civilização, e demonstrada a que se lhe contrapõe consistindo em que "cada homem produz sempre mais do que consome persistindo os frutos do seu esfôrço além do tempo necessário à sua reprodução" — põe-se de manifesto o traço injusto da organização econômica do nosso tempo". "Neste confronto se expõe a pecaminosa injustiça que o egoísmo capitalista agrava, não permitindo, mercê do salário insuficiente, que se conserve tão bem como os seus aparelhos metálicos, os seus aparelhos de músculos e nervos; e está em grande parte a justificativa dos socialistas no chegarem todos ao duplo princípio fundamental: socialização dos meios de produção e circulação; posse individual sòmente dos objetos de uso". (Euclides da Cunha — *Contrastes e Confrontos* — 6.ª edição — Pôrto — 1923 — pág. 237, 238 e 239).

tomou a defesa dos fracos, dos desvalidos, dos perseguidos, dos oprimidos. Êsses três traços, e particularmente o último, caracterizam a existência de Euclides como uma militância. Jamais deixou de estar engajado, e a fundo, em alguma questão, em algum problema, em algum acontecimento. Engajamento a que se dava inteiro, apaixonadamente, participando e não apenas argumentando. Nesse sentido, não há talvez na vida literária brasileira outro exemplo, tão alto, tão nobre, tão vigoroso.

Da pobreza de Euclides falam os seus biógrafos com minúcias e não resta o que esclarecer [12]. De sua aproximação com o povo referem os conhecidos e alguns dos que escreveram sôbre êle. Nos lugares por onde passou, deixou sempre amigos entre os humildes, o trabalhador que o ajudava na ponte, em São José do Rio Pardo, o barqueiro que estêve com êle no Purus, o soldado que o acompanhou em Canudos. Mas por tôda parte buscava, intencionalmente, pensadamente, o convívio dos humildes e ouvia-os, e acompanhava-os, e acolhia-os. Quanto à defesa dos desfavorecidos, sua existência inteira teste-

---

[12] Numa de suas últimas cartas ao cunhado de 6 de julho de 1909, Euclides escreveria: "Não tenho grandes recursos; continuo, felizmente, a ser o mesmo heróico pobretão de sempre..." (Francisco Venâncio Filho — Op. cit. — pág. 241). A Oliveira Lima, em carta de 13 de novembro de 1908, escreveria sôbre a premência em manter a família; "Como traçar-se a linha reta da vida com tantas mãozinhas a nos puxarem pelas abas do casaco?" (Idem — pág. 222). Euclides não residiu muito tempo na mesma casa. Mudava-se freqüentemente. Não apenas de casa, mas de lugar, no seu nomadismo constante. Não teve biblioteca. Em carta a Vicente de Carvalho, pedindo auxílio para escrever o prefácio dos *Poemas e Conções* do amigo, diz: "Manda-me um exemplar da "Rosa de Amor". Duas têrças parte dos meus livros estão ainda encaixotados; e no meio dêles, ela. Não te zangues: lá estão também as melhores páginas da minha livraria errante, desde Shakespeare a Antero de Quental. Ao meu lado — enquanto não se fixar a minha posição no planêta — apenas os estúpidos livros profissionais..." (Idem — pág. 214). Não tinha também arquivos: "As que lhe escreveram os seus amigos desapareceram na dispersão inevitável de sua vida e na perda irremediável de seu arquivo".É o que depõe Francisco Venâncio Filho, prefaciando o volume de sua correspondência. (Idem — pág. 50).

munha a coerência de uma posição cedo esposada. Falam as cartas ao senador João Cordeiro, fala a entrevista com Floriano em defesa do sogro, falam as páginas de *Os Sertões,* falam aquelas em que clamou contra a escravização dos seringueiros, falam o programa e o partido socialista que fundou em São José do Rio Pardo, falam as linhas do ensaio *Um Velho Problema.* [13]

---

[13] "Uma noite estava êle com um amigo à entrada de um Cassino. Enquanto o amigo, despreocupadamente, se entregava ao prazer da música e à contemplação dos pares que dançavam, Euclides caiu em profunda tristeza, ao ver, não o baile, mas a massa esfarrapada, sublimemente asquerosa, da multidão que, imóvel, ao relento, queda-se ante aquêle espetáculo que era uma gargalhada horrível, irônica à sua fome, à sua nudez". (Sílvio Rabelo — Op. cit. — pág. 43). "Dizia êle num dos seus artigos: "... impelido pelas tradições de sua terra, repleta de um majestoso rumor revolucionário, cheia da encantadora magia dos mais belos exemplos, desde o estoicismo heróico de Tiradentes à heróica abnegação de Nunes Machado — o republicano brasileiro deve ser forçosamente revolucionário". (Idem — pág. 59). "Euclides chegava aos povoados, pedia pousada, procurando contactos com a gente simples — roceiros e trabahadores que não sentiam nada mais do que o presente; nada mais do que as vozes obscuras do seu ser". (Idem — pág. 219). "Êle viu na resistência heróica dos jagunços do Conselheiro mais do que uma possível ameaça às instituições e à ordem estabelecida. Êle viu o direito de sobrevivência de uma população que estacionara por não ter tido condições favoráveis à assimilação dos valores culturais do litoral, em bases econômicas mais sólidas e sob a influências de idéias mais avançadas. *Os Sertões* são, dêste modo, um brado e brado quase inútil, contra o crime de um govêrno que abandonara a sua gente a uma natureza nem sempre propícia à vida e a uma organização social nem sempre compatível com a dignidade humana; e, mais do que isto, exterminara-a sem nenhuma condescendência". (Idem — página 224). "Todavia, nunca a sua voz faltou como um protesto contra tôdas as modalidades de exploração do homem pelo homem. A miséria brasileira sempre despertou em Euclides as suas melhores reservas de humanidade. Defendendo os trabalhadores dos seringuais, um pouco mais tarde, êle iria colocar-se ainda em defesa dos oprimidos contra os opressores". (Idem — pág. 301). Sílvio Rabelo tem razão. Depois do libelo a favor dos sertanejos, em *Os Sertões,* Euclides tentaria levantar novo libelo, no malogrado *Um Paraíso Perdido,* a favor dos seringueiros. Mencionaria o desbravador da selva amazônica como vítima da "tremenda anomalia" de ser "o homem que trabalha para escravizar-se", escalpelando o "patrão inflexível" que "decreta, num emperramento gramatical estupendo, coisas assombrosas". (Euclides da Cunha — *À Margem da História* — 4.ª edição — Pôrto — 1923 — pág. 22 e 25). Para definir, com uma clareza

Uma obra militante A obra de Euclides da Cunha é pequena. Como livro, a rigor deixou um só, *Os Sertões* — escrito para ser livro, preparado, estudado. Todos os outros são coleções de artigos de jornal, não guardam unidade, não despontam como uma intenção. Obra pequena elaborada em curto prazo, além do mais. Entre *Os Sertões*, cujo lançamento é de 1902, e *à Margem da História,* de 1909, pouco depois de

---

impregnada de revolta: "Esta resenha comportaria alguns exemplos bem dolorosos. Fôra inútil apontá-los. Dela ressalta impressionadoramente a urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilite o esfôrço do homem; uma justiça austera que lhe cerceia os desmandos; e uma forma qualquer de *homestead* que o consorcie definitivamente à terra". (Idem — pág. 26). Voltava, adiante, nos mesmos têrmos: "Repitamos: o sertanejo emigrante realiza, ali, uma anomalia sôbre a qual nunca é demasiado insistir; é o homem que trabalha para escravizar-se. Enquanto o colono italiano se desloca de Gênova à mais remota fazenda de São Paulo, paternalmente assistido pelos nossos podêres públicos, o cearense efetua, à sua custa e de todo em todo desamparado, uma viagem mais difícil, em que os adiantamentos feitos pelos contratadores insaciáveis, inçados de parcelas fantásticas e de preços inauditos, o transformam as mais das vêzes em devedor para sempre insolvente". (Idem — pág. 58). Mencionaria o papel do "deserto, feitor perpètuamente vigilante" que, trabalhando para o patrão, "guarda-lhe a escravatura numerosa". (Idem — pág. 76). Mostraria o seringueiro entregue ao "grande isolamento da sua desventura", acrescentando: "Além disso, só lhe é lícito punir-se da ambição maldita que o conduziu àqueles lugares para o entregar, manietado e escravo, aos traficantes impunes que o iludem — e êste pecado é o seu próprio castigo, transmudando-lhe a vida numa interminável penitência. O que lhe resta a fazer é desvendá-la e arrancá-la da penumbra das matas, mostrando-a, nuamente, na sua forma apavorante, à humanidade longínqua..." (Ilem — pág. 877). Contando, em trechos de imperecível beleza, a festa de Aleluia nos seringais, brada contra a passividade dos escravizados: "É um doloroso triunfo. O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e desafronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalcando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu, escravo, à gleba empantanados dos traficantes, que o iludiram". (Idem — pág. 90). Gilberto Freyre, referindo-se ao "largo sentido humano, social e cultural, mas brasileiro", confirma: "Êste último sentido nunca faltou ao engenheiro social animado de ideal político que foi Euclides da Cunha" .(Gilberto Freyre — *Perfil de Euclides e outros perfis* — Rio — 1944 -- pág. 62).

sua morte, mas para o qual selecionou os trabalhos, vão apenas sete anos. Sete anos de vida nômade, na fiscalização do engenheiro, na expedição de Canudos, na expedição ao Purus, passando a família de lar em lar, e deixando-a por largo tempo, vivendo ao léu, em navio, em montaria, em cavalo, em trem. Euclides da Cunha não teve biblioteca. Não teve emprêgo seguro, que afastasse do seu espírito os problemas de subsistência própria e da família. Sua cultura, que foi variada e profunda, particularmente levando em conta o tempo e o meio em que viveu e o tipo de vida que levou, foi entretanto, conquistada com um esfôrço desesperado, aproveitando todos os instantes, tôdas as pequenas pausas. Nota-se, aqui e ali, a improvisação no que escreve [14]. Mas isso não é de surpreender. Salva os desfalecimentos inevitáveis dessa improvisação, a curto prazo, para a visão dos contemporâneos, a extraordinária capacidade para valorizar os assuntos; para os pósteros, os recursos de uma cultura que está presente em tudo o que escreve [15]. Isso não retira à sua obra, entretanto, a heterogeneidade. Há nela descaídas grandes, hiatos profundos, desigualdades evidentes. Até onde teria influído nisso a premência e a necessidade da colaboração em jornal é ainda incerto afirmar. De tudo se deduz que Euclides foi autor de livro único, *Os Sertões*. O resto, foi acessório, ainda aquilo que constituiu a matéria preliminar para o seu segundo livro, que ficou malogrado, *Um Paraíso Perdido*.

---

[14] "E tôda vez que se sente fraco diante de problemas complexos de interpretação de personalidades ou de tipos Euclides resvala no seu vício fatal: a oratória". (Gilberto Freyre — Op. cit. — pág. 33).

[15] "Euclides sabia tudo. Sabia o que eu sabia em letras e mais tôda a sociologia e a economia e a política de um pensador enciclopédico. Era a realização do verdadeiro homem de letras reforçado por um sábio, que Fichte preconizara". (Testemunho de Domício da Gama — In Francisco Venâcio Filho — Op. cit. — pág. 30).

Os Sertões Desligado da Escola Militar, em dezembro de 1888, Euclides da Cunha viajou para São Paulo. E, ali, talvez por acidente, mas provàvelmente por conseqüência de seu gesto espetacular de protesto republicano, foi procurado por um jornal e nêle colaborou. Começou duas séries de artigos assinados com o pseudônimo de Proudhon, "Questões Sociais" e "Atos e Palavras". Do Rio de Janeiro, para onde regressou no mês seguinte, continuou a sua colaboração naquele jornal. Em 1896, ao abandonar o Exército definitivamente, e voltando a São Paulo sentiu a gravidade do problema criado em Canudos pelo ajuntamento de fanáticos que se incorporaram a Antônio Conselheiro. Em 14 de março e em 17 de julho, apareceram nas colunas do jornal em que escrevia, sob o título "A Nossa Vendéia", algumas considerações suas a respeito do problema. O fato de ter sido militar, junto ao fato de ser um escritor cujo pulso já era possível sentir, levaram o jornal a convidá-lo para acompanhar, como correspondente, a expedição que o govêrno federal estava preparando para resolver de vez aquêle problema, que se agravava à medida que corria o tempo e cujo eco assumira, no momento, proporções de catástrofe, ligado que ficara aos mais desencontrados boatos, entre os quais se destacava o de uma pretensa manifestação organizada de resistência ao regime, com intenções de ir mais além, e derrocá-lo adiante.

Governava o Brasil, por êsse tempo, Prudente de Morais, que recebera o poder de Floriano Peixoto, em circunstâncias difíceis. Governava o Estado de São Paulo, preparando-se para suceder a Prudente de Morais no govêrno federal, Campos Salles. Ambos republicanos de propaganda, mas ambos ligados à facção da classe senhorial que, depois de empolgar o poder, com a ajuda da classe média, particularmente representada pelo Exército, expelira do poder os representantes dessa mesma classe média, retomando a união com a classe senhorial decadente das zonas de lavoura velha. Sôbre um e outro,

portanto, pesava a suspeição de conivência. Não defenderiam a República como esta merecia ser defendida, dizia-se. E, à proporção que as expedições a Canudos encontravam resistência e eram vencidas, crescia a agitação em defesa da República.

Muito se tem dito e repetido que o advento do novo regime resultou, entre nós, de mero acidente, deflagrado por militares, na inconformação com soluções ligadas apenas a problemas da classe profissional. Um cronista mencionou, a propósito do feito de 15 de novembro, que o povo assistira a tudo bestializado, assim como quem diz que o povo não participara dos acontecimentos. Dos de 15 de novembro, poucos realmente participaram — foi mais, e muito mais, uma festa da tropa rebelada, resolvendo os seus próprios problemas, a doença de Deodoro, a adesão de Floriano, a mudança de um gabinete num regime em crise. Euclides da Cunha, muito depois, quando escreveu o escôrço histórico *Da Independência à República,* teve uma frase final elucidativa, a respeito do que chamou "desfêcho feliz de uma revolta". A frase — "porque a revolução já estava feita" — mostra como a luta pelo novo regime transcendeu os acontecimentos da data em que êle se concretizara. Desmentido violento, frontal, entretanto, à acusação, sempre repetida, de que a monarquia caíra por acidente, fôra dado com a mobilização de fôrças e opinião em defesa do govêrno de Floriano, durante a revolta da esquadra. Seria dado, agora, com a paixão que se levantava em tôrno dos acontecimentos de Canudos. De forma alguma a República fôra reforma superficial, que a ninguém afetara.

As grandes transformações por que passou o Brasil na segunda metade do século XIX, aqui já mencionadas, alterariam profundamente a posição das classes sociais. Não só crescera a classe média — embora sem espaço para desempenhar um papel político, e só reforçada quando o Exército, composto e recrutado nela, viesse a disputar uma parcela daquele papel — como a classe

senhorial cindira-se, colocando-se de um lado os elementos ligados às lavouras velhas, ancoradas na estrutura colonial de produção, em que o trabalho servil tinha ainda espaço, e de outro lado os elementos da lavoura nova, que abandonavam o braço escravo e forneciam os saldos em que se apoiaria o surto industrial e o aparelho financeiro indispensável aos novos tempos. Quando a facção mais avançada no caminho do progresso — da classe senhorial — separava-se do que nela representava o fator retrógrados, e soma os seus esforços com os da classe média, o dispositivo se desequilibra e permite o advento do novo regime. Num primeiro momento, e até por acôrdo tácito dos componentes dessa aliança estranha e eventual, cabe o poder dos militares, isto é, à classe média. Floriano tipifica êsse momento, ao aprofundar, com a sua posição de governante inflexível, a situação.

E foi por isso que, apesar de alguns traços de seu perfil, alcançou destaque político, tornando-se figura marcante, a quem acompanhavam todos os que punham na República os seus ideais. Com êle, começa a nova fase da luta, separando-se a classe senhorial, agora recomposta em sua unidade, da classe média, para tirar a esta o poder. A sucessão de Floriano é apenas uma etapa dessa luta, e os governantes que o sucedem são representantes notórios da facção mais avançada da classe dominante de senhores de terras. A culminação da derrota da classe média terá lugar com a "política dos governadores", em que Campos Salles, sucessor de Prudente, entrega os podêres estaduais às oligarquias e disso faz a base de seu govêrno. Mas, no momento em que Prudente de Morais exerce a presidência, quando ocorre o episódio de Canudos, o florianismo estava ainda vivo, e a agitação pela República, com a correspondente suspeição em tôrno do supremo magistrado, mostrava que o novo regime não se resumira na passeata militar de 1889. O choque que a opinião recebe com os sucessos de Canudos, e a onda de suspeições levantada, constitui uma

prova de que o regime republicano interessava fundamente a camadas importantes daquilo que era povo na época. Estas camadas não assistiram impassíveis ao levantamento, em pleno sertão, de um reduto monarquista, talvez fundado com conivências e passividades. Não importa que, no fundo, tudo isso fôsse falso, como depois se verificou. Era um sintoma.

Euclides da Cunha, a esta altura, estava desiludido do regime que ajudara a forjar. Mais dos homens, evidentemente, do que dos princípios, a que, na verdade, se conservava fiel. Incompreensões pessoais e ressentimentos a que estava afeito tinham-no desviado do caminho que escolhera desde os bancos acadêmicos. Seus compromissos com o regime, entretanto, estavam intactos [16]. Os dois artigos sob o título "A Nossa Vendéia" comprovam essa sua posição. Esposa a opinião dominante de que, em Canudos, havia uma grande articulação monarquista; apresentava os fanáticos ali reunidos como parentes dos *chouans*, que se haviam levantado contra a Revolução. Naquele arraial de taipa estava "a nossa Vendéia". Não seria êsse o seu único equívoco.

O sertão A vastíssima zona geográfica que, no Brasil, é conhecida como *sertão* foi antes da descoberta, batida apenas pelos indígenas de civilização mais rudimentar entre os que o português encontrou quando a colonização teve início. Começou a ser penetrada, talvez ainda no século XVI, quando as fazendas de gado separaram-se das fazendas agrícolas. Em fase anterior, que surgiu com os primeiros tempos da colonização, os currais eram quintais dos engenhos, destinados a fornecer a êstes os animais para a tração e para o abate. O proprietário do gado era o mesmo proprietá-

---

[16] "Os ressentimentos provinham, particularmente de sua posição face a Floriano, transparentes nos trabalhos: "O Marechal de Ferro" e "A Esfinge", ambos recolhidos ao volume *Contrastes e Confrontos*.

rio dos engenhos. Há uma primeira alteração, quando o mesmo proprietário separa as atividades, distanciando-as no espaço: mantém os engenhos próximos ao litoral, de que dependiam pela deficiência dos transportes, de vez que a produção se destinava tôda à exportação, e estabelece fazendas pastoris no interior. Numa segunda fase, as alterações se completam: o fazendeiro de cana será um, o criador de gado será outro. A multiplicação dos rebanhos motiva a apropriação das vastas zonas do interior, daquilo que ficou conhecido como *sertão*. À medida que se completa essa divisão de atividades, crescem as diferenças entre o sertão e o litoral e surge o contraste entre uma faixa litorânea em que se operam transformações econômicas e sociais, ainda que muito lentas, e uma zona de sertão, em que os grupos e classes se estratificam. Se bem que os quadros tenham identidade, uma vez que tanto no sertão como no litoral, com o passar dos tempos, o regime escravocrata vai sendo substituído por um regime feudal ou semi-feudal, o fato é que no sertão as relações feudais se aprofundam e se conservam pràticamente intactas. É uma população abandonada ao seu destino, vivendo uma existência peculiar. Quando em 1808, às vésperas da autonomia, os portos brasileiros são abertos ao comércio de tôdas as nações, o que, na época, correspondia a abri-los apenas aos navios inglêses, êsse contraste estava já vincado na fisionomia social. Tal contraste chegou aos nossos dias e se apresenta eloqüente no modo de produção [17].

---

[17] "Há, entretanto, uma diferença decisiva entre a alpercata do vaqueiro nordestino e o sapato do operário carioca. Essa diferença se refere não ao calçado em si nem à necessidade que visa satisfazer, mas aos modos de produção de um e outro: o nosso vaqueiro produziu, êle próprio, o boi que lhe deu o couro, matou-o e tirou-lhe o couro, salgando e curtindo êste como pôde, para depois cortá-lo e fazer a alpercata. Inversamente, o sapato que usa o operário não foi feito por êle, mas comprado com o salário ganho, suponhamos, numa fábrica de tecidos. Os sapatos, prontos para o uso, resultam: 1) do trabalho do vaqueiro que criou os bois; 2) do trabalho do curtidor; 3) do trabalho do ferroviário que transportou o couro curtido

Esta sociedade feudal, de hábitos longamente ancorados no tempo, gerou formas de comportamento específicas e conservou-as [18]. Agravava o quadro o flagelo cli-

---

para a fábrica de calçados; 4) do trabalho do fabricante de calçados; 5) do trabalho do fabricante de equipamentos para o curtume, estrada de ferro e fábrica de calçados, etc. Se examinarmos bem, quase não haverá ninguém neste país que não tenha contribuído de algum modo para produzir aquêle par de sapatos". (Inácio Rangel — Op. cit. — pág. 23). Cumpriria acrescentar, para nosso uso, que o sapato é um produto do modo de produção capitalista, e a alpercata é um produto do modo de produção feudal. Aí está a diferença essencial entre a vida no sertão e a vida no litoral, e não na distância e proximidade do oceano.

[18] "Desde os primeiros tempos da Colônia, a região compreendida entre os vales do São Francisco e do Parnaíba haveria de ser uma expansão dos currais baianos. Pouco importava que ela estivesse, até certo ponto, sob a jurisdição dos capitães-mores de Pernambuco. Ali, as seculares trilhas de gado venceram fàcilmente as convenções administrativas. Porque, atravessando os chapadões do Araripe e da Ibiapaba, os baianos se espalhariam pelas terras altas do sertão nordestino, até os campos onde cresce o "capim mimoso", bom como nenhum para a engorda das rezes". (Sílvio Rabelo — Op. cit. — pág. 81). "Dêste modo, a agressividade dos instintos estaria em correspondência com as incertezas do meio físico e com o regime de trabalho nem sempre compensador; nem sempre favorável a uma distribuição equitativa da riqueza e a um equilíbrio mais estável dos grupos sociais. Por sua vez, a falta de comunicações com a faixa litorânea e com núcleos de população mais densa tornava os sertanejos distantes, não apenas quanto ao espaço, mas distantes quanto à cultura". (Idem — pág. 83). "O bárbaro e o místico que se encontravam no sertanejo eram assim, uma conseqüência do desajustamento a condições de vida pouco propícias à normalidade: um derivativo e uma compensação ao mesmo tempo". (Idem — pág. 84). "O sertanejo pagou com a vida o seu atraso; o litoral não pôde compreender o fenômeno social que Euclides da Cunha pôs em foco, de um modo fulgurante. Só lhe faltou, ao grande criador, encontrar na mecânica o têrmo que a sua linda imagem sugere: a defasagem social. "Canudos" e o "Contestado" — muito diferentes do caso dos Muckers do Rio Grande — foram tradução do mesmo fenômeno, em regiões extremas do país". (Roquette Pinto — Op. cit. — pág. 154). "Absorvidos os sertanejos nos instintos da conservação, bastam-lhe muitas vêzes ao regalo do estômago: o palmito, o punhado de farinha, a banha do peixe, a canjica, o beiju, o gole de congonha, umas tucumãs, a carne do mocó, do guariba ou do lagarto. É a cruzada dos abstêmios na fartura da Canaã bíblica". (Alberto Rangel — Op. cit. — pág. 30). "Mestres no tiro ao alvo, não lhes custa escorvar o bacamarte ou aperrar o rifle das vinganças. O banditismo é uma moléstia do sertão, mas é a hipertrofia da coragem, provocada e aproveitada pela

mático da sêca, que dizimava populações e rebanhos, tangendo o homem para outras paragens. Tudo isso, e a extensa apropriação territorial processada desde os primeiros tempos, acarretaria os traços violentos da sociedade sertaneja, os hábitos patriarcais, a noção primitiva de honra, a irremediável pobreza, as lutas de famílias, o banditismo infrene e, por fim, o fanatismo religioso. Batido por todos os reveses, o sertanejo punha fàcilmente as suas esperanças no sobrenatural, como o indígena, com o qual se cruzara intensamente. O caso de Canudos não foi único. A circunstância política é que o destacou dos demais. Tratado pelos métodos policiais, com os recursos do Estado da Bahia, não sofreu modificação. Os fanáticos resistiram e derrotaram a fôrça punitiva que fôra encarregada de reduzir aquela tapera religiosa. As primeiras intervenções do govêrno federal não tiveram melhor resultado: as tropas foram repelidas em condições humilhantes, deixando muitas armas em mãos dos sertanejos. Já aí começava a ganhar corpo em todo o país a idéia de que, em Canudos, estava o centro de resistência dos remanescentes monarquistas e que a traição rondava as portas da República. Nova expedição, comandada por um general de renome, e nova derrota em condições catastróficas, levaram a paixão ao auge. Foi quando, num ambiente eletrizado, o govêrno federal organizou a expedição a que se incorporou Euclides da Cunha. Ia para ela como quem participa de uma

conflagração permanente e depravante do litoral. O que é certo é que a terra vasou o homem, o homem bater-se-á pela terra. Soldados sem sôldo, chamou-os Afonso Arinos". (Idem — pág. 30). "Não houve ainda congregação possível a êsses elementos, fracos na sua falta de coesão social, a não ser a conformidade travada pelas tradições que não morrem, pelos descantes que se renovam, pelas tristezas que os abatem, e pelas festas em que folgam. Têm êles a sensibilidade mal coordenada das crianças, a inteligência percuciente dos prmitivos que descobriram o fogo e a domesticação do boi, do cavalo e do cão. Seus gênios são anônimos. A graça de suas respostas, a vivacidade das observações e descaídas sentimentais contrastam com o silêncio do macambúzio, as reservas do desconfiado". (Idem — pág. 32).

cruzada redentora, defendendo os seus mais puros ideais. Dando vivas à República.

Duas semanas depois de chegar à Bahia, Euclides é assaltado pelas primeiras dúvidas a respeito de Canudos. Um soldado de raça, soldado por dentro e por fora, o coronel Carlos Teles, participante da expedição comandada por Moreira César, revela de público que não há monarquismo em Canudos [19]. Mas é assistindo ao espetáculo do cêrco e do ataque ao arraial que o correspondente de guerra verifica a grandeza do crime que ali se comete. Dá cumprimento à sua missão e regressa. Traz o rascunho de um livro, um depoimento áspero, um libelo arrasador. Há de escrevê-lo algum dia, quando tiver uma pausa.

A pausa Euclides regressa, em 1898, à sua engenharia "incerta e fatigante". Funcionário da Superintendência de Obras Públicas, no Estado de São Paulo, retoma as suas atividades, depois de uma licença em que se refaz. Acontece-lhe, então, o acidente feliz de São José do Rio Pardo. Deve dirigir ali a reconstrução

---

[19] O primeiro despacho de Euclides da Cunha para o jornal que o enviara a Canudos em que revela a outra face da questão política, a de que não havia reduto monarquista naquela tapera de fanáticos, tinha a data de 21 de agôsto, e dizia: "O coronel Carlos Teles confirmará amanhã, em carta ao *Diário da Bahia*, as suas declarações anteriores, afirmando o número reduzido de jagunços existentes em Canudos, que tem pouco mais de mil casas, e não quatro mil, como propalam. Garante que a expedição Moreira César venceria se não fôsse morto o bravo coronel. Explica o grande número de mortos e feridos pelas posições admiráveis dos inimigos. Diz não acreditar que haja intuitos monárquicos entre os fanáticos". (Euclides da Cunha — *Canudos — Diário de uma Expedição* — Rio — 1939 — pág. 140). Em despacho de 22 de agôsto, em que acrescenta maiores detalhes das declarações do coronel Carlos Teles, constam, como palavras do chefe militar, que "não há fim restaurador nem influência de pessoa estranha nesse sentido; não há lá estrangeiro algum". Teles acrescentaria, e isso consta do despacho: "Adulterar a verdade para encarecer Canudos é alarmar o espírito público, e a isto não me presto. Não vivo de reclames. digo sempre o que se me afigura ser a verdade". (Idem — pág. 143).

de uma ponte. Passará três anos num lugar, e isso constitui, em sua vida nômade, a pausa de que necessita. À beira do rio, em barraca de zinco e sarrafos, ao mesmo tempo em que acompanha os trabalhos da ponte, escreve o livro que está dentro dêle, exigindo a forma definitiva. Mas não é apenas a pausa que o ajuda — é o meio. Ali encontra um ambiente, amigos, gente que participa do seu problema. Encontra Francisco Escobar, que lhe fornece livros, que os consegue mandar vir de longe, que o aproxima dos sabedores, que ouve os capítulos, que lhe traduz o latim. Em sua vida atormentada, Euclides da Cunha fêz numerosos amigos. Ninguém teve o culto da amizade como êle. Em Escobar, entretanto, há mais do que o afeto de amigo, há um colaboração constante, tenaz, carinhosa, cheia de cuidados. É com êle e Pascoal Artese que, numa cidadezinha do interior paulista, numa fase em que o operariado é reduzido no Brasil, em que as reivindicações de classe nem chegam a esboçar-se, Euclides da Cunha funda um Partido Socialista e lhe redige o programa. As atividades que o absorvem, com a capacidade que êle tem para dedicar-se às tarefas que empreende, são a ponte e o livro.

Entre 1897, quando presenciou os acontecimentos, e 1902, quando o seu libelo veio a público em forma de livro, decorrem cinco anos. Nesses cinco anos Euclides mudou muito. A mudança fica denunciada, eloqüentemente, nas diferenças entre o *Diário de uma Expedição* e *Os Sertões*. Não são apenas diferenças de qualidade, de um rascunho para um livro. Há outras, mais importantes. Euclides da Cunha fôra a Canudos com uma idéia a respeito do problema. Sua profunda honestidade lhe fêz ver que a posição antiga era falsa — por isso na volta da Bahia é um outro homem. A diferença fundamental, entretanto, não está ainda nisso: está em que Euclides, antes de transformar o rascunho em livro, arma-se para a emprêsa que o absorve, consulta autores, testemunhas, compêndios, faz notas, elabora um andai-

me enorme para a sua construção, refaz a sua cultura, preenche os vazios de seus conhecimentos especializados, procura compreender uma série de aspectos. *Os Sertões* têm uma história. São, na verdade, obra difícil, elaborada com lentidão, guardando uma finalidade, a acusatória. No libelo, justo em seu conjunto, haverá vítimas injustiçadas.

Apesar dos esforços que fêz para dominar instrumentos de análise que lhe permitissem transformar um caderno de notas, mero rascunho dos acontecimentos, numa obra definitiva, Euclides da Cunha não poderia, por motivos independentes de sua vontade, ir ao fundo dos motivos essenciais do problema. Antes, anotara já com uma honestidade que muito o recomenda, as suas deficiências em geologia, em botânica e em outros campos[20], e tentou superá-las tôdas, antes de lançar-se ao trabalho final. Nesse esfôrço, auxiliado por Escobar e outros amigos, operou uma completa revisão de seus conhecimentos. Mas, no conjunto, a ciência de que se utilizou não foi apenas a ciência de seu tempo — foi o que, da ciência de seu tempo, chegara ao Brasil. Nisso interfere, acima da vontade dos indivíduos, ainda que excepcionais, aquilo a que estão subordinados. É quando aparece a ideologia do colonialismo, a que Euclides, apesar de seus geniais lampejos de intuição, não ficou imune.

---

[20] "Em alguns cortes da estrada pareceu-me distinguir nìtidamente a transição entre os dois terrenos: a minha observação, porém, já de si mesma resumida aos breves horizontes de imperfeitíssimos conhecimentos geológicos, fêz-se em condições anormais na passagem rápida de um trem. Mudo cautelosamente de assunto". (Euclides da Cunha — Idem — pág. 54). "Um quadro absolutamente novo; uma flora inteiramente estranha e impressionadora capaz de assombrar ao mais experiente botânico. De um, sei eu, que ante ela faria prodígios. Eu, porém, perdi-me desastradamente no meio da multiplicidade das espécies e atravessando, supliciado como Tântalo, o dédalo das veredas estreitas, ignorante deslumbrado — nunca lamentei tanto a ausência de uma educação prática e sólida e nunca reconheci tanto a inutilidade das maravilhas teóricas com as quais nos iludimos nos tempos acadêmicos". (Idem — pág. 59). "Recolhi um pouco de areia claríssima, destinada ao exame futuro de pessoa mais competente". (Idem — pág. 68).

Tôda ideologia é justificatória por definição e, gerando-se de condições concretas e, portanto, sendo constituída *a posteriori*, pretende sempre apresentar-se como apriorística. Por ideologia do colonialismo se entende, aqui, o conjunto de idéias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua denominação sôbre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, gerindo-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interêsses, pela supremacia econômica sôbre êles ou as suas metrópoles. Surgiu e cresceu com a fase mercantilista e consolidou-se com o acabamento do processo que colocou o capitalismo como modo de produção predominante, desembocando na fase imperialista a que assistimos. Sumàriamente, nos fins do século XIX tal ideologia reunia tudo o que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização. Sob o clima tropical não seria possível forma adiantada de organização social, econômica ou política; a raça negra seria inferior e, como tal, destinada apenas ao trabalho, influindo negativamente nos cruzamentos em que concorresse, como, de resto, seriam por si mesmos negativos os cruzamentos; as técnicas avançadas de organização política, como de produção, não poderiam ser adaptáveis a povos coloniais, onerados pelo clima e pela raça — tais foram, entre outras menos importantes, formas muito difundidas de uma ideologia que, no fundo, preferia apenas coonestar a justificar a exploração colonial. Pela difusão dessa ideologia nas áreas coloniais, tornando as suas elites intelectuais suportes de sua vigência, responde a estrtutra social nelas dominante, quando a classe senhorial tinha os seus interêsses profundamente associados, ainda que subsidiários, da classe que emergira vitoriosa no processo histórico que culminou com a Revolução Industrial.

Espírito científico Euclides da Cunha tivera uma formação científica que se constituiria em singularidade nos meios literários brasileiros. Pelas exigências da profissão e pelos pendores naturais, armara uma estrutura de conhecimentos em que os das ciências ditas exatas tinham um lugar destacado. A especialização científica, em seu tempo, apenas se esboçava, entre nós. No mercado de trabalho intelectual, aquela especialização não encontrara ainda demanda propícia ao seu desenvolvimento — e isso era também um traço de colonialismo evidente. Não havia delimitações à expansão de conceitos e de hipóteses, nem policiamento crítico para isso. Os poucos dotados de base científica, ainda que rudimentar, ficavam habilitados a penetrar em todos os campos, encontrando credulidade suficiente para um papel de relêvo. Que indivíduos assim desamparados aceitassem e difundissem os conceitos básicos da ideologia do colonialismo não seria de espantar. Ora, entre aquêles conceitos básicos, como campo extremamente propício, apresentava-se o etnocentrismo, que a tudo pretendia explicar, desviando a atenção dos interessados de outras áreas de pesquisa. O etnocentrismo, com a sua carga de preconceitos, estava presente não apenas na ciência elaborada no Brasil, que dava, na realidade, os primeiros passos, como na arte elaborada no Brasil. Seus efeitos, aliás, estão longe de ter desaparecido, aqui, embora tenham entrado em profundo e irremediável descrédito.

De qualquer forma, o teor científico de *Os Sertões* valorizou muito o efeito do livro. "Com *Os Sertões* viu-se pela primeira vez no Brasil — escreveria Roquette Pinto — o "espírito científico" concorrendo para a edificação de um grande monumento literário. Não digo que tenha sido o primeiro livro literário com preocupações científicas; isto seria inexato... e a literatura resultante teria sido, certamente, deplorável. O que desejo afirmar é que Euclides da Cunha mostrou como se pode tomar base ló-

gica científica para supremas construções literárias. O que há de notável, nos *Sertões,* dêsse ponto de vista, não é a minúcia técnica, às vêzes até inaceitável; é o "espírito científico" que trava todo o edifício. Houve tempo em que se acreditava que a "verdade" repelia a "beleza" ou, pelo menos, dela não precisava. Euclides da Cunha provou que elegância e vigor de frase, imagens rutilantes, sombras e colorido, que são do manejo corrente dos bons escritores, nada perdem quando o autor conhece bem as relações que ligam os fenômenos descritos — o que, por si só, caracteriza o "espírito científico" [21]. Roquette Pinto acrescentaria, mostrando a associação entre a arte e a ciência como base das obras fundamentais de interpretação: "A introdução do espírito científico na literatura histórica, o "colorido romântico" que êle deu, talvez sem querer, a tôdas as suas grandes páginas, sintonizando-as com o meio intelectual, a "identificação do escritor com a natureza", cujos acidentes êle estava perfeitamente bem preparado para entender, são parâmetros da grande figura" [22].

O aparato científico de *Os Sertões* não apenas valorizou os efeitos que produziu, que foram profundos, embora não fôssem aquêles que o autor certamente esperava. Provinha de uma intenção, de uma cuidadosa e paciente elaboração, de consultas numerosas, de estudos tenazes. Fazem do livro um esfôrço, uma construção, uma obra difícil, que o autor ergueu penosamente, arrimando-a a estacas que julgava eternas. Gilberto Freyre viu êsse lado do problema: "Juntando-se a colaboração do paciente pesquisador de geografia física e humana

---

[21] E. Roquette Pinto — Op. cit. — pág. 135.

[22] E. Roquette Pinto — Op. cit. — pág. 138. O julgamento de Roquette Pinto sôbre *Os Sertões* é, aliás, eloqüente: "Percorro tôda a nossa história literária e penso que *Os Serõtes* serão no futuro, para o Brasil, o grande livro nacional; o que *D. Quixote* é para a Espanha ou *Os Lusiadas* para Portugal; o livro em que a raça encontra a floração das suas qualidades, o espinheiral dos seus defeitos, tudo o que, em suma, é sombra ou luz na vida dos povos". (Idem — pág. 138).

e de história colonial do Brasil que foi Teodoro Sampaio à do geólogo Orville Derby e, ainda, à orientação do psiquiatra Nina Rodrigues, quanto o diagnóstico do Conselheiro e dos fanáticos de Canudos o próprio esfôrço de pesquisa de Euclides nos arquivos da Bahia, e, de campo, no interior do Estado, vê-se como é precária a posição dos que ingênuamente exaltam n'*Os Sertões* um livro improvisado. Nem improvisado nem fácil"[23]. Euclides, que confessara no *Diário de uma Expedição* seus fracos conhecimentos em diversos campos da ciência — das ciências da natureza, não das ciências do homem —, alinha, no mapa geológico da Bahia, que apresenta em *Os Sertões*, uma série de nomes autorizados: Teodoro Sampaio, Derby, Spix e Martius, Hartt, Gardner, Burton, Halfeld, Rathburn, Allen, Aires do Casal, Príncipe de Newied, Wells, Bulhões, Bailys, Lopes Mendes. Vinha fortemente escudado. E nem perde oportunidade, aqui e ali, a propósito de alguma observação mais ousada, ou mesmo sem propósito de citar as suas "catacumbas famosas", os seus Broca, os seus Gumplowicz, os seus Foville, os seus Tanzi. Parecia-lhe, e talvez isso lhe proviesse da cultura matemática, que vivia "num tempo em que as realidades demonstráveis dia a dia se avolumam"[24]. Dentro de seus critérios, perseguia a certeza, detestava os meios tons, as dúvidas[25]. Tudo lhe parecia fácil quando arrimado nas afirmações peremptórias, definitivas, irremovíveis. Daí, inclusive, as suas generalizações fáceis, seguindo-se, muitas vêzes, observações a que não faltava acuidade[26].

---

[23] Gilbetro Freyre — Op. cit. — pág. 46.

[24] Euclides da Cunha — *Contrastes e Confrontos* — ed. cit. — pág. 41.

[25] Observação de Afrânio Peixoto. Cit. de Gilberto Freyre — Op. cit. — pág. 35.

[26] São as "generalizações violentas", a que se refere ainda Gilberto Freyre (Op. cit. — pág. 34). Ou quando menciona: Deixou-nos, apenas, sôbre o assunto, alguns reparos críticos de rara lucidez, entre generalizações perigosamente enfáticas". (Idem — pág. 59).

A autoridade científica dos seus autores prediletos parecia-lhe incontestável. Na sua timidez de escritor, que se parecia tanto à sua timidez de homem, e que tinha menos motivos para manifestar-se, oscila entre afirmações avançadas, por vêzes imprudentes, em que se lança sòzinho — e casos há em que a sua intuição, por isso mesmo, abre clareiras —, e conceitos que apenas subscreve, sem nenhuma análise, acontecendo o caso, inclusive, de contrariarem as suas próprias observações, a visão direta que tinha da paisagem física, da paisagem social, da paisagem humana. As teorias de Darwin estavam em fastígio, mas Euclides as acompanha. Fala em "seleção natural", em muitas oportunidades, e acredita honestamente em tudo o que fala. Apresenta-se em *Os Sertões* com um espírito científico que assusta os leitores, como se os enfrentasse de armadura e o livro fôsse uma fortaleza poderosa artilhada, pronta para repelir os ataques.

Etnocentrismo Roquette Pinto, com a autoridade de admirador, poderá dizer um dia: "Tudo n'*Os Sertões* é grandioso; nem tudo, porém, é certo. Já tive ocasião de mostrar quanto me parecem precárias três afirmativas de Euclides da Cunha: sôbre a questão do cruzamento, a fatalidade da luta das raças, o autoctonismo do homem americano" [27]. O problema da ideologia do colonialismo é tão flagrante em Euclides que pode ser indicado no contraste entre o texto do *Diário de uma Expedição* e do grande livro em que se transforma. Naquele texto, realmente, não há uma só nota referente à inferioridade de raça, de clima, e apenas uma admite o fanatismo religioso como forma de paranóia, observação que, no domínio individual — Canudos era problema social e, portanto, coletivo —, pode ser aceita ainda hoje. Fala na "sobriedade espartana"

---

27 E. Roquette Pinto — Op. cit. — pág. 134.

teses do autor em que buscou arrimo, prende-se à luta das raças, que o referido autor considera "a fôrça motriz da história"[29].

Nos artigos que seriam reunidos em *Contrastes e Confrontos*, os andaimes estão ainda erguidos. A propósito do Peru, escreve: "Porque o peruano é, ainda mais do que nós, uma ficção etnográfica". Descrevendo a vida dos povadores da faixa entre o Madeira e o Javari — antes de conhecer a Amazônia, note-se bem —, menciona as suas teorias: "Ora, êstes sucessos, que formam um dos melhores capítulos da nossa história contemporânea, são também o exemplo mais empolgante da aplicação dos princípios transformistas às sociedades. Realmente, o que ali se realizou, e está realizando-se, é a seleção natural dos fortes". Numa página de recordações

---

[29] O trecho fundamental, em *Os Sertões*, de condenação ao cruzamento, é o seguinte: "A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sôbre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sôbre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estímulo à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos histéricos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável: não há terapêutica para êsse embater de tendências antagonistas, de raças repentinamente aproximadas, fundidas num organismo isolado". (Euclides da Cunha — *Os Sertões* — 15.ª edição — Rio — 1940 — pág. 108). À página seguinte, êstes dois trechos: "E quando avulta — não são raros os casos — capaz das grandes generalizações ou de associar as mais complexas relações abstratas, todo êsse vigor mental repousa (salvante os casos excepcionais cujo destaque justifica o conceito) sôbre uma moralidade rudimentar, em que se pressente o automatismo impulsivo das raças inferiores". "A tendência à regressão às raças matrizes caracteriza a sua instabilidade. É a tendência instintiva a uma situação de equilíbrio". (Idem — pág. 109). Na página seguinte, a sua sentença é cortante: "... não há esforços que consigam do africano, entregue à solicitude dos melhores mestres, o aproximar-se sequer do nível intelectual médio do indo-europeu..."

da paisagem paulista do vale do Paraíba, anota: "O caipira desfibrado, sem o desempenho dos titãs bronzeados que formam a linha obscura e heróica, saúda-nos com uma humildade revoltante, esboçando o momo de um sorriso deplorável, deixa-nos mais apreensivos, como se víssemos uma ruína maior por cima daquela enorme ruinaria da terra". Pouco adiante, no ensaio de sugestivo título de *Nativismo Provisório,* tem duas observações interessantes, na mesma linha de sua tendência doutrinária: "Falta-nos integridade étnica que nos aparelhe de resistência diante dos caracteres de outros povos". E mais: "Um código orgânico, como qualquer outra observação consciente dos materiais objetivos do meio que êle procura definir — e para o caso especial do Brasil exige ainda medidas que contrapesem ou equilibrem a nossa evidente fragilidade de raça ainda incompleta, com a integridade absorvente das raças já constituídas" [80].

Em *À Margem da História,* na parte inicial, constituída de fragmentos do malogrado *Um Paraíso Perdido,* já suas observações mudam de sentido. Escreveu-as depois de ter percorrido a Amazônia, de ter visto, como vira em Canudos — e quando conta o que viu é honesto, fiel e glorificador de sua gente —, os seus povoadores na conquista da floresta bravia. Conta daqueles homens que eram lançados à selva, como banidos, para desaparecerem: "E não desapareceram. Ao contrário, em menos de trinta anos, o Estado que era uma vaga expressão geográfica, um deserto empantanado, a estirar-se sem lindes, para sudoeste, definiu-se de chôfre, avantajando-se aos primeiros pontos do nosso desenvolvimento econômico". Adiante, refere-se à "integridade orgânica a ressaltar-lhes das musculaturas inteiriças, ou a beleza moral das almas varonis que derrotaram o deserto". Compara-os aos bandeirantes: "Os obscuros pioneiros

---

[80] Euclides da Cunha — *Contrastes e Confrontos,* cit. — pág. 132, 161, 213, 222 e 224, respectivamente.

prolongam a êstes dias a tradição heróica das entradas, que constituem o único aspecto original da nossa história". Repete a comparação: "Para vencermos a terra houvemos que formar até o homem capaz de a combater — criando-se à imagem dela, com as suas rudezas e as suas energias revoltas — por maneira a talhar-se no tipo mestiço, e inteiramente novo, do bandeirante, a figura excepcional do homem que se fêz bárbaro para estradar o deserto, abrindo as primeiras trilhas ao progresso" [31]. Ora bem, uma referência clara, incisiva, eloqüente, ao malsinado mestiço...

Existe em Euclides da Cunha um dualismo singular, de que os seus livros estão pontilhados: enquanto observa, testemunha, assiste, conhece por si mesmo, tem uma veracidade, uma importância, uma profundidade e uma grandeza insuperáveis; enquanto transmite a ciência alheia, ainda sôbre o que êle mesmo viu, testemunhou, assistiu, conheceu, resolva para o teorismo vazio, para a digressão subjetiva, para a ênfase científica, para a tese desprovida de demonstração. Vai a Canudos, presencia a luta tremenda que ali se trava, e transmite ao seu *Diário* as impressões indeléveis, honestas, exatas — o sertanejo é um titã. Volta de Canudos e arma-se de bagagem teórica para fazer do rascunho um livro, e apenas traduz as teorias alheias, enfatizando-as — e o sertanejo é uma sub-raça, e o cruzamento é um desastre genético, e o negro e o índio são raças primitivas, e há uma seleção natural, e deve-se aplicar às sociedades as teses do transformismo e do evolucionismo, daquele falso materialismo que, em suma, foi o abôrto científico de fase justificatória e apologética...

Mais adiante, depois da introdução sôbre o meio físico e sôbre o meio humano, em que tais teses se expandem — descreve, com um vigor épico, as maravilhas

---

[31] Euclides da Cunha — *À Margem da História*, cit. — pág. 55, 62, 120 e 140, respectivamente.

dos sertanejos, a sua áspera noção de honra, a sua bravura, a sua inteireza, a sua resistência, porque transmite o que viu, o que assistiu, o que testemunhou. Sôbre a Amazônia, o que escreve antes de a conhecer tem uma orientação — e esposa as teses doutrinárias do colonialismo; o que escreve depois de a conhecer é o inverso — o seringueiro é um bravo, apenas vítima da expoliação econômica, um desbravador do deserto, um bandeirante. Tivesse aparecido *Um Paraíso Perdido* e, possìvelmente, Euclides reveria algumas de suas posições.

Incompreensões Foram numerosas as incompreensões em Euclides da Cunha — incompresões por desconhecimento do problema, incompreensões por refratariedade, incompreensões por aceitação de teoria falsas, incompreensões por deficiência do método de análise, e até incompreensões por mero ressentimento, e injustificado. No seu discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, por exemplo, todos os seus louvores não são para Castro Alves, cuja cadeira passa a ocupar, mas para Valentim Magalhães, figura secundaríssima, que o tempo se encarregou de apagar. É verdade que morrera há pouco, ao ser Euclides recebido na Academia, e tivera grande atividade nos meios literários do tempo. Valorizar Valentim Magalhães teria, entretanto, sido aceitável se, no discurso, não ficasse revelada, também, uma profunda incompreensão sôbre Castro Alves. "Estou, mais uma vez", — diria, — "ante uma grandeza que à primeira vista não admiro porque não a compreendo" [32]. Ia mais adiante: "Ora, ante estas coisas imponentes e fragílimas, tornam-se à primeira vista opináveis o renome e o valor de tão incorrigível fabricante de quimeras". O que tinha importância era o renome e o valor de Valentim Magalhães...

---

[32] Euclides da Cunha — *Contrastes e Confrontos*, cit. — pág. 270.

A própria República, que amou apaixonadamente, amarguradamente, tristemente, não foi por êle compreendida, no nosso caso. Trata-a, num de seus repentes, de "arremêdo de instituição política", e faz referências, particularmente nas suas cartas, à desilusão sôbre o regime. Já não está na fase da viagem a Canudos, quando, sob a ameaça dos fanáticos do Conselheiro, dava-lhe vivas e dizia que ela era imortal. O processo econômico e social de que resultou a queda da monarquia, e em que êle fôra parte, passou-lhe despercebido. Chegaria a escrever: "Somos o único caso histórico de uma nacionalidade feita por uma teoria política" [33] Frase em que se mostra, claramente, a sua profunda incompreensão do problema da mudança das instituições brasileiras. Talvez influísse, no caso, uma outra de suas incompreensões, aquela que foi nêle quase obsessão — sua opinião sôbre Floriano. Traça do consolidador do regime dois perfis [34]. Há em ambos aquêle jôgo de imagens, aquêle imprevisto, aquêle movimento e aquêle colorido com que Euclides salva qualquer assunto. No conteúdo, porém, revela-se a falsidade. O interessante é que, mesmo pretendendo destruir a imagem que, de Floriano, formavam os que lhe seguiam as orientações, Euclides é obrigado a deixar transparecer algumas das notas dominantes naquela personalidade invulgar. Refere-se à "sua lucidez incomparável" [35], à sua "tenacidade incoercível, tranqüila e formidável" [36]. Mais tarde, confessaria a Lúcio de Mendonça: "E, todavia, êsse homem que me fêz tremer de assombro, num momento, com um gesto e uma frase incisiva de generosidade, repeliu-me de sua presença com uma tranqüilidade de que sòmente os verdadei-

---

[33] Euclides da Cunha — *À Margem da História*, cit. — pág. 237.

[34] Os dois perfis encontram-se em *Contrastes e Confrontos*.

[35] Euclides da Cunha — *Contrastes e Confrontos*, cit. — pág. 17.

[36] Idem — pág. 19.

ros fortes possuem o segrêdo" [37]. Euclides não compreendeu jamais, mesmo ao rever os seus conceitos sôbre Floriano, o que representara o papel do "Marechal de Ferro" no processo republicano, porque não compreendeu o próprio processo.

Levou a sua incompreensão dêsse processo ao extremo de uma posição contra o militar. Nessa posição poderia ter havido, e houve por certo, resíduos de família, ressentimentos pessoais, mas houve principalmente incompreensão política. De sua própria experiência militar sempre falou mal, como sempre falaria mal de sua profissão de engenheiro: "... me penitencio do uso desta espada inútil, dêste heroísmo à fôrça e desta engenharia malestreada" [38]. Um de seus biógrafos menciona: "Afirma Oliveira Lima que os seus colaboradores mais chegados queriam limpar a República da mácula militar com que nascera" [39]. Refere-se o historiador a "colaboradores mais chegados", a Prudente de Morais. Euclides aceitou um pouco essa idéia. Não se tratava, evidentemente, de mácula militar, que esta, mácula ou glória, era inapagável — mas de mácula de classe. Os senhores territoriais começavam a expulsar do poder, com a saída de Floriano, os antigos aliados da classe média. Isto Euclides da Cunha não poderia distinguir com clareza. Há que notar, ainda aqui, o contraste entre o texto do *Diário* e o texto de *Os Sertões*. No primeiro, as referências glorificadoras aos militares são freqüentes. Euclides, de um dos chefes legalistas, escreve que é um "velho lidador que atravessava, sob um chuveiro de balas, as gargantas das Termópilas do sertão, animando com um sorriso perene o soldado"; de outro, o assombra "a placidez modesta de um homem cujo nome é hoje, na bôca do nosso soldado, a palavra sagrada da vitória"; o terceiro era, a

[37] Francisco Venâncio Filho — Op. cit. — pág. 42.

[38] Euclides da Cunha — *Contrastes e Confrontos*, cit. — pág. 190.

[39] Sílvio Rabelo — Op. cit. — pág. 101.

seu ver, "uma magnífica existência heróica, atravessada ao ritmo febril das cargas guerreiras, uma vida que foi um poema de bravura tendo como ponto final uma bala de Manulicher"; e completa com um quadro sugestivo a sua galeria: "Vi, nessa ocasião, o coronel Sampaio atravessar lentamente, a pé, a praça, na direção do combate. Não tirara os galões; encarava serenamente os perigos dentro do alvo tremendo da própria farda, francamente exposto aos tiros do inimigo, que visava de preferência os chefes. Desapareceu com o mesmo andar tranqüilo no seio dos combatentes" [40].

Em *Os Sertões,* êsses perfis glorificadores se repetem, sucedem-se, ocupam quase tôdas as páginas, ao lado das referências à bravura, ao estoicismo, à pugnacidade dos fanáticos. Surge delas, entretanto, o libelo. No que diz respeito aos militares, o libelo apenas os atingia quanto ao que se refere aos degolamentos, ante os quais Euclides da Cunha se revoltara. Esperou, publicado o livro, um revide da classe. Decepcionou-se, porém. A sua incompreensão não viu que os militares, em conjunto, só podiam ter uma posição — ao lado do libelista. Em Canudos, na verdade, no cenário fechado, na praça de guerra, havia apenas brasileiros, de um lado e de outro, e brasileiros humildes, no máximo da classe média. Quem criara o problema de Canudos e quem o resolveria pelo extermínio não seria a classe média. Euclides da Cunha não estava em condições de ver o problema dêsse ângulo, entretanto. E cuidaria que os seus velhos companheiros de farda lhe jogariam à face uma afronta que não existira. Ao contrário, nem há resposta do Exército, e sim os louvores de Moreira Guimarães, depois os de Dionísio Cerqueira, e ainda o carinho do testemunho de Cândido Rondon, de Tasso Fragoso e de tantos companheiros da Praia Vermelha.

[40] Euclides da Cunha — *Canudos — Diário de uma Expedição,* cit. — pág. 121.

Estas incompreensões de posição são agravadas por algumas incompreensões mais profundas. A respeito da sorte do Brasil, do destino do Brasil, dos rumos do Brasil, por exemplo. Aqui opera fortemente o pessimismo que a ideologia do colonialismo instila e que é um veneno mortal. Euclides combate a "nossa vida fácil e perdulária, esta nossa vida à gandaia, ociosa e comodista, sôbre a enorme fazenda de uns quatrocentos milhões de alqueires de terras, onde sestiamos, fartos" e por aí vai. Trata, no caso, do imperialismo, referindo-se ao perigo alemão[41]. É a tese da preguiça, que será um dos motivos centrais do livro de Paulo Prado, No vale do Paraíba, vê êste quadro: "... na calada dos êrmos, tôdas as sombras de um povo que morreu, errantes, sôbre uma natureza em ruínas" [42]. Explica o imperialismo: "É o darwinismo rudemente aplicado à vida das nações" [43]. A respeito da expansão norte-americana, quando se refere, objetivamente, ao "desafôgo de emigração forçada de capitais", revela outra vez incompreensão fundamental quando menciona como "expansão naturalíssima" o que tem a lucidez de classificar como "o imperialismo dominante nos últimos tempos na política norte-americana" [44].

Para responder a tais ameaças, Euclides tem uma fórmula singular: "Mesmo no balancear com segurança os únicos perigos reais que nos assoberbam, não se distinguiriam males insanáveis — mas a crise transitória da adaptação repentina a um sistema de govêrno que, mais do que qualquer outro, requer, imperativamente, o influxo ininterrupto e tonificante da moral sôbre a política" [45]. Isto é, com "as antigas virtudes do trabalho e perseverança" teríamos "as melhores garantias do nosso

[41] Euclides da Cunha — *Contrastes e Confrontos*, cit. — pág. 32.

[42] Idem — pág. 218.

[43] Idem — pág. 180.

[44] Idem — pág. 182.

[45] Idem — pág. 187.

destino" [46] — fórmula mágica, certamente, que traduz uma simplificação singular, a marca da classe média e que não poderia desembocar senão naquela profecia alucinada de que "aquela Amazônia onde se opera agora uma seleção natural de energias e diante da qual o espírito de Humbolt foi empolgado pela visão de um deslumbrante palco, *onde mais cedo ou mais tarde se há de concentrar a civilização do globo,* a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil, naturalmente e irresistìvelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa — pela expansão centrífuga do seu próprio movimento" [47].

Outra de suas incompreensões deriva da fascinação a que se submete ante o evolucionismo e o transformismo. Citando o livro de Bryce — exemplo brutal de literatura colonialista, na sua cegueira irremediável e natural pelo que existia, efetivamente, atrás das aparências sul-americanas —, Euclides não trepida em escrever: "Aplicando à vida super-orgânica as conclusões positivas do transformismo, esta filosofia caracterìsticamente saxônica, e exercitando crítica formidável a que não escapam os mínimos sintomas mórbidos de uma política agitada, expressa no triunfo das mediocridades e na preferência dos atributos inferiores, já de exagerado mando, já de subserviência revoltante, o que êles lobrigam nas gentes sul-americanas é uma seleção natural invertida" [48]. Acredita na seleção natural até quando nos louva: "E é por certo um clima admirável o que prepara as paragens novas para os fortes, para os perseverantes e para os bons". Refere-se à conquista da Amazônia e às condições climáticas ali imperantes. Esquece que a conquista da Amazônia foi feita pelos camponeses sertanejos, irmãos daqueles que lutaram em Canudos, não por

---

[46] Idem — pág. 187.
[47] Idem — pág. 163.
[48] Idem — pág. 167.

aquêles que faziam uma política fundada "no triunfo das mediocridades" [49].

Um dos aspectos mais expressivos da ideologia do colonialismo foi o da sedução da morbidez. Tudo era mais ou menos mórbido, e nem a literatura escapou, na época, sendo o gênio tido como anormalidade e escrevendo-se longos compêndios para provar que os escritores marcantes tinham sido nevropatas, viciados, anormais. Uma fúria de classificação de caracteres dominou o campo da psicologia. Euclides não escapou aos seus efeitos. Já no segundo artigo "A nossa Vendéia", antes de partir de São Paulo para Canudos, refere-se ao "heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados". Do Conselheiro, em *Os Sertões,* num amplo estudo, dirá que é um "doente grave" a que só "pode ser aplicado o conceito da paranóia, de Tanzi e Riva" [50]. Mas acrescenta: "Foi um documento raro de atavismos" [51]. Vai mais adiante: "A constituição mórbida levando-o a interpretar caprichosamente as condições objetivas, e alterando-lhe as relações com o mundo exterior, traduz-se fundamentalmente como uma regressão ao estádio mental dos tipos ancestrais da espécie" [52]. Já não se trata do estudo de um indivíduo, mas de uma coletividade. Euclides vai desmandar-se logo: "Deixando mesmo de lado o influxo das raças inferiores, vimo-los há pouco, de relance, em período angustioso da vida portuguêsa" [53]. Mais adiante, depois de algumas lúcidas páginas sôbre a sociedade sertaneja e as lutas de famílias, desgarra novamente: "Aquêle dominador foi um títere. Agiu passivo, como uma sombra. Mas esta condensava o obscurantismo de três raças". Aqui está, presente e eloqüente, o etnocentrismo desvairado. E continua: "Ju-

---

[49] Idem — pág. 168.
[50] Euclides da Cunha — *Os Sertões,* cit. pág. 151.
[51] Idem — pág. 151.
[52] Idem — pág. 151.
[53] Idem — pág. 151.

gulada pelo seu prestígio, a população tinha, engravecidas, tôdas as condições do estádio social inferior". E do sertanejo diz: "Absorvia-o a psicose coletiva" [54].

Por aí vai Euclides, na trilha largamente batida dos que apreciavam estudar "as coletividades anormais", a "psicologia das multidões", e ficções que tais. Enquanto o diagnóstico, colhido aliás em Nina Rodrigues, e adotado sem filtragem, referia-se a um indivíduo, ao Conselheiro, os desmandos não se singularizam. Destacam-se, entretanto, quando são generalizados ao grupo. Aquela áspera revolta camponesa, tratada como fôra tratado o problema dos quilombadas, dois séculos antes, e pela mesma gente, e pela mesma classe, aparecia a Euclides, no apêgo a um pretenso "espírito científico", uma anormalidade monstruosa.

Êsse mesmo "espírito científico", que criara, à sua conveniência, uma psicologia, uma sociologia, uma economia e até uma política, infiltrara-se largamente também na geografia, fazendo repontar um certo determinismo geográfico, que explicaria tudo e até justificaria. A pressão do meio físico — e êsse fator, o "meio", sempre nebuloso, excluindo a sociedade e as classes, penetrou até a literatura, crescendo com a obra de Taine — surgiria como razão última. Euclides acolheu-o, hospitaleiramente. Quando estuda *A Mistão da Rússia,* num ensaio tido, sem nenhuma razão, como profético, enuncia uma das conhecidas "lei" do geografismo: "O conceito é de Havelock Ellis: o centro da vida universal dos povos tende a deslocar-se para o Pacífico circundado pelas nações mais jovens e vigorosas da terra — a Austrália, o Japão e as Américas" [55]. É uma "lei", — aliás aí atribuída a um fisiologista — que se liga, na incomsistência, àquela outra de que tôdas as civilizações importantes surgiram à margem dos grandes rios, fazendo

---

[54] Idem — pág.189.

[55] Euclides da Cunha — *Contrastes e Confrontos*, cit. — pág. 107.

crer que a rêde hidrográfica condiciona e até determina as civilizações. Apreciando o que chama de "Conflito Inevitável" entre peruanos e brasileiros, Euclides acha que as incursões peruanas são determinadas "pelas mesmas leis físicas invioláveis de tôda aquela zona" [56]. Êsse geografismo arbitrário preside a tôda construção de vários de seus ensaios, peculiares a um tempo em que, no Brasil, aos engenheiros cabia a tarefa de abrir caminho à geografia, em seus primeiros passos.

Onde êsse geografismo acentua e endurece os seus traços entretanto, é quando toca ao determinismo climático, uma das teses prediletas da ideologia do colonialismo. Euclides acha que determinadas áreas do globo, por suas condições de clima, estão "fechadas à aristrocracia dos povos" [57]. E o fator clima está através, evidentemente, de uma de suas mais perigosas generalizações, um daqueles esquemas cuja simetria êle apreciava e que apenas escondem a falsidade: "Ao passo que no sul se debuxavam novas tendências, uma subdivisão maior na atividade, maior vigor no povo mais heterogêneo, mais vivaz, mais prático e aventureiro, um largo movimento progressista em suma — tudo isto contrastava com as agitações, às vêzes mais brilhantes mas sempre menos fecundas, do norte — capitanias esparsas e incoerentes, jungidas à mesma rotina, amorfas e imóveis, em função dos alvarás da côrte remota" [58]. Explica adiante: "É que o filho do norte não tinha um meio físico que o blindasse de igual soma de energias" [59]. Antes, esposara, a rigor, a tese de Buckle, que também influíra em Sílvio Romero, a respeito da ação climática [60]. Estava abrindo caminho, no seu ingênuo geogra-

[56] Idem — pág. 137.

[57] Idem — pág. 96.

[58] Euclides da Cunha — *Os Sertões*, cit. pág. 80.

[59] Idem — pág. 85.

[60] "Daí os erros em que incidem os que generalizam, estudando a nossa fisiologia própria, a ação exclusiva de um clima tropical. Esta exercita-o, sem dúvida, originando patologia *sui*

fismo caboclo à larga estrada em que, hoje, o imperialismo faz transitar, perfeitamente lubrificada, essa chantagem de vulgarizadores conscientes e inconscientes que se chama geopolítica.

Intuições Mas há nêle, sem a menor dúvida, em todos os momentos, em tôdas as páginas, intuições lampejantes, acertos profundos, visões exatas das coisas e dos homens. Nos ensaios em que pretende doutrinar sôbre o mundo, problemas de política internacional por exemplo, expansão de povos, competições de povos, etc. — a Alemanha do kaiser, a Rússia dos czares, o Japão dos militaristas em ascenção, a América de Teddy Roosevelt, a Inglaterra de Curzon, tôda a ebulição imperialista do início do século —, em que se comporta como cartógrafo, traçando, ao sabor dos mapas, longas ferrovias cortando o continente, não está, evidentemente, o melhor Euclides. Fala muito do que não sabe, ou daquilo em que a armadura da cultura livresca o esmaga, quando cede à ideologia do colonialismo. Quando depõe sôbre o que conhece de fato, sôbre o que viu, é outro. Mas, ainda em páginas carregadas de "espírito científico" muito suspeito, tem intuições geniais. É o seu saldo, e não é pequeno.

Distingue bem a importância de Diderot entre os enciclopedistas[61]; combate os que persistem em esperar tudo, no Brasil, "das artificiosas e estéreis combinações

---

generis, em quase tôda a faixa marítima do norte e em grande parte dos Estados que lhe corresponde, até ao Mato Grosso. O calor úmido das paragens amazonenses, por ex. deprime e exaure. Modela organizações tolhiças em que tôda a atividade cede ao permanente desequilíbrio entre as energias impulsivas das funções periféricas fortemente excitadas e a apatia das funções centrais: inteligências marasmáticas, adormidas sob o explodir das paixões; inervações periclitantes, em que pese à acuidade dos sentidos, e mal reparadas ou refeitas pelo sangue empobrecido nas hematoses incompletas..." (Euclides da Cunha — *Os Sertões*, cit. — pág. 78).

[61] Euclides da Cunha — *Contrastes e Confrontos*, cit. — pág. 66.

políticas, olvidando que ao revés de causas elas são meros efeitos dos estados sociais" [62]; compreende que "a tarefa dos futuros legisladores será mais social do que política e inçada de dificuldades, talvez insuperáveis" [63]; entende que foi com Marx que "o socialismo científico começou a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva" [64]; acusa "o traço injusto da organização econômica do nosso tempo" [65]; distingue, porque o assiste falar, a fragilidade intelectual de Ferrero [66]; glorifica objetivamente a Machado de Assis, situando a sua importância em nosso meio [67]; vê com justeza a paisagem pobre da Amazônia — "não vale o segmento do litoral que vai de Cabo Frio à ponta do Munduba" — e sente que ela é "uma construção estupenda a que falta tôda a decoração interior" [68]; verifica a férrea campanha do seringueiro que, "numa afirmativa crescente da vontade, vai estirando de rio em rio, retramada com os infinitos fios dos igarapés, a rêde aprisionadora, de malhas cada vez menores e mais numerosas, que lhe entregará em breve

---

[62] Idem — pág. 186.

[63] Idem — pág. 225.

[64] Idem — pág. 237.

[65] Idem — pág. 238.

[66] "As conferências de Ferrero desiludiram-me. Sou um maravilhado diante de tudo (disse-o Veríssimo ùltimamente), e a minha admiração não raro ultrapassa a realidade. Ferrero deixou-me a impressão e ser o Fregoli da história. Desapontou-me. E na noite em que, com uma seriedade adorável, declarou haver descoberto uma lei histórica (uma *lei* histórica! e não se apagaram as luzes do Palácio Monroe! o auditório não desmaiou!! o govêrno não decretou o estado de sítio!!), entrei a desconfiar dessa perigosa palavra — *lei*. Quem fará, um dia, a história da glorificação das mediocridades?..." (Carta a Domício da Gama, de 16 de novembro de 1907 — In Francisco Venâncio Filho — Op. cit. — pág. 196). Euclides escreveu isso antes de Croce definir a desimportância de Ferrero. Mas acreditava na *lei* de Broca, e na da luta de raças de Gumplowicz...

[67] Carta a Regueira Costa, sem data. In Francisco Venâncio Filho — Op. cit. — pág. 217. É um juízo sincero e exato sôbre o romancista.

[68] Euclides da Cunha — *À Margem da História,* cit. — pág. 6.

a terra dominada" [69]; conhece bem o caráter daquela conquista, feita por "uma sociedade nascente e titubeante" [70]; compreende as razões do nativismo, ainda em terras de colonização espanhola [71]; analisa o Conselheiro, friamente, sabendo que "é inimigo da República não porque lhe explorem a imaginação mórbida e extravagante de grande transviado, mas porque o encalçam o fanatismo e o êrro" [72]; entende, claramente, que, em Canudos, trata-se dos "restos de uma sociedade velha de retardatários tendo como capital a cidade de taipa dos jagunços" [73]; acusa, nos sertões, a presença de "um feudalismo achamboado" que transmuda "em vassalos os foreiros humildes e em servos os tapuias mansos" [74]; vê a origem dêsse "feudalismo tacanho" nas largas concessões de sesmarias [75]; mostra, na zona conflagrada, os vaqueiros como "servos submissos" [76]. É, pois, exato no diagnóstico social da mazela extensa que esteriliza o meio nordestino.

É por isso, e não pelas suas incompreensões ou pela sua aceitação passiva de uma ciência interessada, que merece a gratidão dos brasileiros e os juízos laudatórios que sua obra tem recebido. Sílvio Rabelo, seu biógrafo mais exato, pôde escrever, com justiça: "O seu brasileirismo, o seu continentalismo, o seu socialismo não foram mais do que um sinal de sua identificação com os problemas, as realizações e os interêsses do seu tempo: de soli-

---

[69] Idem — pág. 199.

[70] Idem — pág. 118.

[71] Euclides da Cunha — *Peru versus Bolívia* — 2.ª edição — Rio — 1939 — pág. 36: "O forasteiro mais achamboado e bronco fulminava-o com uma frase, que rompeu séculos, entre o espanto dos cronistas, concentrando a fórmula mais altaneira e pejorativa de um domínio: — *Eres criollo, y basta...*"

[72] Euclides da Cunha — *Canudos — Diário de uma Expedição*, cit. — pág. 24.

[73] Idem — pág. 25.

[74] Euclides da Cunha — *Os Sertões*, cit. — pág. 103.

[75] Idem — pág. 104.

[76] Idem — pág. 122.

dariedade com os homens, as inquietações e as vicissitudes de todos os tempos" [77]. E Gilberto Freyre, cujo perfil de Euclides é uma de suas páginas mais excelentes, disse com acêrto: "Mas, para o redimir dos êrros de técnica, havia em Euclides da Cunha o poeta, o profeta, o artista cheio de intuições geniais. O Euclides que descobrira na paisagem e no homem dos sertões valores para além do certo e do errado da gramática" [78]. Acrescentando: "Da história, como da geografia, êle teve a visão mais larga, que é a social, a humana. Seu mestre Carlyle não o afastou do amor fraternal dos homens, simplesmente homens, para o tornar um devoto exagerado dos heróis. Nos heróis como nos jagunços êle nunca deixou de sentir homens; em Antônio Conselheiro, não deixou de ver o brasileiro nem de sentir o irmão. Nos documentos que estudou, que interpretou, que esclareceu foi sempre o que o interessou mais profundamente: a nota humana, a expressão social, a significação brasileira" [79].

Mais, sem dúvida, a significação brasileira. Euclides, em vários episódios, manifestou as suas apreensões sôbre a resistência da nossa cultura, dos valores de nosso povo, ante as ameaças que via surgir de todos os lados, naquele avanço singular do imperialismo, que percebeu, embora não lhe distinguisse a essência. Escalpelou o que julgava apatia de nossa parte: "Ao patriotismo diferenciado alia-se, pior, o cosmopolitismo — essa espécie de regime colonial do espírito que transforma o filho de um país num emigrado virtual, vivendo, estéril, no ambiente fictício de uma civilização de empréstimo" [80]. Pecado de que êle não se isentou, como se viu. Foi mais além, entretanto: "Parafraseando, diríamos: os nossos melhores estadistas, guerreiros, pensadores e dominadores da ter-

---

[77] Sílvio Rabelo — Op. cit. — pág. 10.

[78] Gilberto Freyre — Op. cit. — pág. 25.

[79] Idem — pág. 37.

[80] Euclides da Cunha — *Contrastes e Confrontos*, cit — pág. 178.

ra, os que engenharam as melhores leis e as cumpriram, os homens de energia ativa e de coração, que definiram com mais brilho a nossa robustez e o nosso espírito — todos sentiram, pensaram e agiram principalmente como brasileiros" [81]. Glória de que não ficou isento, por outro lado, pois quando pensou como brasileiro sempre teve as suas lampejantes intuições, os seus rasgos de objetividade, a sua grandeza realmente profética. Na Academia, chega a acusar: "A nossa gente, que bem ou mal ia seguindo com os seus caracteres mais ou menos fixos, entrou, de golpe, num suntuoso parasitismo. Começamos a aprender de cor a civilização" [82]. Ora, aprender de cor a civilização não era apenas copiar costumes, legislação, normas de vida — era copiar também a sua ideologia, aquilo que justificava a nossa subalternidade.

O estilo Desde o seu aparecimento, com *Os Sertões,* Euclides da Cunha foi criticado particularmente em seu estilo. Demais, começava a despertar um interêsse ainda mais vivo do que o que já existia — e existia antes dêle — pela forma suntuosa, sonora, ornada. Sumariando um período de nosso desenvolvimento literário, por isso mesmo, Lúcia Miguel Pereira assinala o problema criado com o irrompimento daquela prosa violenta: "Afeiçoando-se à simplicidade das cenas que evocava, tirando grande efeito dos dialetos populares, o regionalismo buscou, de início — embora nem sempre o conseguisse — uma certa ingenuidade de estilo. Mas no princípio do século, sobreveio um acontecimento que o modificaria: a publicação de *Os Sertões.* A prosa hirsuta, grandiosa e solene de Euclides da Cunha impressionou — porque era de fato impressionante — muitos espírito, e pareceu sobretudo particularmente sedutora a alguns escritores que, sob aspectos diversos, buscavam

[81] Idem — pág. 179.
[82] Idem — pág. 276.

também o homem e a terra do Brasil agreste" [83]. Há, possìvelmente, algum exagêro nessa influência atribuída ao estilo de Euclides, mas tal influência existiu, sem a menor dúvida. Um rápido, sumário e distraído exame da prosa brasileira do tempo, os primeiros anos do século XX, prova, entretanto, que Euclides não foi o único a adotar aquela forma torturada, nem mesmo o iniciador dela. No mesmo ano em que aparece *Os Sertões*, Graça Aranha estréia com *Canaã*. Há diversidades, evidentemente, entre um e outro, mas há, também, a mesma fascinação pela sonoridade. Pouco depois, Domingos Olímpio publica *Luzia Homem*, livro regionalista em que, embora atenuada, está presente a preocupação da música vocabular. Nos dois casos, com uma agravante: tratava-se de ficção, e os diálogos de um e outro livro, por isso mesmo, parecem discursos acadêmicos.

Ainda os que ouviram a leitura dos originais de Euclides, sentiram, embora de forma diversa, os efeitos daquele estilo imponente, daquela solenidade formal levada aos extremos limites. Entre êstes, Teodoro Sampaio. Conta Sílvio Rabelo: "Entretanto, não passara despercebida ao amigo complacente a tendência do escritor para o emprêgo de têrmos raros e mesmo desusados, que êle chamava "calhaus no meio de uma corrente harmoniosa". Ao que Euclides contestava sem se zangar: — Por velho ou esquecido, não perde para mim a fôrça de expressão que eu procuro no vocábulo. Que me importa, a mim, que o leitor estaque na leitura corrente, se a expressão que lhe dou com êsse têrmo esquecido é a mais verdadeira, a mais nítida, e, em verdade, a única que eu lhe queria dar?" [84]. Roquette Pinto, nesse ponto, acompanha a opinião de Teodoro Sampaio: "Muitos leitores têm-se detido diante do encanto do "estilo" de Euclides

---

[83] Lúcia Miguel Pereira — *História da Literatura Brasileira — XII —Prosa de Ficção — (De 1870 a 1920)* — 2.ª edição — Rio — 1957 — pág. 152.

[84] Sílvio Rabelo — Op. cit. — pág. 190.

da Cunha. Não é por aí, seguramente, que eu mais o admiro. É, de certo, "estilo" pessoal, que recorda, como disse Araripe, algo das nossas cachoeiras, impetuosas, cheias de fôrça e, ao mesmo tempo, envoltas em delicadas irisações, graciosamente disfarçadas na gaze fina do nevoeiro que o vento esgarça. Percebe-se, naquele estilo, a influência da raça sonhadora, tocada do romantismo, que tanto tem pesado às nossas gerações ativas... No entanto, penetrando profundamente na obra de Euclides da Cunha, vê-se que, ali, a forma vale muito menos do que o conceito. *Os Sertões* é o grande livro do Brasil porque êle soube, ali, indicar à elite dos seus compatriotas, com a verdade de uma fórmula imponente, as feições mais características do país. É certo, porém, que outro qualquer, no lugar de Euclides da Cunha, não teria sido escutado, mesmo quando houvesse pôsto na obra igual espírito científico. Para ser ouvido, é preciso falar de certo modo... Foi o que aconteceu em *Os Sertões,* escrito para a alma ardente de um povo inquieto. Daí o encantamento. Era novo — porque não era clássico; mas agradava porque as verdades científicas ali estavam apresentadas com desejado brilho romântico" [85].

Com Roquette Pinto, entramos na análise objetiva do problema do estilo euclidiano, cumprindo notar, em primeiro lugar, que não houve um segundo Euclides. Imitada embora, aquela prosa — na realidade inimitável — reduzia-se a pouco. Roquette Pinto levanta, de maneira apropriada — mostrando-se refratário ao estilo pomposo —, a idéia de que tal estilo facilitou a penetração daquilo que era essencial no livro, a parte conceitual, o conteúdo. Verifica a verdade de que aquêle conteúdo exigia uma forma apropriada, para chegar a um povo amodornado na aceitação passiva. Era preciso sacudi-lo, com uma protofonia ruidosa, a seu gôsto, despertando-o para a música profunda que vinha depois, e

[85] E. Roquette Pinto — Op. cit. — pág. 136.

isto é que era importante. Euclides da Cunha teve, assim, a intuição de oferecer aquilo que a nossa gente não podia esperar, mas da forma que ela apreciava.

Alberto Rangel, o mais destacado dos sub-Euclides, mas aqui falando como apreciador do seu modêlo, distinguiu alguns dos aspectos fundameitais da forma euclidiana: "O vocábulo" — escreveu êle — "resultado de uma escolha, é *ipso fato* o elemento identificador, a manifestação de uma maneira, no processo individual da forma. Participa do feitio do escritor, entrando pelo caráter da preferência, no facies peculiar a cada temperamento e a cada estilo. Não é sòmente um material, é um arranjo e um sistema. O desuso de palavras, reconhecido a todo o momento numa língua, é a confissão de sua morte lenta e por inanição. É a árvore que seca, reduzida ao esqueleto do tronco; é o lago que se evapora, ficando a vasa empedrada do fundo. E não é o português de uma riqueza tal, que assim se possa ir-lhe desperdiçando, por imprestável e velho, o patrimônio. Enriquecer um idioma é também não lhe deixarem esfriar os sinais componentes, servindo-se da multiplicidade dos seus elementos constitutivos, ressurgidos a cada passo. A digna aspiração das línguas não é criar, mas renovar-se, fornecendo-se de meios, na utilização artística da totalidade de seus recursos gráficos e verbais. O arcaísmo deve ser portanto uma exceção, uma anquilose fortuita e inexplicável nos órgãos particulares da comunicação. Euclides compreendeu-o muito bem. Foi mais longe, e, em sentido contrário, acariciou o neologismo impôsto pelas condições da vida moderna, e amou os brasileirismos, soprados na exigência da vida sertaneja; não se espantando na adoção das raízes ou desinências tupis, cujas derivações vivificam, designando, através dos tempos, tantas expressões nossas, domésticas ou mateiras, indizíveis pelo rol clássico de Morais ou de Vieira" [86].

---

[86] Alberto Rangel — Op. cit. — pág. 97.

A prosa euclidiana está por ser estudada — e já não é sem tempo. Convém verificar, desde logo, a procedência das considerações de Alberto Rangel, não só naquilo em que mostra a unidade que existe entre o estilo e o autor, um velho tema, batido por todos os Acácios da crítica formal, verdade absoluta, indiscutível, mas naquilo que afeta dois pontos. O primeiro, a busca da expressão popular, que foi, em Euclides, uma preocupação constante [87]. Êle sabia e reconhecia que o povo faz a língua. Inúmeras vêzes colheu formas coloquiais, nomes, expressões, guardando-as para emprêgo futuro, incorporando-as ao seu vocabulário. Foi um traço, e nada insignificantes. Em segundo lugar, o problema dos arcaísmos. Talvez não seja o caso de defendê-los, como Rangel, que exige a mobilização de todo o vocabulário histórico, de modo que nada se perca com a passagem dos tempos. Aqui, a consideração é outra: nos grupos sociais estratificados, de que o grupo sertanejo se aproximou tanto, constituindo quase um modêlo, a conservação atinge o idioma. O homem do interior conserva as expressões desusadas e os vocábulos com a significação originária, e faz disso emprêgo corrente. Sua vida em redoma permite essa aparente anomalia. É de supor que Euclides tenha atendido, com sua sensibilidade aguçada, êsse hábito da gente que pintou e com a qual conviveu. Dêsse modo, muito do que nos choca, pareceria talvez linguagem comum ao sertanejo.

A propósito do estilo em Euclides, porém, quem teve uma visão também penetrante foi Gilberto Freyre. Começa por distinguir o falso naquela prosa, e particularmente o falso da eloqüência, que é o falso pretensamente quintessenciado: "Nem o poeta, nem o profeta, nem o artista me parece que turvam n'*Os Sertões* ou noutro qualquer dos grandes ensaios de Euclides da Cunha — as qualidades essenciais de escritor adiantadíssimo para

---

[87] Sílvio Rabelo — Op. cit. — pág. 191.

o Brasil de 1900 que êle foi: escritor fortalecido pelo traquejo científico, enriquecido pela cultura sociológica, aguçado pela especializiação geográfica. Aquelas qualidades científicas, quem às vêzes as diminui no autor d'*Os Sertões*, comprometendo-as na sua essência, é o orador perdido de amor — amor físico — pela palavra simplesmente bonita ou rara; o orador que a formação científica de Euclides da Cunha não conseguiu esmagar no grande sensual das frases sonoras, deslumbrado desde os dias de colégio, desde o tempo de menino criado em fazenda — quando, informa o sr. Elói Pontes, discursava aos bois no fim das tardes quietas do Rio de Janeiro — pelo efeito das frases, das palavras, dos polissílabos, primeiro sôbre os ouvidos, depois sôbre os olhos pervertidos em ouvidos. Daí a sua exagerada sensualidade verbal, a ênfase anticientífica e também antiartística em que às vêzes se empasta sua palavra nem sempre a serviço fiel dos seus olhos: traindo-os às vêzes para seguir os ouvidos ou a imaginação de adolescente" [88]. Mas encontra, e pela primeira vez entre nós, com uma agudeza singular, aquilo que era característico na forma euclidiana, "a tendência ao monumentalismo que quase nunca o abandona" [89]. Definindo-a, nìtidamente: "Tôda a obra de Euclides está cheia de flagrantes de atitudes heróicas oferecidos pelos homens e até pelos animais e pelas árvores nos seus momentos de resistência, de dor, de sacrifício, de fome. Flagrantes surpreendidos pelo olhar arregalado do estilista mais dominado pelo sentido escultural da figura humana e da natureza selvagem que já escreveu no Brasil e talvez em língua portuguêsa" [90]. Repetindo: "Nunca porém sem relêvo. Sempre impressionantes e quase sempre vigorosos — de um vigor novo na língua: um vigor escultural" [91]. E até a respeito de

[88] Gilberto Freyre — Op. cit. — pág. 26.
[89] Idem — pág. 29.
[90] Idem — pág. 29.
[91] Idem — pág. 30.

um detalhe, de um friso: "Há evidentemente nas páginas comovidas de Euclides sôbre Anchieta o desejo de "fixar em bronze" — sempre o artista a querer pôr a estatuária simplificadora a serviço das complexidades da história ou da biografia" [92]. Êsse traço escultórico, realmente, é o que tem a prosa imponente de Euclides de inconfundível, é o seu próprio segrêdo.

Balanço No inevitável balanço da obra euclidiana, tão distante da simetria, do rigor, dos paralelismos rígidos de seu homônimo grego, mestre de uma ciência que êle tanto freqüentou e que foi um dos segrêdos da escultura clássica, a coordenada negativa de maior valor absoluto foi, certamente, a do preconceito de raça, que esposou. Não tendo sido possível exculpá-lo, várias atenuantes foram alinhadas. A primeira e, sem dúvida, aquela que encontra base mais sólida, foi a de ter sido aquela a ciência de seu tempo, e no Brasil, servindo a uma ideologia caracterizada — a do colonialismo —, numa fase em que dominava o país, inteiramente, uma classe a que tal ideologia servia integralmente e que, por isso mesmo, procurava, em tudo e por tudo, assemelhar a nossa vitrine litorânea, inclusive a cultural e literária, ao modêlo europeu. Outra atenuante, também digna de considerar-se, a das suas imensas e claras qualidades, fase a uma deficiência que desapareceria no conjunto.

É o caminho que segue Gilberto Freyre: "Noutro, êsses defeitos seriam imensos: em Euclides não. Suas qualidades são tão fortes que toleram a vizinhança de defeitos mortais para qualquer escritor menos vigoroso" [93]. E, tocando no ponto nevrálgico: "Em Euclides da Cunha, o pessimismo diante da miscigenação não foi absorvente. Não o afastou de todo da consideração e da análise daquelas poderosas influências sociais a cuja

---

[92] Idem — pág. 54.
[93] Idem — pág. 36.

sombra se desenvolveram, no Brasil, condições e formas feudais de economia e de vida já mortas na Europa; traços aparentemente cacogênicos mas, na realidade, de patologia social, que o isolamento de populações, no sertão e mesmo nas proximidades do litoral, conservaria até aos nossos dias. Aquêles fazendeiros de sertão que o escritor conheceu a usufruírem "parasitàriamente as rendas de terras dilatadas, sem divisas fixas", eram bem o prolongamento, no espaço e no tempo, dos sesmeiros da colônia. Uns e outros senhores de escravos ou de semi-escravos "perdidos nos *arrastadores* e mucambos". Semi-escravos, os dos sertões, "cuidando a vida inteira, fielmente, os rebanhos que lhes não pertencem". Aliás, é possível que o movimento messiânico de Antônio Conselheiro tenha tido alguma coisa da revolta de oprimidos, entrevista apenas por Euclides. Foi assim que Canudos ficou para a opinião européia mais aguçada no diagnóstico de revoluções exóticas: como revolta de classe oprimida. A resenha do Hachette, de Paris, para o ano de 1897, pode ser considerada típica daquele diagnóstico quando faz do Conselheiro — um dos raros sul-americanos que alcançaram então fama mundial — curiosa figura de profeta que pregava "le communisme en même temps que le rétablissemente de la monarchie..." [94].

---

[94] Idem — pág. 42. Há em Gilberto Freyre a tendência a exculpar totalmente Euclides da Cunha de sua posição em relação ao preconceito de raça. A êsse respeito, suas razões são as seguintes: "Alega-se, e com razão, que Euclides da Cunha, nos seus ensaios sôbre a formação social do Brasil, concede importância exagerada ao problema étnico, parecendo não ter atinado com a extensão e a profundidade da influência da chamada: economia agrário-feudal" sôbre a vida brasileira. Ou seja: despreza o sistema monocultor, latifundiário e escravocrata na análise da nossa patologia social; e exalta a importância do processo biológico — a mistura de raças — como fator, ora de valorização, ora de deterioração regional e nacional." (...) "Não nos deve espantar que a Euclides da Cunha — a quem faltavam estudos rigorosamente especializados de antropologia física e cultural ainda mais que os de geologia, nos quais nos informou uma vez Arrojado Lisboa, a mim e a Rodrigo Melo Franco de Andrade, ter o autor d'*Os Sertões* recebido forte auxílio técnico de Orville Derby — impressionasse

Quem colocou nos devidos têrmos, entretanto, a atenuante que caberia a Euclides da Cunha, aceitando os prejuízos de teorias antinacionais, foi Roquette Pinto: "Para não repetir, basta recordar que êle, tendo feito um processo monumental ao cruzamento, conclui que a mistura de raças é um mal. Depois, acentua que, em Canudos, o cruzamento tinha atingido ao máximo. E, adiante, mostra que os mestiços, ao invés de degenerados e pusilânimes trapos humanos desprezíveis, que a teoria profetizava, eram gente que se podia comparar aos heróis de Homero (Tróia sertaneja...); eram "titãs"; eram, "antes de tudo, fortes"; eram dedicados, sóbrios, resistentes; eram honestos ao ponto de entregar tôda a descendência de uma novilha desgarrada no seu campo,

---

de modo particular o aspecto étnico, da geografia humana do Brasil. Nem que, nos seus ensaios, resvalasse como resvalou, em mais de uma página eloqüente, no pessimismo dos que descrêem da capacidade dos povos de meio sangue — ou de vários sangues — para se afirmarem em sociedades equilibradas e em organizações sólidas de economia, de govêrno e de caráter nacional. Descrença baseada em fatalismo de raça. Em determinismo biológico. Não é de espantar, porque dos contemporâneos de Euclides da Cunha, o próprio Nina Rodrigues, com estudos especializados de antropologia (e cujo diagnóstico de psiquiatria do caso do Conselheiro, Euclides seguiu muito de perto), não escapou a exagêros etnocêntricos na análise e na interpretação da nossa sociedade. Exageros que seriam seguidos por largos anos, quase sem retificação, por vários discípulos do sábio maranhense; e retomados pelo professor Oliveira Viana em obra arudita, publicada depois de 1920, quando no Museu Nacional já se esboçara, com Lacerda, a tendência, depois acentuada pelo professor Roquette Pinto, no sentido de reabilitar-se experimentalmente o mestiço brasileiro, vítima de preconceitos cientificistas com aparência de verdades antropológicas. Tais conceitos foram gerais no Brasil intelectual de 1900: envolveram às vêzes o próprio Sílvio Romero, cuja vida de guerrilheiro de idéias — está cheia de contradições". (Idem — pág. 40). Continuando: "Mas o certo é que não se extremou em místico de qualquer teoria de superioridade de raça. O perfil que traça do sertanejo não é um devoto absoluto de tal superioridade". (Idem — pág. 41). Numa justificativa final: "E êsse sentido social e altamente cultural do drama, Euclides percebeu-o lùcidamente, embora os preconceitos cientificistas — principalmente o de raça — lhe tivessem perturbado a análise e a interpretação de alguns dos fatos da formação social do Brasil que seus olhos agudos souberam enxergar, ao procurarem as raizes de Canudos". (Idem — pág. 44).

ao cabo de muitos anos, ao dono verdadeiro de quem fugira a rês... Assim como fêz Euclides da Cunha, consinto, sem protesto, que falem mal dos nossos mestiços. Mas... como êle fêz; exponham a "teoria" predileta, contrária ao cruzamento, e depois narrem, honestamente, o que a "prática" tiver demonstrado..." [95].

A um Euclides amador de teorias originais de uma ideologia antinacional, a do colonialismo, Roquette Pinto opunha, assim, o Euclides formidável dos depoimentos exaustivos, dos testemunhos concludentes, da prática honesta. E aí está, sem a menor dúvida, a sua atenuante fundamental. Vendo o drama de uma gente cuja culpa estava ancorada num regime feudal, a que vivia jungida há séculos, e que apenas se rebelava para viver, e nem sendo o primeiro no protesto, levantara um libelo grandioso [96]. Modelara-o numa forma torturada, capaz de fascinar os seus contemporâneos, na música que os ouvidos brasileiros estavam acostumados a entender. Explicara-o, a seu modo, como um choque de culturas, deixando entrever, entretanto, a verdade essencial, o motivo recôndito, aquilo que de longe haviam sentido estrangeiros, e que o sociólogo patrício coloca atravessado com um dubitativo talvez. Não — Canudos foi uma rebelião camponesa, foi uma luta de classes, de oprimidos contra opressores. Os opressores, entretanto, não eram aquêles soldados que sitiaram e expugnaram o formidável reduto — sertanejos também, brasileiros também, pobres também.

---

[95] E. Roquette Pinto — Op. cit. — pág. 134.

[96] "Antes de *Os Sertões*, o mais veemente protesto contra as atrocidades cometidas pelas tropas vitoriosas da última expedição, partira dos estudantes de Direito da Bahia. Em "Manifesto à Nação" de 3 de novembro, declaravam os seus signatários que, tendo esperado em vão que "alguma voz se levantasse para vingar o direito, a lei e o futuro da República", comprometidos no massacre dos prisioneiros de Canudos, chamavam a si o dever de denunciar e reprovar "como aberração monstruosa" o procedimento das fôrças republicanas, ao afogar inùtilmente em sangue os vencidos da campanha". (Sílvio Rabelo — Op. cit. — pág. 223).

Euclides da Cunha tinha estranhos pressentimentos. Em carta a Alberto Rangel, escreveria, certa vez: "Tenho a crença largamente metafísica de que a nossa vida é sempre garantida por um ideal, uma aspiração superior a realizar-se. E eu tenho tanto que escrever ainda...". Tinha, sem dúvida, escrevendo, que rever conceitos. Conhecera outra forma de escravidão, e também de luta, na Amazônia. As páginas que deixou de *Um Paraíso Perdido* não têm já aquêles conceitos de *Os Sertões* ou dos ensaios de *Contrastes e Confrontos*. E até são, do ponto de vista de estilo, muito mais límpidas, com a clareza que se convizinha com a simplicidade, embora dentro de sua forma pessoal, inconfundível, torturada. Mas já no instante trágico de seu fim, sentindo-se vencido, escreve, num desalento: "Já dei o que tinha de dar..." [97].

Roquette Pinto sentiu a sua importância, a sua fôrça de brasileirismo, o seu cerne nacional, sob as roupagens das estranhas teorias em que se abeberou, quando escreveu as linhas de admiração enorme: "E quando o desânimo te infiltrar o coração, procura Euclides; êle te mostrará, com verdade e fulgor, o mundo encantador de que és dono. E tu, meu irmão, como o Fausto da lenda medieval, erguerás de novo o grito da esperança: — Espírito sublime! Permitiste que eu lesse no seio profundo da minha terra, como no peito de um amigo; revelaste as fôrças secretas da minha própria existência" [98].

Porque a Euclides da Cunha caberia, com propriedade, aquela definição de grandeza que êle próprio escreveu: "O que apelidamos grande homem é sempre alguém que tem a ventura de transfigurar a fraqueza individual, compondo-a com as fôrças infinitas da humanidade" [99].

---

[97] Carta de Euclides da Cunha, de 5 de julho de 1909, ao seu cunhado Otaviano Vieira. In Francisco Venâncio Filho — Op. cit. — pág. 240.

[98] Francisco Venâncio Filho — Op. cit. — pág. 3.

[99] Idem — pág. 3

OLIVEIRA VIANA

(O RACISMO COLONIALISTA)

UMA TEORIA ARISTOCRÁTICA

Longa e curiosa tem sido a caminhada do primeiro volume de Oliveira Viana, já em sexta edição, sôbre as *Populações Meridionais do Brasil,* referente aos paulistas, fluminenses e mineiros. Concluído e publicado há cêrca de sete lustros, quando os estudos de ciências sociais não existiam, pràticamente entre nós, despertou, desde o seu aparecimento, na emprêsa pioneira de Monteiro Lobato, um interêsse relativamente grande. Lobato confidenciou, certa vez, que temera sèriamente pela sorte do livro, não só pelo seu conteúdo, demasiado pesado para o público do tempo, como pelo seu tamanho. E, realmente, nos primeiros meses, a repercussão do livro foi diminuta. Com o passar do tempo, porém, a procura começou a acentuar-se em função dos comentários quase totalmente favoráveis, abrindo caminho a uma trajetória que se completou, há pouco, no túmulo honesto das obras completas do estudioso fluminense. Desde 1952, realmente, está aquêle volume incorporado, em edição póstuma, ao conjunto dos trabalhos deixados por Oliveira Viana e que vêm sendo sucessivamente editados sob a direção de diletos discípulos seus. O ambiente em que aparece é, entretanto, bem diverso, apesar das palavras com que o autor rebatendo algumas críticas, reafirmava, na última edição aparecida quando era êle ainda vivo: "as teses hoje defendidas e as conclusões a que cheguei do estudo objetivo da nossa formação social e política, têm tido e estão tendo — aqui e fora daqui, na agitada atualidade em que vivemos — esplêndida e integral consagração."

O côro dos aplausos às sucessivas edições de um trabalho dedicado aos homens de estudo, parcela diminuta,

em nosso país, como é natural, parecia confirmar, realmente, as imodestas palavras do autor. Alguns dêsses aplausos estão lançados, na última capa, como é de bom tom agora, e não é difícil verificar como, analisados friamente, pouco representaram. Miguel Couto, médico cujas aventuras no terreno da política se caracterizaram por uma ausência total de conhecimento da vida brasileira e de qualquer recurso intelectual para a sua interpretação, afirmaria que, sendo ditador, tornaria obrigatória a publicação diária, por tempo indeterminado e por conta do govêrno, em todos os jornais do país, do prefácio a êste livro singular. Para Humberto de Campos, de quem não se sabe qual a pior literatura, se a das obras escritas em vida, se a das memórias póstumas, se a dos *pastiches* espíritas, seria êste um "livro em que o autor, um novo Moisés, aponta ao povo de Deus o caminho da Terra Prometida". Para o historiador literário Ronald de Carvalho, notável pela sua ausência de conhecimentos a respeito do nosso país, o livro era o que mais o havia interessado para o estudo da evolução brasileira. Alcântara Machado, muitos furos acima dos anteriores, dotado de conhecimento especializado no assunto, confessava: "nenhum outro livro exerceu em meu espírito maior influência do que êste". E Fernando de Azevedo, sabedor das coisas do Brasil, afiançaria que, com a publicação do referido livro, "tiveram início realmente, e de forma brilhante e fecunda, os modernos estudos de sociologia em nosso país". Abrindo as páginas da obra, José Ingenieros, embora confessando sua ignorância dos problemas étnicos, sociológicos e políticos do Brasil, o que lhe impedia compreender o mérito de muitas questões pormenorizadas, definia o trabalho como "verdadeiro monumento que honra a cultura de todo o Continente". Um só crítico colocou a obra de Oliveira Viana no lugar devido: Astrojildo Pereira, em ensaios depois reunido ao volume *Interpretações*.

É verdade que apareceram também algumas discrepâncias, quando a trajetória do livro ia longe, demasiado longe, mas estava fora de dúvida que eram discrepâncias de somenos: não seriam tão ricos quanto afirmava o ensaista os primeiros povoadores paulistas, nem eram tão grandes as suas propriedades, nem era tão puramente "ariana" a sua estirpe. Oliveira Viana respondeu a tais nugas em *addendum* à quarta edição, esclarecendo que se tratava de gente que, deparando um arranha-céu, preocupava-se com um que outro parafuzinho que, em andar alto, escondido de todos, estava mal ajustado, e que tais reações não invalidavam as conclusões a que chegara. Ia um pouco mais longe, e esclarecia: "Com o seu campo visual, naturalmente limitado, êstes microscopistas da crítica, é claro, não poderiam, por isso mesmo, nem compreendê-lo nem, muito menos, criticá-lo". E acrescentava, com segurança singular: "Em verdade, os objetivos dêste livro não foram senão imperfeitamente compreendidos pelos seus críticos, mesmo os mais generosos". Negava-se a discutir os pequenos problemas levantados por alguns comentaristas — e que não eram tão insignificantes como lhe pareciam — para apegar-se ao seguinte conjunto: "O que há realmente significativo, de novo, de original neste livro é justamente o método adotado para definir e isolar os traços desta psicologia do grupo matuto, as causas históricas e sociais que explicam a sua especial "atitude" em face do Estado, quer como "governante", quer como "governado".

Assim, aquêle homem naturalmente modesto, e até tímido, que foi o ensaísta fluminense, tornava-se agressivo e irremediàvelmente imodesto quando se tratava da análise de sua obra — traço que conservou até os seus últimos dias e que reponta em sua obra póstuma com o mesmo teor. Donde é possível concluir que Oliveira Viana era pessoalmente modesto, mas não tinha a modéstia intelectual que leva todos os estudiosos a reconsiderar pontos de vista, a rever conclusões, a admitir o êrro,

quando seus pontos de vista se apresentam possìvelmente falhos. O fato de coincidirem na mesma pessoa a modéstia pessoal e a imodéstia intelectual mais desmedida não constitui, no fim de contas, uma explicação da personalidade dêsse ensaísta que nunca admitiu o debate, dêsse pesquisador que nunca reconsiderou suas conclusões — explicação que se concretizaria justamente na ausência de método, do tão apregoado método a que se referia constantemente como a parte viva, original e fecunda de sua obra.

Um método Qual teria sido o método a que se referia, com tamanha paixão? No prefácio ao primeiro volume das *Populações Meridionais do Brasil*, Olvieira Viana busca definir os seus têrmos, em linhas gerais, muito gerais mesmo, porque abrange apenas a citação de seus mestres. Depois de explicar, com exatidão, que, "no estado atual da ciência histórica, o texto dos documentos não basta só por si para permitir reviver uma época"; depois de combater, com justiça, "o culto do documento escrito, o fetichismo literalista", referia-se a "um sistema de métodos e uma variedade de instrumentos", a "várias ciências, auxiliares da exegese histórica", destinadas a completar "as insuficiências ou obscuridades dos textos documentários", ou a explicar, "pelo mecanismo de suas leis poderosas, aquilo que êstes não podem fixar nas suas páginas mortas". Entrava, em seguida, a definir que ciências auxiliares eram as mencionadas, referindo-se então à "contribuição que à filosofia da história trazem as ciências da natureza e as ciências da sociedade". Conferia destaque às segundas, e mencionava a particularidade de que elas "abrem à interpretação dos movimentos sociais do passado possibilidades admiráveis e dão à ciência histórica um rigor que ela não poderia ter, se se mantivesse adstrita ao campo da pura exegese documentária". Apontava a existência de "um grupo de ciências novas" que, a seu ver,

eram "de um valor inestimável para a compreensão científica do fenômeno histórico". E citava, então, a antropogeografia, "do grande Ratzel"; a antropossociologia dos "gênios possantes, fecundos e originais" que foram Gobineau, Lapouge e Ammon; a psicofisiologia dos Ribot, dos Sergi, dos Langes, dos James; a psicologia coletiva dos Le Bon, dos Sighele, dos Tarde; a ciência social do "gênio de Le Play", com as doutrinas de Henri de Tourville e de "um escol de investigadores brilhantes", entre os quais apontava Demolins, Poinsard, Descamps,Rousiers e Préville.

Ora, fácil teria sido a quem tivesse estudos especializados sôbre as ciências sociais, mencionadas tão genèricamente, verificar, pelo simples alinhamento de tais títulos e de tais "mestres" como os andaimes do método a que se referia Oliveira Viana eram falsos e precários. Bastava um mínimo de conhecimentos sistemáticos para verificar, pela simples enumeração, pelo vazio das frases, pela insuficiência de definição do mencionado "método", pela nomenclatura também, que as bases do instrumento de análise do estudioso fluminense eram superficiais, quando não eram fictícias. Embora alguns daqueles ensaístas estrangeiros tenham tido, realmente, um papel no desenvolvimento dos métodos de pesquisa social, já ao tempo em que Oliveira Viana escrevia suas obras estavam altrapassadas de muito. Quanto a outros, eram meros aventureiros no campo da ciência social, adventícios cujos trabalhos estavam já, nos centros de estudo idôneos, relegados a plano secundário e merecido, quando não totalmente postos de lado.

Oliveira Viana mencionava, em suma, o seu "método" como filosofia da história, ajudada pela antropogeografia, pela antropossociologia e pela psicologia social, elementos auxiliares cujos campos de ação não ficaram jamais perfeitamente definidos por êle. Com tais elementos, é evidente que a sua obra não poderia ter sido muito mais o que foi. Não espanta que ela tenha impressionado

vivamente a alguns incautos, cuja formação não fôra suficiente para verificar, com o próprio testemunho do ensaísta, que a análise apresentada era falsa nos seus métodos e nas suas conclusões. A maioria dos comentadores, entre os que se ocuparam do livro, nem sequer ouvira falar em ciências sociais, e aquêles nomes que Oliveira Viana alinhava, acompanhados de pomposos adjetivos, pareciam-lhes realmente impressionantes. Tratava-se de criaturas dotadas de mera cultura literária, e esta no seu pior sentido, sem outra preocupação senão a de escrever bonito e de alardear uma erudição que estavam muito longe de possuir.

Além da insuficiência do meio, mesmo dos seus elementos tidos como dotados de cultura individual, houve outras causas para explicar o sucesso relativo de uma obra que, à simples vista, se apresentava eivada de tamanhas discrepâncias com os modelos mais simples do gênero. Uma delas foi, sem dúvida, a qualidade de escritor, que é impossível deixar de reconhecer no ensaísta fluminense: a sua maneira de escrever, realmente, é de muito superior à dos homens que, no seu tempo, transmitiram idéias ou impressões, muito mais impressões do que idéias. Oliveira Viana distinguiu-se, desde os primeiros tempos de sua colaboração na imprensa, antes de ser autor de um livro famoso, pela clareza, pela precisão literária, pela simplicidade de seu estilo. Está claro que tais qualidades afetavam tão sòmente a forma. Claro, preciso, simples, na exposição, não significa que o fôsse quanto ao conteúdo. Êste permaneceu quase sempre confuso porque a sua cultura era uma singular mistura de leituras desconexas. A maneira de escrever, o andamento da frase, o movimento das palavras — e o gôsto, muito na época, do jôgo fácil dos adjetivos, uma certa pompa no contar — encantou a muitos, e particularmente àqueles que, não podendo ir ao fundo das idéias, por insuficiências naturais, deliciavam-se na visão dessa polida superficialidade.

Outra causa que teve também poderosos e perduráveis efeitos ficou condicionada ao próprio caráter da obra do ensaísta fluminense. Sua obra foi sempre, em todos os seus livros, em todos os seus volumes, mas particularmente nos primeiros, não o resultado de uma pesquisa científica, não o resultado da aplicação de um método, como cuidava o autor, na sua imodéstia, mas a mais tranqüila, a mais irrefreável, a mais descomedida apologética de uma classe, a cuja vaidade e a cujos interêsses, no fim de contas, aquelas páginas vinham trazer uma contribuição que lhes parecia tanto mais importante quanto a julgavam científica, profunda e fundamentada em métodos que constituiriam a última palavra, a sanção derradeira.

Com o ensaísta das *Populações Meridionais do Brasil,* começa, realmente, entre nós, na substituição do puro processo monográfico de exposição, de crônica simples, de mera relação de acontecimentos, o postiço, falso enganador processo de fazer o levantamento do passado não através do que fizeram os elementos do povo brasileiro, mas através do que fizeram os elementos das classes dominantes. É desde quando começam a repetir-se os chavões da pretensa "aristocracia rural", a que o escritor tanto se referia. É desde quando se começa a emprestar à história brasileira a feição singular e unilateral de um trabalho hercúleo, levado a efeito por um grupo pouco numeroso mas superiormente dotado, no modo de ver dêsses falsos historiadores — no modo de ver de Oliveira Viana —, por condições de raça; no modo de ver de continuadores da sua obra, aparentemente em conflito com êle, por condições de posses.

Nesses levantamentos, o povo brasileiro, a massa da população, nada representou, e apenas ofereceu condições para que êsses aristocratas do interior criassem o Brasil à sua imagem e semelhança. As tentativas para esconder o papel do povo em nossa história são muito mais perigosas e errôneas desde o advento de tais pro-

cessos justamente porque, de um lado, aparentam erudição e método, e de outro lado, manifestam pelo povo uma simpatia distante, disfarçando a questão social profunda que se alicerça nos contrastes raciais, ou alimentando teses e idéias que parecem, à visão menos atenta, revisionistas e até "revolucionárias". Essa demagogia pretensamente científica está muito longe de ter desaparecido, e a substituição de processos ou "métodos" empregados pelo ensaísta fluminense por outros processos e "métodos", que viriam a destruir os anteriores, não representa mais do que a ânsia em servir e a singular deformação da inteligência a que vamos assistindo, e que passa, em procissão de aplausos e de homenagens, como se, no fim de contas, isso fôsse mesmo ciência e fôsse mesmo verdade.

Uma aristocracia A ciência com que se armou Oliveira Viana para a tentativa de interpretação a que se dedicou, e que tanto sucesso obteve durante longo tempo, no meio brasileiro, dada a ausência de crítica preparada para debater os problemas equacionados naquela interpretação e o acalento trazido pela apologética descomedida aos elementos dominantes, não passava, no fim de contas, de um andaime mal amparado, cujos esteios denunciavam fraquezas irremediáveis. Andaime incapaz de possibilitar, na verdade, uma construção ampla e sólida, sem a firmeza necessária para sustentar um edifício apto a resistir, não à passagem do tempo, o que seria muito, mas a um exame mais atento. Dos elementos de seu método", bastam alguns exemplos, retirados aqui e ali, nesse texto maciço e confuso do ponto de vista científico que constitui o primeiro volume de sua obra, para a verificação de que ela já surgiu indefensável.

No estudo do conjunto da história brasileira, Oliveira Viana distingue, desde logo, três regiões diversas: a do norte, a do centro-sul e a do extremo-sul, "que geram,

por seu turno, três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas, a dos pampas, com seus três tipos específicos: o sertanejo, o matuto, o gaúcho" — conforme suas próprias palavras. Que fatôres de diferenciação teriam atuado para que resultasse essa repartição esquemática tão curiosa? Êle os cita, em sua linguagem cientìficamente confusa, ficando sempre no terreno das generalizações: a diversidade dos *habitats* e sua ação durante três séculos; as variações regionais "no caldeamento dos elementos étnicos"; e, principalmente, conforme não deixa de frisar, "a inegável diferença das pressões históricas e sociais sôbre a massa nacional, quando exercidas ao norte, ao centro e ao sul". Em resumo: o meio físico, a raça e as tais "pressões históricas e sociais" diferentes, que não se pode saber ao certo o que sejam. Ora, esta é uma fórmula não muito diversa daquela que Taine, para elaborar as suas falsíssimas teses (aplicando-as inclusive à interpretação da Revolução Francesa — no que abriu caminho ao conhecido aventureiro Gustave Le Bon), havia forjado meio século antes e que poderia, no nosso século, apenas ser considerada como ciência por um principiante.

Depois, Oliveira Viana, enamorado do ritmo ternário, indica o gaúcho como produto histórico de três fatôres principais: "o *habitat* dos pampas, o regime pastoril e as guerras platinas". Aqui vemos, novamente, três fatôres: o meio físico, o regime de produção e as guerras. O primeiro, já citado no caso anterior, o caso geral do conjunto brasileiro. O segundo aparece pela primeira vez e substitui, aqui, o fator racial. O terceiro como equivalente das curiosas diferenças de "pressões históricas e sociais". Logo adiante, define o matuto também como produto de três fatôres: o "*habitat* florestal do centro-sul"; o que chama "preponderância do regime agrícola"; e "certos fatôres políticos e administrativos" que, aqui, substituem as já mencionadas diferenças de "pressões históricas e sociais" e as guerras platinas. Não se

trata, pois, de método algum, uma vez que varia ao infinito. Não muito, além, refere-se o autor a "essas gentes obscuras do nosso interior" que, a seu ver, "tão abnegadamente construíram a nossa nacionalidade", o que representa a introdução de um outro fator histórico, a abnegação, desconhecido em qualquer teoria... Nem aquelas gentes do interior são, para o próprio ensaísta, tão obscuras quanto parecem, uma vez que nelas êle vai destacar, com um realce interessante, o grupo a que chama "aristocracia".

A êsse respeito, cada página nos oferece uma referência. O capitulo de introdução destina-se mesmo a estudar, tão simplesmente, a "aristocracia rural". É essa aristocracia que Oliveira Viana vai encontrar, no altiplano de Piratininga, vivendo como num "recanto de côrte européia", tantas "as galas e louçanias da sociedade, o seu maravilhoso luxo, o seu fausto espantoso, as graças e os requintes do bom tom e da elegância", gente cuja vida se passa numa "perpétua festa", numa "ininterrupta troca de folganças e prazeres", criaturas que provêm "da mesma estirpe étnica e trazem a mesma civilização social e moral", cujas relações sociais e domésticas correspondem a um "tratamento perfeitamente fidalgo". Na casa de Guilherme Pompeu, "espírito cultíssimo", reúne-se o "escol de São Paulo", isto é, "tôda a fidalguia paulista do tempo". E Oliveira Viana não deixa escapar a oportunidade de informar que "êstes aristocratas possuem cavalos os mais finos e árdegos", e que, "como nas côrtes de amor da idade média, o coração das damas está com os que com mais gentileza e brio meneiam o ginete". Encerra a primeira parte dêsse capítulo esclarecendo: "Pela elevação dos sentimentos, pela hombridade, pela altivez, pela dignidade, mesmo pelo fausto e fortuna que ostentam, êsses aristocratas, paulistas ou pernambucanos, mostram-se muito superiores à nobreza da própria metrópole. Não são êles sòmente homens de cabedais, com hábitos de sociabilidade e de luxo; são tam-

bém espíritos do melhor quilate intelectual e da melhor cultura. Ninguém os excede nos primores do bem falar e do bem escrever. Sente-se na sua linguagem ainda aquêle raro sabor de vernaculidade, que na Península parecia já haver-se perdido. Pois é aqui, na colônia, segundo Bento Teixeira Pinto, que os filhos de Lisboa vêm aprender aquêles bons têrmos, que já lhes faltavam, e com os quais se fazem, no trato social, polidos e distintos".

Lindo quadro, realmente — pena que falso e tristemente destoante, sob qualquer ponto de vista, do que se poderia esperar de um mínimo de informação, para não dizer de cultura individual. Quem acreditar em tais descrições tem o direito de deduzir que, no fim de contas, a colonização do Brasil não passou de uma grandíssima orgia.

Para justificar tais hábitos de sociabilidade, tais festejos, tais requintes, Oliveira Viana, parece que um tanto embaraçado com os seus avanços extra-históricos, julgou-se obrigado a apresentar uma razão, de tal forma estavam os seus quadros em contradição com aquilo que êle mesmo especifica como "a clássica rusticidade" da nossa gente antiga, dos primeiros tempos coloniais, que o pretenso historiador ou sociólogo aproveita para crismar como "homéricos desbravadores de sertões", porque o adjetivo pomposo lhe faz sempre uma cócega irresistível.

E que justificação apresenta para "êsses hábitos de grandeza" que "surpreendem à primeira vista"? Simplesmente esta: "Explica-se, porém, a sua aparição aqui pelo acidente da presença na região a colonizar de um escol considerável de fidalgos de sangue". Mais um fator histórico, portanto, a colecionar: a presença, por si só, de fidalgos de sangue transformando numa espécie de "recanto de côrte européia" aquilo que sempre nos pareceu a todos, mesmo aos mais apagados cronistas, uma vida próxima da "clássica rusticidade". Mas o autor in-

siste e acrescenta: "Êstes fidalgos e cortesãos, educados, destarte, na vida dos paços reais e nos seus prazeres e galas, é que, descoberta a América, trazem para entre nós, com o gôsto das mundanidades, êsses hábitos, tão surpreendentes, aqui, de sociabilidade, de urbanidade e e luxo", o que significa que reafirma a importância da presença de tais fidalgos como causa, por si mesma, de hábitos de luxo, de louçanias etc., de acôrdo com o citado trecho de noticiário social, numa colônia que sempre julgáramos ter tido princípios pobres, apagados, dificílimos.

Não foram difíceis, informa-nos Oliveira Viana — foi tudo um cavalgar constante, uma festa ininterrupta, uma folgança sem par, com criaturas cultíssimas, que tinham mais gôsto e luxo que a gente da metrópole, e até vinham aqui polir o estilo. É interessante que não nos tenha ficado, dessa gente, nenhum documento, nenhuma prova, nenhum depoimento literário. Se eram tão cultos, se apreciavam tanto o bem falar e o bem escrever, guardaram tudo para si, uma vez que os documentos, não literários mas apenas para-literários, que conhecemos da época e do meio são apenas as cartas de uns pobres jesuítas, os roteiros de uns ásperos navegantes, e as xaropadas do famigerado e citado Bento Teixeira, a que o autor acrescenta um nome que as investigações lhe podaram, mestre da lisonja por sinal, áulico muito conhecido, que tem importância em nossa história literária apenas por ter nascido antes.

Mas Oliveira Viana continua, irrefreável, na sua fascinação pela "aristocracia rural", e já nos refere alguns senhores que "gravitam, como asteróides" em tôrno do pequeno núcleo fidalgo, aponta-nos uma "transumância da nobreza colonial", cita-nos uma "alta nobreza fazendeira", para confessar-nos, em suma, que "essa massa de grandes proprietários rurais" forma "a única classe verdadeiramente superior do país". E é com verdadeira amargura que se vê obrigado a mencionar a internação dessa "aristocracia", o seu abandono das festas

e das cavalhadas, da existência urbana em que imitava as louçanias das côrtes medievais: "Porque, realmente, à proporção que nos aproximamos dos fins do II século, sentimos que as grandes casas paulistas vão perdendo progressivamente aquêles altivos costados aristocráticos em que elas fundamentam o seu orgulho e a sua soberba, e a pureza do sangue, e o lustre, e os títulos, e os brasões das suas linhagens. Com o expandir das grandes famílias pelo interior, com o seu ramificar crescente, com a sua multiplicação em novas famílias frondejantes, os elementos puramente fidalgos, que lhes constituem, a princípio, o núcleo central, como que se vão dissolvendo e se esvanecem".

Daí surge, então, no modo de ver do escritor fluminense, uma "pequena nobreza rural que vemos formar-se, e crescer, e prosperar ao lado da grande nobreza". É pena — temos vontade de observar, como quem dá pêsames. E o autor está realmente triste, porque acrescenta: "Das tradições da antiga nobreza peninsular nada lhes resta, senão o culto cavalheiresco da família e da honra". Bem, mas isso já é alguma coisa...

Oliveira Viana indica um grande movimento, que denomina de "transumância da nobreza colonial", do litoral para o interior. Situa êsse movimento no II século, no seiscentismo, e assinala-o como precedido por uma fase de esplendor dos núcleos urbanos do litoral, quando a vida era aquilo que se viu. É uma tese interessante, mas nova. Até aqui, admitia-se que a vida urbana, entre nós, é relativamente recente, e que o início da colonização, pelas suas características, era incompatível com a existência de qualquer tipo apreciável de vida urbana, quanto mais com uma vida urbana cheia de louçanias. O internamento é um fato histórico, sem dúvida alguma. Mas, no fim de contas, o que teria impelido as gentes para o internamento?

Para Oliveira Viana, os motivos são muito simples e não se demora em explicá-los: "É, pois, êrro, e grande

êrro, dizer-se que o que os atrai para o campo, e aí os prende, é apenas e simplesmente um fito comercial, ambição material de explorar industrialmente a terra". Anotem-se, de passagem, os flagrantes deslizes de linguagem, numa obra com pretensões científicas, entre atividade rural, atividade comercial e atividade industrial. Completa o seu pensamento: "Também, e principalmente, os prendem e fixam no campo as belezas e as doçuras da vida rural, bem como a importância social decorrente da posse de grandes propriedades agrícolas". Seria talvez mais interessante, em suma, explicar a referida "transumância" escrevendo que a aristocracia colonial foi para o campo porque se chateou da cidade...

Vamos com os fidalgos para o campo. Já Oliveira Viana nos explica, no segundo capítulo, a "preponderância do tipo rural", fazendo êsse capítulo ser aberto por algumas palavras de Boissy d'Anglas, que nos afirma, com muito discernimento e em francês, mais ou menos o seguinte: "Um país governado pelos proprietários está em estado social; aquêle em que os não-proprietários governam está em estado natural". (E seria o caso de indagar dêsse mestre quando e onde houve país em que os não-proprietários governaram os proprietários...). Nesse segundo capítulo, Oliveira Viana nos apresenta o advento da côrte de D. João como "um fato meramente acidental", e nos indica, com êsse advento, a existência de três "classes", no Brasil. Essas três classes, a seu ver, são: "o nosso luzido patriciado rural"; "uma burguesia recém-nada, formada de comerciantes enriquecidos com a intensificação comercial, derivante da lei de abertura dos portos"; e "uma multidão aristocrática de fidalgos lusitanos", que viera acompanhando o rei. Vemos surgir, de súbito, por efeito quase imediato de uma lei recente, uma classe inteira, a burguesia comercial, que só aí aparece, segundo o critério histórico do escritor fluminense, e duas aristocracias, cada uma numa classe, e as três defrontando-se, "inconfundíveis e hostis, nas in-

timidades da Côrte, junto do rei". Essa parada, explica-nos pouco adiante, vai ser vencida pelos nossos "grão--duques", que estão longe de ser, justifica depressa, "um conjunto de rústicos e incultos caudilhos, à maneira dos potentados medievais". Muito pelo contrário, "há um certo polimento de maneiras na sua sociabilidade, embora já sem aquêle alto timbre aristocrático dos dois primeiros séculos". E esclarece ainda que "grande número dos seus representantes chega mesmo a possuir um lastro de cultura intelectual deveras notável para êsse tempo". E menciona com muito cuidado que "não é raro que muitos dêles, dentre os mais opulentos, mandem os florões da sua descendência ao reino, na freqüência da velha universidade de coimbrã". Tudo muito perfeito porque êsses "magnatas rurais" representam, no fim de contas, "não só o que há de mais moralmente excelente na colônia, como o que nela há de mais culto, prestigioso e rico". Principalmente rico, acrescentaríamos, com receio embora de interromper uma exposição tão cálida, tão entusiástica mesmo.

Uma ralé Para iniciar o estudo da "psicologia do tipo rural", Oliveira Viana se apoia numa catacumba famosa, a de Lapouge, "gênio possante", que no seu modo de ver, nos esclarece que "o que faz a superioridade histórica de uma raça é menos a inteligência do que o caráter". Ao apreciar a psicologia da "nobreza fazendeira", daqueles "grão-duques rurais", o sociólogo vai situar a influência que o meio do interior teria exercido "sôbre a mentalidade da raça superior originária", cujos traços êle nos esclarece com abundância de detalhes: "Essa aristocracia constitui, como veremos, o centro de polarização dos elementos arianos da nacionalidade. Nos seus sentimentos e volições, nas suas tendências e aspirações, ela reflete a alma peninsular nas suas qualidades mais instintivas e estruturais. São real-

mente essas qualidades que formam ainda hoje o melhor do nosso caráter. Com as tintas das suas peculiaridades é que se coloram, na intimidade da nossa consciência coletiva, os nossos mais recônditos ideais". Ao estudar, pois, a influência exercida pelo meio rural sôbre essa gente tão nobre e tão qualificada, Oliveira Viana sente-se obrigado a distingui-la daquilo que começa a surgir — uma espécie, a seu ver, de plebe ignorante e malfazeja que, pelo contraste, mais faz avultar as altas características daqueles que polarizam os elementos arianos da nacionalidade.

Assim é que se apressa em demonstrar que, "nas camadas plebéias", confundidas pela "profunda mistura de sangues bárbaros", "opera-se uma desorganização sensível na moralidade dos seus elementos componentes", enquanto, por contraste, o meio rural, "admirável conformador de almas", dá aos elementos arianos "a têmpera das grandes virtudes e as modela nas formas mais puras da moralidade". Pena é que — devemos anotar — aquela benéfica influência do meio rural só se exerça sôbre os elementos arianos, porque nos outros, nos das "camadas plebéias", antes acarreta a amoralidade e a perdição... Uns são bons por nascimento, e jamais deixam de perder as suas qualidades, de moral, de caráter, de inteligência. Outros são maus por nascimento, e não deixam perder as suas características de amoralidade, de ausência de brio, de ignorância.

Sôbre os primeiros, o meio rural é um bálsamo; sôbre os segundos, "pela profusa mistura de sangues bárbaros", é um acicate aos destemperos. E é pena, porque, segundo Oliveira Viana, o meio rural tem uma influência decisiva, confere "essa uniformidade, essa pureza e simplicidade, que são a nota mais enternecedora da nossa vida". Mas, muito ao contrário, seus influxos, tão benéficos em elementos arianos, não se repetem nos não-arianos. Assim é que a família nobre "se organiza à maneira austera e autoritária da família romana". Em

minúcias: "Nesse ponto, a organização da família fazendeira se distingue nìtidamente da organização da família das classes inferiores, na plebe rural. Nesta, o princípio dominante da sua formação é a mancebia, a ligação transitória, a poliandria difusa — e essa particularidade de organização enfraquece e dissolve o poder do pater-famílias. Daí o ter nossa família plebéia, em contraste com a família fazendeira, uma estrutura instabilíssima. Dessa instabilidade e dessa dissolução da autoridade paterna é que provêm a maior parte das falhas morais do baixo povo dos campos".

Nos elementos da "aristocracia", nos elementos "arianos", as influências rurais são favoráveis, apuram-lhes as qualidades que trazem no sangue e que se mantêm por fôrça do próprio sangue, segundo a ciência de Oliveira Viana, soprado pelos "métodos" de Lapouge, de Ammon, de Gobineau, de Le Bon: "Há, entretanto, certos sentimentos e certos preconceitos — índices infalíveis de nobreza moral — que têm para êsses desdenhados matutos uma significação medievalmente cavalheiresca. O respeito pela mulher, pela sua honra, pelo seu pudor, pela sua dignidade, pelo seu bom nome, por exemplo. Ou o sentimento do pundonor pessoal e da coragem física, que faz com que o matuto, ferido na sua honra, desdenhe, como indigno de um homem, o desagravo dos tribunais, apele, de preferência, como nos tempos da cavalaria, para o desfôrço das armas". Mais adiante: "Quatro qualidades possui o nosso homem rural, cuja influência na nossa história política é imensa; quatro qualidades que constituem o mais genuíno florão da nossa nobreza territorial. Uma é a fidelidade à palavra dada. Outra, a probidade. Outra, a respeitabilidade. Outra, a independência moral". E, no apuramento dessas qualidades admiráveis, Oliveira Viana acha que "não é difícil mostrar" "uma invejável colaboração do nosso meio rural"...

Mas isso só acontece com aquêles mencionados elementos. Está longe de ser o mesmo o efeito sôbre "o homem de saco e botija", sôbre "a vilanajem rural", "nas camadas inferiores", em que o mestiço, a seu ver, "não prima de modo algum pela respeitabilidade". Para êsses elementos "desclassificados" não resta outra sorte que mergulhar "nas zonas obscuras dessa sociedade ruralizada", tornando-se as "classes inferiores, onde abundam os trabalhadores salariáveis", que os senhores de terras repudiam "pelo receio de conspurcar com sangue bastardo o sangue puro da família", e que acabam fundindo-se numa "ralé absorvente", numa "populaça de mestiços", numa "massa de mestiços ociosos e inúteis", num conjunto de "madraçaria perigosa", em "classes inferiores" as quais "degradam-se pela corrupção, pela miséria, pela mestiçagem, a pureza de sangue e de caráter", tornando-se a "turba heteróclita dos mamelucos", a "miuçalha esfervilhante dos latifúndios", na "massa daqueles mestiços degradados e mamelucos forros, afeitos às tropelias da capangagem", que "vivem sob a impulsão mórbida da própria anormalidade", constituindo, no fim de contas, a "ralé colonial".

E tudo isso por quê? Porque não têm mais elementos do precioso sangue ariano, ou perderam-no, na miscigenação, com a introdução de contribuições novas. Enquanto os elementos colonizadores guardam "uma perfeita ascendência heril", "tornam-se graves, porque a gravidade é para êles a atitude heráldica por excelência", e guardam "os antigos pundonores aristocráticos", constituindo, "pela elegância espiritual, pela finura, pelo senso da proporção e do meio têrmo, pela limpidez e pela calma da inteligência", "os nossos atenienses da política e das letras".

Ao lado da explicação étnica, Oliveira Viana sente, entretanto, necessidade de alinhar uma outra, para a distinção que lhe parece tão evidente entre as duas camadas sociais. E confessa: "Para a sua formação muito

concorre a herança do sangue peninsular; mas, no nosso meio, as suas condições de cultura e desenvolvimento aumentam com o regime dos latifúndios. Os latifúndios dão à classe fazendeira uma fortuna imensa e um prestígio excepcional". E resume, de maneira eloqüente: "Desde a nossa vida econômica à nossa vida moral, sentimos sempre, poderosa, a influência conformadora do latifúndio; êste é, na realidade, o grande medalhador da sociedade e do temperamento nacional". Para completar num capítulo além: "O prestígio, a ascendência, o poder da nobreza paulista é de formação puramente nacional e tem uma base inteiramente local. É sôbre a sesmaria, sôbre o domínio rural, sôbre o latifúndio agrícola e pastoril que êle se assenta".

É na base da propriedade, e da propriedade territorial, pois, que repousa a ascendência dêsses aristocratas, a que o escritor confere tanta importância — além da herança de sangue. É a grande propriedade rural que lhes confere o brilho daquelas qualidades que traziam consigo, dando-lhes um relêvo maior. Sôbre ela é que se alteia, "prestigiosa, dominante, fascinadora", aquela classe que Oliveira Viana acha situar-se em tamanho destaque que "nenhuma desprende de si, em tôrno, para as outras classes, fluidos mais intensos de sedução magnéticas e ascendência moral". Opina o escritor fluminense que tais elementos "arianos", que cresceram em brilho com a grande propriedade, mas que já traziam brilho específico, e destaque, e qualidades, e características distintas e poderosas, não se tornaram latifundiários por necessidade econômica: É que o lucro não é o único incentivo às explorações agrícolas nessa época. O que se procura antes de tudo é a situação social que da posse de um latifúndio decorre, as regalias que dêle provêm, a fôrça, o prestígio, a respeitabilidade". Constituiram-se grandes proprietários, em suma, para dar mais brilho aos seus brasões. E tratam, de tôda a forma, de manter a sua "atitude heráldica", de resguardar o pa-

trimônio de sangue que receberam: "Na família senhorial domina exclusivamente o elemento branco. Os preconceitos de raça e os sentimentos de fidalguia, então reinantes, o demonstram. Surgem mais tarde contingentes superiores, oriundos do cruzamento de branco com índio; nos ancestrais de muitas famílias da época das "bandeiras" figuram cruzados mamelucos. O que não impede que, nas idéias, nos sentimentos, nos costumes dêsse grupo superior as tradições arianas prevaleçam".

Por tudo isso que vimos transcrevendo, dando sempre a palavra ao ensaísta das *Populações Meridionais do Brasil,* pode bem ser sentido qual o teor de sua ciência, qual as idéias fundamentais que descobre em nosso desenvolvimento histórico, na formação e na evolução da sociedade colonial, quais os pontos que destaca, quais aquêles que omite, e, em suma, qual a estrutura do seu raciocínio. Um comentário e outro, apenas, para coser essa colcha singular, tão marchetada de adjetivos, tão plena de figurações, tão curiosa, apesar de tudo. Mas está visto que um simples iniciado em sociologia distinguirá, nesse mistifório todo, a engrenagem falsa, as pontes da fantasia, o vácuo de ciência, as deduções graciosas e infundadas, o descalabro de um conjunto que aparentou, por tanto tempo, para tanta gente, poderosa solidez. Juntar estas frases, colocá-las numa ordenação sistemática para extrair, da massa escrita, os pensamentos dominantes, destacar aquilo que poderiam ser os princípios, os elementos capitais da tese, é o que estamos procurando fazer. Num ensaio literário, bem escrito quase sempre, sôbre temas muito sérios, é fácil encontrar incongruências e afirmações sem nenhuma base científica.

Vimos os mestres, os Gobineau, os Ammon, os Lapouge, homens do século XIX, com veleidades científicas, cujas teses, hoje, nem sequer são mencionadas senão a título de curiosidade, e para mostrar a que extremos pode chegar o êrro, e a que descomedimentos pode atin-

gir a audácia do leigo, nos cursos sistemáticos. Vimos como Oliveira Viana elaborou suas idéias e as adotou. Qualquer principiante de antropologia sabe que tudo isso são frases destituídas de qualquer fundamento; qualquer universitário de sociologia pode, sem nenhum esfôrço, verificar como a armadura analítica do escritor fluminense carece de solidez; qualquer estudioso de genética humana está em condições de avaliar o enorme disparate das conclusões apresentadas. E, ainda sem conhecimentos sistemáticos, qualquer homem bem informado, qualquer criatura que tenha adquirido os princípios científicos básicos de uma cultura, aquêles mesmo de um simples curso de humanidades, numa desatenta leitura verificará que tudo isso não passa, no fim de contas, de um entorpecente vulgar, destinado a embalar o vazio de algumas inteligências, a fatuidade de outras, a pausa mental de terceiras. Essa desatinada apologética nem sequer pode ser disfarçada por uma linguagem que se desmanda fàcilmente na adjetivação. E assim mesmo atravessou sete lustros, como obra capital, como livro de texto obrigatório em que se abeberaram curiosos, diletantes, políticos, escritores homens de estudo e homens de trabalho, cuidando que o Brasil tenha sido, realmente, êsse quadro vulgar, barato, comum, essa tela cheia de côres desmedidas e desencontradas, com o brilho das festas e as louçanias das reuniões, quando os centros urbanos do litoral pareciam "recantos de côrte européia".

E depois o tédio dos fidalgos pela vida urbana, o seu internamento, a sua busca da grande propriedade, não porque dela tirassem proveito ou dela necessitassem, mas porque, pela extensa posse, adquiriam novas condições para brilhar e manter sua autoridade. Adiante, como procuraram conservar sua "pureza de sangue", fugindo, de tôda maneira, a misturá-lo com o corrupto "sangue bárbaro", conservando-se sempre distantes daqueles mestiços "ociosos e innúteis", que viriam a constituir "a

ralé colonial", a "miuçalha rural"; ou, quando tivessem que misturar, de alguma forma, seu sangue com o do indígena, como conservaram "as tradições arianas" nos sentimentos, nos costumes, nas idéias. Mais tarde, como organizaram seu predomínio sôbre a grande propriedade, a que estavam destinados também por fôrça atávica, quase nos confessa Oliveira Viana.

A leitura, hoje, de tal obra não nos provoca o espanto por ter havido coragem e simplicidade de espírito para escrevê-la, mas por ter havido aplausos para coroá-la, facilidades em seu caminho, e que tenha percorrido sete lustros, andando por seis edições, levando o seu autor às posições mais eminentes, sem que surgisse um menino, como aquêle da história, afirmando que o rei estava nu, para esclarecer que isso era tudo, menos história, tudo, menos sociologia, tudo, menos ciência.

Uma confusão antropológica

Na sua fascinação antropológica, Oliveira Viana não usa qualquer disfarce: o que é branco, o que é "ariano", é nobre, fidalgo, excelente, e tudo isso porque se trata, no fundo, da classe dominante, aquela que detém a propriedade e exerce o poder, senão o poder público formal, na fase da colônia, pelo menos o enorme, o desmedido poder privado, que é o verdadeiro, o único poder que tem aqui exercício pleno. Quando negros, índios, mamelucos, cafusos desmandam-se sexualmente, isso é corrupção; quando se desmandam os "arianos", isso passa a ser padreação, e lá surge a velha lenda do clima para explicar tais desmandos. O branco proprietário tem direito a tudo, para o ensaísta, e, na sua linguagem profusa, descreve o fenômeno com côres interessantes: "Mergulhado no esplendor da natureza tropical, com os nervos hiperestesiados pela ardência dos nossos sóis, êle é atraído, na procura do desafôgo sexual, para êsses vastos e grosseiros gineceus, que são as senzalas fazendeiras. Estas regurgitam de um femeaço sadio e

forte, onde, ao par da índia lânguida e meiga, de formas aristocráticas e belas, figura a negra, ardente, amorosa, prolífica, seduzindo, pelas suas capacidades de caseira excelente, a salacidade frascária do luso". E logo vem a referência à "feição varonil e aventureira do contingente luso", e a menção do latifúndio como "o campo de padreação por excelência". Detalhes dêsse "campo": "Os mestiços são, pois, um produto histórico dos latifúndios. Servir de campo de cruzamento, de centro integralizador de três raças distintíssimas, é a segunda função social do domínio rural. Essa função é uma das maiores da nossa história — porque nela está a gênese e a formação da própria nacionalidade".

A antropologia de Oliveira Viana, da física à cultural, é das mais curiosas. É a antropologia de Lapouge nas *Sélections Sociales,* é a antropologia de Huntington em *The Character of Races,* quando não é a pretensa psicologia social de Demolins com *La Supériorité des Anglo-Saxons,* ou de Pritchard com *Where Black Rules White,* quando não desvaira para as teorias de Ammon e de Gobineau. Entre alguns princípios aceitos por Oliveira Viana como verdades indiscutíveis está aquêle que regula as migrações: "Os primitivos colonizadores lusos, de quem descendem, representam a porção mais eugênica da massa peninsular; porque, por uma lei de antropologia social, só emigram os caracteres fortes, ricos de coragem, imaginação e vontade". Essa gente que emigra porque é eugênica, que emigra por características étnicas, também sabe manter a propriedade, por fôrça das mesmas características, e tudo, em suma, se explica, segundo êsse ângulo antropológico que raia fantasia mais descomedida: "Certos fatôres de ordem moral, de ordem étnica, de ordem econômica, de ordem social — visíveis uns, sutis outros — atuam num sentido francamente seletivo, de modo tal que a propriedade da terra vai caber, quase exclusivamente, aos elementos ètnicamente superiores da massa emigrante".

Fato prenhe de conseqüências, porque concerne à formação antropológica da própria "aristocracia rural". Tais elementos criam a sua ordem moral, a sua ética, fundada, segundo Oliveira Viana, em princípios raciais, de tal sorte que "êsse ambiente de preconceitos aristocráticos exerce, aliás, sôbre a integridade moral dêsses caudilhos, bem como sôbre a sua pureza étnica, um papel principal e eficientíssimo de tutela e resguardo — e que vai ter sôbre a nossa evolução nacional uma influência inestimável". Apresenta, então, o ensaísta, o quadro do que imaginou como sendo a seleção dos elementos humanos segundo os critérios étnicos: "Em tudo isso o que se sente é um vigoroso trabalho de depuração e filtragem, tendente a eliminar do corpo político os que não são proprietários de terras". E acrescenta: "Essa estreita correlação entre o direito político e a propriedade da terra há de forçosamente fazer com que a aquisição desta se torne menos fácil, menos acessível — mais seletiva, portanto". Seleção que o autor não esconde, mais adiante, ser benéfica: "É sôbre tais bases, é sôbre a ação seletiva de tão salutares preconceitos, que se funda a nossa nobreza territorial e fazendeira". Salutares preconceitos que, confessa, preservam a "aristocracia" dos defeitos e das fraquezas da "vilanagem rural": "Essa famosa corrupção de costumes, que lavra a sociedade da época das minas, tem o campo das suas devastações quase inteiramente limitado às classes inferiores. Tôda a classe superior se esforça e luta, ao contrário, por manter intactas a pureza do sangue e a pureza do carácter".

Mas, apesar de tudo, para determinados empreendimentos, há que lançar mão de criaturas não-arianas. Surge, então, o problema; "Essas bandeiras levam, porém, como elementos componentes, uma escorralha de mestiços de tôda ordem". Mas, ainda, há que mencionar elementos não-arianos que, apesar de tudo, fizeram alguma coisa de útil. Oliveira Viana encontrou uma saída curiosíssima para o caso: "Êsses mestiços eugênicos

e superiores, cuja existência é impossível negar, têm uma antropogênese ainda mal conhecida — porque o seu estudo tem sido feito com um ponto de partida falso". Parece que o ensaísta, como nas histórias infantis, vai revelar aqui que se trata de príncipes disfarçados: mas não é bem isso. Vem uma lição, aliás péssima, sôbre os diversos estoques africanos entrados na colônia, discriminados, com falsos ares de entendimento, sem mais pormenores, para deixar patente que alguns dêsses estoques eram de negros honestos, outros de negros bonitos, terceiros de negros trabalhadores, havendo, no entanto, os que, "de mentalidade rudimentar, incapazes de qualquer melhoria ou ascenção", eram tão simplesmente negros.

O mesmo acontece com relação aos mulatos. Como há de sair dessa o ensaísta que os desclassificou, taxando-os de "ociosos e inúteis"? Ora, não há impossibilidades para essa antropologia curiosa: "Em regra, o que chamamos mulato é o mulato inferior, incapaz de ascenção, degradado nas camadas mais baixas da sociedade e provindo do cruzamento do branco com o negro de tipo inferior. Há, porém, mulatos superiores, arianos pelo carácter e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis de arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do país". Tal saída não nos deve espantar, nem nos deve chocar aquela menção aos "arianos pelo carácter e pela inteligência". Tudo isso atravessou sete lustros e seis edições, passando por ciência, sendo aceito como ciência e merecendo de leigos como Humberto de Campos, Ronald de Carvalho, Miguel Couto e outros os elogios mais encomiásticos, os aplausos mais descomedidos. Tudo parecia ciência aos que puderam ser ou se deixaram ludibriar.

Mas não termina aí. Oliveira Viana continua a discorer sôbre êsse mulatos "suscetíveis de arianização": "São aquêles que, em virtude de caldeamentos felizes, mais se aproximam, pela moralidade e pela côr, do tipo

da raça branca. Caprichos de fisiologia, retornos atávicos, em cooperação com certas leis antropológicas, agindo de um modo favorável, geram êsses mestiços de escol. Produtos diretos do cruzamento de branco com negro, herdam, às vêzes, todos os caracteres psíquicos e, mesmo, somáticos da raça nobre. Do matiz dos cabelos à coloração da pele, da moralidade dos sentimentos ao vigor da inteligência, são de uma aparência perfeitamente ariana".

Isto significa, em linguagem não científica, o seguinte: nascidos em noite de lua cheia, quando todos os signos coincidem em presságios felizes, tais mulatos, quase brancos na côr, e com ficha limpa na polícia, tiveram uma sorte encantadora, valendo-se dos caprichos da deusa fisiologia, uma fada que as crianças conhecem, beneficiaram-se de um dos brinquedos melhores do arsenal de Oliveira Viana, tal retôrno atávico — que conheceremos melhor adiante — e, ainda, da cooperação de "certas leis antropológicas" que o escritor não pode revelar por ser segrêdo seu e de Nostradamus...! Como se tudo isso não fôsse suficiente, tiveram uma ajuda inestimável: produto de um cruzamento de branco com negro, só puxaram ao branco: se tivessem puxado ao negro seriam "inferiores". Trouxeram da "raça nobre" os tais "caracteres psíquicos e somáticos", isto é, a fôlha corrida na polícia, a brancura na pele e o cabelo liso, — se possível, olhos azuis.

E os efeitos disso tudo na sociedade colonial? Bem, sôbre o assunto, Oliveira Viana não tem dúvidas: "Em síntese: da mestiçagem dos latifúndios, só a nata, a gema é que se incorpora — ou por meio de casamento ou pela posse direta da terra em novos núcleos — à classe superior, à nobreza territorial. Só os que se identificam com essa aristocracia rural, pela similitude de caráter, de conduta, e, principalmente, de côr é que "sobem". Os mestiços inferiores, os menos dissimuláveis, os fàcilmente reconhecíveis, os estigmatizados — os "cabras",

os "pardos", os "mulatos", os "fulos", os "cafusos", êstes são implacàvelmente eliminados". O que significa mais ou menos o seguinte: da mestiçagem, só se incorpora à aristocracia a nata, isto é, aquêles que nasceram em noite de lua cheia e satisfizeram todos aquêles requisitos já mencionados, — para êsses o caminho está aberto: vão ser proprietários e casar com a filha do fidalgo; para o resto: rua, ou melhor, senzala.

E tudo isso Oliveira Viana não apenas expõe, mas aplaude: "Os preconceitos de côr e sangue, que reinam tão soberanamente na sociedade do I, II e III séculos, têm, destarte, uma função verdadeiramente providencial. São admiráveis aparelhos seletivos, que impedem a ascenção até as classes dirigentes dêsses mestiços inferiores, que formigam nas subcamadas da população dos latifúndios e formam a base numérica das bandeiras colonizadoras". Base numérica, atente-se.

Mas, quando esta receita de cruzamento não é seguida à risca, tudo vai por água abaixo: "Dentre êstes há alguns que, embora intelectualmente superiores, trazem fortes heranças morais de negro de tipo inferior, com o sobrepêso das qualidades más do branco, porventura cacogênico — porque também é lei antropológica que os mestiços herdem com mais freqüência os vícios que as qualidades dos seus ancestrais. Os mestiços dessa espécie são espantosos na sua desordem moral, na impulsividade dos seus instintos, na instabilidade do seu carácter. O sangue disgênico, que lhes corre as veias, atua nêles como a fôrça da gravidade sôbre os corpos soltos no espaço: os atrai para baixo com velocidade crescente, à medida que se sucedem as gerações. Os vadios congênitos e incorrigíveis das nossas aldeias, os grandes empreiteiros de arruaças e motins das nossas cidades são os espécimes mais representativos dêsse grupo". Dêste trecho, vemos nascer do enciclopédico saber de Oliveira Viana duas leis, uma de física (relativa à

queda dos corpos) e outra de antropologia (que aprendeu com Ammon e desde há muito nenhum antropólogo digno dêsse nome aceitava e que, hoje, é apenas motivo de pilhéria em qualquer curso daquela disciplina).

E não pára aí a curiosa antropologia do mestre das *Populações Meridionais do Brasil.* Vai mais longe e descobre a origem dos nossos poetas segundo uma nova lei, só do seu conhecimento, regulando a genética humana: "Outros há que tomam as côres, mais ou menos atenuadas, do africano, mas cujo caráter os aproxima, entretanto, do europeu, com o seu esplêndido senso ideal da vida. Êstes, humilhados pela subalternidade em que vivem, reagem, entreabrindo a sua emotividade em flôres encantadoras de poesia ou de eloqüência. São os nossos líricos ignorados, os nossos cantores obscuros, os menestréis dos nossos sertões ou os nossos evangelistas liberais e igualitários". O que vem a significar que, quando o cruzamento é em noite de lua cheia, o mestiço nasce proprietário; quando é de lua nova, nasce poeta ou orador. E há uma terceira classe: "Os cruzados de índio e branco parecem, pelo menos no físico, superiores aos mulatos: são mais rijos e sólidos. Como a raça vermelha é menos distante da européia que a africana, os seus cruzados — os mamelucos — aparentam ter uma equilibração maior do que os mestiços de branco e negro. Por outro lado, como não provêm de uma raça servil, como os mulatos, é maior do que a dêstes, na sociedade colonial, a sua capacidade de ascenção e classificação".

Nota-se por tais linhas que o paradigma de Oliveira Viana é o homem europeu, e em tudo, "com o seu esplêndido senso ideal da vida", de que se aproximariam os mulatos que tiveram a desdita de serem africanos nos caracteres físicos e arianos nos somáticos, e que acabam se tornando poetas; ou com a sua aparência exterior, de que se aproximariam mais os índios do que os negros, e por isso seriam mais bonitos, mais rijos e mais sólidos, conforme bem define o ensaísta. E mais,

como não provêm tais cruzamentos — os de mamelucos — de gente servil, têm possibilidades maiores de ascenção. Será que o mestre Oliveira Viana desconhecia que nem sempre o negro foi escravo, que a escravidão é um acontecimento social e não biológico, e que houve negros que tiveram escravos brancos? Parece que não, porque em tudo e por tudo confunde o social, e mesmo o cultural, com o genético, e nisso se desmanda, com as suas "leis", ou seus "métodos", como se tudo isso fôsse ciência e o que estivesse fora disso fôsse apenas êrro. Ciência de "ariano", no fim de contas, e com tanta importância antropológica, para a verdadeira ciência, quanto aquela palavra para a antropologia.

Um delírio ariano A antropologia de Oliveira Viana continua a manifestar não apenas uma enorme distância da ciência, como se desmanda na mais desordenada apologética de uma classe, a dos proprietários territoriais, que êle engrandece como classe, disfarçando êsse engrandecimento e aparentando que o faz pela qualidade de raça de seus elementos. Os não-proprietários, que êle coloca justamente entre os não-arianos, não passam de uma escória, destituída de qualquer importância, produto de uma miscigenação de que só excepcionalmente, no caso daqueles citados "mestiços superiores", poderiam surgir elementos dignos de estima: "Excluídos, porém, êsses espécimes superiores, que integram os atributos melhores e mais eugênicos das raças componentes, os restantes, quer de uma ou de outra origem étnica, mamelucos ou mulatos, padecem todos como que de uma sorte de assimetria moral, que lhes acompanha a inegável assimetria física: são todos moralmente incoordenados e incoerentes".

Vai definir, logo adiante, com mais clareza ainda, os seus pontos de vista: "Daí faltar aos nossos mestiços de uma ou de outra origem êsse senso de continuidade, essa energia do querer, essa pertinácia da vontade, essa

capacidade de espera, tôdas essas fortes qualidades, que denunciam as naturezas inteiriças, fundidas num só bloco, coesas, infrangíveis, monolíticas. Êles são, por isso, ao mesmo tempo, apáticos e impulsivos. É quebradiça a sua conduta, ziguezagueante, irregular, descontínua, imprevista. Obedecendo às descargas divergentes da própria impulsividade, saltam, de súbito, da apatia dos inertes à mobilidade incoercível dos frenéticos, para caírem logo depois na indiferença e quietismo mais completos".

E como se não bastasse êsse palavreado, linhas abaixo Oliveira Viana refere, a propósito dêsses mestiços, a "estagnação dos degenesrecentes", e menciona os "degradados da mestiçagem", que ficam "eternamente no plano da raça inferior", uma vez que não têm capacidade para conquistar o que há de excelente na vida "cujo gôzo e importância só o homem de raça ariana, com a sensibilidade refinada pelo trabalho de uma lenta evolução, sabe apreciar devidamente". Para o ensaísta, o mestiço deveria continuar nas senzalas pois só os "arianos" trazem do berço as qualidades com que fazem jus a tudo isso, nascendo para mandar, enquanto os outros já aparecem no mundo com o destino de obedecer.

Não deixa de definir, com muita clareza, o seu modo de apreciar as classes, porque escreve com tôdas as letras: "Sorte de mediador plástico, colocado entre a massa escrava e a nobreza territorial, torna-se a plebe rural, destarte, pela fôrça dêsses processos seletivos, o lugar dos elementos inferiores da nacionalidade, daqueles em que predominam, na côr, no carácter, na inteligência, os sangues abastardados". E que sorte caberá, em suma, a uma plebe condenada por males tão irremediáveis? Oliveira Viana nos esclarece: "Parte dêsses mestiços, sob a influência regressiva dos atavismos étnicos é, com efeito, eliminada pela degenerescência ou pela morte, pela miséria moral ou pela miséria física. Uma outra parte, porém, minoria diminuta, é sujeita, em virtude de sele-

ções favoráveis, a "apuramentos" sucessivos e, depois da quarta ou quinta geração, perde os seus sangues bárbaros — e clarifica-se".

Isto significa, em suma, que a miscigenação encontra a alternativa de fornecer uma parcela diminuta de elementos "suscetíveis de arianização", que se "clarifica", em virtude de "seleções favoráveis", perdendo o estigma dos "sangues bárbaros", enquanto outra parcela, a maior, deriva para a condenação irremissível da "morte ou da degenerescência", por fôrça da "miséria física" ou da "miséria moral". Como esta parcela, por definição do autor, está colocada "nas camadas inferiores", constituindo a "ralé rural", vê-se nìtidamente que juízo o ensaísta faz do nosso povo, como julga a classe que fornece o trabalho, aquela que, a seu ver, mais sofre a ceifa impiedosa da morte, pela miséria. Oliveira Viana não deixa de estreitar cada vez mais aquela saída feliz dos "mestiços superiores", "suscetíveis de arianização", produto de "seleções favoráveis", porque afirma: Êsse processo de clarificação é, porém, recentíssimo. No passado, durante os séculos de servidão, o afluxo incessante de negros e índios ao seio da massa mestiça neutraliza, de todo em todo, a poderosa ação arianizante das seleções étnicas. Daí a plebe rural, feita campo de concentração da mestiçagem, acusar, no período colonial e no comêço do IV século, como se vê do testemunho de Eschwege, um índice de nigrescência elevadíssimo".

Após ter definido, assim, a miscigenação colonial, segundo os seus padrões e os seus pontos de vista, quiçá os seus ideais, a separação das classes, dando a uma tudo e tudo negando à outra, Oliveira Viana entra a apreciar a influência que exerceu a miscigenação sôbre nossa história e sôbre nossa evolução social. Tem, então, afirmações como esta: "Da predominância do negro e do mestiço na classe dirigente do Haiti provém a sua desorganização atual"; mas "na nobreza chilena predominam os elementos bascos, e daí o alto tonus moral, que a

destaca". E mais: "São os saxões que preponderam na aristocracia britânica mas, se, invés dêles, preponderassem os celtas comunários, que eram o fundo primitivo da população, os destinos da Inglaterra estariam inteiramente transformados". E acrescenta, numa definição total: "Entre nós, por tôda a área de dispersão do tipo vicentista, a seleção da classe superior se faz, para a nossa felicidade, num sentido ariano". Completando e esclarecendo: "Êsse caráter ariano da classe superior, tão valentemente preservado na sua pureza pelos nossos antepassados dos três primeiros séculos, salva-nos de uma regressão lamentável. Fazendo-se o centro de convergência dos elementos brancos, essa classe, representada principalmente pela nobreza territorial, se constitui entre nós no que poderíamos chamar o "sensorium" do espírito ariano, isto é, num órgão com a capacidade de refletir e assimilar, em nossa nacionalidade, a civilização ocidental e os seus altos ideais. O negro, o índio, os seus mestiços, êsses não nos podiam, na generalidade dos seus elementos, dar uma mentalidade capaz de exercer essa função superior".

E continua na sua desvairada corrida "ariana", por caminhos de uma fantasia desconexa e curiosa: "Tôda a evolução histórica da nossa mentalidade coletiva outra coisa não tem sido, com efeito, senão um contínuo aperfeiçoamento, através de processos conhecidos de lógica social, dos elementos ètnicamente bárbaros da massa popular à moral ariana, à mentalidade ariana, isto é, ao espírito e ao carácter da raça branca. Os mestiços superiores, os mulatos ou mamelucos que vencem ou ascendem em nosso meio, durante o longo período da nossa formação nacional, não vencem, nem ascendem, como tais, isto é, "como mestiços", por uma afirmação da sua mentalidade mestiça. Ao invés de se manterem, quando ascendem, dentro dos característicos híbridos do seu tipo, ao contrário, só ascendem quando se transformam

e perdem êsses característicos, quando deixam de ser "psicològicamente mestiços — porque se arianizam".

E prossegue: "Os mestiços inferiores — os que, por virtude de regressões atávicas, não têm capacidade de ascenção — êstes sim, é que ficam dentro do seu tipo miscigênio. Na composição do nosso carácter coletivo entram, mas apenas como fôrça revulsiva e perturbadora. Nunca, porém, como fôrça aplicada a uma função superior: como elemento de síntese, coordenação, direção". Para concluir, dogmàticamente: "Essa função superior cabe aos arianos puros, com o concurso dos mestiços superiores e já arianizados. São êstes os que, de posse dos aparelhos de disciplina e de educação, dominam essa turba informe e pululante de mestiços e, mantendo-a, pela compressão social e jurídica, dentro das normas da moral ariana, a vão afeiçoando, lentamente, à mentalidade da raça branca".

Ressalve-se a extensão das sucessivas transcrições. Elas querem tão sòmente deixar que Oliveira Viana refira, com expressões suas, com grifos seus, com sua maneira, um pensamento que ninguém poderia transmitir por êle sob o risco de deformar-lhe o sentido. Tudo isso está no seu livro, no primeiro volume das *Populações Meridionais do Brasil,* em que estuda mineiros, paulistas e fluminenses, na sua história, organização e psicologia. Hitler está morto, e pena é que não tivesse aproveitado os serviços dêsse Rosenberg afro-brasileiro, capaz de tamanhos despautérios, — que grandes serviços lhe teria prestado... As suas conclusões são de meridiana clareza — realizou uma escolha pensada e objetiva. Para êle, são os elementos arianos, os elementos superiores, que mantêm, "de posse dos aparelhos de disciplina e de educação", isto é, do poder, com a polícia, a justiça e todos os demais elementos, que "dominam essa turba informe e pululante de mestiços inferiores", isto é, o nosso povo, mantendo-a "pela compresão social e jurídica", isto é, por uma polícia de classe e uma justiça de classe, que

lhes defende os preconceitos e regras, impedindo que a referida "turba" apresente suas reivindicações e alcance, depois, um lugar ao sol. E é tudo isso que Oliveira Viana define como tarefa de primeira ordm, que tudo resolve "para nossa felicidade, num sentido ariano". Não poderia ser mais incisivo, realmente: não há uma dúvida, tudo está bem claro, jamais se formulou, no Brasil, uma obra de teor racista, fascista, nazista, tão nítido e tão profundo.

E êste homem foi, entre nós, consultor jurídico do Ministério do Trabalho, pertenceu ao grupo elaborador de um texto constitucional, respondeu por vários dispositivos de uma legislação de trabalho apresentada como "a mais avançada do mundo". A sua idéia de povo, isto é, nesta fase da história, aqui, dos elementos que fornecem o trabalho, era a que vimos. Nesta altura dos acontecimentos talvez seja interessante revelar, aos que desconhecem o detalhe, o que não constitui uma indiscrição: Oliveira Viana era mulato. E isto não vai mencionado para diminuí-lo, porque, no nosso modo de ver, carece de tôda e qualquer significação, vindo a ter alguma no seu caso pessoal, por ter sido êle o teórico mais eminente, entre nós, da superioridade racial. Era mulato e não descendia de barões — o que bem poderia ter acontecido, pois, muito ao contrário do que escreveu, houve, aqui, muito barão mulato, e nem só no IV século, conforme deixou transparecer. Êsse homem quieto, tímido, o antipolemista por excelência, mulato indisfarçável, pertencente à classe média, que se distinguiu apenas pela utilização da pena e com ela conquistou posições que o destacaram em nosso meio, foi o autor da obra mais virulentamente racista que já se escreveu aqui, dos fundamentos intelectuais mais favoráveis ao domínio dos privilegiados da fortuna, já que não temos mais barões de outra espécie.

Não parece singular? Mas é oportuno acrescentar aqui que êle não constituiu o único exemplo de mulato

defensor, entre nós, de teorias de superioridade racial, de superioridade "ariana", e muito menos o único exemplo de homem que se desmanda no elogio de uma classe a que não pertence. No terreno intelectual, entre os escritores, isto tem sido relativamente comum, e se alguns, como êle, levam o caso para os têrmos de raça, e procuram disfarçar a apologética apresentando-a como ciência, embora não haja parentesco algum entre uma e outra coisa, há exemplos diversos de ensaístas que procuraram e encontraram caminhos paralelos, quase sempre menos ostensivos e escandalosos. A trajetória do êrro ainda não foi reduzida a uma equação.

Uma falsidade histórica

Assim como os elementos formados nas escolas de engenharia constituíram-se, entre nós, por largo tempo, os que, por falta de especialização, preencheram alguns vazios do campo científico ainda em esbôço, tornando-se os nossos geógrafos, os nossos geólogos, os nossos economistas até, os elementos formados pelas escolas de direito preencheram uma outra espécie de vazio, aparecendo como historiadores, letrados, sociólogos, e também políticos, uma vez que o diploma fornecia a primeira credencial para a função eletiva. Que isso tivesse, no fim de contas, conduzido a distorções curiosas não é de espantar.

Vimos, assim, a nossa geografia permanecer, por muito tempo uma nomenclatura enfadonha e amarga, quando não transformada em campo de hipóteses as mais desencontradas; a geologia tornar-se um mistério de compêndios de gabinentes, ou, quando levada ao campo, causa única de processos demasiado complexos para assumirem uma aparência esquemática; a economia eivar-se de um financismo de segunda ordem, fundado nas teorias da matemática, esquecida de todos os elementos que a iluminam. E vimos, por outro lado, a literatura pender para a eloqüência; a história, para a cronologia;

a sociologia, para uma espécie de subúrbio do direito romano.

Os primeiros estudiosos de sociologia, entre nós — em meio aos quais destacou-se a figura de Oliveira Viana, conforme já foi observado pelos que lhe traçaram o perfil, — sofreram da aplicação das informações colhidas nos cursos jurídicos, em que o estudo das instituições romanas adquiriu, por tantos decênios, uma importância e um relêvo talvez imerecidos. Longe de apreciar o processo social do nosso povo pela consulta aos documentos ou pelos trabalhos de campo — para o que não estavam habilitados, em conseqüência da falta de preparação sistemática —, os batedores da sociologia, os que aqui primeiro se preocuparam, no âmbito das ciências do homem, em apreciar o desenvolvimento da sociedade, trataram de aplicar ao caso concreto e especial, sem descer à pesquisa do particular e sem um método à altura de ajudá-los, aquelas noções que haviam adquirido nas faculdades. Tinham, como que a justificá-los, alguns exemplos ilustres, no passado, e nenhum tão nítido e tão interessante como o de Herculano, que estudara a evolução das comunidades peninsulares fundado nos ensinamentos de Savigny. As conclusões do historiador luso, entretanto, já haviam sido, em muito, contraditadas, neutralizadas ou mesmo reduzidas pela pesquisa realizada por Gama Barros, quando os nossos primeiros interessados em sociologia e em história trataram de aplicar as mesmas regras a um caso muito diferente. Herculano, efetivamente, trabalhara sôbre uma sociedada em que o domínio romano se exercera por largo tempo. Seu apoio nos textos de um eminente intérprete, como Savigny, que se especializara no levantamento das instituições romanas, tinha, até certo ponto, uma justificativa, um ângulo apreciável.

Não era, porém, o caso do Brasil. Aqui, conquanto tivéssemos recebido, por fôrça da colonização portuguêsa, as regras do direito que estavam profundamente anco-

radas nas instituições romanas, sendo lícito estudar-lhes as origens, do ponto de vista da formação jurídica, e até mesmo necessário, ainda para os simples estudiosos da sociedade brasileira, o que importava, antes de tudo, era a pesquisa objetiva da estrutura social, pelo menos como informação, para o conhecimento das instituições. Aqui o importante não era a apreciação da regra jurídica, mas a apreciação de seus contrastes com a realidade do meio. Demais, aos elementos formados no sistema didático das faculdades, ficava muito cômodo o processo comparativo, a adptação sistemática, inclusive o emprêgo de uma nomenclatura retirada dos textos latinos. Isso conduzia, quase sempre, à deformação, com exemplos gritantes, deixando os estudos de traduzirem qualquer aspecto da realidade, para serem, mera aplicação, sem escala e sem paralelismo, de um sistema acabado, lenta e fundamente elaborado por uma sociedade não-capitalista, a um complexo social aceleradamente elaborado, em meio inteiramente diverso e sob o extraordinário impulso da apropriação capitalista.

Oliveira Viana ressentiu-se, em seus estudos de sociologia e de história aplicados ao caso brasileiro, de tais deficiências e da mencionada deformação, que o afetaram fundamente, no levantamento das instituições coloniais, particularmente no que se referiu ao regime municipal, e que o afetaram também quanto à forma, no emprêgo de uma nomenclatura não condizente com a realidade. Os exemplos são constantes, em sua obra, a êsse respeito — saltam de quase tôdas as páginas, repontam em todos os momentos. Assim é quando se refere a uma vida urbana e a uma vida rural que pretende sempre reduzir a um quadro estável e singular, comum nos tempos romanos, tratando os elementos desta última como *homo rusticus*, e os mais ilustres daquela como participando de um *cursus honorum*. Assim é quando se refere muitas vêzes à gleba, ao latifúndio, à propriedade, à escravidão, a um "proletariado livre", que não poderia

existir, dentro de uma exata conceituação, nos tempos coloniais, e menos ainda nos tempos recuados, a um "colono latino", a uma "aristocracia", quando confunde o fidalgo com o nobre, como quando confunde ou apenas se refere a uma "plebe". Suas referências, por vêzes, são de uma impropriedade escandalosa, como quando menciona uma *vis propulsiva,* a propósito das bandeiras, ou à *de puritate sanguinis,* quando se envolve, em todos os instantes, em seu cipoal aristocrático. Com alguma iteratividade aparece a qualificação "no sentido romano da expressão".

Não surpreende que, dentro de tão originais concepções, tivesse ficado obscurecido o essencial, o caráter da propriedade, a noção de latifúndio, a relação econômica entre o proprietário e o elemento não-escravo. Oliveira Viana se refere, a certa altura, a relação do patronato, e, não muito distante, chega a mencionar, como tendo tido vigência entre nós, o regime de colonato, tão perfeitamente definido nos textos romanos. Sua idéia de aristocracia é da fase de expansão romana, sua noção de trabalho escravo parece ser aquela haurida nos livros antigos, e a noção de clã, que introduz nos nossos estudos, é tôda perfilhada de textos clássicos. Era de se esperar que tudo isso levasse, no fim de contas, apenas a uma grande confusão. Como aconteceu. Poderia parecer bonito, bem arquitetado, bem apresentado, com rigores simétricos e relações aparentemente nítidas, mas não passava de artificiosidade histórica e social, sem qualquer apoio na realidade da vida do tempo a que se referia, sem qualquer correspondência com os hábitos, os costumes, as normas e as leis existentes e dominantes nos núcleos daquela etapa da nossa história. Trata-se, na realidade, de uma construção esmeradamente levantada, sem relação com o meio e com a época a que se refere, falsa na descrição, falsa nos elementos informativos e, em conseqüência, falsa nas conclusões.

A certa altura do primeiro volume das *Populações Meridionais do Brasil,* Oliveira Viana se refere, por exemplo, ao mister das armas. Escreve: "Certo, uma parte ou classe da população nacional parece mostrar um decidido pendor para as armas. É essa plebe de cabras, cafusos e mamelucos, turbulenta e bandoleira, cuja origem já amplamente estudamos. Desde a colônia, ela enche as fileiras dos esquadrões de ordenanças, das tropas de linha, dos regimentos de pedestres. O exército e a marinha são compostos, ainda hoje, exclusivamente dela. Os que julgam, porém, que êstes mestiços se militarizam por amor à guerra, por ardor bélico, por combatividade insopitável, erram. Em vez disso, êles se engajam por madraçaria, por incapacidade para o trabalho sério e duro dos campos, do pastoreio, das lavouras, das minas. Bravos, capazes mesmo de heroicidade, o que os leva às fileiras é apenas o desejo de encostar-se a uma sinecura qualquer, que lhes satisfaça, a um tempo, os seus instintos de mandriagem e os seus instintos de truculência, permitindo-lhes sabrearem os contendores nas rixas ou acutilarem o povo nos motins. Debalde procurareis nêles a vocação do soldado, o *miles gloriosus,* à maneira romana".

Ora, tudo isso, tão colorido pela adjetivação, e finalmente coroado com a expressão latina, não passa de um mistifório de historiador de segunda mão, sem nenhum fundamento, sem nenhum apoio na realidade. Ninguém se engaja por amor à guerra, em momento algum, em sociedade alguma. Na sociedade colonial e imperial, o engajamento é apenas uma válvula para os elementos que a estrutura vigente entrava em suas possibilidades, um refúgio para aquêles que o regime de propriedade deixa à margem, para os elementos que ela não permite vivam de outro trabalho. E tudo isso não poderia mesmo deixar de estar longe daquela curiosa noção romana do *miles gloriosus,* oriunda de condições inteiramente diversas, quando o mister das armas não consistia senão

um privilégio, comportando determinados direitos, aparecendo assim como condição de classe, como aqui, só que para os extremos opostos da sociedade.

Mais adiante vemos, segundo Oliveira Viana, uma "figura varonil de matrona romana", enquanto os Camargo formam, no seu dizer, uma *gens*, e tudo descamba, finalmente, para uma "pax romana". E nesse caminho vai o narrador, com a mesma ausência de veracidade a que, nos capítulos iniciais, se referia ao esplendor de uma vida urbana semelhante à das côrtes européias. Tudo jôgo de palavras, sem nenhum apoio na realidade colonial e nacional — falsos os conceitos, pois, em relação à descrição, como falsos são os elementos informativos. Mas também afirmamos que eram falsas as conclusões. Examinemos algumas, para aferir de sua medida.

Após apreciar o desenvolvimento do que denomina "clãs rurais", Oliveira Viana apresenta, com admirativa sinceridade, o trabalho centralizador do segundo império. Para concluir, de forma dogmática: "Êsse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado — um Estado soberano, incontrastável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional". Assim, nada mais que o "prestígio fascinante para assegurar a tarefa centralizadora levada a efeito pelo segundo império, tarefa a que Oliveira Viana concede lugar de destaque, em sua obra, situando-a com seus costumeiros adjetivos. Depois de apreciar, com destemperos de falsidade antropológica, a repartição das classes na sociedade colonial, fundando-a na separação das raças, em cuja separação a "raça ariana" teria de desempenhar papel condutor sôbre aquelas de "sangue bárbaro", Oliveira Viana encerra seu pensamento com algumas conclusões idílicas: "Os nossos fazendeiros lavram, com os seus escravos, os seus latifúndios; nesse meio, o homem da plebe, o vilão, o

tipo medieval do servo, não se pôde formar. O nosso despreocupado foreiro nada sabe de corvéia, nem de talhas: vive livre; paga o seu fôro; trabalha quando quer, e nada mais. O grande senhor rural é o seu protetor, o seu amigo, o seu chefe admirado e obedecido. Nunca o seu inimigo, o seu antagonista, o seu opressor".

Mas, apesar de tudo, há que explicar o aparecimento de movimentos de rebeldia, dentro de um cenário social tão calmo. E Oliveira Viana não trepida em explicar tais equívocos evidentes: "O que distingue as revoluções civis, nas zonas meridionais, é, de um lado, o seu caráter puramente doutrinário, a sua origem exótica, extra-nacional; de outro, a ausência de povo". Não poderia ser mais interessante a conclusão. Em primeiro lugar, os assomos de rebeldia que, no fundo, denunciariam as disparidades sociais, naquela estrutura que Oliveira Viana encontrou simétrica, harmônica e pacífica, são coisas importadas, extra-nacionais, estranhas ao nosso povo, ao caráter de nossa gente, constituem-se de movimentos doutrinários, importados: "ideologias exóticas", como se escreve agora. Falta-lhes, aos movimentos de rebeldia, principalmente, a participação popular, segundo o singular historiador. Conclusão realmente curiosa. E dizer que, com idéias importadas, com meros recursos doutrinários e sem povo, os sulinos, para dar apenas um exemplo, combateram dez anos a fio, chegando a ameaçar, de forma inequívoca, a integridade do império. A que extremos teriam chegado se tivessem encontrado povo para participar daquela aventura meramente doutrinária!

A interpretação de Oliveira Viana sôbre a vida, a evolução, o desenvolvimento das populações meridionais, paulistas, mineiros e fluminenses, com freqüentes referências a outros agrupamentos de população, como é natural — de vez que não seria possível compartimentar a história —, é, pois, uma interpretação inteiramen-

te pessoal, que escapa a qualquer enquadramento. Não se enfeixa num sistema, não corresponde a um método, não se subordina a nenhum processo. Tudo decorre das idéias do intérprete, de suas próprias correntes de pensamento, daquilo que lhe ilumina a cultura individual, de suas preferências, de suas simpatias, de seus rumos. Trata-se de interpretação *a posteriori*, como é comum, mas visando o presente (o que não é comum), isto é, a fase em que viveu o intérprete, e não o passado, aquela fase em que viveram os elementos humanos que fizeram a história e constituíram a sociedade colonial e imperial.

Conhecidos os fundamentos da antropologia de Oliveira Viana, verifica-se que a sua sociologia e sua história estão em nível pouco superior. Foi, no entanto, trabalho dessa natureza que manteve a atenção, por tanto tempo, dos nossos estudiosos, em violenta deformação da realidade, propícia a divertir os ócios de ingênuos e de interessados, na contribuição para que tão mal julgassem nossa terra e nossa gente.

A deformação histórica

Em história, mais vale o método do que as fontes, evidentemente. Do método de Oliveira Viana pouco há que mencionar: sua reconstituição histórica estava à frente da mera sinopse cronológica, terreno em que a história ainda hoje permanece, para muitos em nosso país, mas não ia mais longe. Demais, a história foi elemento subsidiário na sua tarefa. Constituiu apenas manancial informativo a fundamentar suas teses políticas e sociológicas, aquilo que admitia como teses e que afirmava sob profunda convicção, próxima tantas vêzes do dogmatismo. Das ciências da sociedade, a história não lhe foi a mais simpática. Tratou-a mesmo com subalternidade, pretendendo vê-la segundo ângulo depreciativo. Usou-a na dosagem suficiente para apoiar, com exemplos, as idéias que expendeu em sua interpretação política. Ora, junto à ausência de método, nada faz mais mal à histó-

ria do que a extração parcelada e fragmentária de alguns trechos, de alguns episódios, de alguns exemplos, de algumas cenas. Isoladas estas cenas não são história — que se vivifica, justamente, do encadeamento, da continuidade, do desenvolvimento, do processo, como se costuma dizer.

E que dizer das fontes? Bem, as fontes de Oliveira Viana não foram numerosas e nem excelentes, mas entre elas estão alguns dos autores e dos trabalhos que serviram a todos os historiadores, dos linhagistas aos materialistas. Oliveira Viana não fornecia relações bibliográficas, no que ficava em terreno falso, uma vez que, em nosso tempo, nenhum trabalho, ainda que monográfico — ou talvez menos os monográficos —, pode e deve ser apresentado sem a citação das fontes consultadas. Elas, em sua obra, ficam dispersas nas citações da barra de página, indicativo mais da ausência da preparação técnica para os trabalhos de natureza científica, do que de desleixo. Desleixo houve, na sua visão da história, na subalternidade a que a condenou. Um pouco de menosprezo nos próprios exemplos, discriminando-os raramente, como se sua palavra bastasse para afiançá-los. Não é difícil, mas apenas trabalhoso, levantar suas fontes prediletas.

Sua idéia do alto nível da vida urbana dos primeiros tempos, da espécie de "recanto de côrte européia" que era cada um dêsses núcleos em que se desenvolveu o povoamento — na realidade meras feitorias, com o nível de vida correspondente —, veio-lhe de Taques, do Pedro Taques da *Nobiliarquia Paulista,* do pior Taques portanto. Como, em relação ao núcleo colonial do centro-sul — do sul daquele tempo —, a informação livresca era rara, valeu-se quase sempre das observações feitas a respeito do núcleo pernambucano, um pouco aquelas referentes ao núcleo baiano, generalizando ao sul os conceitos colhidos. Porque, em verdade, além de Taques,

cita apenas frei Gaspar da Madre de Deus, entre os que escreveram, com conhecimento direto, sôbre a vida do grupo colonial vicentino. No mais, são as mencionadas generalizações de material pertinente ao norte, colhido em Loreto Couto, Manuel Calado, Antonil e, principalmente, Cardim. Dêste, valeu-se em particular na narração da viagem, que, a serviço da Companhia de Jesus, fêz a diversos lugares da área nordestina — o norte, ao tempo —, narração em que se excedeu nos louvores a um luxo inexistente (que, na realidade, podia ser representado apenas por algumas famílias mais abastadas, e não pela generalidade). Dos cronistas posteriores e daqueles que, de qualquer forma, escreveram sôbre temas históricos, exceção feita a Afonso de E. Taunay, trata-se de narrativas gerais, como as de Oliveira Lima, de Capistrano de Abreu, de Felisbelo Freire, de Pereira da Silva, ou de viajantes como Saint-Hilaire e Martius, ou de políticos como Tavares Bastos e Silva Jardim, quando não meros recompiladores, como Moreira de Azevedo, ou cronistas, como Tristão Alencar. De quando em quando, surge um comentador regional, como Couto Reis, Simão Ferreira ou frei Manuel da Cruz. No mais, continuam as referências a fundar-se no que escreveram Gandavo, Simão de Vasconcelos, frei Vicente do Salvador, Vilhena, Alberto Lamego, Teixeira Coelho, Basílio de Magalhães, Assis Moura, Augusto de Carvalho, José Elói, Juzarte Pinto Bandeira, Baltasar Lisboa, José Barbosa de Sá, Macedo Soares, Diogo de Vasconcelos, João Mendes, Washington Luís, Miguel Pereira, Veiga Cabral, Bento Fernandes, Vieira Couto, Brás do Amaral, Jaime dos Reis, Arouche, Couto de Magalhães, Veiga Filho, Burton, Correia Júnior, Soares Ferreira, Homem de Melo, Armitage, João Francisco Lisboa, Enéas Galvão, Alfredo Pinto — citações quase sempre reduzidas, em regra uma de cada um dêsses autores, nem sempre literais, as mais das vêzes simples enunciação da paternidade da afirma-

tiva. Além disso, os autores estrangeiros mencionados na análise de sua antropologia, e... muita citação do próprio Oliveira Viana.

Sôbre tais andaimes, construiu Oliveira Viana o soberbo edifício de sua obra a respeito das populações meridionais. Muitas de suas conclusões históricas foram já passíveis de reparos, e mesmo de corrigenda: a presumida opulência dos primeiros paulistas, a atividade urbana dos primeiros tempos, a origem nobre dos primeiros colonizadores. Outras, tiveram circulação mais ampla, embora sua veracidade não fôsse melhor. Mas o importante não é isso: o importante, muito ao contrário do que pareceu aos poucos que tiveram a coragem de opor restrições ao estudioso fluminense, não é que êle tivesse errado em encontrar opulência onde só havia pobreza, que tivesse admitido existência ativa onde só existiu placidez, monotonia e ausência total de qualquer elemento capaz de fundamentar a vida urbana precoce e desmedida a que se referiu, que tivesse confundido nobreza com fidalguia e que se tivesse, no fim de contas, desmandado, na sua antropologia ariana. O importante é que Oliveira Viana não tinha o menor senso da ciência histórica, desconhecia totalmente os seus recursos e os seus métodos, e isso é falha de fundo, e não de forma, como algumas das que foram apontadas.

Quando admite que a aptidão para determinada atividade esteja condicionada pela herança racial e escreve que determinado grupo ganha preeminência social em virtude de sua condição de sangue, está falseando a ciência e baralhando os fatôres de modo profundo. E assim acontece quando aceita a penetração dos elementos colonizadores como originada pela necessidade de ornamentar os brasões com a posse de terra extensa e escravaria numerosa, e jamais por uma necessidade material qualquer. Assim acontece quando aceita a existência de cultura literária num meio e num tempo em que tal

cultura não poderia existir, por razões históricas, como de fato não existiu, sendo o contrário disso uma simples inversão que nenhum exemplo isolado demonstraria. Assim acontece quando, longe de apreciar o aparecimento e o lento evolver de um grupo social dedicado à troca, opina que êle apareceu de súbito, já como classe constituída, e apenas pelo efeito do ato de abertura dos portos. Assim acontece quando, de maneira inteiramente destituída de qualquer fundamento histórico ou sociológico, atira à pobreza colonial todos os vícios, enquanto preserva, para sua dita "aristocracia" tôdas as virtudes que lhe teriam provindo do sangue nobre, e discrimina a amoralidade da "patuléia colonial" como ligada a fatôres raciais, enquanto batiza a conhecida amoralidade da classe dominante como padreamento, elogiando o esfôrço prolífico desenvolvido pelos seus elementos — o que era imoral na plebe é, no seu modo de ver, moral quando feito pelos elementos de outra classe.

Os despropósitos históricos são freqüentes, últrapassam o nível e os limites das simples inverdades e dos erros de detalhe, para demonstrarem a inanidade de um modo de fazer história inteiramente desconexo, envolvendo o autor num tremedal de desvios e de falhas, mostrando sua total ausência de aparelhamento para a discriminação e a reconstituição dos fatôres que atuaram, verdadeiramente, em nosso processo de desenvolvimento, quanto mais para avaliar da fôrça e do sentido de cada um dêles, como da resultante de sua composição. Quando Oliveira Viana escreve que "o lucro não é o único incentivo às explorações agrícolas nessa época", não está apenas afirmando uma inverdade peculiar àquele tempo e àquele meio, mas uma inverdade permanente. Quando indica a ausência de uma classe de pequenos proprietários, em Piratininga, longe de estudar os motivos disso e de explicar a razão de tal anomalia, apenas se sente no dever de mencionar que essa é "ainda uma

das grandes falhas da nossa organização social", como se as coisas acontecessem sem motivo, ou deixassem de acontecer por causas meramente fortuitas.

A arrancada bandeirante de caça ao índio parece-lhe, tão simplesmente, "inevitável" — "o arremêsso às florestas é inevitável" —, ao mesmo tempo que julga terem sido os seus fundamentos apenas a cobiça e a vaidade, o que é muito pouco e muito genérico. Refere-se, ao mesmo tempo, para situar o problema, a "uma sugestão magnética" e à índole "fragueira e impetuosa" dos primeiros paulistas. Tudo, como se verifica, fácil, vazio e inconseqüente. Tudo, aliás, cabe em umas poucas idéias já estabelecidas, e êste talvez tenha sido o segrêdo da divulgação de Oliveira Viana apenas isso: o poder que teve de dar forma literária aos preconceitos, aos prejuízos e às tolices mais em voga no seu tempo a respeito dos problemas sociais, históricos e políticos que êsse tempo teve de defrontar.

Assim é que o índio é notável apenas "pela indolência e indomesticabilidade", enquanto o negro, tão malsinado em tantas outras páginas, aparece como "dócil, operoso, sóbrio e resistente" apenas quando se trata de situá-lo como escravo, como trabalhador no eito, o que significa, no fim de contas, que êle, bonzinho para isso, para o resto nada valia, porque era a antítese do "ariano". A páginas tantas, Oliveira Viana menciona uma instituição que jamais existiu na vida brasileira, quando escreve: "Egressos do trabalho rural, êsses mestiços repululantes fogem da servidão dos engenhos para a vida livre do colonato". Teria êle noção exata do que foi o colonato, ou cuidou que a palavra poderia enquadrar tudo o que se referiu a colono, colônia, colonização? Mais adiante menciona, com sua simplicidade, disfarçada em ciência, que "os mestiços são um produto histórico dos latifúndios" como se a miscigenação tivesse sido restrita aos grandes domínios e às zonas rurais e não fôsse,

com outras características sociais e econômicas naturalmente, um quadro do nosso tempo. Para o estudioso fluminense, por outro lado, existe um "preconceito dos mestiços contra o trabalho", talvez porque "o viver dêsses mestiços parece ser folgado e divertido". Isso à página 103; mas à página 256, depois de citar um rol de criminosos, distinguindo-lhes as características físicas, não deixa de mencionar "a função agressiva e criminal do mestiço em nossa história", o que parece não estar em coerência com aquêle viver folgado e divertido.

Aos que não têm método científico para tratar algum assunto, aos que conduzem os temas ao sabor de preferências e de preconceitos, sempre acontece a contradição, a incoerência, o contraste das afirmações e das conclusões. E isso acontece, com exemplar normalidade, a Oliveira Viana, quer em problemas de detalhe, o que seria explicável, quer em problemas fundamentais, onde é estranhável. O homem que dedicou grande parte de sua obra a provar a existência de uma "aristocracia rural", a provar sua "superioridade", a provar a "inferioridade dos mestiços", sua condição de incapazes, sua "função agressiva e criminal", é o mesmo que, nas últimas páginas da mesma obra, escreve, com serenidade de anjo, que "nunca tivemos aristocracia de raças". O estudioso que apreciou, em capítulos inteiros, como aquela chamada aristocracia fundou-se no grande domínio, valeu-se da riqueza pessoal de seus elementos, de suas extensas posses territoriais e de seus numerosas escravos, é o que escreve, no final, nas conclusões, que " nunca tivemos aristocracia de castas ou de classes".

O pesquisador que aprecia, em muitas e muitas páginas, a tendência rebelde, turbulenta mesmo, dos mestiços, de que se compõe, no seu próprio dizer, a plebe colonial e imperial, é o mesmo que pretende comprovar, nas páginas finais de sua obra, que as rebeldias brasileiras foram fruto de idéias, de doutrinas, de pensamen-

tos importados, sendo essencialmente "extra-nacionais". Seriam "extra-nacionais" os mestiços a cuja rebeldia e turbulência tanto se referiu,

Tais contradições, de fundo e de forma, não surpreendem, no fim de contas, porque a verdade inequívoca é que não existe em *Populações Meridionais do Brasil* qualquer traço de análise fundada no exame meticuloso, de propriedade no julgar, no informar e no concluir. Trata-se de uma série bem arrumada de equívocos, sem nenhum resquício de ciência, pomposamente batizado, capaz de impressionar os leigos e capaz mesmo de fascinar aquêles que têm interêsse em admitir que nosso desenvolvimento social e político tenha sido assim, para justificar-se a si próprios e justificar os seus rumos nestes dias que vamos vivendo. Trata-se de uma obra de fracos andaimes, de ciências da sociedade e de ciências do homem, sem nenhum método, com parca e falsa informação, tendenciosa em seus têrmos e principalmente em sua essência, obra que não resiste ao exame de qualquer estudioso mediano, que não escapa mesmo à uma crítica atenta, tão impregnada está de simples preconceitos, tão pontilhada de gritantes inverdades, tão viscerada de falhas insanáveis. Sua antropologia pertence ao século IX; a sociologia em que se ampara já estava em ruínas aos fins daquele século; sua história não mereceria atenção de qualquer estudioso medianamente informado nos primeiros decênios dêste século. O que significa, em suma, que nasceu atrasada de meio século, embora possa servir a interêsses ainda vivos em nosso meio.

Um conceito errado

Não convém encerrar a análise do primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil* sem assinalar um de seus maiores equívocos — aquêle representado pela ausência de objetividade com que o autor aprecia o surgimento do exército nacional. Aprecia-o, realmente, partindo do

aparecimento das milícias locais e regionais para, depois, estudar as características do recrutamento, que tiveram tão nítidos reflexos na formação da instituição eminentemente política que é o exército nacional. A fôrça militar de terra pode ser admitida como tendo definido sua estrutura desde o fim da guerra do Paraguai; daí por diante, por outro lado, não cessou de ter um papel político. Vamos ver como Oliveira Viana aprecia o processo de gestação e de desenvolvimento de uma instituição tão característica como o Exército entre nós.

Começa suas considerações com algumas notas que não podem ficar sem reparo. Afirma, por exemplo: "Em questão de serviço militar, o brasileiro é um refratário histórico. O tributo do sangue o apavora. Êle ama ùnicamente o fardão vistoso, os passamanes de ouro e prata, os chapéus de bico, os bonés galantes, o coruscar das dragonas, o tintinar das espadas roçagantes — a militança, enfim, no que ela tem de especioso e ornamental. Não estima o seu exercício, a sua efetividade, a sua prática. Do soldado quer e cobiça apenas as regalias, os proventos, os podêres autocráticos da hierarquia. Não lhe aceita os ônus, os tropeços, os trabalhos, os perigosos riscos da profissão. Êle é, antes de tudo, o oficial, com a sua teatralidade, a sua aparência marcial, o prestígio da sua posição. Não é de modo algum o combatente nato, o lutador de índole, o soldado instintivo, capaz de aventurar-se por gôsto nos prélios sangrentos, ombreando com a morte em convívio familiar. É sempre, no funpo, o eterno candidato a um coronelato de guarda cívica, vistoso, incruento, platônico".

Êsse aspecto exterior, realmente, não explica de maneira satisfatória o que o ensaísta pensa ser a nossa refratariedade histórica ao serviço militar. Um pesquisador consciencioso não poderia deter-se em detalhes psicológicos, naquele gôsto da teatralidade, das aparências, dos ornamentos, jungido ao horror aos ônus, aos traba-

lhos, aos riscos. O horror aos ônus, aos trabalhos, aos riscos, ao que parece, pertence a tôdas as criaturas, como regra, e não há povo que tenha inata, por mais que se afirme, a tendência para os riscos, mais ou menos do que outros. As características humanas foram eqüânimemente distribuídas e é apenas ilusão pensar que há povos bravos e povos mansos — há apenas povos que se tiveram de habituar à bravura como reflexo de suas condições históricas. Aceitar o contrário, de qualquer maneira através de qualquer argumento especioso, seria como aceitar a inferioridade de umas raças sôbre outras, tudo vinculado a condições intrínsecas. Somos tão bons ou tão maus quanto os demais povos, e teremos tanto pendor quanto os demais povos para riscos, para os ônus e para os trabalhos.

Quando nos inclinamos ou não para determinadas tarefas ou atividades — como acontece com todos os povos — é por motivos históricos. O horror brasileiro, na fase colonial e na fase imperial, ao serviço das armas, não proveio, como afirma Oliveira Viana, do gôsto pelas exterioridades daquele serviço e da aversão pelo que êle tem de penoso. Tanto foi assim que, em determinada região colonial e imperial, a do sul, o mister das armas foi sempre considerado honroso e superior, e ali não é possível admitir que isso se tenha limitado ao que havia de ornamental e exterior na profissão, de vez que o sul permaneceu por muitos decênios como um permanente acampamento, uma praça d'armas em que o alarma era contínuo. Foi, pois, por razões sociais que, no passado, não nos inclinamos ao serviço das armas. Escrevendo um trabalho de análise histórica e social, Oliveira Viana não poderia omitir aquelas razões, permanecendo só no fraseado bem alinhado mas destituído de fundo que apresentou: gostar das exterioridades da vida militar não foi um mal exclusivamente nosso.

A verdade é que a sociedade colonial não tinha condições para estimular o gôsto das armas, como um ser-

viço profissional, como uma atividade colocada ao lado das outras, de sorte a gerar, desde logo, a existência de um grupo militar. Ao contrário, havia a simultaneidade do ônus da militança e não a sua especialidade: todos eram soldados, no momento em que isso se tornava necessário, e ninguém era soldado fora dêsse momento, ninguém era especialmente soldado. Não foi por acaso que as grandes residências coloniais, aquelas que assinalavam uma propriedade extensa e importante, eram também fortalezas. Quando foram construídas, visou-se à dupla finalidade de morar e de defender-se — defender-se contra inimigos externos, os piratas, os estrangeiros que vinham rapinar na costa e algumas vêzes nela desembarcavam e até permaneciam, e contra inimigos internos, os índios, quando êstes representavam um perigo costumeiro. Muitas de nossas vilas foram estaqueadas, defendidas por muros ou obstáculos, tudo na medida das possibilidades locais e do vulto do perigo a enfrentar.

O ônus de defesa, o ônus das armas, com os riscos correspondentes, estava distribuído como um dos primeiros, — era até uma das tarefas a que se obrigava aquêle que solicitava uma sesmaria. E não era possível encontrar outra solução, uma vez que a metrópole não estava em condições de manter na colônia fôrças marítimas e terrestres capazes de assegurar sua permanente imunidade. Tais fôrças, por outro lado, estavam longe, e muito longe, de serem organizadas, onde existiam, na base do pendor para as armas. Não passavam, muitas vêzes, de organizações mercenárias, quando o mister militar era uma atividade profissional que independia até da condição de naturalidade — podia ser, e muitas vêzes era, delegado a estrangeiros.

Um curioso de história, como Oliveira Viana, não poderia desconhecer pelo menos os fatos que comprovam essa verdade elementar. As fôrças holandesas que ata-

caram e se apossaram do nordeste eram organizadas nessa base, e o seu pagamento não era feito por um govêrno holandês, mas por uma companhia de comércio instalada na Holanda. Aqui mesmo, e até depois da autonomia política, empregamos fôrças militares mercenárias para dirimir questões com outros países do continente. E se só com a campanha do Paraguai teve fim êsse sistema, e passamos a ter realmente um Exército organizado, é porque naquela campanha os mercenários já não fizeram parte das nossas fôrças. Enquanto a vida colonial se apresentou dispersa, com os núcleos de povoamento e de atividade divorciados por grandes distâncias só transponíveis por via marítima, os ônus, os riscos e os trabalhos do serviço militar foram distribuídos pela própria população. Depois que a riqueza se desenvolveu, gerando inclusive novas formas de administração, e principalmente de taxação, a metrópole julgou-se na necessidade de estabelecer, junto às autoridades que a representavam, os elementos militares para mantê-las e lhes assegurar o exercício funcional. Tais fôrças não eram nossas, eram de quem exercia o domínio colonial, eram da metrópole, e ela as recrutava e organizava conforme as normas do tempo. Não havia que ter, de nossa parte, pendor para elas.

Pouco a pouco, pela necessidade de ampliar essas fôrças, e já quando, por motivos demográficos inclusive, a metrópole não as podia atender na totalidade, e o mister das armas não seduzia senão a poucos, foi necessário aceitar elementos coloniais nelas. Tais elementos, entretanto, foram recrutados para as fileiras não para o exercício do comando, problema em tôrno do qual Oliveira Viana se detém, menceionando os seus sinais exteriores e ornamentais. Nesse sentido, e com alguma razão, Oliveira Viana escreveu: "Certo, uma parte ou classe da população nacional parece mostrar um decidido pendor para as armas. É essa plebe de cabras, cafusos e mamelucos, turbulenta e bandoleira, cuja origem já am-

plamente estudamos. Desde a colônia, ela enche as fileiras dos esquadrões de ordenanças, das tropas de linha, dos regimentos de pedestres". Fora o que é específico no ensaísta fluminense — a mania em considerar inferiores os mestiços, em situá-los como madraços, turbulentos, buscando apenas uma sinecura —, tudo o mais é certo, em linhas gerais, quanto ao passado colonial. Seria suficiente, de resto, mera informação, e já não cultura individual, para saber que, desde a lei de sorteio, quanto mais hoje, os elementos anualmente chamados à fileira são recrutados de maneira indiscriminada. Julgar, como êle, que, "ainda hoje", as fôrças militares sejam compostas dessa "plebe de cabras, cafusos e mamelucos, turbulenta e bandoleira", é, realmente, levar longe demais a falta de informação.

Mas se, de um lado, a metrópole necessitava preencher a fileira de suas milícias em serviço na colônia, isto viria, por outro lado, oferecer oportunidade à crescente população que não encontrava trabalho, dada a organização social vigente com a grande propriedade, com a vida rural predominante. Que os elementos que iam progressivamente sendo expulsos da atividade rural, onde não encontravam possibilidades; que os elementos oriundos da mestiçagem, isentos do trabalho servil mas sem horizontes para o trabalho livre; que os elementos flutuantes, numa sociedade em que a distância social entre dominadores e dominados era enorme, acabassem por encontrar uma saída na carreira das armas não é de surpreender ninguém. Aí, pelo menos, encontravam uma atividade que lhes assegurava a subsistência, e subsistir era o último recurso que lhes restava. Tinham tanto horror àquele serviço quanto os demais elementos da sociedade, apesar do fascínio pelo seu brilho aparente. Mas necessitavam dêle, esta é a verdade.

Quando isso aconteceu, era natural que a classe dominante passasse a considerar o serviço das armas desonroso: não era lucrativo nem tinha *status* social que cor-

respondesse aos padrões que aquela classe havia gerado em seu benefício. Como o trabalho estava infamado pela servidão, o serviço das armas ficava infamado por ser um destino dos elementos inferiores, não na escala de sangue, mas na escala social. Daí as isenções a que recorre, isenções que aquela classe procura estender aos seus elementos de trabalho, cobrindo-os do recrutamento, porque eram a mão-de-obra de que dispunham e não deviam ser cedidos para um mister que ainda não os interessava diretamente: Não estava no interêsse dêles, certamente, (e Oliveira Viana disso aduz exemplos, com citação de textos antigos) casar as filhas com os oficiais das milícias, ainda que portuguêses de nascimento, porque êles não tinham condições materiais ou títulos que lhes permitissem equiparar-se às famílias proprietárias, e era indispensável conservar a propriedade nas mesmas mãos.

Mas chegou um tempo em que, mesmo no quadro de oficiais, foi impossªvel à metrópole impedir o ingresso de elementos brasileiros, não porque tais elementos tivessem fôrça para disputar êsse direito, na verdade reduzido, mas porque o recrutamento de oficiais, em território metropolitano, se tinha tornado difícil, ao mesmo passo que as exigências de quadros de comando, na colônia, eram crescentes. Daí por diante é que começaram a aparecer os quadros mistos, de oficiais brasileiros e oficiais portuguêses, conservando-se o comando superior sempre entre êstes. Foi assim que Tiradentes se tornou alferes de milícias, quando Joaquim Silvério, português de nascimento e proprietário, era coronel e comandava um regimento. Ora, é bem pouco provável que Tiradentes procurasse a carreira das armas seduzido apenas pelo chapéu de bico, o tintinar da espada roçagante. Não, foi a dura necessidade. Fêz da profissão um meio de vida. E como Tiradentes, havia muitos outros oficiais. Depois da Independência, o quadro alterou-se: os portuguêses, em grande número, continuaram a servir nas fileiras, e co-

meçou a crescer nelas o número de oficiais brasileiros. Teria o chapéu de dois bicos sido o motivo para que aquêles permanecessem no serviço das armas...?

Com o largo movimento centralizador operado pelo segundo império é que uma fôrça militar organizada se esboça. Para executar aquela tarefa sincretista, que tanto seduziu a Oliveira Viana, era indispensável retirar aos proprietários rurais (que apareciam como verdadeiros chefes de tropas locais e regionais) suas prerrogativas que afetavam o recrutamento e sonegavam ao serviço das armas seus dependentes e sua mão-de-obra, para constituir uma fôrça que estivesse na dependência exclusiva do centro, apoiando suas medidas, em papel de alcance político indiscutível, como sempre foi o de qualquer fôrça militar, em qualquer etapa da história. Desde então começa o declínio de instituições paralelas às militares, como a da tropa mercenária, a da Guarda Nacional, para esboçar-se a organização de um Exército profissional que define suas características depois da guerra com o Paraguai. Por condições que nos foram próprias, essa fôrça militar, instrumento político por excelência, pelo seu recrutamento indiscriminado no passado, acabou por se constituir numa arma bigúmea, pois nem sempre atendeu às finalidades para que fôra organizada, aparecendo como liberta da égide de uma classe que era ainda dominante, dando trabalho aos que a haviam destinado a fins bem claros e específicos. Mas isto já é outra história, e nela não está interessada a obra de Oliveira Viana.

O campeador sulino Oliveira Viana deixou inédito o segundo volume de sua obra sôbre as populações meridionais do Brasil, em que estudou o campeador rio-grandense. Quase todos os que empreenderam trabalhos a respeito da vida e do passado daquela região deixaram-se empolgar pelos seus quadros antigos, pela herança histórica. Ora, poucas paisagens humanas,

no Brasil, sofreram em nosso século modificações tão e profundas como a do Rio Grande do Sul. Ver a velha província de São Pedro — das mais novas, na verdade, no quadro político brasileiro — através das singularidades históricas que lhe deram fisionomia tão peculiar é um êrro de que são passíveis quase todos os que a estudaram. Para a maioria, como para os leigos, o Rio Grande do Sul é ainda o cenário grandioso das correrias do gaúcho, e sua gente, mortificada de saudosismo, sente vivamente as transformações e se apega com uma fôrça extraordinária àqueles aspectos heróicos que constituíram a tradição sulina e que tanto colorido emprestaram à sua história. Êsse apêgo é tanto mais curioso quando se constata o desaparecimento quase total de tudo aquilo em que se afirmou o desenvolveu a época heróica do Rio Grande. Não há muito quando o sociólogo oficial e seu secretário de propaganda visitaram o estado do extremo sul e, depois, em entrevista, a que o segundo jamais, deixou de dispensar a mais atenta das solicitudes, o primeiro afirmou não ter encontrado, em sua viagem um só gaúcho vestido a caracter, os filhos daquele estado mostram-se ressentidos. Mas nesse ponto, o sociólogo oficial tinha razão e foi mesmo o único ponto em que acertou, errando em todos os demais, na sua ânsia em generalizar e na manifesta superficialidade de suas observações.

A transformação na paisagem humana, e até na paisagem física do Rio Grande do Sul tem sido tão acelerada que muitos de seus habitantes dela não se dão conta, enquanto outros, que viveram ali quando as condições eram muito diversas, parece que não acordaram ainda para a realidade e continuam a ver as coisas conforme eram há muitos anos. Mas a verdade é que tudo mudou, e mudou muito, e é exato que se pode viajar por largo tempo sem encontrar um gaúcho a caráter ou um galpão característico. O Rio Grande do Sul da fase heróica desapareceu. Desapareceu há muito tempo, e não

ontem. Começou a desaparecer ao surgirem os primeiros aramados, quando a terra começou a ser apropriada, quando os caminhos e os "passos" tiveram de subordinar-se aos "corredores" e levou, realmente, muito tempo para completar o seu desaparecimento. Mas a fase final, relativamente próxima, foi acelerada, como todos os têrmos de transformação, e uma só geração assistiu ao seu total desenvolvimento.

Oliveira Viana impregnou-se fortemente de tudo o que leu sôbre o período heróico, quando a província era um acampamento permanente, quando sempre estavam os campeadores reunidos em tôrno do fogão campeiro, de lança prota para o entrevero do dia seguinte — quando o gaúcho era um homem livre. Está fora de dúvida, há muito, que, ainda nos tempos recuados do século XVIII, pelo menos desde o aparecimento da colonização açorita, houve, ali, dois tipos de cultura: Aquêle formado à sombra da pecuária extensiva, dominando a campanha; e aquêle que se elaborou à sombra das atividades agrícolas, no litoral lagunar e um pouco no litoral marítimo, onde a ocorrência do exercício do poder público contribuiu para dar mais um traço de diferenciação. Rubens de Barcelos, em seu ensaio clássico, distinguiu aquêles dois tipos de cultura: uma, a do pastoreio — larga, libertária, formando homens altivos, independentes, árdegos, rebeldes, infensos à autoridade, repudiando as influências provindas do exterior ou do litoral, do continente do Brasil, nômade em parte, plena de movimento e de colorido; a outra — sedentária, quieta, apegada à terra ou aos centros urbanos, vivendo bem ao lado da autoridade, conservadora, fixa, desdobrando-se no mesmo lugar, crescendo por cissiparidade. Quando a rebelião farroupilha reponta, denuncia, em grandes linhas, êsse contraste singular.

O momento inicial da rebeldia acontece em Pôrto Alegre, por uma fortuita coincidência, mas logo o seu desenvolvimento mostra, claramente, o choque daquelas

culturas, e vemos os rebeldes dominando a campanha, vivendo dela, animando-se e fortalecendo-se de suas características, enquanto o litoral agrícola firma sua posição legalista, apoia a autoridade imperial e estabelece a base para suas ações de represália. Base que serve a fôrças regulares, enquanto os rebeldes vivem da tropa surgida do pastoreio, levantada pelos estancieiros e submetida ao regime normal dos velhos tempos e das velhas lutas. Para os legalistas, trata-se de cortar às fôrças rebeladas o caminho da campanha, ilhá-las na zona em que menos poderiam movimentar-se. Para aquelas, no entanto, trata-se de romper a zona desfavorável, transpor os rios e ganhar as coxilhas.

Desde velhos tempos, pois, existiu, ao lado de um Rio Grande heróico, tão conhecido pelas imagens estereotipadas que dêle nos ficaram, um Rio Grande comum, igual a tantas outras zonas coloniais ou da fase autônoma, com atividades idênticas, o quadro de costumes muito aproximado dos demais, hábitos iguais, cultura do mesmo padrão, em suma. Desconhecer essa particularidade, ainda que abandonando o que ela tem de esquemático e particularmente sem fazer dela a base de tudo, é falsear o desenvolvimento histórico da província sulina. Mas, além do que dis respeito à existência dos núcleos açoritas, haveria que considerar o advento da colonização germânica, desdobrando-se inicialmente em zona vizinha daquela em que os ilhéus estabeleceram o povoamento, com características também inteiramente diversas das que preponderaram no pastoreio. Mais tarde, a colonização italiana estabeleceria novas distinções para, já em tempos próximos, tôda uma gama de levas humanas alterarem a fisionomia demográfica do estado, os seus costumes, as formas de produção, influindo poderosamente para neutralizar o primado absoluto da tradição pastoril e guerreira, quebrando a uniformidade de um quadro que sempre se quis ver igual ao passado, conservando todos os seus traços.

Mas, ainda na campanha, nem sempre aquêles traços foram os mesmos. Os que se ligavam ao domínio do épico e do heróico pertencem a uma fase remota, quando o couro é que importava e os rebanhos andavam soltos, quando a carne não tinha valor econômico e cada gaúcho vivia a seu bel prazer, encontrando meios de manter-se sem depender de ninguém, sendo um solitário, e por isso mesmo uma criatura livre, autônoma, capaz de distinguir-se individualmente. Quando começaram a ser concedidas as sesmarias (e houve zonas em que tais concessões foram feitas a granel), surgiram as propriedades, os campos foram cercados e começou a crescer a distinção de classes: de um lado, o gaúcho, agora trabalhando nas estâncias e nas charqueadas; de outro lado, o estancieiro, que vivia da venda da carne e do couro. Desde que a carne tornou-se realmente um bem econômico, mãos, com as estâncias aramadas e as terras livres reduzidas aos "corredores", esta sociedade que fôra heróica e gerara homens autônomos tornou-se diferente. O que teve importância, daí por diante, foi o estancieiro que era, ao mesmo tempo, proprietário e chefe militar, conduzindo sua peonada. E não resta dúvida que a esta não ficara outro destino senão o de acompanhá-lo.

Dir-se-á, e Oliveira Viana disse bem nesse ponto, que o trabalho do pastoreio era de natureza peculiar, que irmanava e igualava os homens, que não contribuía para marcar entre êles acentuada distância social. Não há o que desmentir, mas o que distinguir: o trabalho do pastoreio, particularmente nos velhos tempos, e mesmo o das charqueadas, em certo sentido, era de natureza a nivelar e a igualar, mas não do ponto de vista econômico. O fato de estar com os peões no rodeio — no tempo em que o rodeio tinha como cenário o campo livre —, o fato de participar com êles das cavalgadas, de procurar distinguir-se pelos mesmos dotes que êles valorizavam, não tornava o estancieiro um peão, nem tornava o peão um estancieiro. Confundir os problemas é inverter o profun-

do pelo superficial, o característico pelo exterior. Argumento interessante para a sociologia dos sinais de superfície, que a cultura deixa por onde passa, mas argumento especioso, sem dúvida, com finalidade transparente.

Se Oliveira Viana não acompanhou, em seu estudo, a evolução do pastoreio, com seus inevitáveis reflexos no desenvolvimento da sociedade sulina, mesmo aquela da campanha, também não aceitou a tese de Rubens de Barcelos — a do contraste entre duas culturas, desde a segunda metade do século XVIII. Ao contrário, combateu-a: "Sente-se que os pequenos agricultores do Viamão estavam evoluindo sensìvelmente para o pastoreio. É que havia no pastoreio elementos de riqueza, senão mais abundantes, pelo menos mais fáceis, bases de subsistência menos trabalhosas, modos de vida mais livres e mais deleitosos. Com as suas penas e incertezas, o regime agrícola tinha que ceder à sugestão aliciante das grandes planícies. No meio do pastorismo irradiante dos latifúndios paulistas, a permanência dessa economia hortícola e pomareira não era senão um puro fenômeno de persistência de velhos hábitos agrícolas dos colonizadores açoritas". Palavroso, mas falso. Em primeiro lugar, não há como considerar entre os fatôres econômicos e históricos aquela "sugestão aliciante das grandes planícies". Nesse ponto é que a observação direta, o estudo sólido das condições geográficas da região fizeram falta ao ensaísta: só um desconhecedor da paisagem física do Rio Grande do Sul admitiria ser o seu território quase tão sòmente caracterizado pelas grandes planícies (e, a rigor, o têrmo planície não cabe senão a algumas reduzidas áreas sul-riograndenses).

A "sugestão aliciante" fica por conta do embalo sociológico do ensaísta, fascinado sempre por uma frase eloqüente, ainda que sem correspondência com a verdade científica ou com a realidade. Que houve, entre os colonizadores açoritas, elementos que transitaram para

a atividade pastoril, nem há dúvida. Mais do que isso: em segunda ou terceira geração, muitos daqueles elementos passaram à atividade pastoril, uma vez que a atividade agrícola, por motivos que não vem ao caso explicar, já não comportava, no regime de terras a que os colonos ficaram submetidos, o desdobramento das famílias iniciais. O pastoreio absorveu as sobras da atividade agrícola. Mas isso estêve longe de significar a transição de um grupo inteiro para aquela atividade, com abandono total, ou quase total, da agricultura, e de outra forma de trabalho, a que Oliveira Viana não concede, mas que no entanto teve importância — a do comércio. Na contribuição açorita, a transferência de elementos à atividade da troca é dos primeiros tempos. Como seria dos primeiros tempos da contribuição germânica a transferência de elementos para a atividade artesanal, que depois se transformou em atividade industrial, no regime de oficina. A tese de Oliveira Viana, aliás, parece fundamentar-se — êle não expressa a idéia — no caso do declínio dos trigais. Qualquer conhecedor do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul sabe que se trata de problemas muito diversos, embora reais.

Estudar a sociedade gerada no extremo-sul do país sem considerar tais particularidades e sem entrar a fundo na apreciação dos fatôres que a diferenciaram, englobando tudo num quadro único — o quadro heróico —, como se êle tivesse atravessado o tempo sem alterações e tivesse sido comum a todo o território considerado, é apenas fantasiar as coisas.. A fascinação em considerar apenas os elementos ornamentais da história, isolando-os, colocando-os num pedestal, e a necessidade de montar verdadeiras pontes arbitrárias para justificar teorias que a vida não confirmou ou mesmo não gerou, não foram faltas a que Oliveira Viana se esquivasse. Seduziu-o, na apreciação do ambiente sulino, o colorido, o festivo, o movimentado. Para que então pesquisar?

A história do Rio Grande do Sul, muito ao contrário do que pensava o escritor fluminense, não foi mais do que a progressiva conquista das zonas pastoris da província, e de outras em que o pastoreio jamais foi possível, para o tipo de cultura estabelecido no litoral lagunar, consideràvelmente fortalecido com a submissão dos estancieiros à vontade centralizadora do Império, pela colonização germânica, desde que se firmou, e pelas camadas sucessivas de elementos europeus que depois foram atraídas para o sul, pela transformação do próprio regime pastoril, que não permaneceu nos seus têrmos iniciais e, finalmente pelos dois fatôres contemporâneos, o declínio pastoril e o desenvolvimento industral, que deram ao Rio Grande uma fisionomia, a de hoje, em que, realmente, o encontro com um gaúcho vestido a caráter, salva nos dias de festa comemorativa, mais surpreende do que se enquadra na ordem natural do ambiente.

A história e a fantasia Em Oliveira Viana, embora pareça paradoxal, a deficiência de preparação para os estudos históricos era muito grande, como já foi dito. Nem o ensaísta considerou a ciência histórica como essencial, na elaboração dos seus trabalhos, nem estava preparado para empregar os seus métodos. Daí as lacunas, as falhas, os erros em que incorre com freqüência, quando tem de lançar mão dos recursos que a história oferece, para fundamentar suas interpretações ditas sociológicas. No estudo do campeador sulino tal deficiência revela-se de maneira flagrante, conduzindo-o, não por desconhecimento de fatos, mas por desleixo em sua apresentação e, de forma essencial, pela ausência de método histórico, a falsidades transparentes. Isso se nota desde as primeiras páginas, quando apresenta a dispersão paulista dos II e III séculos como um fenômeno sem causas justas e precisas, desenvolvendo-se, simultâneamente, em tôdas as direções.

No capítulo inicial, realmente, Oliveira Viana escreve o seguinte: "Irradiando-se dos seus quatro centros principais de dispersão, São Vicente, Itu, Sorocaba e Taubaté, os bandeirantes paulistas, durante o decorrer dos II e III séculos, expandem-se por todo o centro e sul do Brasil. Na corrente de Taubaté, sobem para os cerros mineiros e alcançam, cedo, os vales campinosos do São Francisco e as chapadas auríferas de Mato Grosso e de Goiás. De Itu, descem pelo Tietê, até os vales da bacia do Paraná, onde exercitam a sua atividade predatória contra os aborígenes e as reduções jesuíticas. Na sua projeção para o sul, ou acompanhando, de Santos para baixo, os contornos irregulares do litoral, até às aflorações insulares de Santa Catarina, ou enxameando, desde o centro sorocabano, as suas manadas, por todos os chapadões graminosos do Iguaçu, levam o povoamento e a civilização dos paulistas até ao centro da planície rio-grandense".

Fica parecendo, nessa curiosa apresentação, que tudo isso aconteceu ao mesmo tempo, quando o próprio Oliveira Viana, menciona, na mesma obra, mais adiante, a sucessividade dêsses acontecimentos. Sem falar em erros palmares, que não poderiam ser divulgados por um estudioso de seu quilate — como o de admitir o foco de Taubaté como irradiador de penetrações para Mato Grosso, via montanhas mineiras, ou o de aceitar, no ciclo de caça ao índio, o Tietê como roteiro preferido e o Paraná como descida para as expedições que destruíram os aldeamentos jesuíticos. Deficiência de informação? Não. Deficiência de método, desprêzo pela história, tendência à simetria, à visão esquemática de conjunto, sem poder de síntese, sem base na realidade nacional.

Não há estudioso que não saiba distinguir, no processo de expansão paulista, as fases sucessivas. A repartição definida por Basílio de Magalhães é perfeitamente aceitável, nos seus ciclos do ouro de lavagem, da caça ao índio, do ouro de mina. Embora seja perfeitamente cla-

ro que tais ciclos corespondem a uma divisão meramente didática, e que se interpenetraram, como tudo o que acontece na história, onde não há compartimentos estanques, nem repartições fixas na ordenação cronológica. É bem verdade que tais ciclos se sucedem por razões bem conhecidas. Admiti-los como simultâneos — o que não aconteceu, com Oliveira Viana, senão aparentemente — seria demonstrar um desconhecimento primário do assunto. O que tem importância, para a história da conquista e povoamento do extremo-sul colonial, é justamente distinguir as razões e as características dos ciclos do bandeirismo, os que interessaram ao problema. No caso: o da caça ao índio, quando as bandeiras se limitam a ir buscar braços para escravizar, nas reduções jesuíticas, ciclo que se processa no II século e que vai declinando com o advento da mineração; e o do ouro de mina, quando a zona sulina se torna supridora do relativamente amplo mercado consumidor que aparece nas montanhas do centro. Assim, quando Oliveira Viana escreve: "No sul, nos platôs paranaenses e catarinenses, nas peneplanícies da serra rio-grandense, nos pampas gaúchos e na orilha dos litorais, desde Laguna até o Viamão, os objetivos das migrações paulistas são, porém, essencialmente povoadoras: só aí êles, realmente, conquistam e desbravam para colonizar" — está confundindo os dois ciclos, pelo menos quanto à ausência de discriminação, por simples omissão, uma vez que só o segundo ciclo, com o pastoreio, correspondeu ao povoamento.

Mas as coisas ultrapassam os simples limites do desleixo quando Oliveira Viana encontra, nos paulistas, uma atividade principal, cujas características a documentação e a informação antiga não confirmam: "Muito antes de atingirem as campanhas férteis do extremo sul, já os bandeirantes paulistas, excluindo as hordas de préia ao índio e os bandos de caçadores de ouro, praticam o pastoreio como forma principal de sua atividade". Para acrescentar, logo adiante: "Tôdas as

diretrizes de suas correntes povoadoras obedecem a êsse determinismo pastoril. O bandeirismo predatório, que capta pela fôrça ou pela insídia o íncola nas suas malocas, e o bandeirismo minerador, que desvenda os sertões bravios e explora as minas de ouro e diamantes, são formas eventuais, intercorrentes e transitórias da política conquistadora dos antigos paulistas". O que vem a significar precisamente o contrário do que vem sendo aceito de há muito: que a atividade pastoril é que foi principal na vida paulista, do I ao IV século; que a atividade predatória de caça ao índio e a atividade mineradora, aquela do II século e esta do III, são meramente transitórias, intercorrentes e eventuais, para usar as mesmas palavras do nosso ensaísta.

Isto seria, na verdade, inverter todos os têrmos conhecidos do desenvolvimento histórico paulista, e até do brasileiro. O que tem sido geralmente aceito é que a atividade pastorial paulista sempre foi subsidiária. Está claro que, desde tempos muito recuados, essa atividade existiu em Piratininga. O fato de ter existido, e desde os primeiros tempos, não concede, entretanto, validade para uma generalização tão violenta, aceitando-a como principal. Realmente, outra teria sido a história se isso tivesse acontecido. Qualificar como secundárias, por outro lado, as atividades preadora e mineradora, que tanto distinguiram o papel histórico do núcleo humano de Piratininga, é levar o excesso a um limite de verdadeira inversão. Parece que, no caso, trata-se de mais uma das singulares generalizações do ensaísta, cuja palavra fácil lhe acarretou a paternidade de conceitos como êste, em tudo e por tudo gêmeo daquele em que afirmou a existência de um inaudito luxo nas terras em que os paulistas dos primeiros anos se implantaram.

Mais adiante, Oliveira Viana admite a atividade pastoril a que se lançaram os paulistas, no III século — não em suas terras, mas no extremo-sul —, como decorrente do declínio minerador, ou pelo menos "da

grande desilusão das minas". Essa "grande desilusão" não foi esclarecida pelo ensaísta, e não se sabe se êle pretende com ela referir-se ao choque com os emboabas ou ao esgotamento dos veios auríferos. Quando esmiúça o problema, coloca-o melhor, mostrando a perfeita correspondência entre a mineração, de um lado, e a atividade pastoril, de outro, atividades simultâneas, como realmente foram, e estreitamente vinculadas. Essa contradição se aprofunda, e ora vemos aparecer uma idéia, ora outra. Quanto à primeira, são interessantes os conceitos seguintes: "O senso objetivo dos antigos paulistas fá-los compreender que são essas regiões do sul, de contradições topográficas e vegetativas tão adaptadas aos seus hábitos pastoris, aquelas para onde êles devem orientar as diretrizes das suas correntes povoadoras. O próprio delírio minerador não chega a interromper esta tendência para o sul das migrações vicentistas durante êle, e, mesmo na fase da sua maior intensidade, os colonizadores de São Vicente e de São Paulo continuam a dilatar, pela faixa costeira e pelos platôs do Iguaçu, a área do seu povoamento pastoril".

Isto parece significar, efetivamente, não só uma idéia preconcebida, por parte dos paulistas, o que em ciência histórica é um evidente disparate, como um divórcio entre a atividade mineradora e a atividade pastoril desenvolvida pelos elementos paulistas no sul, desde que Oliveira Viana menciona, claramente, que o "delírio minerador não chega a interromper" a atividade pastoril sulina, o que corresponde a conferir a esta atividade uma antecedência sôbre a outra. Ora, menos de cem páginas adiante, Oliveira Viana abandona uma idéia tão estranha para firmar as coordenadas verdadeiras do problema, não só distinguindo o abandono do rumo sul, após o ciclo da caça ao índio — "esta corrente guerreira que o bandeirismo paulista projetou nos campos do sul, interrompeu-se sùbitamente nos fins do II século sob a ação de um acontecimento surpreendente: a descoberta do

ouro nos chapadões mineiros" —, como, o que é muito importante, definindo a íntima associação entre a mineração e a atividade pastoril sulina: "O movimento para as minas, na exploração do ouro, em vez de sobreestar a nossa expansão para êstes quadrantes extremos do sul e do norte, foi-lhes, ao contrário, uma causa poderosamente aceleradora". Para acentuar, mais uma vez: "Daí o arremêsso dos criadores e tropeiros paulistas às zonas do extremo-sul, às manadas bravias da Planície Platina: assim o impunha a distensão súbita da área de colonização sob o fascínio do ouro, a forma dispersiva e ganglionar da sua exploração".

Está claro que, hoje, ninguém mais, em têrmos de história, pode deixar de associar a atividade dos tropeiros paulistas à atividade da mineração — elas se complementavam, sem uma e outra não teria existido. Oliveira Viana, quando encontra o exato caminho da interpretação e aceita a interdependência daquelas atividades, parece ficar no vazio, quanto aos motivos, ou apenas os menciona acidentalmente, referindo-se a "uma espécie de fascinação magnética (que) os atraía para o sul", ao tentar explicar o arremêsso paulista para os campos sulinos. O ciclo de caça ao índio que, de quando em quando, aparece em seu estudo, como motivado pelas necessidades paulistas em gente para a agricultura — aí esquecido de que a atividade principal dessa gente, a seu ver, era a pastoril —, também surge com outras razões: "São os vicentistas da corrente que parte de Itu e que praticam o esporte guerreiro da préia ao bugre, seja livre nas florestas, seja aldeado nas reduções". Curioso "esporte guerreiro", pelo menos tão curioso quanto aquela "fascinação magnética", um explicando a caça ao índio, outro explicando a atividade dos tropeiros — curiosa maneira de encarar a história que só o poderia levar ao que levou: às contradições, aos erros, às falhas, às teses descabidas.

No estudo a respeito do campeador sulino há muito menos referências aos temas que tanto seduziram o espírito de Oliveira Viana quando escreveu o primeiro volume de sua mencionada obra. Tais temas não desaparecem de todo. Repontam de quando em quando: "Pais é um descendente dessa extraordinária *gens* dos Lemos que, reunida à dos Prados e à dos Buenos, constituem os três núcleos mais fecundos do eugenismo paulista". Isto é reminiscência do primeiro volume, quando se desmanda na defesa de uma "aristocracia" e de uma "arianização" a que já nos referimos. Pouco adiante, insiste: "Nas bandeiras de préia ao bugre, vemos também portuguêses, como nas que percorrem os sertões em busca de ouro. Todos êsses caudilhos forasteiros são, porém, seduzidos, dominados, arrastados pela fascinação magnética que sôbre êles exercem os hábitos fragueiros dos nossos rudes caudilhos vicentistas". Muita coisa se explicava para Oliveira Viana, como se vê, por simples fôrça daquela "fascinação magnética". Não muito longe, acrescenta uma idéia singular: "Porque, também o veremos depois, desde o momento em que êsses clãs varonis se transformaram em "clãs patriarcais", desapareceu a sua retratilidade — e as nossas fronteiras platinas deixaram de ser oscilantes, surgindo o regime de *uti possidetis*". Se enfileirássemos as tolices que o vocábulo "patriarcal" gerou em nosso país, iríamos muito longe.
Uma delas a seguinte:

"Da sua invernada irá sair a estância futura, com o seu clã pastoral, a sua organização patriarcal, os seus capatazes, os seus peões, os seus escravos, a sua colônia de foreiros acasalados à maneira dos latifúndios do planalto paulista, como o de Cosme da Silveira." A mania da simetria, de reduzir tôdas as formas sociais a uma só, de quebrar as diferenças para mostrar o país como moldado num bloco, iguais as suas populações, iguais os seus costumes, generalizando, deduzindo observações de umas zonas para outras, só poderia conduzir a falsidade manifestas, tal a de aceitar, como regra, a

existência, nas estâncias, de "colônias de foreiros acasalados" colocando na mesma lista os peões, que existiram na generalidade, com os escravos, que só existiram em determinadas faixas, dependentes de atividades diversas da dominante, assemelhando a estância ao latifúndio paulista e êste ao latifúndio canavieiro, tudo para reduzir as dificuldades da interpretação suprindo a informação pela fantasia, e criando um quadro que não existiu, que não só não é verdade como nem se aproxima do verossímil. Chamam a isso, entretanto, sociologia, aqui.

Deficiência geográfica Faltou a Oliveira Viana, em seus estudos da sociedade brasileira, a que muitas vêzes denominou ecológicos, particularmente nos que dedicou às populações do extremo-sul, a informação geográfica, tão importante quase sempre, especialmente quando explica os vínculos do homem com a paisagem física. Sua informação geográfica foi sempre imprecisa, vaga, quando não falsa. Alguns exemplos mostrarão claramente tal deficiência. Assim é quando o ensaísta se refere a determinada região do Rio Grande do Sul, fornecendo-lhe as linhas gerais: "Na região "serrana" do Rio Grande, a paisagem não ostenta os aspectos que a sua denominação sugere. Rareiam as florestas robustas das bordas orientais da Serra do Mar; dominam os campos de planície, ondulados de coxilhas suaves, ao modo das savanas; os horizontes se alargam como em pleno oceano; e a descida da serra se torna imperceptível aos sentidos do viajor, pelo declive quase insensível das peneplanícies, interpostas entre ela e o pampa, que começa logo abaixo, em São Borja, em Santa Maria, em Santa Cruz, a estender, até ao estuário platino, a horizontabilidade das suas planuras imensuráveis". Não é preciso acrescentar o quanto esta descrição foge à realidade dos fatos.

Tal quadro não representa a realidade física da zona a que se refere o ensaísta. Nem a região serrana

do Rio Grande do Sul, mostra, em trecho algum, horizontes que "se alargam como em pleno oceano", nem as manchas de revestimento, e revestimento de porte, rareiam tanto quanto êle faz crer, nem a caída para a região ondulada se faz tão imperceptível que não a percebam os sentidos de viajor. Qualquer criatura que tenha descido a serra — admitido como genérica a crisma — pela ferrovia como pela rodovia, na zona próxima à cidade de Santa Maria, pode desmentir essa impressão. Qualquer pessoa sabe que, para descer da serra, a declividade é acentuada, e não só nesse trecho. Quem conhece a zona ao norte de Pôrto-Alegre, onde a colonização tanto se expandiu, está em condições de sentir a inverdade que existe na afirmação do estudioso fluminense, que não teria mesmo, para escrever, consultado uma carta hipsométrica.

Para Oliveira Viana, o quadro físico do Rio Grande, no fim de contas, não passaria de uma fôlha de papel: sempre a mesma planície, sempre os mesmos amplos horizontes, sempre a mesma paisagem, raiando a monotonia. Nem sequer ao revestimento o ensaísta concede uma exceção: como tudo é liso, plano, uniforme, tudo é também nu. Ora, qualquer morador da região serrana, da região missioneira, da região colonial, a velha como a nova, tão distantes uma da outra, sabe quanto a realidade é diversa. Qualquer estudioso de geografia conhece as diferenças entre as regiões naturais do estado sulino. Mesmo ao sul da chamada depressão central, há uma zona, a das serras de sudeste, que seria impossível omitir, numa descrição ainda que sucinta da paisagem. Há que notar também a nomenclatura geográfica de Oliveira Viana, em que a propriedade das expressões cede lugar à eufonia da frase. E tudo leva a um quadro geral de fantasia, para emoldurar fìsicamente, a etapa heróica da história, a que o intérprete concede tôdas as suas atenções. Era preciso criar a moldura.

Muitas páginas adiante, o autor volta ao quadro físico, e fornece novamente uma falsa impressão da realidade: "Na campanha de 1861, que nos deu as Missões, como nas guerras posteriores com Artigas, as hordas castelhanas o transpunham (o Uruguai) com extrema facilidade, seja no passo de São Marcos, seja no passo de Santa Cruz, seja no passo de São Lucas, seja no passo de Santa Maria, seja no passo de São Luís, seja no passo de Santo Isidoro, ora oscilando à direita, ora à esquerda do centro estratégico de São Borja. Essas planícies ilimitadas que margeiam o curso do majestoso Uruguai se fizeram, destarte, o centro histórico de convergência dos ataques platinos — e sôbre elas é que vieram atroar, durante mais de um século, o alarido das guerras e o tropel das invasões". Aqui não está falseada apenas a geografia — a história sai também arranhada. A inverdade geográfica está na afirmação da existência de "planícies ilimitadas que margeiam o curso do majestoso Uruguai", na zona balizada pelos passos citados, uma vez que, ao sul da embocadura do Ijuí, existindo embora uma zona plana à margem daquele rio, ela está longe de poder assemelhar-se sequer ao quadro das "planícies ilimitadas". Como tais, com alguma restrição, podem ser aceitas as regiões marginais ao sul de São Borja. Não referindo, por somenos, aqui, a troca do passo de Santo Izidro por São Isidoro, homenagem talvez ao velho gaúcho que, no período republicano, se tornou um revolucionário tão conhecido.

A inverdade histórica está em indicar o vale do Uruguai, transposto transversalmente, como sendo de planícies que constituíram "o centro histórico de convergência dos ataques platinos", pois tais ataques foram muito mais freqüentes e perigosos quando vieram pela costa oriental ou pelo vale do Rio Negro. A transposição do Uruguai, ao contrário, jamais teve importância no quadro das lutas platinas, e só desempenhou algum pa-

pel de relêvo quando do saque da região missioneira e, mais adiante, quando Estigarribia ficou estrangulado em Uruguaiana. Muito mais importantes e perigosos, porque se aprofundaram em território povoado por elementos portuguêses e brasileiros, foram as invasões realizada pelo roteiro terrestre que margeava o oceano, indo sôbre a praça do Rio Grande, ou acompanhando o vale do Rio Negro, caminho seguido por Alvear e, em sentido inverso, utilizado depois por Caxias quando em busca das fôrças de Oribe.

Outra inverdade, que resulta numa inversão histórica, é aquela mecionada por Oliveira Viana quando afirma: "Os preadores não preavam gado selvagem sòmente para o tráfego ou para a formação de estâncias. Havia também préia para a courama". Ora, os processos foram totalmente distintos: uma coisa era prear o gado para conduzí-lo à zona mineradora, outra coisa era preá-lo para a courama. Há que distinguir, pois essa distinção é fundamental para a perfeita compreensão do desenvolvimento sulino: o momento inicial é que se caracteriza pelo abate para retirar o couro, quando o couro é a única matéria-prima, o único bem econômico que o gado pode fornecer. No desenvolvimento platino, essa fase tem uma importância considerável, que não chega a assumir no desenvolvimento do Brasil sulino. É o momento em que a carne, pelo seu caráter perecível, não tem valor, não constitui bem econômico, não é passível de troca, de tornar-se mercadoria. Nesta fase, particularmente para os povos platinos, o gaúcho é um homem livre: sua alimentação é gratuita, basta-lhe abater o gado que vive sôlto no pampa. Quando a carne, em conseqüência da introdução de uma técnica que supera sua perecibilidade, torna-se um bem econômico, figurando como mercadoria, o gaúcho começa a transitar para um regime diferente, vinculando-se à estância e ao estancieiro, quando não à charqueada e ao charqueador. Deve

pagar por isso mesmo sua alimentação, e aqui interferem formas diversas de pagamento. Deve assegurar, com o seu trabalho, a subsistência. É por essa época que as estâncias se consolidam, depois da distribuição de sesmarias. Surge então a propriedade territorial, os campos são cercados. Está pràticamente encerrada a fase heróica. O que resta dela é pura reminiscência. Subsistirão elementos ancorados na fase anterior, inclusive aquêle do gôsto pelas lutas guerreiras. Mas não sob o mesmo molde.

Entre essas duas etapas, a do abate individual, quando só o couro tem importância para a troca, pois constitui matéria-prima de todos os utensílios de que o gaúcho necessita, e a da charqueada, há outra intermediária, a da préia ao gado para levá-lo, em pé ao mercado consumidor que a mineração constitui. Trata-se, pois, de três etapas bem distintas, sucedendo-se no tempo — estando fora de dúvida que houve interpretação entre elas —, motivando transformações sociais e econômicas de considerável importância. Sem distinguí-las, é impossível estabelecer a reconstituição do desenvolvimento sulino. Isto é apenas confundir as coisas e permanecer no vago, no impreciso, no incaracterístico, — de um quadro físico horizontal, uniformemente horizontal, e de um quadro humano e histórico uniformemente heróico, como se tudo tivesse, através do tempo, ocupado o mesmo lugar relativo, sem sofrer transformação alguma.

Há mais. Encerrando um dos capítulos do volume sôbre o campeador rio-grandense, Oliveira Viana escreve: "Daí ter havido, durante todo o ciclo minerador, dois grandes distritos de gado, vinculados e dependentes ambos do grande distrito do ouro: o do São Francisco e o do Viamão, o das caatingas do norte e o dos pampas do sul. O primeiro fornecia o boi, o segundo fornecia o cavalo e o burro. Um resolvia o problema alimentar; o outro resolvia o problema dos transportes". Isto, depois de referir-se ao trabalho de abrir caminhos para o des-

locamento das tropas sulinas, balizados pelas manchas de pastagem que se escalona do Viamão a Sorocaba, quando Oliveira Viana, contraditòriamente, admite que tal esfôrço tenha servido para deslocar não sòmente burros e cavalos, isto é, meios de transporte, mas também gado para o corte, isto é, meios de alimentação. A verdade, quase sempre confundida, e que as contradições de Oliveira Viana contribuem para ainda mais confundir, é que os tropeiros levavam, de início, das invernadas sulinas para a zona mineradora não sòmente muares e cavalos (principalmente aquêles), mas também gado vacum, no atendimento simultâneo das duas necessidades, a do transporte e a da alimentação, prementes naquela zona, quando só a mineração interessava, pelos lucros que fornecia. Há um momento, evidentemente, em que começam a abandonar o deslocamento de gado vacum, especializando-se no deslocamento de tropas de muares, — mas êsse momento é tardio, ocorre já no declínio minerador: é o momento em que o aparecimento do charque torna inútil o deslocamento de gado em pé para a alimentação, restando o deslocamento de animais destinados ao transporte.

Na primeira metade do século XVIII, e ainda na segunda metade, mas já em declínio, o deslocamento é de tropas mistas, integradas tanto de gado vacum como de muares e cavalos, êstes aliás sempre em número relativamente reduzido. Desde os fins do século, as tropas se especializam — no século XIX estão integralmente especializadas no tráfico de muares: fornecem o quadro tão conhecido da feira de Sorocaba e dos registro de passagem. Está claro que, depois do aparecimento do charque no mercado não havia mais razão para deslocar gado em pé, — e o charque se valia do transporte marítimo e não do transporte terrestre. Os roteiros terrestres ficaram reduzidos ao serviço das tropas de muares, que foram arrebanhados inclusive nas áreas platinas não brasileiras. Não houve, pois, aquêle esquema, muito inte-

ressante, muito bonito, mas muito falso, a que Oliveira Viana se refere. O gado para a alimentação não afluiu à zona mineradora só do vale edo São Francisco — veio também do sul, e até mais do sul, onde mais havia, enquanto foi interessante deslocá-lo para tal fim. Deixou de afluir quando o processo se simplificou, pela introdução de uma técnica que alterou o suprimento. Tudo isso é história, que Oliveira Viana não conta nem considera, ao traçar a evolução das populações sulinas e que teve, entretanto, naquela evolução, uma grande importância.

Levando a confusão um pouco mais longe, acaba por definir a etapa da estância num momento histórico em que ela não existe, como forma dominante, e nem poderia existir: "Os preadores de gado, como Cristóvão Pereira e tantos outros, que, no início do ciclo preador, eram apenas caçadores nômades de rebanhos alçados, sentiam necessidade, para maior êxito de suas emprêsas, da constituição de pontos permanentes de fixação, onde pudessem acurrular os gados preados: fizeram-se, por isso, lògicamente, estancieiros". Mas as coisas não se pasaram com tamanha simplicidade: a etapa dos preadores não gera, e não poderia gerar, estância. Ela gera apenas as invernadas, que são como que feitorias plantadas dentro da zona a que vêm os lagunistas prear o gado. A estância só aparece quando a propriedade se define e se consolida, pois é a propriedade da terra, o apossamento, que condiciona a fixação humana. A distribuição de sesmarias foi feita por etapas, no continente de São Pedro: começou em tôrno dos dois focos principais, Viamão e Rio Grande, depois alastrou-se à zona de Rio Pardo, mais tarde bordejou o litoral lagunar, avançou depois para a zona missioneira, espraiou-se em seguida na campanha ao sul do Ibicuí e a oeste da coxilha Grande. Tais zonas conheceram a etapa da estância à medida que suas terras foram sendo apropriadas.

E não sòmente por isso, embora principalmente por isso. Mas ainda porque os elementos humanos que nelas se estabeleceram, definindo o aparecimento da estância, fizeram-no para criar, isto é, para desenvolver uma atividade fixa, permanente, dotada de continuidade e de estabilidade. Enquanto houve nomadismo, não poderia haver estância. Não podemos confundir com a estância a invernada lançada na solidão dos campos, em que se apoiavam os preadores, quando se atiravam em busca do gado selvagem ou daquele gado que as próprias invernadas já haviam querenciado e estavam prontos para o longo deslocamento pela estrada dos Conventos. Não podemos ainda considerar estância a propriedade estabelecida pelos primeiros colonos açoritas, a que a atividade pastoril não atraía e cujas terras, bordejando o Guaíba, não eram as melhores para a criação, e que só mais tarde, e em parte, evoluíram para a atividade pastoril. A estância, na fase da préia, constituiria uma inversão histórica. A hipótese não resiste a qualquer análise, a menos que se confunda a estância com uma posse qualquer, onde alguém, isoladamente, fizesse ato de presença, de quando em quando...

Mas voltemos a Oliveira Viana, quando mais adiante nos apresenta um dos seus fatôres históricos prediletos: " Quase tôda a massa migradora e colonizadora era, pois, arrastada, pouco a pouco, no sentido do oeste, que não era outro que não o sentido das planuras férteis da região platino-uruguaia, sempre tão grata e sedutora ao instinto pastoril dos velhos povoadores vicentistas". Bem, se admitirmos, em história, a existência de um "instinto pastoril", como de uma fascinação pelo oeste, tudo é passível de explicação. Tais fatôres, realmente, simplificam bastante a ciência, e lhe dão até um certo colorido, um movimento e uma fantasia que atenuam os seus contornos e também as suas exigências...

Novas leis históricas As inverdades históricas em que Oliveira Viana apoia a sua argumentação podem ser encontradas em sua obra a todo momento. Por isso não é de admirar quando, a certa altura, o vemos repetir o velho chavão da tendência e do passado agrícola dos portuguêses, hoje bastante desacreditado: "Nas suas férteis ilhas do Atlântico continuavam a pequena cultura hortícola dos seus antepassados da península". Mais grave ainda é a sua afirmação de ter sido a pecuária gaúcha estabelecida na base do trabalho escravo: "Descendo para a planície do Guaíba, os sertanistas de São Paulo tinham em vista, a princípio, como já vimos, a préia dos rebanhos selvagens, disseminados pelas imensuráveis savanas cisplatinas. Depois, para melhor executarem êsse trabalho de pilhagem, haviam-se fixado em grandes sesmarias ou latifúndios, fazendo-se estancieiros. O regime econômico que êles instituíram ali era, pois, exatamente o contrário do dos açoritas. Era a grande propriedade pastoril, organizada sob a base da escravidão e do trabalho escravo".

Se a afirmação é visceralmente inverdadeira, há que distinguir, na confusão que deriva da leitura, a sucessividade dos episódios: os tempos primitivos da préia, quando o trabalho era livre; a apropriação posterior da terra e o conseqüente trabalho de pilhagem, pois a préia para abastecimento do mercado minerador estava pràticamente encerrada; o advento da técnica das charqueadas, quando o fornecimento de carne passou a ser feito nessa base, abatendo-se o gado em vez de conduzí-lo em tropas. Só nesta última fase houve, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a concomitância do trabalho escravo com o trabalho remunerado, no quadro pastoril, — só a charqueada indicou, no panorama social sulino, naquilo que não era agricultura, o ambiente propício ao trabalho servil. Assim mesmo, em proporção que jamais foram reduzidas a estatísticas mas que, pelo depoimento dos contemporâneos, podemos aceitar não

como dominante, mas como minoritário. Não, pois, estabelecendo um quadro idêntico ou aproximado ao das lavouras nordestinas ou do centro-sul, mas apenas concorrendo com o trabalho livre. A influência do trabalho escravo, no Rio Grande do Sul, foi diminuta. Escrever que a propriedade pastoril sulina foi estabelecida à "base da escravidão" é demonstrar uma total incompreensão de sua história.

Oliveira Viana vai mais longe, porém, em suas afirmações: "No remoto período da proto-história rio-grandense, os dois tipos de colonização — o insular e o continental — destacavam-se, pois, nìtidamente. Em tôrno do pitoresco e movimentado núcleo de agricultores açorianos, cultivando, com os seus próprios braços, os pequenos lotes coloniais que lhes haviam sido doados pelo rei, os rudes povoadores vindos do "continente" — dos platôs do Iguaçu ou do centro lagunense — estenderam a monotonia dos seus grande latifúndios, todos cuidados e lavrados pelo braço do escravo negro". Ora, em tudo isso não há mais do que simples falsidade, êrro elementar. Em primeiro lugar, qualquer que seja o critério histórico, não é aceitável o período em que Oliveira Viana admite o aparecimento dos colonos açoritas na região como proto-história: a aceitarmos essa delimitação, o advento dos colonos lusos como marcando o início da história, (e é elementar saber-se que a colonização portuguêsa se realizou em pleno período histórico) quando teria começado a história pròpriamente dita?

Em segundo lugar, há que distinguir, nos dois tipos de colonização mencionados por Oliveira Viana, que chamou a um de insular e a outro de continental, o que há de exato e o que há de inexato. Houve, realmente, dois tipos de sociedade na formação social sulina: um, formado à sombra da pecuária, sofrendo a influência de suas características e evoluindo com a técnica de aproveitamento dos bens econômicos representados pelos re-

banhos; outro, formado à sombra de atividades sedentárias, bordejando o litoral lagunar, entregue ao labor agrícola e à troca, moldando a autoridade local ao figurino da colônia, estável, urbano em grande parte, ou dependente das organizações urbanas. Isto está muito longe de constituir a diferença entre "dois tipos de colonização".

Demais, o colono insulado, porque provindo das ilhas do Atlântico, ou quando estabelecido no Destêrro, era um continentino quando transferido ao Rio Grande, justamente para diferençá-lo daquele que permanecia na ilha. Se tais colonos cultivavam, realmente, as suas terras com os próprios braços, e os de seus familiares, dispensando, devido à sua pobreza inicial, os escravos, tal como ficou dito pelo ensaísta, não é exato que os elementos ligados à pecuária, em qualquer tempo, tivessem empregado o trabalhador servil como fundamental, tivessem enriquecido pela conjugação da propriedade da terra com a propriedade do escravo. Êste, embora existente, desde o advento das charqueadas, jamais desempenhou papel predominante. Falar, pois, em "grandes latifúndios, todos cuidados e lavrados pelo braço do escravo negro" é dupla inverdade, porque nem eram êles lavrados, nem o eram por africanos escravizados. O contrário é uma criação totalmente arbitrária, modelada à semelhança daquele quadro que existiu nas zonas agrícolas do nordeste canavieiro. O próprio Oliveira Viana, aliás, quando trata da sociedade pastoril sulina, refere-se à ausência de distância social entre senhores e trabalhadores. Ora, essa ausência de distância social não teria sido possível se o regime de trabalho normal ou dominante tivesse sido o servil.

Um outro velho chavão é repetido logo adiante pelo ensaísta, referindo-se a uma pretensa lei do desenvolvimento social: "Em contrário à marcha seguida pela humanidade ariana, que passou lentamente do regime pas-

toril para o regime agrícola, o primitivo colono do extremo sul passou lentamente do regime agrícola para o pastoril, operando um verdadeiro movimento de regressão — se não fôra errôneo classificar de regressivo êsse movimento de natural adaptação do homem ao seu próprio ambiente geográfico". Ora, é necessário, no fim de contas, pôr um têrmo a êsse pretenso determinismo geográfico, que serve às vêzes para explicar e às vêzes para confundir as coisas. Nem é verdadeiro que a humanidade — e ainda a "humanidade ariana" — se tivesse subordinado, em seu desenvolvimento econômico, à lei mencionada por Oliveira Viana, nem o é verdadeiro em relação aos povoadores do Rio Grande do Sul. Ali, a atividade pastoril antecedeu a atividade agrícola, e os colonos açoritas que, em parte, em segunda ou terceira geração, transferiram-se de uma a outra, da inicial a que se destinavam para aquela que encontraram próspera, não operaram regressão alguma, uma vez que o homem busca sempre, como regra, a atividade compensadora, e só isso, e nenhuma lei, explica o que ocorreu no sul.

Essa lei de regressão de atividades tem a mesma validade científica daquela outra, a que Oliveira Viana tanto recorreu no primeiro volume, em que estudou mineiros, paulistas e fluminenses, a das regressões atávicas. Amarrava-se aos chavões de uma cultura colonial, aos quadros feitos, aos esquemas apriorísticos, às fáceis generalidades. Generalidades que o levaram a concluir um dos capítulos do segundo volume da forma seguinte: "Isolaram-nos depois da solidão das estâncias: e fizeram, por fim, surgir, na imensidade das grandes planícies meridionais, o mesmo quadro social latifundiário, feudal, patriarcal e escravista — dos seus planaltos de origem". Tais afirmações referem-se ao papel dos elementos paulistas, em relação aos elementos açorianos. Admitindo o absurdo de uma sociedade poder apresentar, ao mesmo tempo e com os mesmos elementos, uma estrutura feu-

dal e uma estrutura escravista — o que seria totalmente impossível —, é ainda fácil verificar que o meio sulino não teve condições, na época a que se refere Oliveira Viana, para gerar uma sociedade patriarcal ou uma sociedade escravista. Tais conceitos relacionam-se apenas a um tipo de interpretação social que teve sua voga no Brasil e que se esmerou em reduzir a complexidade histórica a esquemas, gerando os do patriarcalismo, do paternalismo, do aristocracismo.

Alguns dêsses esquemas ficaram mais ou menos engastados nos estudos em que as populações abrangidas foram as do nordeste canavieiro, em que o binômio terra-escravo teve um papel fundamental, gerando tipos sociais bem definidos. Generalizados a populações de zonas diversas, cuja história, cuja formação, cuja atividade econômica era diferente, mostraram, com muito mais eloqüência, a sua falsidade, a superficialidade do que traduziam ou pretendiam traduzir. Afirmar como escravista uma sociedade como aquela que se desenvolveu nas zonas pastoris sulinas não é apenas generalização cuja impropriedade salta aos olhos do estudioso menos atento, é também êrro palmar. Afirmar como patriarcal aquela mesma sociedade é pretender que ela tenha sido em tudo semelhante à do nordeste, de outras origens e de outro desenvolvimento. Assim, tais nomes não representam tipos de instituições, estados sociais, quadros sociais realmente vividos, mas simples conceituações ideais, lançadas sem qualquer preocupação, particularmente a de interpretar a realidade histórica.

Oliveira Viana parece não ter tido, ao escrever o estudo sôbre o campeador sulino, o cuidado de ao menos atentar para uma carta geográfica da zona referida em seu trabalho: é isto que as suas falhas, impropriedades e discrepâncias, no que diz respeito às referências ao espaço físico nos permitem admitir. A sua exposição é apenas confusa, por vêzes, como, por exemplo, quando se

refere aos rumos das correntes de povoamento: "De Buenos Aires a Montevidéu subiam os povoadores espanhóis em busca de Castilhos e de Serro Largo. De leste, vem a colonização insidiosa dos aldeamentos jesuíticos. Do Rio Grande para o sul, através da lagoa Mirim, e do Viamão para oeste, através do vale do Rio Pardo, os nossos desciam, e mais intensamente ainda, para Jaguarão e para Castilhos, ao encontro da corrente de Buenos Aires, e expandiram-se para Cachoeira, para Caçapava, para Camaquã, para o Vacacaí, para São Borja, ao encontro da corrente colonizadora vinda da mesopotâmia platina, chefiada pelos missionários". Só nesse trecho, duas sérias incorreções: vemos uma corrente jesuítica que, ora vem de leste, ora da mesopotâmia platina; vemos a lagoa Mirim como caminho de penetração, o Rio Pardo dando o rumo de oeste.

A coisa se agrava páginas adiante, quando o autor escreve: "O surpreendente feito da conquista das Missões foi ainda mais expressivo. Esta zona compreende atualmente os municípios de Bagé, D. Pedrito, Alegrete, Sant'Ana, Itaqui, Quaraí, São Borja, Santo Ângelo, Cruz Alta e Passo Fundo: equivale dizer — os centros principais da nossa indústria pastoril". Ora, qualquer ginasiano sabe perfeitamente que Alegrete, Bagé, D. Pedrito, Quaraí e tantas outras cidades e municípios sulinos jamais pertenceram, e estão mesmo muito distantes da região das Missões, onde o nome derivou do estabelecimento dos Sete Povos, dos quais Oliveira Viana menciona apenas São Borja e Santo Ângelo.

As inversões, por outro lado, perturbam o desenvolvimento do trabalho e enfeiam um ensaio que pretende ser a interpretação de uma coletividade inteira. À certa altura, Oliveira Viana descobre, entre nós, num passado distante, a existência de escolas de formação de oficiais, e até pretende para os elementos delas oriundos um papel: "O nervo da guerra, porém, a matéria-prima, o elemento plástico — sôbre que trabalhava a técnica

dos estrategistas oficiais, saídos das escolas de guerra — não estava nos quartéis, nem vivia no confinamento das casernas: estava lá fora, na amplitude da savana, carneando, pealando, boleando, "parando o gado" nos rodeios ou preando os rebanhos na fronteira". Se chamar de estrategistas os chefes antigos já é um eufemismo singular, admiti-los como formados em cursos sistemáticos que, para a generalidade do corpo de oficiais, só muito mais tarde foram estabelecidos no Brasil, não passa de surpreendente inexatidão. Mas as frases não deixam de ser bonitas, de soar bem, chegam aos ouvidos com facilidade — apenas nada têm a ver com a realidade. Não satisfeito, Oliveira Viana, mais adiante, faz a guerra contra Rosas prolongar-se até 1853, referindo-se, explìcitamente, além de citar o ano, a "mais alguns anos de combate e agitações", o que não está rigorosamente dentro da verdade, uma vez que a campanha, realizada em 1851, apenas teve o seu coroamento no ano seguinte, com a derrota do ditador argentino em Caseros. Foi campanha que se desenvolveu, aliás, fora do território brasileiro, embora as agitações anteriores lhe tenham trazido perturbações de certa importância.

Está claro que pequenas nugas não desfiguram um grande trabalho e as questões meramente formais carecem de importância. No caso, entretanto, não são elas mais do que sintoma de infalível superficialidade, que escorre sem pausa pelas páginas tôdas, deturpando essencialmente o sentido do ensaio, inutilizando-lhe o conteúdo, o cerne. Trata-se, no caso, de uma interpretação convencional, sem qualquer profundidade, sem um timbre original, repetindo velhos conceitos, levando a extremos limites as generalizações mais falsas, desfigurando totalmente a formação de uma das zonas mais interessantes do Brasil e de um dos agrupamentos humanos mais característicos, para cujo estudo a aplicação de observações relativas a outros grupos representa uma distorção irremediável.

Uma vocação autoritária

Um dos pontos mais interessantes, no levantamento da sociedade sulina, está na conclusão a que Oliveira Viana é levado quanto à evolução da autoridade ali. Diz êle: "Quem lê a história das guerras platinas sente logo, por detrás da larga movimentação dos campos de batalha, que — além dessas tropas ostensivas de vanguarda e de choque, que vimos postadas em São Borja, em Itaqui, em Sant'Ana, no aguarão, atentas aos menores movimentos do inimigo — havia todo um outro vasto sistema articulado de tropas de retaguarda — de socorro e refôrço. Eram poderosas reservas, que o comando geral da Capitania mandava aquartelar no Rio Pardo, em Cachoeira, em Caçapava, em São Gabriel, em Alegrete, em Pelotas, tôdas centralizadas sob o capitão-general, sediado em Pôrto Alegre ou, mais abixo, no Rio Grande. E era de ver-se então a admirável justeza e precisão com que — à mais leve percussão do inimigo em qualquer dos pontos extremos da extensa fronteira — todo êsse formidável mecanismo de postos de socorro, de serviços de ambulância, de tropas auxiliares, dos centros de abastecimento, entrava a mover-se, majestosa e esplêndidamente, em direção ao ponto ferido pela temeridade castelhana".

Não é preciso acrescentar quanto há nisto de totalmente falso, persistentemente falso, pois não houve uma só fase histórica em que existisse êsse mecanismo perfeito. Pelo contrário, o que sempre existiu foi a improvisação, a ausência de proteção do govêrno central à capitania e à província, a necessidade de que seus elementos assegurassem a própria defesa, montassem sua cobertura, fornecessem as fôrças necessárias à luta, conduzissem as operações e desenvolvessem todos os atos da guerra. A tropa regular que, desde os primeiros tempos, estacionou na capitania, desde Silva Pais e os dragões, os que ficaram no Rio Grande, em Pôrto Alegre, no Rio Pardo, permaneceram, anos a fio, sem receber ven-

cimentos, sem ter o que vestir, sem poder manter-se, vivendo do crédito que o comércio local lhes concedia, ou entregando-se a atividades laterais, ou ainda dedicando-se mesmo à rapinagem.

Não há um só chefe militar que não se queixe dêsse abandono; e onde Oliveira Viana viu, com seus óculos deformantes, uma organização meticulosa, o que realmente existiu foi a maior desídia, o desbarato total, o esquecimento absoluto, enquanto o perigo não se definisse, enquanto a ameaça não se concretizasse, enquanto o problema não chegasse a assumir perspectivas catastróficas. E uma região assim defendida, com tamanho zêlo e método, teria padecido as invasões que sofreu, teria sido talada, como foi, tantas e tantas vêzes, e seus filhos se teriam transformado em soldados por fatalidade? Se militares havia, e comandantes, e organização, e plano, para que seriam aquêles sempre mantidos na miséria, e para que teriam os gaúchos de viver de armas à mão, prontos para qualquer eventualidade?

E nem existiu, em tempo algum, aquêle respeito, aquela subordinação consciente às autoridades, que Oliveira Viana vislumbrou no passado sulino: " consciência do valor do govêrno, da utilidade do poder público, da sua necessidade, da sua fundação suprema de órgão de defesa coletiva". Onde houvesse essa consciência, teriam os movimentos de rebeldia a profundidade, a duração, o alastramento que tiveram ali? De onde, em todo o tempo, na história brasileira, surgiram as mais perigosas ameaças ao poder central, de onde elas se originaram com maior ímpeto e violência, de onde elas partiram com tantas possibilidades de êxito, de onde se articulou um movimento periférico que chegasse a conquistar o poder central, já em nossos tempos, senão do sul? E as "califórnias", as "guerras", os entreveros particulares que ocorreram, com freqüência característica, naquela região não podem ser considerados movimentos de submissão, como queria Oliveira Viana...

Amigo das generalizações fáceis, Oliveira Viana não trepida em enfrentar qualquer conclusão, em admitir as hipóteses mais inverossímeis. Entra, então pelo caminho de observações que se tornam apenas belas frases, sem nenhum conteúdo, sem nenhuma correspondência com a realidade. Uma delas é a que se refere à formação social e política da gente sulina: "O gaúcho é socialmente um produto do pampa, como pollticamente é um produto da guerra". Por maior que seja a boa vontade, não é possível admitir uma síntese tão vazia: nem o mais furioso determinismo geográfico poderia conferir fôrça de verdade ao aspecto unilateral da influência do meio sôbre a sociedade. O meio, realmente, tem um papel no enquadramento social, na proporção inversa das técnicas estas que podem ou não auxiliar o homem a modificar o meio, a adaptá-lo, a sofrer menos as suas imposições, a emencipar-se mesmo delas. Por outro lado, embora seja fácil admitir a influência que as campanhas militares exerceram sôbre a formação política da gente sulina, fazer dessa gente um produto específico da guerra parece exagêro sem nenhuma base histórica. Êsse exagêro, essa fascinação pela conclusões generalizadas, ainda quando tudo indicava a precariedade ou a periculosidade de tais descaminhos, é que levam Oliveira Viana a achar belas as rebeliões sulinas, êle, o espírito conservador por excelência, o estudioso que mais tratou de distrair as atenções de tais aspectos revolucionários, negando-lhes todo o sentido e todo o mérito. Ou teria o influxo da revolução de 1930, que deu ao ensaísta a oportunidade de tornar-se legislador trabalhista, servido para modificar seu ponto de vista?

Há mais, e mais grave: há as chamadas "leis históricas" a que êle se reporta com freqüência. Elas nem são leis, e nada têm a ver com história, e a exemplificação nos mostrará o seu verdadeiro caráter. Ao explicar, a seu modo, a expansão territorial das populações suli-

nas, Oliveira Viana escreve exatamente isto: "Porque, se na margem esquerda do Rio Grande tivéssemos fundado, em 1680, o presídio militar que só fundamos em 1737, teríamos estabelecido, com uma antecedência de mais de meio século, o primeiro ponto de pega eficaz na Planície Platina. Êste "ponto de pega" inicial — que teria sido aliás uma simples prolação do movimento lagunense — nos teria permitido, seguramente, colonizar tôda a Planície Cisplatina — como o "ponto de pega" do Viamão nos permitiu colonizar tôda aquela planície até Castilhos e Jaguarão. Desde que os nossos preadores e aventureiros fôssem distendendo da Lagoa dos Patos para São Miguel, de São Miguel para Castilhos, de Castilhos para Maldonado, as suas zonas de atrito, a incorporação destas zonas de choque e, portanto, de tôda a Planície Cisplatina ao nosso domínio se teria de fazer fatalmente dentro daquela lei histórica". Bem, desconhecíamos inteiramente essa "lei histórica", a dos "pontos de pega"; mas aí está ela para nos servir de maravilhoso repasto geopolítico, enfàticamente enunciada, como se encerrasse um postulado científico...!

Oliveira Viana oferece ainda aos geopolíticos que movimentam o ambiente atual de uma intelectualidade deficiente a teoria dos "Pontos de Pega", essa "Lei Histórica" de novo molde, cujas seduções devem ser enormes. Resta apenas alinhar e generalizar os seus conceitos, e outros episódios e problemas, que teremos a teia rigorosamente montada, com argumentos do mesmo naipe daquêles que a ornamentam nêste instante. Nêsse sentido, justiça lhe seja feita, Oliveira Viana antecipou-se aos atuais cultores dêsse malabarismo, que ora nos divertem com o hibridismo de uma coisa que nem é geografia e nem é política mas que a tudo pretende explicar e quiçá justificar.

Mas não é essa uma citação isolada de "lei histórica". Encontraremos outra referência, adiante: "Esta

conquista é que nos daria — diga-se a verdade — o verdadeiro quadro natural e geográfico, capaz de moldurar dignamente a nossa expansão para o sul, se a diplomacia peninsular, a política e os interêsses dinásticos, com a cegueira e a mesquinhez dos seus objetivos, não nos tivessem contido nos angustos limites atuais". Frisando: "Houvéssemos deixado agir, sem nenhum obstáculo diplomático e político, sòzinha e livre, através da campanha desabrigada, essa caudilhagem de paisanos, irrequieta, belicosa e predatória, que fremia, em tumulto, junto da linha das fronteiras, é certo que teríamos levado as nossas conquistas territoriais, não só à margem oriental do Uruguai — como de fato levamos — mas a tôda a planura cisplatina. Mais do que isto: as levaríamos até mesmo a esta vasta região campinosa, que constitui o território da atual mesopotâmia argentina, isto é, Corrientes e Entre Rios. Tudo isto teria sido nosso, dentro do imperativo da grande lei da nossa expansão territorial no extremo sul".

Que lei seria essa? Apenas a "caudilhagem de paisanos"? Ou aquela outra de que a nossa fronteira sul se deveria ter prolongado até às margens do Prata, e que tantos já quiseram descobrir, mas a que até agora, não tinham conferido o nome de "lei"? E quem diria que êsse homem pacífico, tímido, quieto, que vivia arredio num subúrbio de Niterói, tivesse a alma chamejante, ansiosa de conquistas. Que fôsse êle também uma criatura belicista e atirada, admirando os arroubos furiosos das cargas de cavalaria e os correspondentes ímpetos da expansão territorial... E porque, no fim de contas, escrever com iniciais maiúsculas Planície Platina e Planície Cisplatina como se tratasse de países?

Mas os motivos desta ânsia em ver os limites brasileiros no Prata, ânsia em que se embalam ainda, em pleno século XX, alguns ingênuos, não encontraria em Oliveira Viana apenas a explicação em uma ou duas

"leis históricas" que só êle conhecia e aceitava. Mais adiante, outras serão as suas razões para explicar a fascinação conquistadora: "Os bandeirantes de São Paulo ao Ocidente — pelo lado do sertão, descendo o Paraná, em perseguição aos jesuítas fugidios de La Guaira; e, ao Oriente — pelo lado do mar, os mesmos bandeirantes e os paisanos gaúchos, seus descendentes e continuadores — uns e outros obedecendo a essa misteriosa finalidade que nos leva magnèticamente para o Oeste, teriam, com absoluta certeza, realizado, pelo seu próprio heroísmo, em tôda a plenitude, aquela grandiosa inspiração de D. Rodrigo Coutinho: levar os confins dos nossos domínios ao ponto que a natureza lhes deu". Assim, o que obedecia a uma curiosa "lei histórica" — a expansão territorial para o Prata, passa a obedecer, duas páginas adiante, apenas essa "misteriosa finalidade que nos leva magnèticamente para o Oeste". Esta dubiedade de afirmações vem mais uma vez colocar Oliveira Viana no plano dos pseudosiciólogos, daqueles que não titubeiam em formular hipóteses, contanto que não as tenham que explicar...

Não muito além, êle descobre outra lei, e não tem muitas dúvidas em generalizá-las, êle, o homem pacífico, tímido, retraído, transforma-se de repente em propugnador das soluções de fôrça, dos choques militares, das glórias do campo de batalha, um instigador de guerras: "Não há, com efeito, agente mais poderoso de seleção do que a guerra. Dentro dela, os ineptos revelam, na sua plenitude, a sua inépcia; os capazes, em tôdas as suas linhas, a sua capacidade. Eliminadora rigorosa dos meios tons, das ambigüidades e das penumbras, a seleção guerreira põe em evidência as linhas fundamentais, os traços dominantes, as qualidades mestras e os símplices de cada individualidade. Como nas chapas radiográficas, no campo da guerra cada indivíduo se mostra na inteireza da sua estrutura íntima, exibindo, em relêvo, tôda a ossatura da sua personalidade. De modo que só vingam, no trabalho do escrutínio dos chefes, os

tipos realmente superiores e poderosos, senhores da sua vontade, conscientes do seu destino". E por aí vai, no mesmo tom. Mais uma lei, pois, a da seleção efetivada pela guerra, lei descoberta, singularmente, pelo mais pacífico dos homens. Palavras, palavras e mais palavras... Apenas vãs palavras, que não encerram conceito algum, que não chegam (porque não precisam chegar) à conclusão alguma.

A conclusão a que chega Olveira Viana, depois de tantas considerações e "Leis" é das mais interessantes. Já havia, com dogmatismo característico, afirmado que o gaúcho era socialmente produto do pampa e pollticamente produto da guerra. Discorre, agora: "Essas aptidões tão sentíveis dos nossos campeadores Riograndenses para organizarem os poderes públicos — em contraste flagrante com os sertanejos e invisªvel contraste com os matutos — donde lhes vinha? Só é possível sociològicamente, uma resposta: da guerra. Tôdas essas superiores capacidades para vida pública e para a organização e o exercício do govêrno, reveladas pelos campeadores dos pampas, provinham da fase guerreira por que passaram. Esta é que lhes medalhou e fundiu a rica mentalidade cívica, que possuíam então, e ainda possuem". Não é possível, realmente, fazer maior exaltação da guerra, levar mais longe a conclusão, a que chama "sociológica", de que a guerra foi e continua a ser a selecionadora, a potente forjadora de personalidades, de talento político, de aptidão para a governança de polimento e de apuramento de qualidades individuais e coletivas.

Que êsse homem tivesse sido, com tal "sociologia", um dos forjadores do regime ditatorial, em nosso país, não é coisa de espantar. O fascismo indígena talvez não tenha produzido, no campo intelectual, um doutrinador de tão alto empenho, um intérprete de tamanho rigor. Dignos, o doutrinador e a doutrina, um do outro, evidentemente.

Falsidade e verdade Ao apreciar a formação política das populações do extremo-sul, Oliveira Viana não se esquece de mencionar a diminuta distância social que separa senhores e empregados. Vê nela, com algum realismo, o fundamento de um sistema democrático, que demonstra provir da própria natureza do trabalho. Está claro que, todos quantos se referiram ao problema (e foram quase todos os que estudaram aquelas populações) deixaram-se levar pelas aparências: por mais que se misturassem, na faina dos rebanhos, senhores e empregados não deixavam de ser o que eram e, desde que a apropriação dos campos se tornou a generalidade, a distinção de classes repontou, como inevitável conseqüência. Na superfície das coisas, entretanto, aquela aparente camaradagem, muitas vêzes existente, oriunda da mistura dos trabalhos costumeiros, iludiu os observadores e levou-os à afirmação de que existia ali um traço democrático. Conquanto a sociedade pastoril sulina tivesse peculiaridades interessantes, que a distinguiram de outras, entre nós, mesmo nos tempos coloniais, nada há nela que mereça esta qualificação.

Oliveira Viana refere-se à formação democrática sulina e algumas vêzes procura demonstrá-la, colocando-a em destaque. É assim que se refere a ela: “Entre os pastores rio-grandenses há, por exemplo, uma tradição, cuja gênese só é possível no pampa e que de modo algum poderia surgir entre os grupos de base agrícola do centro-sul, ou entre os grupos de base pastoril dos sertões do Norte. É essa tradição de igualdade e familiaridade entre patrões e servidores, essa interpenetração das duas classes rurais — a alta e a baixa, a senhoril e a servil; fenômeno êste que constitui, na sua substancialidade, o espírito da democracia rio-grandense”. Cita, em seguida, Alfredo Varela, o historiador sulino, para quem “só aí, no pampa, a democracia, de ideal que é, se trans-

forma em realidade: todos trabalham igualmente, desde o filho do estancieiro ao último peão, debaixo da maior alegria".

Definindo a figura do estancieiro, Oliveira Viana encontra nêle qualidades singulares: "O estancieiro era, e é, democrata, amigo, acolhedor; tratava, e trata, os seus capatazes e peões com um ar de familiaridade, sendo de observar-se que esta familiaridade nunca enfraqueceu, em face dos seus empregados e serviçais, o respeito e a ascendência próprias da sua posição". A reserva final é interessante e mostra a superficialidade dos traços antes apontados destruindo, assim, a sua própria asserção. "Daí êsse espírito de democracia que tão largamente domina a vida daquela população pastoril. Êste espírito de democracia nos vai explicar muitas singularidades da história política rio-grandense. Os atributos que distinguem as belas revoluções gaúchas, em confronto com as do Norte e do Centro-Sul, encontram nêle a sua origem e fundamento. Formados exclusivamente na imensidade das nossas savanas do extremo-sul, êsses hábitos democráticos, êsses costumes de familiaridade, camaradagem e igualdade, que estabelecem a comissão democrática entre as duas classes rurais, tão separadas e "distantes" no Norte e no Centro-Sul, dão-nos uma bela prova de como as sociedades humanas se adaptam ao seu ambiente, físico: êles são uma resultante ecológica da própria moldura natural, que enquadra aquela população de campeadores soldados".

Tais afirmações não resistiriam ao mais superficial exame. É alguma coisa semelhante à afirmação de que a distância social entre senhores e escravos, na lavoura dos engenhos, era reduzida porque os senhores não castigavam os escravos ou só o faziam em último recurso. Observa-se, ùltimamente, a preocupação de alguns sociólogos nesse sentido: o que caracterizava a sociedade escravocrata, no entanto, não era a maneira como os senhores tratavam os escravos — simples detalhe no conjunto, variando de senhor a senhor — mas a posição que

os últimos ocupavam em relação aos primeiros, de que eram propriedade, isto é, a relação de dependência econômica. A peculiaridade do trato cordial ou humano entre patrões e empregados, nas lides da campanha gaúcha, carece, pois, de qualquer significação social mais profunda, e não define as verdadeiras relações entre os elementos das duas classes. O problema todo não se restringe a questão de trato pessoal, mas a um problema de ordem puramente social, repetimos. Fora disso, a argumentação não pertence aos domínios da sociologia. É excesso de imaginação.

Mas, o mesmo ensaísta que se preocupou em verificar a existência de hábitos e características democráticas na sociedade sulina, é aquêle que nos repete, a propósito dessa mesma sociedade, formada em ambiente tão diverso, os despautérios que arrolou a respeito de outra, a sociedade dos matutos, de fluminenses, mineiros e paulistas, apreciada no primeiro volume de sua obra sôbre as populações meridionais. Vamos verificar nêste segundo volume, a propósito de uma sociedade cujos traços de diferenciação êle foi o primeiro a destacar, cujas características foi a sua preocupação dominante, as mesmas observações que fêz a respeito de distinções de raça e de classe, numo contradição que só pode surpreender os incautos porque a ausência do método científico conduz inevitàvelmente a contradições e falhas, a discrepâncias, acabando o ensaísta por confundir-se em seu cipoal, desajudado de argumentos e atrapalhados com êles. Vamos vêr pois, a generalização à sociedade sulina de observações e conclusões apressadas, já discutidas, quando feitas a propósito dos elementos da sociedade formada a base da agricultura e do trabalho servil.

Cem páginas adiante, já Oliveira Viana se julga autorizado a afirmar o seguinte: "Os açorianos, que se localizaram no Viamão, tinham todos uma origem plebéia e pertenciam, na sua totalidade, à população rural do Arquipélago. Havia, entretanto, um certo número dêles

que pareciam descender da velha nobreza insulana. Os Dorneles, os Medeiros, os Menezes, os Vasconcelos, os Goularts, os Leites, os Fanfas, os Silveiras, os Terras, os Bittencourts, os Espínolas, que vemos figurar na nominata dos primeiros colonizadores de Pôrto Alegre, são nomes que aparecem entre os da melhor linhagem nas genealogias seiscentistas de Gaspar Frutuoso e do padre Cordeiro. Êsses elementos de sangue nobre eram, porém, esporádicos. Os emigrantes insulares, aqui chegados, pertenciam, na sua quase totalidade, à extração plebéia, embora da mais legítima cêpa ariana". Vemos, assim, a tentativa de mostrar o que não existiu, torcendo com alguns *mas* e alguns *porém,* a conclusão de que "pareciam descender da velha nobreza insulana" os elementos açoritas ou, quando a afirmação pode parecer afoita, a restrição singular de que teriam sido agricultores e plebeus da "mais legítima cêpa ariana".

Tal afirmação não fica isolada. Encontrando alguns obstáculos, no que respeita aos colonos açoritas, Oliveira Viana volta-se para outra corrente do povoamento sulino, a dos tropeiros, e escreve: "Esta preocupação da grande propriedade — preocupação, aliás, caracterìsticamente paulista, como vimos nos capítulos anteriores — dominava inteiramente o espírito aristocrático dos primitivos colonizadores paulistas da campanha rio-grandense". Esclarece melhor o seu pensamento a seguir: "Esta última medida, com que se procura fixar nas cidades os elementos superiores e aristocráticos da campanha"... E acrescenta: "Pastores em grande escala, êles têm, socialmente, o senso aristocrático do *landlord,* o orgulho da sua pureza genealógica, conjuntamente com o gôsto da solidão e do isolamento". Bem depois, quando já passou a outro assunto, não se esquece da sua preocupação principal: "Constituíam, sem dúvida, uma oligarquia; mas essa oligarquia nos dá, pelo seu valor pessoal e pelo seu espírito, um belo exemplo do extremo rigor com que a

seleção militar opera o escrutínio das capacidades". É o que o leva a admitir, como admite, a existência, no sul, de uma "aristocracia militar", distinta "das duas outras aristocracias regionais, a dos matutos do centro-sul e a dos sertões nordestinos". E vai buscar nas origens da corrente povoadora, vinda do centro-sul para o extremo-sul, a justificativa de suas afirmações: "Dos caudilhos paulistas do II e do III séculos bem sabemos como êsses políticos metropolitanos utilizaram, da maneira mais hábil e com o mais completo êxito, êsse espírito de "lealdade firme e obediência", que haviam herdado daquele núcleo de autênticos fidalgos peninsulares que para aqui se trasladaram no I século". Observa, finalmente: "Os elementos brancos tiveram a preponderância: — e os elementos arianos, especialmente nas classes superiores, que contribuíram para a sua formação, eram mais puros do que qualquer outro núcleo nacional e, mesmo, do que entre os espanhóis fronteirinhos".

Verifica-se, pois, que Oliveira Viana pretende encontrar, na gente sulina, aquêles mesmos elementos arianos e aristocráticos que tanto o haviam fascinado, quando pretendeu explicar as origens e a evolução da sociedade agrícola do nordeste ou do centro-sul. Quando não encontra meios de provar, a seu modo, a existência de autênticos fidalgos, vai pela tangente da raça, e verifica a existência de autênticos arianos — da "mais pura cêpa ariana". Para êle, nas classes inferiores não poderia haver arianos, desde que êstes, por condições de origem, nasceram para o mando, para o domínio, para serem senhores. Quando as classes inferiores que, para o ensaísta, são as que fornecem o trabalho, apresentam a seu vêr condições destacadas, como é o caso daquelas que viviam no sul, entregues ao pastoreio, que não lhe parecia desonroso, porque no pastoreio não interferiu o trabalho escravo, chega então ao extremo limite de admitir que seus componentes seriam do povo, seriam plebeus,

mas da "mais pura cêpa ariana". Tudo isso, note-se, em tôrno de uma sociedade cujos traços democráticos êle mesmo se preocupou em evidência embora sem argumentos de monta, com seus argumentos costumeiros em suma.

Sua fascinação aristocrática será, porém, levada a um rigor inédito. Distinguindo as rebeliões ocorridas no sul daquelas de que foram teatro o nordeste, o norte e o centro-sul, escreve estas linhas, que constituem um primor de pretensiosa inocuidade: "No norte e no centro-sul, êsse sentimento disciplinar não existe, nem nos próprios chefes do movimento, nem, muito menos ainda, na turbamulta dos chefiados. Êstes, nas nossas várias revoluções do norte e do centro-sul, recrutavam-se entre a população rural ou urbana, mas na inumerável legião dêstes infixos de tôda ordem, que constituem a plebe de nossos campos ou a ralé das nossas cidades. Eram os caboclos indisciplinados e ocioso, bandoleiros e condutícios, arrebanhados, às centenas, nos sertões do Rio das Éguas, nos campos do São Francisco, ou nas caatingas do nordeste; ou elementos da patuléia de negros, mulatos e pardos que fervilhavam nas baixas camadas rurais das regiões do centro-sul; ou essas matulas de baderneiros e fazedores de arruaças, que sempre emergiram, à tona das nossas agitações políticas, nas grandes cidades do litoral".

No sul, a coisa era diferente: "O estancieiro — quando tornado porventura caudilho militar, afeito aos perigosos movimento das guerrilhas na fronteira — era quem fazia decisivamente o cabeça da revolução. Era sempre de modo bem visível e ostensivo que aparecia ao lado do seu grupo de guerrilheiros. Impunha-lhes o pêso da sua autoridade, a um tempo patronal e militar. Submetia-os à disciplina; em suma — dirigia-os".

Está claro, assim, que, para Oliveira Viana, teria de existir uma diferença fundamental entre os motins e rebeliões organizados e mantidos na base da participa-

ção ativa da "patuléia", da "ralé", de "matulas de baderneiros", dos "caboclos ociosos e bandoleiros", dos "fazedores de arruaças", dos "negros, mulatos e pardos que fervilham nas baixas camadas", do "negro degradado", turba chefiada sempre "por cabecilhas populares, oriundos da mesma massa plebéia", e aquelas rebeliões e motins em que os elementos numerosos, os guerrilheiros, como êle os chama, isto é, a massa, constituía-se de gente "da mais pura cêpa ariana", enquanto os chefes estavam entre os descendentes dos "autênticos fidalgos peninsulares", elementos de certo pertencentes, pela ascendência, à "velha nobreza insulana". São palavras suas.

E, com a mesma lucidez, não trepida em acentuar, afirmando: "Daí êste traço invariável nas revoluções do sul: a ausência de motins e de arruaças. O escol da sociedade não se afastava ou se ocultava para dar lugar à multidão. Entrava com ela na luta e a chefiava diretamente, e a disciplinava e continha". Daí, — acrescentaríamos, concluindo tristemente — o que êle chama "as belas revoluções sulinas", belas no seu modo de ver tão-sòmente porque dela participavam, como chefes, "o escol da sociedade", enquanto as rebeliões do norte, do nordeste, do centro-sul, deveriam ser feias, meras arruaças, organizadas por puros baderneiros, porque seus elementos eram oriundos da massa, da plebe, de negros, mulatos e pardos. Pois até nas revoluções encontrou Oliveira Viana a diferença da sorte...

Diante de tal "sociologia" não há mais o que comentar. Ou haveria muito mais. Mas a análise que vimos fazendo aqui termina: estamos frente a distorções as mais expressivas, a um amontoado de tolices e fatuidade, tudo muito distante daquilo que merece atenção porque nada disso representa a pesquisa honesta, ou procura ver a realidade cientìficamente. O volume póstumo do ensa-

ista fluminense está na altura daquele que, aparecido em sua vida, despertou tanto interêsse foi tido, por tantos anos, e por tanta gente, como "sociologia", como real interpretação do nosso passado, do desenvolvimento da sociedade brasileira. Estamos agora mais esclarecidos, nesse terreno, e a verificação é hoje generalizada de que isto tudo é apenas papel pintado, destinado a servir, a afagar vaidades, a manter as velhas e derrocadas idéias e noções de superioridade que ajudaram muito a manter um mundo que se vai arruinando, apesar dos calços dos seus doutrinadores, dos seus intelectuais, dos seus teóricos, dêsse servilismo que no homem de pensamento, é sempre mais tortuoso e mais triste — o mundo colonial.

ÍNDICE

OLIVEIRA VIANA — O RACISMO COLONIALISTA

PUBLICAÇÕES DO ISEB

"Introdução aos Problemas do Brasil" — (Coletânea de conferências) — 1956 (esgotado)

"Discursos" — Presidente Juscelino Kubitschek, Ministro Clóvis Salgado, Major Adir Maya e Professor Roland Corbisier — 1956 (esgotado)

"Condições Sociais do Poder Nacional" — Alberto Guerreiro Ramos — 1957 (esgotado)

FILOSOFIA

Textos Brasileiros de Filosofia:

1 — *"Consciência e Realidade Nacional"* — 2 volumes — Álvaro Vieira Pinto (no prelo)

2 — *"A Filosofia no Brasil"* — Hélio Jaguaribe — 1957 (esgotado)

3 — *"Formação e Problema da Cultura Brasileira"* — Roland Corbisier — 1960 (3.ª edição)

4 — *"Ideologia e Desenvolvimento Nacional"* — Álvaro Vieira Pinto — 1960 (4.ª edição)

5 — *"Ideologia e Realidade"* — Michel Debrun — 1959

Textos de Filosofia Contemporânea:

1 — *"Razão e Anti-Razão em Nosso Tempo"* — Karl Jaspers — Tradução de Álvaro Vieira Pinto — 1958

HISTÓRIA

Textos de Formação Histórica do Brasil:

1 — *"As Classes Sociais no Brasil"* — Nélson Werneck Sodré — — 1957 (esgotado)

2 — "*O Tratado de Methuen*" — Nélson Werneck Sodré — 1957 (esgotado)

3 — *"Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro"* — Nélson Werneck Sodré — 1960 (2.ª edição)

Textos Brasileiros de História

1 — *"Perspectiva Atual da América Latina"* — Cândido Antônio Mendes de Almeida — 1960 (2.ª edição)

POLÍTICA

Textos Brasileiros de Política:

1 — *"O Nacionalismo na Atualidade Brasileira"* — Hélio Jaguaribe — 1958

2 — *"Condições Institucionais do Desenvolvimento"* — Hélio Jaguaribe — 1958 (esgotado)

3 — *"Nacionalismo e Desenvolvimento"* — Cândido Antônio Mendes de Almeida (no prelo)

SOCIOLOGIA

Textos Brasileiros de Sociologia

1 — *"Ideologias e Segurança Nacional"* — Alberto Guerreiro Ramos — 1958 (esgotado)

2 — *"Educação e Desenvolvimento Nacional"* — Geraldo Bastos Silva — 1958 (esgotado)

3 — *"A Redução Sociológica"* — Alberto Guerreiro Ramos — 1958 (esgotado)

4 — *"A Ideologia do Colonialismo"* — Nélson Werneck Sodré — 1961

5 — *"Ordem Jurídica e Desenvolvimento"* — A.L. Machado Neto (no prelo)

ECONOMIA

Textos Brasileiros de Economia:

1 — *"Industrialização e Economia Natural"* — Gilberto Paim — 1958 (esgotado)

2 — *"Dualidade Básica da Economia Brasileira"* — Ignacio Rangel — 1958 (esgotado)

3 — *"Perspectivas da Economia Brasileira"* — Celso Furtado 1958 (esgotado)

4 — *"Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico"* — Moacyr Paixão (no prelo)

5 — *"A Operação Nordeste"* — Celso Furtado — 1959

6 — *"A Economia do Município"* — Ézio Távora dos Santos (no prelo)

7 — *"Recursos Ociosos na Economia Nacional"* — Ignacio Rangel — 1960

Recursos Naturais do Brasil:

5 — *"Carvão"* — Sebastião Toledo dos Santos (no prelo)

10 — *"Manganês"* — Newton Lisboa Lemos — 1959 (esgotado)

11 — *"Álcalis"* — General Bruno Martins (no prelo)

16 — *"Trigo"* — Paulo Schilling — 1959 (esgotado)

Textos de Economia Contemporynea:

1 — *"Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas"* — Gunnar Myrdal — Tradução de Ewaldo Corrêa Lima, revista por Neusa Feital Wönrle e Célio Lyra — 1960

PEDAGOGIA

Textos Brasileiros de Pedagogia:

1 — *"Ensino Técnico e Desenvolvimento"* — Ernesto Luiz de Oliveira Júnuior — 1959 (2.ª edição)

2 — *"Ensino Secundário e Sociedade Brasileira"* — Maria Thetis Nunes — 1961

SÉRIE ESPECIAL

Textos sôbre a nova Capital:

1 — *"Brasília e o Desenvolvimento Nacional"* — Roland Corbisier (esgotado)

2 — *"Brasília, Marco Histórico da Criação de uma Cultura Mediterrânea"* — Primo Nunes de Andrade (no prelo)

Êste livro foi composto e impresso, nesta cidade do Rio de Janeiro, nas oficinas do Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, no mês de janeiro do ano de 1961.